

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Amanda Eufrásio

**Expressões do conservadorismo moral na atualidade: A
culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Amanda Eufrásio

Expressões do conservadorismo moral na atualidade: A culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Silva Barroco.

São Paulo

2019

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho
às pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, pelo Brasil afora.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que tanto amo e que me ensinam tanto quanto os livros.

À minha irmã, Daniela, grande incentivadora e responsável pelo caminho profissional que escolhi seguir. Sempre com a palavra certa, na hora certa. Foi em conversa com ela que nasceu a ideia central da pesquisa e a escolha do objeto de investigação.

À minha sobrinha, Ana Beatriz, que veio para alegrar mais as nossas vidas.

Ao Juca, parceiro de sempre.

À Júlia, pelas brincadeiras nas horas de descanso que me fizeram muito feliz.

Aos integrantes do Grupo de Estudos de Guarulhos/SP.

Ao colegiado e coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Guarulhos (UNG) que tanto me apoiaram.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH) com quem tive o prazer de compartilhar conhecimentos, saberes e trocar solidariedade.

Às amigas Thaís, Keu, Chris e aos amigos Wagner, Weber com quem conversei sobre a temática da pesquisa e aflições da vida.

Aos tantos colegas que conheci e com quem tive o prazer de estudar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Aos meus queridos alunos e alunas que fazem eu voltar para casa, depois de um dia de trabalho, cheia de reflexões.

A todos os professores da PUC-SP, da graduação e pós-graduação em Serviço Social que, certamente, marcam a minha trajetória acadêmica, em especial, a Prof.^a Dr.^a Bia Abramides, Prof.^a Dr.^a Marli, Prof. Dr. Ademir, Prof. Dr. José Paulo Netto, Prof.^a Dr.^a Aldaíza, Prof. Dr. Mazzeo.

Às admiráveis professoras que aceitaram compor a Banca Examinadora desta tese de doutorado, Prof.^a Dr.^a Raquel, Prof.^a Dr.^a Maria Liduína, Prof.^a Dr.^a Áurea, Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Martinelli.

À Prof.^a Dr.^a Cristina M. Brites, membro da Banca examinadora que, em todos os momentos, se mostrou disponível para vir a São Paulo e tanto contribuiu com a construção da pesquisa no Exame de qualificação.

À Prof.^a Dr.^a Maria Carmelita Yazbek com quem muito aprendi na orientação do Mestrado e, posteriormente, no Doutorado, com suas intervenções desde o Exame de Qualificação. O seu livro “Classes Subalternas e Assistência Social” foi uma das grandes inspirações para a escolha desse tema de pesquisa.

À minha querida Maria Lúcia Silva Barroco que, além de orientar a elaboração desta tese, me tornou mais humana. O seu carinho e respeito por nós são confortantes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa.

A todos e todas que, mesmo indiretamente, fizeram parte dessa etapa da minha vida.

EUFRÁSIO, Amanda. **EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO MORAL NA ATUALIDADE: A culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.** 2019. 1 v. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

A investigação da moralização da questão social a partir de um programa de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, constitui o foco da presente pesquisa. Foi com base no pressuposto de que a expansão do programa no país resultou em manifestações cotidianas, baseadas no moralismo, com relação às pessoas mais empobrecidas, que tivemos como objetivo nesta pesquisa identificar e analisar os elementos do neoconservadorismo que fundamentam as opiniões do senso comum. Chegamos, então, ao conservadorismo moral presente nesses conteúdos. Para essa pesquisa, além da pesquisa bibliográfica realizada sobre a temática, compôs a metodologia qualitativa a coleta de dados em *blogs* da internet onde estão publicadas e disponíveis para compartilhamento nas redes sociais digitais, opiniões sobre pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os dados foram selecionados entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2018, selecionamos publicações com linguagem verbal e não verbal que fazem referência a beneficiários/as do Programa Bolsa Família, fundamentada em preconceitos e no ideário neoconservador, utilizando buscadores na internet e palavras-chave. Trata-se da continuidade de uma pesquisa sobre o neoconservadorismo e suas expressões no exercício profissional de Assistentes Sociais, iniciada no Mestrado, e que optamos por ampliar a análise para fora do campo profissional, sem desvincular-se totalmente deste. A partir disso, inferimos a correspondência do material coletado com estereótipos/estigmas que, frequentemente, são atribuídos às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. No primeiro capítulo, tratamos das raízes do pensamento conservador e suas principais características. No segundo capítulo, situamos alguns marcos históricos importantes do processo de desenvolvimento da ideologia conservadora, além dos pressupostos daquilo que estamos denominando neoconservadorismo. No terceiro capítulo, realizamos discussão sobre o conservadorismo moral, baseando-se para isso nos significados da moral, da constituição de preconceitos e do moralismo, além da moralização como medida de enfrentamento à questão social na sociedade brasileira. No quarto e último capítulo, realizamos a apresentação e análise dos dados, a partir dos quais chegamos a valores como a meritocracia, hierarquia, família tradicional, ordem, antiestatismo, individualismo, liberdade sob a perspectiva neoliberal, entre outros, que ganham relevância no pensamento neoconservador e aparecem nas opiniões preconceituosas sobre pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, constatamos que o neoconservadorismo e seus teóricos, representantes e adeptos, desde a sua origem, tomam a moral como fundamento da sociedade e da questão social. Confirmamos também a nossa hipótese de pesquisa segundo a qual grande parte das opiniões sobre beneficiários/as do Programa Bolsa Família se assentam no conservadorismo moral.

PALAVRAS-CHAVE: Neoconservadorismo. Conservadorismo Moral. Moralização da questão social.

EUFRÁSIO, Amanda. **EXPRESSIONS OF MORAL CONSERVADORISM IN THE PRESENT: the blame on beneficiary families of “Bolsa Família” Program.** 2019. 1 Thesis (Doctorate)- Social Work Course, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The investigation of the moralization of the social issue from an income transfer program, such as the “Bolsa Família” Program, is the focus of this research. It was based on the assumption that the expansion of the program in the country resulted in daily manifestations, based on moralism, in relation to the most impoverished people, whose objective was to identify and analyze the elements of neo-conservatism that substantiate the opinions of common sense. We come, then, to the moral conservatism present in these contents. For this research, in addition to the bibliographic research carried out on the subject, the qualitative methodology was used to collect data on internet blogs where they are published and available for sharing in digital social networks, opinions about people who are beneficiaries of the “Bolsa Família” Program. The data were selected between the second semester of 2014 and the first semester of 2018, we selected publications with verbal and non-verbal language that refer to beneficiaries of the “Bolsa Família” Program, based on prejudices and neoconservative ideology, using Internet search engines and key words. It is the continuity of a research on neo-conservatism and its expressions in the professional practice of Social Assistants, initiated in the Masters, and that we chose to extend the analysis out of the professional field, without totally dissociating itself from it. From this, we infer the correspondence of the collected material with stereotypes / stigmas that are often attributed to the beneficiary families of the “Bolsa Família” Program. In the first chapter, we deal with the roots of conservative thinking and its main characteristics. In the second chapter, we locate some important historical landmark of the process of development of conservative ideology, in addition to the assumptions of what we are calling neo-conservatism. In the third chapter, we discuss moral conservatism, based on moral meanings, the constitution of prejudices and moralism, as well as moralization as a means of coping with the social question in Brazilian society. In the fourth and last chapter, we present and analyze the data, from which we arrive at values such as meritocracy, hierarchy, traditional family, order, antistatism, individualism, freedom under the neoliberal perspective, among others, that gain relevance in neoconservative thought and appear in the prejudiced opinions about people beneficiaries of the “Bolsa Família” Program. In addition, we find that neo-conservatism and its theorists, representatives and supporters, from their origin, take morality as the foundation of society and the social issue. We also confirm our research hypothesis that a large part of the opinions about beneficiaries of the “Bolsa Família” Program are based on moral conservatism.

KEY-WORDS: neo-conservatism; moral conservatism; moralization of the social issue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fim do bolsa família.....	145
Figura 2- Manifestações 2013/ Eleições 2014.....	145
Figura 3- Curral eleitoral.....	146
Figura 4- Governo vai financiar eletrodomésticos.....	146
Figura 5- Boato do fim do bolsa família.....	146
Figura 6- Reajuste para o programa bolsa família.....	147
Figura 7- Voto de cabresto.....	147
Figura 8- Estrangeiros terão direito ao bolsa família.....	148
Figura 9- Aumento do bolsa família às custas de programas sociais para crianças e adolescentes.....	171
Figura 10- Como promover deliberadamente a explosão demográfica para aumentar a desigualdade social no Brasil.....	172
Figura 11- A verdadeira bolsa família.....	172
Figura 12- Bolsa família: benefício é ampliado para 5 filhos.....	173
Figura 13- Boatos sobre o bolsa família.....	173
Figura 14- Bolsa família dá mais verba que fundo de participação a 457 municípios.....	174
Figura 15- Fim do bolsa família.....	174
Figura 16- Bolsafamiliaista!.....	175
Figura 17- Bolsa família e o comodismo social dos políticos.....	175
Figura 18- Filhos zero- novo programa do governo federal.....	176
Figura 19- Charge bolsa família.....	176
Figura 20- Boato de suspensão do bolsa família.....	177
Figura 21- Assistencialismo <i>versus</i> pobreza.....	177
Figura 22- Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em 2014 já!.....	178
Figura 23- Triste realidade.....	179

Figura 24- A estagnação social e o atestado de pobreza.....	194
Figura 25- O bolsa família e as contradições do PT.....	195
Figura 26- Ainda bem que foi boato... ..	196
Figura 27- Cartão amarelo TN- bolsa família.....	196
Figura 28- Bolsa família veio para ajudar ou prejudicar o Brasil???......	197
Figura 29- Não é boato!.....	200
Figura 30- Governo folgado.....	201
Figura 31- Boato do fim do bolsa família.....	201
Figura 32- E se o bolsa família acabasse.....	202
Figura 33- Dilma vai doar um carro para os vagabundos do bolsa família.....	202
Figura 34- Bolsa família pagou R\$ 3,3 bi a empresários e mortos.....	203
Figura 35- Inserção do Samba Nega Maluca no bolsa família.....	203
Figura 36- Vadiagem no Brasil não é mais crime.....	204
Figura 37- Bom dia, trouxa: extrato bolsa família.....	205
Figura 38- Comportamento- bolsa família- charge.....	205
Figura 39- Boato de suspensão do bolsa família.....	206
Figura 40- Esmolas e votos.....	206
Figura 41- Fim do bolsa família... ..	206
Figura 42- Bolsa família kkkkkk.....	207

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1- EMERGÊNCIA E FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR	39
1.1. Raízes Antiburguesas do Conservadorismo.....	39
1.2. O Caráter Antiliberal da Ideologia Conservadora Emergente.....	46
1.3. Características Antidemocráticas do Conservadorismo.....	52
1.4. A Força da Tradição na Ideologia Conservadora.....	62
CAPÍTULO 2- DESVENDANDO OS PRESSUPOSTOS DO NEOCONSERVADORISMO	66
2.1. Mudanças de Funcionalidade da Ideologia Conservadora.....	66
2.2. Expressões do Neoconservadorismo.....	75
CAPÍTULO 3- A QUESTÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO CONSERVADORISMO MORAL	109
3.1. Moral, Vida Cotidiana e a Constituição dos Preconceitos.....	109
3.2. Formação Sociocultural do Conservadorismo Brasileiro.....	123
3.3. Moralização da Questão Social.....	130
CAPÍTULO 4- BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: OPINIÕES E COMENTÁRIOS NAS MÍDIAS SOCIAIS VIRTUAIS	144
4.1. Categoria (A): “Ignorantes Políticos”/ “Manipulados”/ “Tutelados” e “Dependentes” do Estado.....	144
4.2. Categoria (B): Mães “Irresponsáveis”/ “Negligentes”.....	170
4.3. Categoria (C): “Vagabundos”/ “Acomodados”.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS	232

INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada é a de que a expansão, divulgação e o maior investimento em Programas de Transferência de Renda (PTRs), como o Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, resultaram em intensas, frequentes e, até mesmo, violentas manifestações neoconservadoras¹, por parte de segmentos da sociedade brasileira, direcionadas à população mais empobrecida, e caracterizadas pelo conservadorismo moral, uma de suas principais expressões.

O objetivo, nesta pesquisa, é identificar e analisar os elementos que fundamentam essa moral conservadora, sob uma perspectiva crítica e a partir de uma abordagem histórica e de totalidade.

Baseamo-nos em pressupostos marxistas de pesquisa, o método pelo qual nos guiamos neste estudo, e que implica um papel ativo e inexaurível do investigador na sua relação com o objeto de pesquisa, com o intuito de se aproximar cada vez mais da essência das situações reais e de suas implicações para os indivíduos. Partindo da aparência do fenômeno, neste caso, o pensamento neoconservador, buscamos abstrair algumas das determinações, categorias do ser social e as relações nas quais estão envoltas, retornando ao objeto de estudo com uma percepção mais rica e crítica, que é resultado do processo da síntese dialética.

No método de pesquisa utilizado na presente tese, também se coloca o uso das categorias teóricas da totalidade, historicidade e contradição, enquanto elementos centrais do processo investigativo nas ciências sociais. Desse modo, a fidelidade ao objeto de pesquisa é um pressuposto teórico, o que significa partir da sua forma real, dentre as que é representado e, somente a partir daí, empenhar-se em compreendê-lo em seu movimento histórico e repleto de complexidades. Portanto, identificar as categorias teóricas na realidade e buscar as articulações entre elas na totalidade histórica é um princípio para quem pretende se orientar por esse

¹ Na presente tese, utilizamos a expressão conservadorismo para nos referir ao pensamento conservador “clássico” (NETTO, L. E., 2011), oriundo de reações à Revolução Francesa, durante os séculos XVIII e XIX, com características mais tradicionalistas. Já o neoconservadorismo é uma expressão que utilizamos para nos referir à reatualização do pensamento conservador, nos tempos recentes, que agrega princípios do neoliberalismo em sua estrutura. Segundo Barroco (2015, p. 624-625): “Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.”

caminho teórico-metodológico. Consideramos que a perspectiva ontológica marxiana possibilita a produção de um conhecimento mais adequado da realidade social (TONET, 2013).

Assim, compreendemos que a pesquisa qualitativa e o método acima exposto, que norteiam a elaboração desta tese, nos permitem aprofundar os conhecimentos sobre o tema e o objeto de pesquisa escolhido, ainda que de maneira parcial e limitada, tendo em vista os prazos para a conclusão desse processo de investigação científica que não correspondem ao tempo necessário para maior apropriação e reflexão sobre a massa crítica existente.

Ao investigar tais expressões do neoconservadorismo que recaem sobre a população mais pobre, culminando em situações de discriminação social e de violação de direitos humanos, salientamos ainda os seguintes objetivos específicos: 1. Aprofundar os estudos sobre os pressupostos do neoconservadorismo e suas principais características na atualidade; 2. Compreender as determinações sócio-históricas que incidem sobre as concepções teórico-políticas e ideológicas da sociedade; 3. Analisar alguns dos valores da moral conservadora que aparecem nas produções de teóricos sociais e nas manifestações práticas cotidianas; 4. Discutir os reflexos do neoconservadorismo brasileiro nas abordagens e no tratamento dado à questão social em nosso País; 5. Suscitar reflexões sobre a tendência à moralização da questão social nos tempos atuais; 6. Denunciar e dar visibilidade a situações de discriminação social e de disseminação de preconceitos na atualidade.

Para isso, delimitamos o objeto de pesquisa da presente tese às opiniões sobre pessoas beneficiárias do PTR, o PBF, que são publicadas em *blogs* da internet e estão disponíveis para compartilhamento nas redes sociais. Os *blogs* surgiram como uma espécie de “diário pessoal” *on-line*, que se caracterizam por conter publicações de pensamentos, textos, imagens, fotos, opiniões, comentários, que são atualizadas periodicamente por seus autores² e ficam disponíveis para compartilhamento. Trata-se de “[...] uma das primeiras formas de rede social da Internet”³, que se diferencia dos *sites*, locais que têm caráter mais institucional.

Os *blogs* proporcionam maior interação dos autores com os seus leitores e funcionam como uma mídia social em que as opiniões têm peso relevante em seu conteúdo. Qualquer pessoa pode criar um *blog* e se tornar um blogueiro, assim como, por ter um formato de diário pessoal, tratar de diversos assuntos, e blogueiros são livres para publicar o que quiserem, desde que não violem a legislação em vigor⁴. Desse modo, as opiniões coletadas para análise são de

² Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2011/12/o-que-e-um-blog.amp>. Acesso em: 14 set. 2018.

³ Disponível em: <https://www.hostnet.com.br/blog/qual-a-diferenca-de-um-site-para-um-blog/>. Acesso em: 14 set. 2018.

⁴ Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

pessoas anônimas, usuárias das redes sociais na internet. Entretanto, mesmo não havendo uma autodeclaração, por parte dessas pessoas como neoconservadoras em seus perfis nos *blogs*, fica evidente uma identificação destas com ideias e posicionamentos neoconservadores, se considerarmos o conteúdo dos *posts* compartilhados.

Objetivamos demonstrar que parte considerável das críticas aos/às beneficiários/as do PBF está centrada nas impressões de indivíduos, não beneficiários do programa, sobre o que estes consideram ser comportamentos, atitudes, hábitos dos segmentos mais empobrecidos da população, o que, não raramente, resulta na reprodução de estereótipos por meio do preconceito. Esses mesmos indivíduos são influenciados pelo senso comum, mas também por uma ideologia⁵ neoconservadora, manifestada nos vários espaços da vida social, como, por exemplo, nos espaços de comunicação entre os indivíduos, que são viabilizados pelos veículos midiáticos.

Um dos motivos pelos quais optamos pelas mídias sociais na internet como fonte da nossa pesquisa e os *posts* nelas publicados como objeto da nossa investigação, foi o reconhecimento do poder ideológico da mídia. Os meios de comunicação de massa exercem poder, sobretudo, sob o ponto de vista econômico, tendo em vista que fazem parte de uma “indústria cultural” - termo cunhado por filósofos e sociólogos da Escola de Frankfurt como Theodor W. Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) - operada por empresas privadas, numa aliança com o poder do Estado que faz concessões públicas de canais de rádio e televisão, de modo a fortalecer o monopólio da comunicação e informação, como é exemplo do que ocorre no Brasil.

No caso dos meios eletrônicos digitais, essa priorização dos fins econômicos não é tão diferente, porque as redes sociais virtuais são parte de uma estrutura empresarial altamente concentrada e com forte controle de países que gerenciam a internet em nível mundial, como os Estados Unidos da América (EUA). É certo que, no caso das redes sociais digitais, esse monopólio mercantil é confrontado com os efeitos da livre produção e circulação de informações que, em certa medida, podem promover ações mais democratizadoras, no que diz respeito ao uso dessas informações.

Produto desse viés econômico, o poder ideológico dos meios de comunicação de massa manifesta-se por meio da formação de valores, ideias, opiniões, hábitos - entre eles, o de consumo -, em meio a um cenário de manipulação política, social, cultural. Dentre as várias formas de manipulação midiática, Chauí (1982) faz referência à “ideologia da competência”

⁵ Trataremos da categoria ideologia mais adiante.

muito veiculada nos meios de comunicação. O “discurso competente” permeia todos os espaços midiáticos; os detentores de um saber ou de um conhecimento, chamados de especialistas, dizem o que é absorvido por grande parte da população como verdade.

Não se trata mais apenas da imagem que veicula fatos em tempo real, mas daqueles sujeitos que os comentam, “esclarecendo” e explicando as causas, “auxiliando” o público a refletir, opinar, posicionar-se, fazer escolhas. Os “especialistas competentes” estão no rádio, na TV, nas revistas, nos jornais, nas redes sociais digitais e em outros meios multimídias. No Brasil, onde a maioria das pessoas ainda se informa pela televisão sobre o que acontece no País - resposta de quase 90% dos entrevistados em pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social do governo, em 2016⁶ -; além de usar a internet como principal recurso para obter informações, resposta mencionada por 49% dos entrevistados, com ênfase nas redes sociais virtuais, recurso este utilizado por 62% da população brasileira⁷, o poder ideológico dos meios de comunicação é um dado relevante que constatamos em nosso cotidiano.

Apesar de sabermos que o ciberespaço é um local difuso de troca de informações e manifestação de opiniões misturadas a tentativas de construir e expressar identidades e, ainda, de fechar cada vez mais as pessoas em seus universos íntimos e em suas vidas privadas, como explica Barroco (2011), resultando muitas vezes no esbravejar de opiniões vazias que não são, necessariamente, emitidas com o intuito de agregar e construir conhecimentos, o consideramos um ambiente de pesquisa bastante rico para a coleta de opiniões baseadas no senso comum, que podem se tornar conservadoras (IASI, 2015). De fato, essa exposição do espaço privado que sistemas como o Facebook e *blogs*, entre outros, nos propiciam, pode nos levar a uma dimensão mais pública, mesmo que seja na interação restrita apenas com nossos amigos mais próximos, isto é, os nossos momentos, sentimentos e nossas opiniões estão sendo compartilhados com o público que selecionamos e há algum objetivo por trás disso. Segundo Recuero (2009, p. 26-27):

Como Döring, Lemos e Sibilia perceberam, há um processo permanente de construção e expressão de identidade por parte dos atores no ciberespaço. Um processo que perpassa não apenas as páginas pessoais, como *fotologs* e *weblogs*, *nicknames* em *chats* e a apropriação de espaços como os perfis em *softwares* como o Orkut e o MySpace. Essas apropriações funcionam como uma presença do “eu” no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. Essa individualização dessa

⁶ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016.

⁷ Segundo o relatório Digital in 2018: The Americas, “entre as redes sociais mais acessadas pelos brasileiros está o YouTube com 60% de acesso, o Facebook com 59%, o WhatsApp com 56% e o Instagram com 40%” (Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/62-da-populacao-brasileira-esta-ativa-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 3 fev. 2019).

expressão, de alguém “que fala” através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet. Sibilia (2003) chama de “imperativo da visibilidade” da nossa sociedade atual essa necessidade de exposição pessoal. Esse imperativo, decorrente da intersecção entre o público e o privado, para ser uma consequência direta do fenômeno globalizante, que exacerba o individualismo. É preciso ser “visto” para existir no ciberespaço. É preciso constituir-se parte dessa sociedade em rede, apropriando-se do ciberespaço e constituindo um “eu” ali (Efimova, 2005). Talvez, mais do que ser visto, essa visibilidade seja um imperativo para a sociabilidade mediada pelo computador (grifos do original).

Compreendemos que as manifestações de opiniões que são “compartilhadas” nas redes sociais virtuais revelam “verdades individuais”, em busca de aceitação ou não e, mais do que isso, expressões ideológicas que visam disseminar valores e modos de ser que representam interesses de classe. Nesse sentido, consideramos legítimas a coleta e análise dos dados que são disponibilizados no ambiente virtual, inclusive, porque o uso das redes sociais na internet tornou-se uma atividade cotidiana importante, voltada para a comunicação entre as pessoas. Sabe-se que as mídias sociais virtuais compõem um universo de pesquisa muito amplo e diversificado, de modo que a amostragem dos dados utilizada para esta pesquisa sequer chega próxima da totalidade das opiniões expressas nas redes sociais na internet sobre beneficiários/as do PBF.

Outro fato relevante que nos levou a escolher essa fonte e objeto de pesquisa foi a constatação de que, no caso de pesquisa e consulta a *blogs* da internet, há um movimento ativo por parte de “internautas” na busca por informações em determinadas fontes, como, por exemplo, *blogs* de representantes da ideologia neoconservadora ou de representantes de grupos de direita⁸, com as quais se identificam.

Já no caso do uso de redes sociais digitais, como o Facebook⁹, o papel do público usuário da internet se diferencia no sentido de que as informações compartilhadas chegam por meio dos “amigos” ou “amigos dos amigos” no ambiente virtual, ou, até mesmo, de pessoas

⁸ De acordo com Silva *et. al.* (2014, p. 409), desde as manifestações de junho de 2013, grupos conservadores e de extrema direita passaram a dividir os espaços públicos com movimentos sociais “[...] para expor em público suas convicções segregadoras, irracionais e autoritárias”. Entre estas, acompanhamos manifestações pelo fim das cotas nas universidades públicas e pelo fim do PBF. Estamos considerando como grupos de direita que ganharam notória visibilidade e apoio por parte de segmentos da população brasileira, sobretudo, a classe média, desde esse período, aqueles que se identificam com “partidos, movimentos e políticos profissionais vinculados ao ideário burguês”, conforme explicam as autoras. Para elas, há uma dificuldade de compreensão e definição dos campos políticos da esquerda e direita, na atualidade, no entanto “[...] ainda que pesem as transformações ocorridas na sociabilidade burguesa, no Estado e em seu papel na regulação dos antagonismos de classe e os novos desafios no interior da luta de classes, a nosso ver, a diferenciação ideológica entre esquerda e direita não foi superada pela processualidade histórica. A direita permanece como campo político vinculado aos interesses de dominação, opressão, apropriação privada da riqueza social e, portanto, à reprodução da ordem do capital. Assim como a esquerda se mantém como campo político vinculado aos interesses da classe que vive do trabalho e à necessidade imperiosa de ultrapassagem da sociabilidade do capital” (SILVA *et. al.*, 2014, p. 413).

⁹ Muitos dos conteúdos postados nos *blogs* são compartilhados em redes sociais como o Facebook.

fora desse círculo de contatos e que, não raramente, tal conteúdo é filtrado pelos indivíduos destinatários dessas mensagens, sem aprofundar as análises. Ainda assim, compreendemos que há também um papel ativo dos sujeitos no processo de identificação, ou não, com tais informações e ideias, que são propagadas indistintamente e, na maioria das vezes, de maneira distorcida, assim como na sua reprodução, tanto nas redes sociais digitais como nas relações pessoais cotidianas.

Ao optar pelo estudo de opiniões e comentários acerca de pessoas beneficiárias do PBF que são publicados nas redes sociais na internet, estávamos cientes de que o espaço virtual apresentava riscos no que tange ao rigor científico exigido por uma tese de doutorado. Afinal, dentre os desafios que a internet nos coloca como fonte para coleta de dados, além dos já citados aqui, estão o de aplicar uma abordagem metodológica que possibilite lidar com dificuldades muito particulares desse tipo de pesquisa, como a infinidade de materiais disponíveis no ciberespaço; a impermanência de parte deles no mesmo endereço virtual; a variedade de formatos nos quais são apresentados, ora na forma de imagens, ora na forma de textos, e/ou sons, vídeos, etc. e, com isso, entre as exigências que se colocam a pesquisadores que optam por tal fonte de pesquisa, destacam-se as adaptações, necessárias a tais situações (FLICK, 2009). Insistimos na opção por essa fonte de dados pelo fato de que, nesse universo, as manifestações ideológicas acirram-se e polarizam-se enquanto reflexo da vida real cotidiana¹⁰.

Os cuidados tomados no que se refere aos desafios impostos pela coleta de dados nas redes sociais digitais foram: 1. Delimitar um intervalo de tempo para a busca e coleta dos dados, que se deu entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre do ano de 2018; 2. A seleção de conteúdos na forma de imagens e charges acompanhadas ou não de textos, sendo que no caso de conter acesso a outros meios multimídias como *sites* na internet e vídeos no YouTube, mantivemos a referência a estes já existente no texto original.

Há um consenso, entre os pesquisadores do tema, segundo o qual as redes sociais virtuais constituíram-se em um importante espaço de comunicação que, via computador, conecta indivíduos, ideias, grupos (RECUERO, 2009). As redes sociais na internet erguem-se sobre uma estrutura formada por atores e suas conexões, segundo a autora:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na

¹⁰ Trataremos da categoria vida cotidiana no Capítulo 3.

estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p. 24, grifos do original).

Nesse sentido, outra dificuldade que esse tipo de estudo apresenta diz respeito à amplitude e diversidade do universo de pesquisa em questão, que impede o estudioso de conhecer, mais rigorosamente, os atores que compõem a amostra selecionada para análise. Isto é, os critérios utilizados para coleta dos dados nos levaram a conteúdos disponíveis nas redes sociais virtuais que foram publicados por um conjunto de pessoas muito díspares entre si, bem como os contextos nos quais se encontram. Trata-se, portanto, de pessoas com idades, crenças, perfis diferentes, e que divulgaram suas opiniões e comentários sobre pessoas beneficiárias do PBF, com objetivos e finalidades diversas.

Não foi possível, dentro dos limites de tempo para elaborar a presente pesquisa, realizar uma investigação aprofundada e traçar um perfil mais completo e rigoroso dos autores dos *blogs* pesquisados e seus seguidores. Em um brevíssimo levantamento sobre as informações dos perfis dos blogueiros, publicadas por alguns deles, constatamos que, do total de 42 dados coletados para análise, 17 são provenientes de *blogs* que não têm quaisquer informações sobre o perfil de seus autores; em sete dos *blogs* pesquisados, os autores declaram exercer a profissão de chargista/cartunista/ilustrador; outros sete informam a profissão de jornalistas; três são professores e, entre aqueles que divulgam, nos perfis de seus *blogs*, a idade e data de nascimento, identifica-se que a faixa etária é de 33 a 65 anos. Consideramos as demais informações irrelevantes para uma sistematização.

Nas entrevistas e outras técnicas de pesquisa utilizadas por pesquisadores sociais, em que há contato pessoal e maior proximidade com a realidade dos sujeitos com quem se fala, ainda assim, não é possível abranger a totalidade das expressões dos interlocutores “[...] porque estes apresentam singularidades próprias de suas biografias” (GOMES *In*: MINAYO, M. C. de S., 2013, p. 79) que a pesquisa não nos permite alcançar; e esse é um dos limites da pesquisa social qualitativa.

No caso da pesquisa social utilizando a internet como fonte de dados, esse desafio amplia-se, porque, além do distanciamento com os sujeitos de pesquisa, os atores, nas redes sociais na internet, são indivíduos que decidem expor publicamente suas ideias; disseminar informações (sejam elas reais ou não); analisá-las, comentá-las, com objetivos diversos, conforme mencionado anteriormente. Estes vão desde a utilização da comunicação *on-line* enquanto potência agregadora e articuladora de ideias e engajamento social, portanto, enquanto uma ferramenta ideológica importante para o ativismo político, até a construção de um espaço

do “eu”, em que se procura construir lugares de fala, de “narração do eu” com a forte presença de “elementos da personalidade e individualidade” dos sujeitos, como aponta Recuero (2009), que existe, em grande parte, para construir e afirmar identidades, um “lugar no mundo” e, em alguns casos, para possibilitar a interação e a constituição de laços sociais, tendo em vista que, nesse modelo de sociedade em que vivemos, o individualismo orienta nossas vidas, chocando-se com a capacidade e necessidade humana de socializar-se e conviver com o outro. Em outros casos, a sua utilização serve como canal para expressar insatisfações, disseminar ódio e agir com violência.

Os caminhos metodológicos traçados foram os seguintes: selecionamos publicações em *blogs* disponíveis na internet, com linguagem verbal e não verbal, que fazem referência a beneficiários/as do PBF, fundamentada em preconceitos¹¹ e estereótipos. Para isso, utilizamos como instrumento de investigação na internet três dos principais buscadores no Brasil¹², nas seções Imagens, são eles: Google Brasil, Bing e Yahoo, que nos levaram aos *blogs* com o conteúdo desejado e ao qual usuários das redes sociais virtuais têm acesso.

As palavras-chaves empregadas foram “charge bolsa família”, “bolsa família + vagabundo”, “bolsa família + acomodado”, “bolsa família + dependente”. A partir da inferência à sua correspondência com estereótipos/estigmas, como “vagabundos”, “acomodados”, “dependentes”, “irresponsáveis”, “negligentes”, “mulheres que engravidam para se beneficiar com o PBF”¹³, chegamos a 50 dados. Desse total, selecionamos 42, que mais se aproximavam de opiniões fundamentadas em valores neoconservadores.

¹¹ Mais adiante, no capítulo 3, veremos que os preconceitos são reproduzidos na vida cotidiana, servindo de estereótipos e analogias para explicitá-los (BARROCO, 2016a). Diz ainda a autora que: “Por se basear em verdades conservadas pela experiência e oferecer resistência ao novo, o preconceito tende a se manifestar em modos de comportamento conservadores” (BARROCO, 2016b, p. 31).

¹² Pesquisa realizada pela Serasa Experian, em 2015, aponta que, entre os buscadores mais utilizados no Brasil estão: Google Brasil, em primeiro lugar; Bing, em terceiro lugar; e Yahoo! Brasil, em quarto lugar (Disponível em: <https://olhardigital.uol.com.br/noticia/ranking-dos-buscadores-no-brasil/46539>. Acesso em: 21 set. 2015).

¹³ Além de constatarmos a reprodução desses estereótipos/estigmas na atuação profissional como Assistente Social na execução da Política de Assistência Social e no trabalho com famílias beneficiárias de PTRs, no período de 2008 a 2012, no município de Arujá, em São Paulo. Estes também se revelaram em dados da Pesquisa de Mestrado em Serviço Social, por mim elaborada e concluída no ano de 2014, com o título “Trabalho com Famílias na Assistência Social: Novas Expressões do Conservadorismo?”, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Devemos aqui mencionar ainda que a disseminação de “mitos” referentes a beneficiários/as do PBF passaram a ser tão frequentes que o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tinha como Ministra Tereza Campello, em 2014, chegou a publicar, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um livro em comemoração aos 10 anos de existência do PBF, no qual temas como taxa de fecundidade e “efeito-preguiça” foram abordados para esclarecer a população. Baseamo-nos nesses estereótipos amplamente reproduzidos por parte da população brasileira acerca de beneficiários/as do PBF para buscarmos os dados da presente pesquisa. Os estudos e pesquisas realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (Nepedh), da PUC/SP, também nos levaram à estruturação desse conjunto de estereótipos que foi utilizado como referência na etapa da coleta de dados.

Em levantamento inicial, com base em revisão de literatura sobre o pensamento conservador, identificamos a predominância de valores no “conservadorismo clássico” (NETTO, L. E., 2011) tais como “tradição”, “autoridade”, “hierarquia”, “prudência”, “ordem”, “desigualdade”, “família tradicional”, entre outros, que foram abordados no primeiro capítulo.

Durante a análise dos dados, fomos percebendo que esses valores não aparecem diretamente no material coletado, o que confirma a tese segundo a qual o neoconservadorismo é uma reatualização do pensamento conservador que incorpora outros princípios e valores do neoliberalismo, do pensamento pós-moderno (BARROCO, 2015; SANTOS, 2007), bem como de outras expressões ideológicas que fazem apologia ao sistema capitalista na atualidade.

Sendo assim, realizamos mediações teóricas para encontrar como os valores do “conservadorismo clássico” estão postos nas expressões do neoconservadorismo analisadas.

Nesse trabalho realizado durante a coleta, sistematização e análise dos dados, constatamos que os preconceitos retratados nas figuras e textos, sob a forma de estereótipos de beneficiários/as do PBF, fazem alusão a valores, como os acima mencionados, ou à “ausência” dos mesmos, de maneira negativa, depreciativa, discriminatória e violenta, situação que é consequência direta da manifestação de preconceitos. A importância que a moral assume, sob a forma do moralismo, também nos levou à confirmação de posicionamentos neoconservadores nos dados coletados.

O material para ser analisado foi selecionado com base nos seguintes critérios: 1. A escolha de textos com linguagem verbal e imagens que fazem alusão ao que neoconservadores entendem como sendo comportamentos, atitudes, condutas, valores de beneficiários/as do PBF; 2. A disponibilidade desses textos em *blogs* na internet para compartilhamento nas redes sociais virtuais; 3. A publicação nos anos de 2003, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2016¹⁴.

Então, num primeiro momento dessa etapa final da pesquisa, coletamos os dados conforme os critérios descritos e utilizando a internet como fonte de pesquisa. Em seguida, organizamos e sistematizamos os dados nas seguintes categorias: a. “Ignorantes políticos”/ “Manipulados”/ “Tutelados”; b. “Mães irresponsáveis”/ “Negligentes”; c. “Vagabundos”/

¹⁴ 2003: Ano em que foi criado o Programa Bolsa Família (PBF); 2007: Ano em que houve o primeiro reajuste dos valores dos benefícios do programa; 2008: Eleições municipais em que o Partido dos Trabalhadores (PT) teve expressivo número de candidatos eleitos; 2011: menor índice de reajuste do PBF, desde a sua criação; 2012: Expressiva eleição de prefeitos municipais pelo PT e aprovação do projeto de lei que criou o plano Brasil Carinhoso, estratégia do governo federal para superação da extrema pobreza, no governo Dilma; 2013: Manifestações de junho e notícia falsa divulgada na mídia sobre o fim do PBF; 2014: Reeleição de Dilma Rousseff, quando nordestinos foram acusados de tê-la mantido no poder por causa do PBF; 2016: *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e posse do então vice Michel Temer. Polêmica de que o governo ilegítimo recém-empossado iria acabar com o PBF.

“Acomodados”. Estas representam as avaliações que retratam uma visão preconceituosa sobre a população beneficiária do PBF publicadas em *blogs*, as quais articulamos com valores do neoconservadorismo. Importa observar que na categoria B optamos por dar destaque às “mulheres mães” na categorização, porque identificamos um recorte de gênero bem marcado nessas opiniões sobre famílias beneficiárias do PBF.

Com o *corpus* de pesquisa definido, partimos para a análise e interpretação dos dados, de forma a entender e explicar por que tais opiniões sobre pessoas beneficiárias do PBF se fundamentam no neoconservadorismo e, mais especificamente, no conservadorismo moral. A análise dos dados foi feita ao final do trabalho, quando nos esforçamos para articular o conteúdo do material coletado com os propósitos da pesquisa, interpretando-o a partir da fundamentação teórica pesquisada (GOMES, *In*: MINAYO, M. C. de S., 2013). Como explica o autor, na pesquisa qualitativa, esse processo se dá arduamente, já que a análise dos dados vai sendo construída ao longo de todo o processo. Ao final da pesquisa, inevitavelmente, fomos retornando às fases anteriores, muitas vezes, acrescentando leituras para uma cuidadosa interpretação dos dados. Esse foi o movimento ao longo de toda a elaboração desta tese.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e do tipo exploratória. Optamos pelo método qualitativo de pesquisa que dá maiores possibilidades de uma aproximação com o caráter complexo do tema, assim como de apreensão e análise dos fatores estruturantes do nosso objeto de pesquisa e de sua dinâmica na realidade (MARTINELLI, 1999). Assim, procuramos explorar os pressupostos e processos sociais reais que constituem as manifestações do neoconservadorismo relativas à população mais pobre no Brasil.

Devo destacar aqui a importância da participação no Nepedh, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Lucia Silva Barroco, orientadora da presente tese, para a construção do projeto e desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, de grande valia e de muito aprendizado foram a participação, ainda no decorrer do mestrado, nas disciplinas e atividades acadêmicas do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, da PUC/SP, especialmente, das disciplinas Fundamentos Filosóficos e Questão de Método nas Ciências Sociais, com o Prof. Dr. José Paulo Netto; Ética e Serviço Social e o Método em Marx, com a Profa. Dra. Maria Lucia S. Barroco; Tendências Teórico-Metodológicas do Serviço Social I e II, com a Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek; Assistência Social - Política Pública e Gestão I, com a Profa. Dra. Aldaíza Sposati; do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Políticas Sociais, com o Prof. Dr. Ademir Alves da Silva; Serviço Social e Cotidiano Profissional I, com a Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli; e da atividade Gramsci e o Serviço Social, com a Profa. Dra. Ivete Simionatto.

Esses momentos foram determinantes para a construção do nosso objeto de estudo e a delimitação do referencial teórico que utilizamos na pesquisa, de autores como Marx, Lukács, Nisbet, Heller, Durkheim, Netto, Barroco, Yazbek, entre outros, que foram centrais para a produção teórica ora apresentada, bem como para a nossa trajetória intelectual, profissional e pessoal. Com certeza, modificaram minha forma de entender o mundo!

Ao constatarmos, durante a pesquisa do Mestrado em Serviço Social¹⁵, formas de pensar e agir baseadas no moralismo, em preconceitos e no senso comum, que tendem ao neoconservadorismo, no exercício profissional de assistentes sociais direcionado às famílias usuárias da política de assistência social¹⁶, várias outras questões passaram a nos instigar para continuarmos na pesquisa desse tema. Dentre elas, a estereotipagem e discriminação de pessoas beneficiárias de PTRs, situação que passou a ocorrer frequentemente após a criação e expansão do PBF e que não se traduz em posturas e atitudes somente de profissionais (ou parte deles), que atuam na área social, como assistentes sociais, mas sim de segmentos da sociedade brasileira, que, muitas vezes, expressam suas opiniões contrárias sob a forma de ataques diretos às pessoas pobres, discriminando-as e atribuindo-lhes hábitos e comportamentos pautados em preconceitos por sua condição de classe.

A presente tese foi elaborada em um momento crucial da história deste País, em meio a turbulências e reviravoltas na economia, política e vida social dos brasileiros. Ao iniciarmos esse processo de pesquisa, em 2014, ainda ocupava a Presidência da República, Dilma Roussef, em cujo governo já vinha se agravando a crise econômica e se instalando um conluio político, interno e externo, no País.

A crise de representatividade do seu governo aumentou quando, tentativas fracassadas e a implementação malsucedida de medidas para tentar equilibrar a política econômica interna, as alianças outrora vigentes, voltadas para a conciliação de classes, marca do governo Lula,

¹⁵ EUFRASIO, A. **Trabalho com famílias na assistência social: novas expressões do conservadorismo?** Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

¹⁶ Para a pesquisa do Mestrado em Serviço Social, foram entrevistadas cinco assistentes sociais, profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), nos municípios de Santa Isabel, Arujá, Mogi das Cruzes e Guararema, na região do Alto Tietê, em São Paulo. Ao coletar e analisar os dados das entrevistas, constatamos que, apesar dos discursos coerentes com os princípios e diretrizes da atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS), constata-se, na intervenção profissional, a reprodução de juízos moralistas e preconceituosos sobre as famílias pobres, conforme fica evidenciado na seguinte fala: “*Olha, esta afirmação [de que as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda são acomodadas e não se esforçam para trabalhar] ela não é 100% verdade. Mas também não é 100% mentira. Nós vemos casos típicos de pessoas que eu digo... eu costumo dizer, ‘viciadas em assistência social’, nós temos famílias que nós sabemos nome e sobrenome, famílias que vêm uma geração de pessoas que são realmente com aquele mesmo perfil de acomodação. [...] Mas, nós pegamos os casos de comodismo, claro que pegamos, mas não dá pra você generalizar e dizer assim: todas as pessoas que participam de grupos são acomodadas. Não. Até porque assim, se ela está no grupo é porque primeiro ela passou por uma avaliação [...]*” (Assistente Social 2, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 165).

foram se enfraquecendo, se desfazendo e voltando-se contra o seu governo. Somaram-se a isso a investigação e apuração de atos de corrupção (envolvendo os vários partidos políticos, mas tendo como foco das apurações e das divulgações na imprensa, o partido do então governo - Partido dos Trabalhadores - PT); as investidas contra a democracia; e diversas mobilizações de vários segmentos da sociedade brasileira, até chegar na efetivação do processo de *impeachment* contra a então presidente. O governo ilegítimo de Michel Temer assumiu no ano de 2016 e, nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República, com suas propostas ultraconservadoras e reacionárias.

Por tratar-se de tema de pesquisa muito atual, as questões discutidas nesta tese remetem a exemplos do que está acontecendo em nosso País. Por isso, fazemos breve menção a alguns fatos recentes, que ocorreram até o primeiro semestre de 2018, pois, se não fosse assim, seríamos consumidos por uma infinidade de novos acontecimentos, sem ter condições de realizar uma análise de conjuntura atual madura e coerente com o que, de fato, está ocorrendo.

Os atuais quadros socioeconômico e político que vivenciamos no Brasil não estão dissociados de processos estruturais e da conjuntura mundial, que têm resultado em longos períodos de desaceleração e crises econômicas cada vez mais frequentes e profundas, como explica Mandel (1982, p. 393): “[...] a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva”, fase essa denominada pelo autor de “capitalismo tardio”. Para além do fenômeno da superprodução¹⁷, transformações societárias recentes que afetam o mundo do trabalho, o sistema produtivo, a configuração dos Estados, atribuem um caráter “novo e inédito à atual crise”, como reforça Netto (2012).

Baseando-se na teoria de Marx, Mézszáros (2011) explica que a sociedade capitalista em que vivemos passou por uma fase de “ciclos econômicos de crescimento e depressão”, e que, desde meados da década de 1970, tais ondas oscilatórias no modo de produção têm dado lugar ao que o autor denomina de “crise estrutural” ou “crise sistêmica” do capital. De acordo

¹⁷ Para Mandel (1982, p. 399): “A crise das relações de produção capitalistas apresenta-se como crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação. Em nossa discussão da inflação permanente já enfatizamos que o sistema é agora incapaz de utilizar uma parte substancial de sua capacidade produtiva em condições ‘normais’ de valores estáveis do ouro - em outras palavras, sem a inflação permanente do crédito e da moeda. As dificuldades fundamentais de realização nunca foram tão óbvias - para uma análise teórica que penetre sob a superfície dos fenômenos econômicos - quanto na fase da ‘onda longa com tonalidade expansionista’ que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. A pressão concorrencial permanente para que se reduzam os preços de custo, para que se aumente a produtividade do trabalho, para que se socialize o trabalho, para que se aperfeiçoe a maquinaria e para que se eleve a composição orgânica do capital manifesta-se inevitavelmente por um *crescimento desproporcional dos valores de uso*. Os ‘muitos capitais’ são assim compelidos a uma expansão permanente e artificial do mercado, e à extensão das necessidades das massas”.

com a sua análise, ainda vivemos momentos de recessão e recuperação econômicos; no entanto, não se trata agora apenas de “altos” e “baixos” na economia, características próprias do jogo do livre mercado e da dinâmica contraditória do capitalismo.

Trata-se de um tipo de crise que envolve “toda a estrutura da ordem do capital”, como explica Netto (2012). A partir das análises desses estudiosos, é possível explicar a crise contemporânea como de ordem “sistêmica”, que tem na sua essência a ampliação de contradições inerentes ao modo de produção capitalista (MÉZSÁROS, 2011). Entre essas contradições, está aquela que dá origem a todas as outras: a socialização do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, cada vez maior, em contraposição à apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. Mézsáros (2011) fala ainda em ações concernentes à reprodução do capital, que levam a ordem do capital a dimensões cada vez mais incontroláveis e “destrutivas”. E essa crise estrutural leva ao recrudescimento da ideologia neoconservadora em todo o mundo.

Os direitos sociais e as medidas de proteção social aos trabalhadores também passam por grandes mudanças, que são orientadas por esse processo incessante de busca de lucros e acumulação de capitais, assim como por preceitos neoliberais¹⁸ que ganham a forma da “desuniversalização”, no âmbito das políticas sociais, como explicam Behring e Boschetti (2011) e ênfase nos programas focalizados de transferência de renda, na política de assistência social, além dos apelos à solidariedade para o enfrentamento da desigualdade social (YAZBEK, 2001).

No caso do Brasil, a materialização de políticas sociais com base no princípio da universalidade e na lógica do direito, apesar das conquistas de garantias em leis, sempre foi um processo ainda mais intrincado, se comparado com as experiências de outras sociedades capitalistas, mesmo que limitadas. Nos últimos 15 anos, o combate à pobreza e desigualdade social, no Brasil, tem se resumido à implementação, expansão e aperfeiçoamento do PBF, o que evidencia uma das faces da realidade, que vivenciamos nessa atual fase do capitalismo, marcada pela despolitização da questão social; pelo arrefecimento de movimentos sociais e de

¹⁸ De acordo com Anderson (*In*: BORÓN; SADER, 2012), o neoliberalismo pode ser definido como um fenômeno distinto do liberalismo clássico. Para o enfrentamento da crise do capital, a partir dos anos 1970, este impõe a seguinte receita: “[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos” (ANDERSON *In*: BORÓN; SADER, 2012, p. 11).

trabalhadores; pelo recuo e divisão das esquerdas; pelo empobrecimento cultural e de correntes das ciências sociais; entre outras situações.

Contudo, vivenciamos atualmente no País uma divisão ainda maior da opinião pública, com relação à política. Mas, sobretudo, experimentamos a insatisfação popular com relação às medidas adotadas pelos últimos governos e o atual governo nas esferas econômica, social e, sobretudo, política, fato que criou um novo cenário de relações de forças sociais que, até então, parecia “estável” e “estagnado”, sob o “controle” das classes dominantes.

Interessante notar que, diante de tal cenário, as medidas de combate à pobreza implementadas pelo governo anterior também passaram a ser questionadas por parte da população brasileira, além de se tornarem alvo do pacote de ajustes fiscais dos governos recentes¹⁹.

A derrubada do PT e de Dilma, em 2016, por meio de *impeachment*, foi um plano da oposição que contou com o apoio incondicional da mídia patronal, representada por grandes emissoras de televisão como a Rede Globo, entre outras, além de revistas de grande circulação nacional como a *Veja*, *Isto É*, e jornais impressos, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e outros. Portanto, parte dos questionamentos de segmentos da população brasileira acerca das medidas recentes de combate à pobreza, como a implementação e continuidade do PBF, é instigado ideologicamente e foi apoiado pelas classes médias que saíram às ruas pelo *impeachment*.

Contraditoriamente, os questionamentos de grande parte da população a respeito não se referem à insuficiência de programas focalizados para o “combate à desigualdade social”, lema muitas vezes apresentado pelo governo federal na divulgação do programa²⁰, mas sim ao aumento dos gastos sociais²¹ feitos pelos governos anteriores. Nesse contexto, o PTR do governo federal e seus resultados, que sempre foram pauta importante, tanto entre a classe política como entre a população em geral, ganha visibilidade ainda maior.

¹⁹ O governo Temer anunciou e passou a executar mudanças no PBF, como, por exemplo, a permanência por até dois anos das famílias no programa mesmo após conseguir emprego formal (pois o governo entende que essa medida incentiva as pessoas a terem um emprego formal) e a “operação pente-fino” nos cadastros do programa que tem por objetivo combater irregularidades, fraudes e garantir o pagamento do benefício às “pessoas que realmente precisam”. (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/10/ministro-fala-sobre-as-mudancas-no-bolsafamilia>. Acesso em: 14 abr. 2017).

²⁰ De acordo com o atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: “O Bolsa-Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil”. (Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 12 abr. 2017).

²¹ “Por gasto social, entende-se aquele destinado a atender às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, bem como os dispêndios que proporcionam oportunidades de promoção social.” (BRASIL, 2015, p. 1).

O que temos acompanhado nos anos recentes é a criação e a expansão do PBF, um dos instrumentos principais adotados por governos recentes para o combate à pobreza e extrema pobreza, via política de assistência social, assim como um programa “facilitador” da garantia do acesso à saúde e educação de pessoas pobres, por meio do cumprimento de condicionalidades, que é recomendado a essas famílias e monitorado por profissionais, em sua maioria assistentes sociais, sobretudo, nas esferas municipal e federal.

Dados dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), apresentados pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)²², apontam que, entre 2004 e 2014, as taxas de pobreza extrema no País tiveram uma queda que variou de 63% a 68,5%, dependendo da linha de análise utilizada, resultado este que se deve ao alcance e à efetividade do programa (IPEA, 2015).

Dados sobre os avanços na política social (saúde, educação, habitação, assistência social, entre outras), a redução do desemprego, o aumento da inserção no mercado de trabalho formal, a implementação de uma política de valorização do salário mínimo, foram divulgados e discutidos como medidas importantes dos governos recentes no Brasil²³. Mas, esses mesmos números têm sido contestados, tanto por movimentos sociais organizados, por setores da esquerda brasileira e pela classe trabalhadora, como por setores políticos de oposição ao governo, empresários, parte da classe média e da elite nacional²⁴.

Da mesma forma, informações sobre os impactos do PBF na diminuição das desigualdades e melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres; na redução da mortalidade infantil; assim como da evasão escolar, do trabalho infantil e no estímulo ao maior

²² Em 2004, durante o governo Lula, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para tratar das políticas de superação da pobreza e da fome no Brasil. De acordo com a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, o MDS foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário recebendo as competências do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (Disponível em: <http://siga.arquivonacional.gov.br/index.php/subcomissoes-de-coordenacao/118-ministerio-do-desenvolvimento-social-e-combate-a-fome-mds>. Acesso em: 13 jan. 2019).

²³ Em reportagem do jornal *O Globo*, de 12/10/2013, intitulada: “Os avanços do PSDB e do PT, comandantes do Planalto nas últimas décadas”, foram apontados os melhores índices nos governos Lula e Dilma, até aquele período, os que estão relacionados ao trabalho, à renda e à diminuição da desigualdade social, enquanto a Educação, a expansão de serviços públicos e a ampliação de bens de consumo básicos correspondem aos melhores índices do governo FHC, de acordo com a mesma reportagem.

²⁴ Entre esses setores, de um lado, destaca-se a esquerda brasileira, que coloca em questão o número crescente de trabalhadores terceirizados nos governos Lula e Dilma em oposição aos dados apresentados de redução do desemprego; além da inexistência de reformas estruturais, como a agrária, política e tributária; a “transferência” de recursos públicos ao mercado financeiro, aos grandes bancos e empresariado nacional; os investimentos insuficientes na qualidade das políticas de educação e no Sistema Único de Saúde (SUS), dados reais que são um contraponto às medidas de enfrentamento da desigualdade social no Brasil. Por outro lado, setores políticos de oposição e parte da sociedade brasileira, assim como a grande imprensa, culpam os governos Lula e Dilma por levarem o País à falência e muitos brasileiros à pobreza com o escândalo de corrupção do “mensalão” e a atual crise econômica e política decorrente, segundo eles, de sucessivos erros de gestão.

poder de decisão das mulheres em seus domicílios e fora dele, também são divulgadas, contestadas e discutidas, de maneira mais superficial, por aqueles que se colocam contrários ao programa, sem conhecê-lo e, de forma pouco mais aprofundada, por técnicos, profissionais, gestores, especialistas, estudiosos do assunto²⁵.

Tais dados apresentados pelo governo federal²⁶ são alvos de diferentes análises e debates polêmicos que, como não poderia ser diferente, são claramente orientados por posicionamentos ideológicos, orientação política e interesses de classe distintos. Não raramente, essas mesmas informações são simplesmente ocultadas pela grande imprensa.

Nesse contexto, há outra dimensão da realidade ainda pouco estudada na área acadêmica²⁷ e com baixa visibilidade nos espaços de discussão com a opinião pública: as pessoas usuárias do PBF sofrem um processo de estigmatização que evidencia situações de preconceito social e desvela as particularidades da polarização nas relações sociais da sociedade brasileira.

Os ataques feitos, principalmente, na forma de julgamentos moralistas aos beneficiários desse programa social, expressam a realidade de uma sociedade estratificada, conservadora e que trata de modo diferente os seus diferentes que nela vivem. Esse tratamento diferenciado advém de “muros” que separam as diferentes classes sociais e que se sustentam em bases materiais de existência desiguais e nas relações sociais predominantes que são construídas a partir dessa realidade.

²⁵ Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani realizaram pesquisa, publicada em livro em 2013, intitulado *Vozes do Bolsa Família - Autonomia, Dinheiro e Cidadania*, quando entrevistaram 150 beneficiárias do PBF, entre os anos de 2007 e 2011, moradoras de algumas áreas rurais e periferias de grandes capitais brasileiras, de estados como Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais, e analisaram os impactos não apenas econômicos do programa, mas também de cidadania e autonomia dessas mulheres e suas famílias. Na opinião pública, há análises que circulam entre as redes sociais e outros meios de comunicação, assim como se manifestam nas atividades cotidianas da população, conforme estudos apontados na presente pesquisa, e que discutem a acomodação, o abandono do mercado de trabalho, o “efeito preguiça”, o mau uso do dinheiro público e as altas taxas de fecundidade das mulheres beneficiárias do PBF.

²⁶ Dados do extinto MDS, com base no Censo de 2010, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que: “As mulheres grávidas beneficiárias do Bolsa Família têm 1,5 de consultas pré-natal a mais do que as grávidas não beneficiárias com igual perfil socioeconômico. [...] A frequência escolar aumentou significativamente na população de 7 a 14 anos. No Nordeste, o percentual de crianças fora da escola caiu para 45,1%. No Norte, a queda foi de 50% em relação a 2000. A taxa de fecundidade caiu especialmente nas regiões Nordeste (-23,4%) e Norte (-21,8%)”. De acordo com a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, “[...] os dados do Censo contribuem para rebater ‘mitos’ em torno do Bolsa Família” (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/censo-do-ibge-comprova-que-brasil-reduziu-desigualdade-social-afirma-ministra>. Acesso em: 16 abr. 2017).

²⁷ Entre os estudos sobre o PBF, consultados para a elaboração desta tese, podemos citar os de Rego e Pinzani (2014); Castro *et al.* (2009); Marques *et al.* (2009; 2010); Silva (coord.) (2016); Carlotto e Mariano (2012), mas apenas em alguns destes há referência à temática do preconceito social relacionado às pessoas beneficiárias do programa.

Nossos questionamentos procuram desvelar alguns dos elementos da realidade que levam à reprodução da ideologia neoconservadora, tendo como principal alvo desse pensamento e suas manifestações práticas, a população pobre que, por muito tempo foi “desassistida” pelo Estado brasileiro. Quadro este que sofreu alterações com o PBF, mesmo sem ter modificado a estrutura desigual da sociedade de classes em que vivemos²⁸, mas que ainda assim tem gerado reações de segmentos da população, inclusive, de parte da classe trabalhadora. Vivenciam o preconceito e a discriminação sociais no dia a dia vários grupos, entre eles, negros, indígenas, mulheres, refugiados ou imigrantes de países menos desenvolvidos, homossexuais, entre outros. O preconceito social tem suas raízes na história da formação da sociedade brasileira e, sobretudo, na estrutura da sociedade capitalista, de modo que a condição de classe é determinante e um agravante em todas as situações de discriminação e preconceito social, geradas também pela condição de gênero e étnico-racial.

Desse modo, entre os fatores que nos estimularam a realizar tal pesquisa está também a realidade que se esconde por trás do “mito” de que a sociedade brasileira é pacífica, acolhedora, unida, fraterna; que não reproduz ou convive com preconceitos ou discriminação de classe, como aponta Chauí (2013). Isto é, em determinadas situações cotidianas é que esse perfil de “cordialidade” do brasileiro (HOLANDA, 2014) dá ênfase a atitudes desrespeitosas, permeadas de ódio, violadoras de direitos e até mesmo violentas, contra a classe trabalhadora, especificamente, contra a população mais empobrecida, o que evidencia o quão viva é a categoria “classes sociais” para a leitura e interpretação da realidade nos dias atuais.

Além disso, nos interessa melhor compreender a postura extremamente retrógrada e peculiar da sociedade brasileira que, ao mesmo tempo em que reivindica a modernização do País mirando-se para isso nos países desenvolvidos, rechaça medidas sociais de impactos significantes, mas bastante limitados, no que diz respeito à essência da questão social, como é o caso de programas de transferência de renda, como o PBF.

Muitos que se declaram e se manifestam contrários a esse programa e sua expansão, fazem críticas mais diretamente ao que consideram ser o perfil dos seus beneficiários; aos critérios de seleção utilizados; à visão preconceituosa e distorcida que construíram sobre atitudes e comportamentos dessas pessoas e não aos objetivos, à metodologia, aos resultados ou ao grau de efetividade de programas como esse. Eis aí o foco da nossa investigação.

²⁸ Pesquisa anual do IBGE divulgada em 2014 aponta que: “O contingente de 1% dos brasileiros mais ricos **ainda** ganha quase cem vezes mais que os 10% mais pobres”. (CARNEIRO, Júlia Dias. **IBGE**: redução da desigualdade no Brasil estaciona nos níveis de 2011. BBC Brasil, 18 set. 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140918_desigualdade_ibge_brasil_pnad_rb. Acesso em: 11 maio 2017).

Cabe aqui destacar que, apesar de importante e necessária, a análise problematizadora dos PTRs, enquanto instrumentos bastante utilizados no âmbito das políticas sociais na contemporaneidade, como é o caso do PBF e outros, no Brasil²⁹, o foco do nosso estudo é a investigação das repercussões da criação e do desenvolvimento desse programa, nos últimos anos, na sociedade brasileira, relativas à opinião pública neoconservadora.

Inicialmente, a certeza era que daríamos continuidade ao tema pesquisado no mestrado, qual seja, o neoconservadorismo, mais especificamente, o conservadorismo moral nos dias atuais. Isso porque esse trabalho nos mostrou que a visão acrítica e a realização objetiva de valores sob a perspectiva de uma moral conservadora, bastante arraigadas na sociedade brasileira, como a defesa da ordem, hierarquia, família com seus costumes tradicionais, tradição, propriedade, liberdade sob a concepção neoliberal, entre outros, resultam na afirmação do moralismo e de preconceitos reproduzidos cotidianamente, que são evidenciados em opiniões e análises sobre beneficiários do PBF. Tais atitudes moralistas e tomadas pelo preconceito (e, em alguns casos, pelo ódio de classe) violam os direitos das pessoas, na medida em que reforçam as desigualdades de classe, as diferenças sociais e, não raras vezes, repudiam a existência do outro e o respeito ao indivíduo.

Ao longo do processo, entre o Mestrado e a preparação para o Doutorado, refletimos que o tema escolhido poderia ser tratado em âmbito mais geral, e não apenas no campo profissional, tendo em vista a pertinência com o momento histórico que vivenciamos, de fortalecimento da cultura, política, moral conservadoras, enfim, de uma ideologia neoconservadora que é reforçada em várias partes do mundo e no Brasil. Foi aí então que optamos por aprofundar a reflexão sobre uma das expressões do neoconservadorismo, que orienta as formas de pensamento e as ações sobre a questão social: a sua moralização. Uma situação que não é nova, basta analisarmos a história, mas que apresenta algumas particularidades no Brasil, como é o caso das recentes manifestações contra as pessoas beneficiárias do PBF, as quais expressam o revigoramento dessa forma de pensar e agir no que diz respeito à questão social na contemporaneidade.

Compreendemos que a moralização da questão social fica evidente em muitas das análises sobre o programa e seus beneficiários. As condições miseráveis de vida das pessoas, a falta de trabalho e o trabalho precário, a que muitos brasileiros estão submetidos por causa de

²⁹ Além do PBF, vigoram, em alguns estados e municípios do País, PTRs como o Renda Mínima, Renda Cidadã (no caso do estado de São Paulo), Projovem, Bolsa-Verde, entre outros, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantido pela política de Seguridade Social e pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993.

um sistema econômico baseado na exploração, são considerados problemas menores quando os conflitos de classes decorrentes desse processo são interpretados como produto de posturas individuais, portanto, no campo da subjetividade, o que pressupõe “soluções” baseadas na responsabilização das pessoas por sua própria condição de pobreza.

Soma-se a isso a leitura da questão social fundamentada no ideário neoliberal, segundo a qual sem o funcionamento do jogo livre de mercado não há liberdade para os homens e progresso para a sociedade, inclusive no que se refere ao bem-estar coletivo.

É com base nessas concepções que problemas na economia e nas condições de vida da sociedade nos dias de hoje são, muito frequentemente, compreendidos como resultado da “excessiva” intervenção do Estado com a finalidade de fazer “justiça social”, ou da falta de capacitação individual para o trabalho; do insuficiente estímulo à concorrência e competitividade; ou como passividade/imobilidade oriundas da baixa autoestima dos sujeitos; bem como da inexistência de habilidades para a superação de dificuldades e o alcance do sucesso que está dado aos merecedores, na sociedade capitalista. Partindo desse entendimento, as propostas para o enfrentamento da questão social e suas diversas manifestações, como a pobreza, estão centradas em atividades terapêuticas, de fortalecimento da autoestima, na autoajuda, no empoderamento³⁰ dos indivíduos e famílias, por meio de ações motivacionais, programas de capacitação e (re)integração social, estímulo à participação religiosa, educação moral, socorro aos mais pobres, em casos de extrema necessidade, formação de capital humano³¹, transferência de renda vinculada a ações que estimulam a inclusão social e a autonomia de famílias pobres.

A execução e expansão do PBF revelou quão viva e presente está a tendência da moralização da questão social nos dias atuais. Essa tendência é uma das expressões da ideologia neoconservadora que se fundamenta nas bases materiais da sociedade moderna em que as desigualdades econômica e social são inerentes, assim como no processo de desumanização e

³⁰ “Empoderamento” é um termo que passou a ser empregado, mais recentemente, por agências bilaterais e multilaterais internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como por organizações sociais e técnicos, como assistentes sociais, que trabalham mais diretamente com famílias empobrecidas e mulheres, de modo que tornou-se um conceito que orienta ações estratégicas no sentido de influenciar as relações de poder dominantes, tanto na esfera familiar, como econômica, social e política, mas que passou a ter os seus significados banalizados, desde a sua emergência nos movimentos sociais feministas. (CARLOTO; MARIANO, 2012).

³¹ Potencial humano para criar ideias, valores, produtos, além de atitudes e respostas a diferentes situações que atendam às expectativas, novas tendências e aos objetivos do mercado de trabalho, portanto, trata-se de um instrumento competitivo, ao qual os indivíduos necessitam recorrer e aperfeiçoar para garantir uma vaga de trabalho ou uma carreira profissional de sucesso.

alienação nas relações entre os homens no contexto de barbárie próprio do estágio de crise e destruição do capitalismo, bem como no avanço das direitas e extrema direita no mundo.

Esse contexto de barbárie se expressa também por meio de acontecimentos históricos recentes que abrem novos espaços para a propagação e materialização da ideologia neoconservadora em nossa sociedade, como é o caso do fortalecimento dos movimentos político-culturais reacionários e extremistas, desde fins do século XX. Trata-se de práticas neonazistas, fascistas, xenófobas, racistas, etc., em vários países como os Estados Unidos e outros do continente europeu e latino-americano, incluindo o Brasil.

Entre as medidas do governo norte-americano fundamentadas em princípios políticos neoconservadores, mesmo antes do atual governo ultraconservador de Trump com discursos e ações xenófobas, sexistas, militaristas e violentas que se concretizam com o impulso ao rearmamento bélico, os apelos à negação da política e a “renovação” dos quadros políticos, as políticas anti-imigração, os ataques ao casamento civil de homossexuais e apoio à negação da prestação de serviços públicos à população LGBT, a recusa em pactuar com acordos de proteção ao meio ambiente, o protecionismo econômico, os ajustes nos gastos sociais, entre outras; podemos lembrar algumas das políticas implementadas durante o governo Bush, entre 2001-2009, sobretudo, aquelas direcionadas aos mais pobres. Baseando-se na ideia de que cortar benefícios sociais incentiva os pobres a saírem da pobreza por esforço pessoal e mudança de mentalidade, a administração Bush promoveu uma dura reforma no sistema previdenciário norte-americano “[...] a fim de introduzir a lógica da responsabilidade individual e da ética do trabalho ao invés de simplesmente ofertar pensões gratuitamente aos pobres” e, sob as mesmas bases teóricas, instituiu a política de “tolerância zero” diante da criminalidade que se fundamenta na ideia de que “[...] punindo-se rigorosamente as condutas criminosas, os potenciais praticantes do ilícito seriam dissuadidos, e a sociedade estaria lhes fazendo um bem” (QUADROS, 2014, p. 54-55).

Além disso, o governo Bush apoiou e promoveu “[...] programas como os de incentivo à abstinência sexual antes do casamento (com o intuito de frear o aumento dos contingentes dependentes do Estado e fomentar a responsabilidade da paternidade e do casamento como valor moral/religioso) e o subsídio estatal para suportar as ações sociais de grupos cristãos como os ‘cheques-educação’ (que permitem que os pais escolham as escolas em que seus filhos estudarão, esquivando-se do ensino público e abrindo margem à matrícula em escolas confessionais)” (QUADROS, 2014, p. 54-55).

No século XXI, tem sido real o aumento do número de votos e a vitória de governantes de partidos que integram o grupo conservador Partido Popular Europeu (PPE) em países como a Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, Reino Unido e França, entre outros. No caso da França, por exemplo, vivencia-se atualmente o crescimento do apoio popular à Frente Nacional composta por integrantes da extrema-direita, como explica Löwy (2015). Entre os princípios defendidos por países que integram o PPE, estão a “democracia, transparência, responsabilidade e prosperidade através da economia de mercado”³², os quais estão diretamente relacionados à base ideológica e institucional do bloco econômico da União Europeia (UE). Quanto aos princípios que dão sustentação a partidos conservadores radicais na Europa, como a Frente Nacional na França, estão o nacionalismo, o protecionismo, o “populismo” (com todos os cuidados que se deve ter no emprego desse termo), conforme alerta Löwy (2015), entre outros, e as expressões ideológicas decorrentes da materialização desses princípios como a xenofobia, o fascismo, o racismo, etc.

Em países como Argentina, Paraguai, Honduras, El Salvador, Brasil e outros, a direita também tem avançado e seus representantes políticos, sejam as velhas figuras ou os novos “rostos” da política profissional, voltaram a ser eleitos democraticamente ou por meio dos chamados “golpes brandos” de Estado, como foram os casos de Honduras, Brasil, Paraguai e Equador. Em meio a tal conjuntura política, os princípios econômicos do neoliberalismo seguem avançando nos países latinos, os mínimos sociais enquanto uma política restrita de governo não chega a se consolidar, o Poder Executivo faz inúmeras tentativas de coagir movimentos populares impondo normas e leis que impactam diretamente nas relações sociais em sua totalidade, mas também em modos de ser que tendem a preservar certos valores.

No Brasil, além do “golpe brando” que colocou Michel Temer na presidência da república, em 2016, o ultraconservador Jair Bolsonaro foi eleito presidente do país em 2018. As ditas “minorias sociais” perderam a pouca representatividade política que tinham e estão sofrendo com o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, assim como outros segmentos da população trabalhadora. Parlamentares evangélicos, ruralistas e ex-militares dominam as esferas do Legislativo Nacional, desde as eleições de 2014, configurando o que ficou conhecido por “Bancada BBB” (Bancada da Bíblia, do Boi e da Bala). Essa mesma bancada além de envolvimento com casos de corrupção, tem apoiado os recentes ataques à frágil democracia brasileira, bem como realizado, escandalosamente, manobras para revogar leis que não atendem

³² Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/politicalparties/index_pt.xml. Acesso em: 1 mai 2017.

aos seus interesses e das elites brasileiras. E, por outro lado, estão aprovando medidas com conteúdo extremamente conservador e retrógrado no que diz respeito aos direitos sociais.

Estudiosos do assunto compreendem que as causas do fortalecimento de movimentos de extrema-direita no cenário mundial são bastante complexas e, entre os seus determinantes históricos, sociais, políticos, culturais, estão também os determinantes econômicos com raízes nos processos de globalização econômica neoliberal e de hegemonia do capital financeiro que vivenciamos na contemporaneidade (LÖWY, 2015). Sobre a extrema-direita no campo político, Silva *et. al.* (2014, p. 413-414) colocam que

A extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, continua apresentando muitos traços originais do contexto de sua emergência: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade- cultural, étnica, sexual- anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior. Compartilhando do ideário político vinculado aos interesses de dominação, opressão e apropriação privada da riqueza social, distancia-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência de suas ações, embora, quando organizada em partidos ou associações públicas, recuse tais práticas por parte de seus membros.

Embora não seja o foco da nossa pesquisa analisar tais movimentos de caráter político que revelam um forte conteúdo conservador na cena contemporânea, compreendemos que estes nos apresentam elementos importantes que nos auxiliam a pensar o neoconservadorismo e suas várias dimensões, como por exemplo, os impactos do processo de mundialização do capital sobre as condições materiais de vida dos indivíduos e o acirramento cada vez maior das contradições de classe que levam ao revigoramento de manifestações desse tipo, como explica Souza (2015) e aponta Barroco (2011, p. 207-208):

Outro dado relevante é o que aponta a origem de classe dos movimentos de direita e sua vinculação com o processo de mundialização do capital, no contexto do neoliberalismo. Estudos têm mostrado (Carneiro, 2004) que movimentos neonazistas vinculados a partidos de extrema direita, como os *skinheads*, surgiram nos anos 1970, com forte determinação do desemprego estrutural e da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras: seus integrantes são jovens, filhos de operários, trabalhadores dos subúrbios e das periferias das grandes cidades e minoritariamente das classes médias empobrecidas.

Segundo dados do Serviço Secreto Alemão (Carneiro, 2004, p. 136), após a queda do Muro de Berlim, em 1989, existiam cerca de 3 mil *skinheads* na Antiga Alemanha Oriental e 1.200 na Ocidental. Ocorreram 2.500 atentados de caráter xenófobo na Alemanha em 1992, e, em 1993, 6 mil, constatando-se que vários deles tiveram o apoio da população (Ibidem). No Brasil, tendo como alvo os negros, judeus, nordestinos, homossexuais e comunistas, os “Carecas do ABC” e outros grupos apoiados pela TFP (Tradição, Família e Propriedade)- movimento católico paramilitar ultraconservador-, têm a mesma origem socioeconômica (Ibidem).

Contudo, buscamos entender as categorias teóricas da moral, ideologia e do preconceito, na medida em que compreendemos que o conservadorismo consiste em ideias, concepções sobre o mundo e os fatos reais que se desdobram em ações práticas negadoras de mudanças nas esferas política, econômica, social, cultural e que visam conservar uma dada ordem social (mesmo permitindo formas mais “inovadoras”, nesse processo), tendo como referência instituições e valores tradicionais, assim como a defesa de princípios neoliberais e do pensamento pós-moderno, o que é uma característica particular do neoconservadorismo.

Compreendemos também que o preconceito pode ser um produto da valorização da experiência e de dogmas, aos quais as pessoas se apegam, traduzindo-se, muitas vezes, em posturas ligadas ao irracionalismo. O preconceito pode ser também resultado da “alienação moral”, quando valores, comportamentos, formas de pensamento “ultrageralizadores”, como explica Heller (2008), são assimilados e reproduzidos cotidianamente, legitimando, assim, juízos provisórios, com base em estereótipos que orientam a prática social dos indivíduos. Ainda segundo a autora, em ambos os casos, os juízos provisórios apenas tornam-se preconceitos, quando são mantidos mesmo após um processo de refutação com análises mais críticas (HELLER, 2008).

Para a análise do tema desta pesquisa, partimos de pressupostos, referenciados em estudos marxistas e lukacsianos, os quais nos ensinam que o campo da ideologia é caracterizado por disputas e conflitos, pois, em uma sociedade dividida em classes, as percepções sobre a vida em sociedade e as ações transformadoras decorrentes são várias, mesmo que predominem determinadas ideias, como é o caso da ideologia burguesa, nessa sociedade, com um papel ativo no direcionamento da existência social, dos comportamentos dos homens e impactos sociais consistentes. De acordo com Lukács (2007, p. 28), desde o marco histórico de 1848, as ideologias foram se delimitando em algumas direções, como a

[...] do liberalismo (idealizando intelectualmente os resultados político-sociais da Revolução Francesa e fixando-os formalmente); do socialismo, dos democratas radicais e jacobinos (buscando alcançar a liberdade e igualdade real ou, pelo menos delas se aproximar); das correntes reacionárias de vários tipos até o fascismo (convertendo a desigualdade e a ausência de liberdade concreta em ‘fato natural’, em ‘lei da natureza’, em dados metafísicos).

Como afirmam Marx e Engels (2007): “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. Partimos do entendimento de que tais ideias dominantes, que são reforçadas e legitimadas, ao mesmo tempo, são questionadas, isto é, ideologias como a neoconservadora, a neoliberal ou a reacionária, entre outras, cumprem o seu papel de ocultar o

processo sócio-histórico da vida em sociedade mas, concomitantemente, a dinâmica societária leva a movimentos no sentido de construir ideologias com um caráter mais emancipatório, contestador e fundamentadas em um senso de justiça social, que podem contribuir para o desvelamento desse processo e para a reivindicação de outras formas de sociabilidade.

Os processos de alienação e estranhamento, assim como de reificação da vida social (NETTO, 1981) nos tempos recentes, são determinantes para a construção de concepções de mundo e das relações entre os seres humanos, o que leva à consolidação de um espaço ainda mais profícuo para o desenvolvimento de ideologias, como a neoconservadora.

Em certas conjunturas, vivenciamos disputas ideológicas mais agudas, fato que acreditamos ocorrer na atualidade, pois convivemos com o fortalecimento da ideologia neoconservadora, em vários países do mundo e na sociedade brasileira, que tem reforçado o processo de alienação e estranhamento e de barbárie da vida social, orientado para uma intensificação da degradação humana, da naturalização da questão social, da fetichização da mercadoria e das demais esferas da vida.

Algumas situações exemplificam esse quadro social que abriu espaço para o fortalecimento do neoconservadorismo, como o avanço dos governos e pautas da direita; a reestruturação produtiva e a implementação de medidas neoliberais que incidem muito fortemente na classe trabalhadora e causam a perda de conquistas históricas dessa maioria; o extremismo religioso; individualismo e consumismo exacerbados, que acirram a competitividade na busca por lucros e coisificam as relações entre os homens; a militarização da questão social; o empirismo e o tecnicismo que substituem o conhecimento e a ciência comprometidos com o estudo do ser social e a emancipação humana; a transformação da questão social em questão moral, sem as devidas mediações; a mercantilização de necessidades sociais; entre outras. Todas essas situações sustentam-se nas relações sociais estabelecidas na contemporaneidade.

Mediante o exposto, a pesquisa foi estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo consiste na contextualização da emergência do pensamento conservador na Europa e de suas principais características, como o posicionamento antiburguês, antiliberal, antidemocrático e tradicionalista. Como referencial teórico, partimos de autores que estudam a ideologia conservadora nesse momento histórico dos séculos XVIII e XIX, os quais conhecemos e passamos a estudar ainda na pesquisa do Mestrado em Serviço Social, como Netto, L. E. (2011),

Nisbet (1987)³³, Coutinho (2010) e Lukács (2007), além de representantes do pensamento conservador dessa época, como Burke (2014).

Nesse segundo capítulo, analisamos as mudanças de funcionalidade do conservadorismo, a partir de meados do século XIX, momento em que o movimento proletário se corporifica; a teoria social de Marx disputa espaço com outras ideologias; a sociologia é criada e o liberalismo se consolida na sociedade. Comte e Durkheim são teóricos aos quais fazemos referência, por sua importância nessa mudança de situação do pensamento conservador. Situamos ainda traços do neoconservadorismo, tendo como base autores neoconservadores contemporâneos, como Russel Kirk; João Pereira Coutinho; e Luiz Felipe Pondé. Importa mencionar que esses autores foram escolhidos porque, além de serem declaradamente neoconservadores, estudam o conservadorismo, portanto, têm uma importância nesse debate contemporâneo e, ainda, por sua visibilidade midiática e na indústria editorial no Brasil. Outro autor, a quem demos destaque, foi Hayek que, apesar de distinguir o liberalismo do conservadorismo, apresenta uma concepção de mundo que se aproxima de vários aspectos do neoconservadorismo (BARROCO, 2013). Barroco (2011) e Santos (2007) contribuem com seus estudos para dialogarmos com alguns dos princípios levantados por esses autores.

Conforme apontado anteriormente, a opção pelo termo por nós utilizado – neoconservadorismo – partiu da compreensão de que, a partir da década de 1970, em um contexto de crise mundial capitalista, com a ascensão do neoliberalismo representada por figuras como Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (EUA), um movimento conservador de “tipo novo” passou a se fortalecer nas esferas política, econômica, moral e social, em vários países, dando forma ao movimento que conhecemos e vivenciamos nos dias atuais. A partir daí, a terminologia “neoconservadorismo” tornou-se comum em nosso vocabulário.

Quadros (2014) e Barroco (2015) explicam que a sociedade norte-americana, no período pós-guerra, foi um “solo fértil” para a “reatualização do conservadorismo”. Barroco (2015) destaca que intelectuais como Irving Kristol, Russel Kirk, e outros, protagonizaram a difusão de uma ideologia que, naquele momento, reagia fortemente aos movimentos de

³³ De acordo com NETTO, L. E. (2011, p. 99): “O que caracteriza o conjunto da obra de Nisbet é a sua sistemática atenção ao *pensamento conservador*- os seus primeiros escritos publicados já contêm o seu ulterior percurso intelectual: o conservadorismo é o seu objeto de interesse e investigação. Mas este interesse vem marcado por dois traços que particularizam a sua obra. O primeiro é a relação que ele sempre perseguiu, pesquisou e evidenciou com enorme ênfase: a relação entre o pensamento conservador (que às vezes preferiu designar por *conservadorismo* ou *conservantismo*) e a sociologia; para Nisbet, esta relação é *genética e constitutiva*. O segundo traço é a própria posição de Nisbet: ele não hesita em considerar-se um *conservador*- no que concordam os analistas do conservadorismo norte-americano recente (Palá, in Vallespín, 1993).” (grifos do original).

contracultura, de defesa de direitos das minorias, ao mesmo tempo em que se mostrava favorável a uma política externa mais rigorosa, para isso, recorrendo à implantação de medidas de segurança nacional e ao militarismo, como eixo orientador da política estadunidense, bem como às ideias que fundamentam o modelo de democracia tipicamente norte-americano, fundado nas liberdades individuais, no poder de consumo, na ordem livre de mercado e nos valores tradicionais familiares e religiosos. Tal ideologia neoconservadora embasava programas políticos, como o do governo Reagan.

Portanto, compreendemos que a expressão neoconservadorismo é a que melhor expressa as características do conservadorismo nos tempos atuais, de modo que o seu prefixo *neo*, para nós, está muito mais relacionado com os princípios *neoliberais* que foram incorporados pelo pensamento conservador e, em menor grau, com o seu real significado em grego e latim “novo”, referindo-se ao conservadorismo, já que entendemos não se tratar de um novo conservadorismo e sim do revigoramento de uma ideologia nascida há séculos atrás.

Partimos do pressuposto de que não é possível compreender a ideologia neoconservadora e como esta se concretiza na vida dos homens sem apreender as suas particularidades e conexões com os processos constitutivos da sociedade em que vivemos. Ao ter como um dos propósitos desta pesquisa, demonstrar que atitudes moralistas em relação aos beneficiários do PBF fundamentam-se em valores e princípios do neoconservadorismo, esforçamo-nos para explicar como esses foram se desenhando e se configurando historicamente até os nossos dias³⁴.

No terceiro capítulo, tratamos sobre a moral, a vida cotidiana, os preconceitos e a constituição de determinados valores morais na sociedade brasileira. Baseamo-nos em Heller (2008) e Barroco (2001), fundamentalmente, para colocar em discussão alguns pontos. Tratamos ainda dos processos que levam a manifestações do conservadorismo moral na atualidade e das tendências à moralização da questão social que atingem a esfera pública do Estado e as percepções da sociedade em geral.

Por fim, temos os resultados da pesquisa, que confirmam a nossa hipótese segundo a qual as bases que sustentam grande parte das opiniões sobre beneficiários/as do PBF se assentam no conservadorismo moral que, por muito tempo, vem orientando posicionamentos e ações perante a questão social e suas expressões, como a pobreza, no Brasil. Mas que, nos tempos atuais, assume facetas muito peculiares, com a expansão e implementação do PBF.

³⁴ Desenvolvemos mais sobre o neoconservadorismo no segundo capítulo da tese.

Peculiaridades essas que procuramos mostrar como aparecem no cotidiano e em que se fundamentam.

CAPÍTULO 1 - EMERGÊNCIA E FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR

Neste primeiro capítulo, pretendemos contextualizar a emergência do pensamento conservador e suas principais características que foram ao longo do tempo se modificando, mas que, manteve a sua essência antimoderna, antiprogressista, antirrevolucionária e antihumanista.

Aqui, damos destaque ao pensamento conservador de Edmund Burke, cuja obra “Reflexões sobre a Revolução na França”, de 1790, é um marco histórico dessa forma de pensamento e permanece como referência para neoconservadores nos tempos atuais, além de outros conservadores tradicionalistas.

Estudiosos do chamado “conservadorismo clássico”³⁵, como Netto (2011) e Nisbet (1987) nos ajudam a melhor compreender as bases nas quais se sustentam o pensamento neoconservador. Coutinho (2010) e Lukács (2007) são autores nos quais também nos referenciamos para abordar as implicações do conservadorismo no campo filosófico e do conhecimento, após o período revolucionário de 1848.

1.1 Raízes Antiburguesas do Conservadorismo

O conservadorismo, segundo estudiosos do tema³⁶, nasceu em oposição à burguesia nos marcos da emergência da sociedade capitalista (SOUZA, 2015). Esse foi um momento na história em que a construção da sociedade moderna ancorava-se em transformações do modo de produção material e espiritual da vida, isto é, a organização da vida humana transitava do feudalismo ao capitalismo no Ocidente, o que, necessariamente, implicou não apenas mudanças na economia, mas na política, cultura, moral, nas artes, na ciência e filosofia, etc.

A sociedade burguesa, produto de longos períodos de desenvolvimento e rupturas com modos de produção anteriores, teve um papel revolucionário que se espalhou por todas as esferas da vida social moderna, como a política, família, religião, ciência, entre outras (MARX; ENGELS, 1998). Segundo os autores:

³⁵ Conservadorismo em seu período de emergência e consolidação, que apresentava características antiburguesas, antimodernas, antiliberais, anti-humanistas e que, em síntese, era antirrevolucionário (NETTO, L. E., 2011).

³⁶ Para esta pesquisa, consultamos autores de orientação teórica marxista como: Barroco (2001; 2011; 2013), Iasi (2015), Netto, L. E. (2011), Santos (2007), Souza (2016). E neoconservadores como Nisbet (1987), Scruton (2015), Kirk (2014), entre outros.

A burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações precedentes juntas. Sujeição das forças da natureza pelo homem, maquinarias, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos, remoção do cultivo de continentes inteiros, canalização de rios, populações inteiras conjuradas fora de suas áreas - que século anterior teve, mesmo que fosse um pressentimento de que tais forças produtivas ficariam inativas no colo do labor social?

Vimos, portanto, que os meios de produção e de troca, nos quais a burguesia erigiu-se, foram gerados na sociedade feudal. Em um certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produziu e trocou, a organização feudal de agricultura e indústria manufatureira, resumindo, as relações de propriedade feudais tornaram-se não mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Tornaram-se grilhões. Tinham de ser estilhaçados. Foram estilhaçados. No seu lugar, entrou a concorrência livre, acompanhada por uma constituição social e política adaptada a ela e sob o controle econômico e político da classe burguesa. (MARX; ENGELS, 1998, p. 17-18).

A concepção, segundo a qual: “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX; ENGELS, 1998, p. 14), é fundamental para apreendermos a ascensão do conservadorismo no seio da sociedade burguesa e o seu rearranjo no decorrer da história. Para compreendermos ainda por que após 1848, a própria burguesia tornou-se conservadora e o conservadorismo passou a coexistir, não mais como inimigo, com o capitalismo.

O conservadorismo nasceu antiburguês porque a essência revolucionária dessa sociedade em formação abriu novos caminhos para a produção da vida, para o desenvolvimento de potencialidades humanas e para a descoberta de que esse processo poderia se dar indefinidamente, inclusive no que dizia respeito às transformações nas relações sociais e na esfera do conhecimento, situação contestada por grande parte da população na época; em sua maioria, membros da aristocracia feudal, tradicionalistas, políticos, intelectuais, que mantinham determinado *status* social.

Estes colocavam-se contrários ao caráter revolucionário burguês e à continuidade de um “movimento progressista” que se refletia na filosofia e se iniciara tempos antes com pensadores renascentistas³⁷, caracterizando assim a “primeira forma assumida pela ideologia

³⁷ Coutinho (2010, p. 21) refere-se à primeira etapa da história da filosofia burguesa que, segundo ele, “vai dos pensadores renascentistas a Hegel” e “caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética”. Já a sua segunda etapa, tem como marco os anos de 1830-1840, quando o desenvolvimento capitalista ganha grande impulso e a burguesia assume uma postura defensiva de manutenção do seu *status quo* e não mais progressista. O autor chama a atenção para o fato de que a ruptura se deu com a “tradição progressista” da filosofia burguesa e não com a totalidade desse pensamento. “Tradição progressista” esta que foi melhor trabalhada na teoria de Hegel com as categorias que se tornaram um legado para a teoria social moderna: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética.

da decadência”, sob as marcas da angústia e do irracionalismo, qual seja, o “romantismo que se apresenta como crítica ao racionalismo iluminista”.

Coutinho (2010) baseia-se em Lukács para discorrer sobre tal análise, quando afirma que a ideologia irracionalista nasce com a Revolução Francesa e com a oposição às bandeiras e aos valores que surgem com ela, entre os quais, a categoria de progresso ganha dimensão relevante, não só na interpretação do mundo, mas também nas formas sociais, que se busca instituir a partir de então. Segundo o autor, o irracionalismo combate a materialização do progresso, tanto nos planos político, filosófico, como nas demais esferas da vida social:

Em sua gênese histórica, a ideologia irracionalista nasceu opondo-se à Revolução Francesa e, por isso, dirige-se energicamente contra o conceito de progresso, contra a necessária destruição do velho pelo novo. Constitui, desde o início, uma defesa da velha sociedade aristocrática - e não só no plano político. Está voltada ideologicamente contra o reino da razão postulado pela Ilustração e quer tão somente manter as instituições etc., simplesmente porque elas existem e proteger as tradições simplesmente porque parecem vivas, independentemente do seu caráter racional ou não. Trata-se, pois, de um repúdio da razão como critério. A independência assim estatuída das instituições, tradições etc. em face da razão converte-se em concepção positiva: justamente porque tais instituições, tradições etc., representam algo mais elevado que qualquer racionalidade, nelas se manifesta o núcleo suprarracional ou o irracional da realidade em geral. O fato de um Burke, um De Maistre ou um Haller parecerem muito racionalistas aos olhos dos irracionalistas atuais indica apenas, cristalinamente, o enorme desenvolvimento da concepção de mundo irracionalista. (LUKÁCS, 2007, p. 40-41).

Assim, o sentido positivo da história, do progresso e da razão era enfaticamente contestado pelo pensamento conservador. Quando, ao contrário, correntes progressistas, como a marxista, compreendem haver uma essência progressista no movimento real da vida, que a razão pode apreender e que, é certo, se desenvolve em meio a contradições e retrocessos, mas esta existe e pode atribuir um caráter positivo à existência humana, visão que conservadores classificavam de ingênua e utópica, apenas.

A teoria marxista explica que o grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado na sociedade capitalista e todos os processos decorrentes dele, como os de reprodução social, que vão além do “mundo materialmente tangível” (SANTOS, 2007), criaram as condições para se caminhar em direção à emancipação humana, ou, se quiserem, ao denominado progresso social. Porém, com o aprofundamento dos antagonismos de classe, os avanços da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que possibilitaram a construção de riquezas sociais, não garantiram o acesso e o usufruto dessas riquezas por todos, limitando assim os desenvolvimentos humano e social.

Entendemos que o sentido progressista da existência humana está no fato de que as atividades humanas tem um potencial empreendedor que a história e as transformações societárias que já ocorreram no seu decurso comprovam. Além disso, a história da luta de classes na sociedade capitalista tem levado ao recrudescimento da polarização social e a frequentes crises do próprio sistema do capital. Essa realidade direciona a humanidade para o caminho da “civilização ou barbárie”, ou, como escreve Mészáros (2003) sobre o século XXI, para o caminho do “socialismo ou barbárie”.

Nesse sentido, a história é um campo aberto de possibilidades, inclusive, na direção progressista de desenvolvimento da humanidade que o socialismo pode contemplar. Socialismo aqui compreendido como “[...] transição para uma sociedade que seja capaz de garantir *o livre desenvolvimento de cada indivíduo como condição para o livre desenvolvimento de todos os indivíduos [...]*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 256, grifos nossos). Compreendemos que as bases materiais e imateriais, até aqui criadas pelos homens, permitem a construção e a materialização de sociabilidades alternativas ao que temos hoje.

No entanto, como nos lembram os autores acima citados, “[...] a conversão de uma *possibilidade em realidade* não obedece a nenhum determinismo histórico - ela é função de *escolhas conscientes* operadas por massas de milhões e milhões de homens e mulheres” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 257, grifos dos autores), e é um dos maiores desafios na contemporaneidade. Contudo, sempre há um sentido progressista na história que pode levar a humanidade a inúmeros caminhos. Veremos mais adiante que neoconservadores, sob influência de teorias pós-modernas, negam muitos dos avanços e conquistas modernas, sob a justificativa de que o progresso humano trouxe a barbárie. Apregoam também o fracasso da razão moderna por entenderem que, entre outros aspectos, a totalidade do real já não pode mais ser apreendida por esta.

O caráter objetivamente progressista do capitalismo fez surgir uma tradição progressista na filosofia moderna. Desde então, pensadores e teóricos têm usado a razão como um meio de apreender a realidade em sua totalidade concreta e num permanente devir, ultrapassando os limites da mera captação e classificação do existente. A relação entre realidade social e atividade humana também dá o “tom” da filosofia progressista, representada, sobretudo, por Hegel e pela teoria social de Marx. O humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética são os núcleos dessa forma de pensamento (COUTINHO, 2010).

A razão dialética, para nós, é a chave que possibilita enxergar esse sentido positivo da história e do progresso. Trata-se de uma forma de conhecimento inovadora e fundamental para

a compreensão dos fenômenos sociais e da vida em sociedade, porque permite captar o seu movimento real e a essência dos seus significados, estes perpassados pela complexidade e contradições peculiares ao ser social. Assim compreendemos, pois, ao fazer uso da razão crítico-dialética para estudar as relações sociais, que vamos muito além do olhar e da constatação empírica das coisas/objetos que são palpáveis e observáveis.

No que se refere ao ser social, as possibilidades e respostas podem ser infinitamente superiores, se comparadas com a investigação de coisas, outros objetos e, até mesmo, outros seres vivos. Essa dimensão ampla, na análise que o método crítico-dialético oferece nas Ciências Sociais, diferentemente da lógica formal, torna-se possível por buscar captar o movimento que é intrínseco ao processo de constituição e desenvolvimento do ser social. Todo ser social contém em si uma processualidade contraditória de afirmação e negação que deixa os “caminhos abertos” para a transformação.

Contudo, a mesma classe burguesa que criou essa forma de conhecimento objetivo da realidade, foi responsável por sua deformação ideológica (COUTINHO, 2010). Consideramos ideologia:

[...] sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [*Äußerungsweisen*] humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas- possíveis- funções no processo dos conflitos sociais (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Assim, para nós, o conjunto de ideias, percepções sobre o mundo e as coisas que resultam da práxis estão diretamente relacionados ao mundo material e concreto dos homens. Por isso, as expressões e formas ideológicas existentes, sob a perspectiva ontológica, não podem ser transformadas sem modificações na estrutura social em que vivemos. No sentido ontológico do termo, toda ideologia possui uma função que produz efeitos na vida em sociedade.

Com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista, nasce a ideologia burguesa que, num primeiro momento, abriu possibilidades para o desenvolvimento de uma consciência de mundo progressista e emancipatória, conforme visto anteriormente. Todavia, essa mesma

ideologia, quando a burguesia se torna classe dominante e assume o poder na sociedade de classes, passa a cumprir uma função social de deturpação da realidade. Barroco (2013b, p. 256), ao fazer referência aos estudos de Lukács sobre esse acontecimento, explica:

Em “Marx e o problema da decadência ideológica”, a crítica se apoia em dois grandes eixos teórico-metodológicos: a análise do fenômeno político-ideológico da *decadência ideológica* da burguesia e a análise da *contraditoriedade* inerente à sociedade burguesa, cuja dinâmica permitiu ao mesmo tempo a autoconsciência do ser social como *sujeito* da história, possibilitando a criação de uma cultura progressista e de um patrimônio político-revolucionário, dos quais Marx é herdeiro, e o seu *ocultamento*, reproduzindo formas de pensar fragmentadas e a-históricas.

Segundo a autora, as insurreições proletárias de 1848 e sua repressão pela burguesia marcam a ruptura dessa mesma classe com o seu protagonismo revolucionário, bem como com os rumos político-ideológicos do pensamento burguês. Nesse momento, ideologias românticas, irracionaisistas, conservadoras ganham novas forças (BARROCO, 2013b).

A ideologia, na sociabilidade burguesa, nos faz apreender a realidade sob o ponto de vista de uma determinada classe, a classe burguesa. Desde o marco histórico de 1848, momento em que revoluções contrárias às condições sociais de vida no capitalismo eclodiram em todo o mundo, mas o capitalismo avançou se consolidando como modo de produção dominante, ideologias como a liberal, socialista, fascista, conservadora vieram à tona, nos explica Lukács (2007).

Contudo, nas condições materiais de existência capitalistas, a ideologia burguesa passou a exercer um papel predominante e ativo na direção social da vida, dos modos de ser e de pensar. O liberalismo, o conservadorismo são expressões ideológicas que reforçam essa dominação burguesa.

Nesse sentido, com a queda do Antigo Regime e do sistema feudal, no século XIX, na Europa, a burguesia se via, cada vez mais, diante da necessidade de conter as ameaças da organização proletária, das críticas filosóficas e políticas acerca das raízes da questão social e de manter-se no poder. Assim, a burguesia foi tornando-se conservadora.

Enfim, quando o pensamento conservador passou a ser útil para o enfrentamento dos conflitos na sociedade burguesa e para o enfrentamento da questão social, disseminando valores e ideias, passou também a exercer uma função de ideologia, de uma determinada classe social, a classe burguesa.

Para os conservadores, a história deve seguir seu curso atrelada a bases socialmente construídas, que se mantêm ao longo do tempo porque deram certo, porque mostram sua

utilidade, eficiência e funcionalidade, como é o exemplo de instituições, tradições, costumes, hábitos, valores, práticas. Mas, a partir desse momento histórico, apoiando-se os ditames do regime burguês, justificando a ordem capitalista. Desenvolveremos sobre isso mais adiante.

A desconstrução de categorias como o anti-humanismo, concepções de mundo a-históricas, reacionária, presente na razão crítica, atribui outro sentido à história que, no caso da ontologia do ser social, está atrelada à atividade primária dos seres humanos, o trabalho. Da categoria ontológica trabalho, nascem todas as outras bases histórico-sociais da humanidade, com o próprio homem responsável por sua construção. Tal noção parte do pressuposto de que a atividade humana, por meio do trabalho, tem a função de motor da história e que, enquanto atividade transformadora da natureza e do próprio ser social, a história que é feita pelos homens pode ter modificadas as bases nas quais se assenta.

A história, analisada sob o ponto de vista da razão crítica e ontológica, assim como o historicismo, enquanto categoria de análise teórica, apontam caminhos na filosofia em direção ao futuro, às possibilidades e ao progresso. Já as análises mais superficiais, como avaliamos ser o ponto de vista conservador, restringem suas explicações acerca dos processos históricos à teoria dos “testes do tempo”. Isto é, muito mais do que o seu potencial transformador e progressista, a história tende a fazer perdurar situações, eventos, instituições, experiências e princípios que foram testados e validados com o tempo, enquanto úteis e adequados à existência humana. Por isso, a ponderação quanto a mudanças e ao caráter histórico-dialético da vida em sociedade é um traço característico da ideologia conservadora.

No caso dos conservadores tradicionalistas, a oposição à sociedade burguesa aparecia na reação às mudanças estruturais de uma sociedade que se sustentava em relações feudais e privilégios que esses mantinham. Além disso, fundava-se num “anticapitalismo romântico” muito próximo do reacionarismo que criticava os riscos de rompimento com a “pureza” dos homens e seus costumes na vida em sociedade da época pré-capitalista.

Enfim, estudiosos desse período de constituição da sociedade moderna e os próprios autores conservadores da época apontam, portanto, que uma preocupação central do pensamento conservador que, em sua emergência, o caracterizou como antiburguês e permanece como seu traço marcante até os dias de hoje, é a aversão e a resistência às mudanças nas formas de organização societária e, conseqüentemente, aos riscos de destituição do poder das instituições que sustentam o regime vigente. Na era feudal, essas eram, basicamente, a Igreja católica, as corporações, as propriedades existentes, o regime familiar e suas tradições.

As invenções humanas são conquistas históricas que revelam novos mundos para os homens. Tal cenário encontrava-se “a todo vapor” na emergência da sociedade moderna, momento em que a burguesia se construía enquanto classe e mostrava ao mundo que veio para mudá-lo. Porém, com todas as expectativas ilimitadas de superação e a valorização do “vir a ser” que conformam o perfil do homem burguês e a atitude moderna, surgiram contradições como, por exemplo, a instabilidade e a necessidade de “reinvenção”, próprias da economia capitalista, que, apesar de todos os avanços, tende a caminhar para a sua autodestruição.

Além disso, podemos citar a impossibilidade dessa mesma burguesia revolucionária alcançar o poder dominante sem tornar-se conservadora, sem procurar meios de controlar esse ímpeto transformador intrínseco à condição de existência da sociedade burguesa³⁸; esses são alguns exemplos de contradições que deram a base real para a transformação dessa burguesia revolucionária em uma classe antirrevolucionária, conforme veremos mais adiante.

Ou seja, se o conservadorismo, em sua emergência, apresentou-se contrário à revolução burguesa, posteriormente, seus adeptos passaram a apoiar a burguesia, quando esta assumiu o poder.

1.2 O Caráter Antiliberal da Ideologia Conservadora Emergente

Podemos afirmar, também, que o conservadorismo, em sua emergência, era antiliberal. Em princípio, os liberais e seus ideólogos, como os economistas clássicos, defendiam uma ordem social diferenciada da ordem feudal; mais livre e avançada, no que dizia respeito ao modo de produção e relações de produção econômica e, conseqüentemente, no âmbito das relações sociais e políticas.

Era o sistema capitalista que emergia e, com ele, o individualismo, o antiestatismo, a doutrina do mercado e suas bases legais, uma nova ideologia e novo modo de vida (BRAZ; NETTO, 2011). O medo das mudanças, por parte da classe dominante da época, também se manifestava diante do perigo de desmantelamento da estrutura na qual o poder das classes estava organizado, isto é, o poder distribuído entre a aristocracia, o clero, a nobreza, monarquia, os senhores feudais e, na condição de subalternidade, o povo.

Os posicionamentos antiliberais vinham de conservadores mais tradicionalistas, como Edmund Burke (1729-1797)³⁹, Joseph De Maistre (1753-1821), Louis de Bonald (1754-1840),

³⁸ Ver mais em Berman (1997). Netto (1990) também aborda o assunto ao tratar da “dialética do Iluminismo”.

³⁹ Netto, L. E. (2011, p. 45) pondera que o pensamento de Burke não se caracteriza pelo traço “anticapitalista romântico” sob uma “perspectiva restauradora” assim como o pensamento de seus seguidores, de Bonald, de

entre outros, os quais temiam as transformações estruturais inerentes à revolução burguesa e, por isso, constituíam um grupo reacionário mais hostil ao capitalismo. Mas o antiliberalismo também era expresso por conservadores que tendiam a uma linha de pensamento mais próxima dos princípios liberais, como foi o caso de Alexis de Tocqueville (1805-1859). Entre os próprios adeptos do liberalismo, pairava uma “desconfiança” em alguns dos dogmas liberais, a qual foi reforçada com sua crise.

Ao defender o regime monárquico destituído pelos revolucionários no século XVIII, Burke focava a sua crítica nos ideais revolucionários de liberdade e os seus efeitos indesejáveis sobre o poder público, os bons costumes e a moral. A lealdade e o cavalheirismo, por exemplo, para ele, eram princípios essenciais para a organização da sociedade:

Quando estiver extinto das mentes dos homens o velho espírito feudal da *Lealdade*, que, ao liberar os reis do medo, liberou, ao mesmo tempo, os reis e seus súditos das precauções contra a tirania, os complôs e assassinatos serão evitados pela morte preventiva e pela confiscação preventiva, e pela aplicação daquela longa lista de máximas sinistras e sanguinárias que formam o código político do poder, o qual não repousa em sua própria honra, nem na honra daqueles que devem obedecê-lo. Os reis serão tiranos pela política quando os súditos se tornarem rebeldes por princípio. (BURKE, 1982, p. 102, grifo do autor).

Os conservadores tradicionalistas, no período de emergência do capitalismo, temiam a igualdade perante a lei e a liberdade concebidas sob a ótica do liberalismo. Veremos adiante que as tensões oriundas da relação entre as categorias igualdade e liberdade ganham força no contexto de desenvolvimento da sociedade capitalista e de predomínio do liberalismo. De modo que a preocupação dos conservadores desse período era com a visão de mundo do liberalismo um tanto quanto utópica e revolucionária para a época, já que propunha mudanças na economia e na sociedade, as quais dependiam da eliminação do Antigo Regime e da autonomização dos indivíduos. Behring e Boschetti (2011, p. 59) explicam:

É bom que se diga que nos primórdios do liberalismo, no século XIX, existia um claro componente transformador nessa maneira de pensar a economia e a sociedade: tratava-se de romper com as amarras parasitárias da aristocracia e do clero, do Estado absoluto, com seu poder discricionário. O cenário de uma burguesia já hegemônica

Maistre, A. Müller ou Lamennais, após a Revolução Francesa. Segundo ela: “A tensão embutida no pensamento de Burke está em que, sem recusar o desenvolvimento da *nova riqueza das nações* (tal como o processo capitalista foi visto pelo seu amigo Adam Smith), recusa as suas necessárias implicações socioculturais. O alvo de Burke é a Ilustração: na Revolução, ele (corretamente, diga-se de passagem) vê o magistério de Rousseau; numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade”.

do ponto de vista econômico, mas não consolidada como classe politicamente dominante, propicia o antiestatismo radical presente no pensamento de um Adam Smith e em sua ode ao mercado como mecanismo *natural* de regulação das relações sociais, cinicamente recuperados pelos neoliberais de hoje, num contexto muito diferente. Ou seja, havia um componente utópico (Löwy, 1987) na visão social de mundo do liberalismo, adequado ao papel revolucionário da burguesia, tão bem explorado por Marx e Engels, em seu *Manifesto do Partido Comunista* (1998) (grifos do original).

Todavia, a autonomia almejada por liberais limita-se à esfera da liberdade individual, de ações, faculdades e projetos individuais, que visam ao sucesso econômico subordinado às leis do mercado, à conquista e acumulação de propriedades, do bem-estar e satisfações pessoais, sempre visando ao lucro. Ao contrário disso, entendemos que a autonomia, em sua essência, significa a experiência de libertação/emancipação dos seres humanos, capazes, enquanto sujeitos históricos, de conduzir suas vidas rumo à real liberdade. Liberais transformaram esse potencial da autonomia e liberdade, bem como o que há nos seres humanos para alcançá-la em projetos de transformação no nível individual, voltada para o mercado.

Ainda assim, adeptos do “conservadorismo clássico”, e de tendências mais tradicionalistas, colocavam-se contrários a esse receituário econômico que fazia nascer certos valores, princípios e condições na sociedade que contribuíam para abalar as estruturas sociais vigentes, juntamente com as mudanças no modo de produção. Na citação abaixo essa realidade aparece mais clarividente:

Marx, como outros, mas talvez melhor do que outros, apontou os efeitos de dissolução que o mercado exerce sobre os vínculos humanos. A mercantilização das relações sociais, juntamente com a urbanização, foi um dos fatores mais poderosos da “emancipação” do indivíduo com relação a tradições, raízes, apegos familiares e fidelidades pessoais. A grandeza de Marx foi ter mostrado que o preço dessa liberdade subjetiva foi uma nova forma de sujeição às leis impessoais e incontroláveis da valorização do capital. O indivíduo liberal, a exemplo do sujeito lockiano proprietário de si mesmo, podia acreditar que gozava de todas as suas faculdades naturais, do livre exercício de sua razão e vontade, podia proclamar ao mundo sua autonomia irreduzível, mas continuava a ser uma engrenagem dos grandes mecanismos que a economia política clássica começava a analisar. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 323-324, grifo do original).

Burke, referência importante para os autores neoconservadores, enfatiza a teoria de Adam Smith (1723-1790) segundo a qual as relações comerciais entre os homens são um elemento fundamental da natureza humana que deve ser respeitado pelos governos, portanto, sem desprezar totalmente o regime liberal ascendente.

Retomando a análise de algumas das marcas do “conservadorismo clássico” e suas divergências com o liberalismo, Barroco (2010, p. 174) indica que a propriedade, enquanto um

“princípio inviolável”, sempre concordou com o liberalismo. Sob essa perspectiva, a propriedade não é considerada apenas um “direito natural”; mais do que isso, é compreendida enquanto condição de humanidade e pressuposto para o desenvolvimento da civilização, como segue abaixo nas palavras de Nisbet (1987, p. 97):

Existe na teoria conservadora da propriedade privada um forte componente romano. A propriedade é para o homem mais do que um acessório externo, mais do que um servidor inanimado das necessidades humanas. Ela é, acima de tudo o mais, a própria condição da humanidade do homem, a sua superioridade em relação a todo o mundo natural. Diz a argumentação romana que, até que um ser humano, algures no passado remoto, tivesse tomado para si um pedaço de terra e dito “isto é meu”, não fora possível à soberania humana sobre a terra e tudo que nela está, afirmar-se e tornar-se assim no primeiro passo para o desenvolvimento da civilização (grifo do original).

Na crítica conservadora, constam restrições à dinâmica das atividades econômicas capitalistas que ameaçava romper com as relações estabelecidas entre os homens e o sistema de propriedades até então vigentes, ou “instituições sociais pré-capitalistas”, conforme analisa Netto, L. E. (2011). Esse era o posicionamento de conservadores, como Burke e seus seguidores, que viam na violação às normas de propriedade, durante a Revolução Francesa, um dos maiores males causados pelos jacobinos na França e que se espalharam por quase toda a Europa (NISBET, 1987).

Para Nisbet (1987), alguns representantes da literatura conservadora do século XIX, além dos tradicionalistas Coleridge, Southey, Disraeli, também faziam duras críticas ao capitalismo, industrialismo, comércio e à tecnologia, isto é, à revolução industrial e não apenas à revolução democrática em curso durante o século XVIII. A crítica anticapitalista era bastante recorrente e também uma das principais características que diferenciava a aristocracia conservadora dos liberais, iluministas e burgueses revolucionários. Havia forte insegurança de que as propriedades, sobretudo da terra, perderiam a sua vinculação com os “costumes e leis de primogenitura e morgadio” (NISBET, 1987, p. 98). É certo que essa preocupação com os interesses econômicos dos grupos que se beneficiavam com os direitos de propriedade hereditários, vigentes até então, era acompanhada pelo medo de mudanças nas relações de hierarquia familiar; na organização e no modo de vida camponeses; na conservação de uma ordem considerada tradicional da vida, ainda prevalecente nas áreas predominantemente rurais, como era o caso dos grandes feudos.

Assim, verifica-se que a resistência às modificações no sistema de propriedades feudal, até então basicamente familiar ou corporativo, e não individual, estava diretamente relacionada à questão econômica e, conseqüentemente, ao significado de família (sob a perspectiva da Lei

Romana), à sua estruturação; portanto, aos costumes, valores e hábitos das famílias naquele período. Segundo Nisbet (1987, p. 98):

Toda a essência da perspectiva conservadora sobre propriedade e da componente fortemente romano-feudal dessa perspectiva, encontra-se, evidentemente, nos costumes e leis de primogenitura e morgadio. Ambas eram destinadas a proteger o carácter *familiar* de propriedade, a impedir que se tornasse na posse, incerta e possivelmente transitória, de um só indivíduo. Quase tudo na lei medieval sobre a família e o casamento, incluindo a severa ênfase posta na castidade da mulher, o castigo terrível que podia ser imposto ao adultério pela esposa, veio de uma reverência quase absoluta pela propriedade, pela herança legítima da propriedade (grifo do original).

Mesmo diante de diferentes atitudes em relação ao avanço do capitalismo na Europa Ocidental, os conservadores, desde o início, tiveram importante ligação com o conceito de propriedade e sua aplicação na realidade objetiva, pois se sabe que: “[...] independentemente das diferentes atitudes conservadoras para com o capitalismo ou qualquer outra modalidade mais ou menos concreta de economia, a filosofia do conservadorismo tem sido inflexível quanto ao carácter sagrado da propriedade” (NISBET, 1987, p. 113).

Em obras como *Reflexões sobre a Revolução em França*, escrita por Edmund Burke, em 1790, na Inglaterra, o alvo principal de ataques dos “conservadores clássicos” era a Modernidade e toda a reestruturação implicada nesse processo, incluindo, em termos, o nascimento de um novo sistema econômico. Netto, L. E. (2011) explica que essa é a obra que inaugura o pensamento conservador na Europa ocidental e expressa uma reação contrária à Revolução Francesa. O livro representa, portanto, um marco histórico da ascensão do pensamento conservador em seu período “clássico”.

Burke, um parlamentar do partido inglês *Whig*⁴⁰, contraditoriamente, fez intervenções no Parlamento a favor da Revolução Americana, mas se colocava absolutamente contrário à Revolução Francesa e a todos os seus desdobramentos. Historiadores afirmam que ele justificava o seu posicionamento favorável à Revolução Americana por compreender que o consentimento popular legitimava a autoridade dos governantes, de modo que, da mesma maneira que o direito absoluto não pode existir para os governados, também este não poderia existir para os governantes.

Dessa forma, se os sentimentos do povo americano eram de recusa à arbitrariedade do governo britânico e de “defesa de tradições nativas históricas” (NISBET, 1987, p. 20) as quais

⁴⁰ Whig Party, partido inglês fundado em 1678, reunia as tendências políticas liberais e foi substituído pelo atual Partido Liberal Democrata, na Inglaterra.

estavam sendo atacadas por um povo estranho, sem sequer haver a possibilidade, por parte destes, de uma “autonomia suficiente” para o desenvolvimento natural das potencialidades do povo americano, para Burke, tais sentimentos e a própria revolução eram válidos. Portanto, ele apoiava os americanos, assim como indianos e irlandeses que vivenciaram a mesma realidade de colonização e luta pela emancipação. Não era uma questão de princípios, para ele, tratava-se do bom senso na política e “o pensamento de que a autoridade deriva do consentimento popular” (BRONOWSKI; MAZLISH, 1960, p. 430).

Isto é, para Burke, os princípios eram muito abstratos e perigosos, na prática, de modo que os sentimentos da população relativos à administração pública e seus administradores, eram um sinal mais confiável, que expressava a necessidade ou não de “mudanças” sem destoar de certos padrões tradicionais históricos. Mas o fato é que Burke estava menos preocupado com a autoridade popular e mais interessado em lutar pela restauração da autoridade intrínseca a instituições tradicionais, como a família, Igreja, as corporações, o regime monárquico, entre outras coisas. Enfim,

Burke não tentou conciliar o seu apoio a uma revolução e a sua oposição à outra com base em princípios. Sentiu, como muitos outros homens, quer americanos, quer ingleses, que a Revolução Americana estava dentro da tradição histórica pela qual as constituições democráticas tinham evoluído, enquanto a Revolução Francesa lhe era exterior. Em parte, ele e outros sentiram-no porque a Revolução Americana era dirigida por homens como eles e não por uma multidão faminta e de pé descalço. E em parte- a parte mais importante- sentiram que a Revolução Americana apenas dizia respeito a uma arrumação do poder político, mas que a Revolução Francesa tinha a intenção de retirar a propriedade aos homens ricos. (BRONOWSKI; MAZLISH, 1960, p. 437).

No caso da França, Burke compreendia, ainda, que:

[...] os Jacobinos agrediam tanto a história e a tradição francesas como a Companhia Inglesa das Índias Orientais agredira a cultura indiana. A França, sob os Jacobinos, era “exactamente como um país conquistado”. Além disso, “agindo como conquistadores”, os Jacobinos usavam a força contra o povo francês precisamente como faria um “exército invasor”. (NISBET, 1987, p. 21, grifos do original).

Sabe-se também que a família Burke tinha interesse em investir e negociar com a América “livre” (BRONOWSKI; MAZLISH, 1960). Todavia, nos discursos de Burke e muitos dos seus seguidores, como Tocqueville (1805-1859), a Revolução Francesa era interpretada como um movimento que aspirava obter o poder absoluto com alguns intelectuais à frente do processo, diferentemente da Revolução Americana, em que os revolucionários eram homens

comuns ligados à sociedade e almejavam verdadeiramente a liberdade de todo o povo daquela nação (NISBET, 1987). Sobre isso, Nisbet (1987, p. 21) faz a seguinte explanação:

Aos olhos de Burke, a actuação dos Jacobinos do outro lado do Canal era exactamente o oposto do trabalho desenvolvido pelos colonos americanos: o trabalho da liberdade contra o “poder arbitrário”. Era antes o nivelamento em nome da igualdade, o Niilismo em nome da liberdade, e o poder, absoluto e total, em nome do povo. A Revolução Americana tinha procurado a liberdade para seres vivos e autênticos e para os seus costumes e hábitos. Mas a Revolução Francesa estava muito menos interessada nos vivos e nos autênticos- os camponeses, a burguesia, o clero, a nobreza, etc.- do que nos seres humanos que os dirigentes revolucionários julgavam poder manipular pela instrução, persuasão e, quando necessário, pela força e o terror. Desde as revoltas da Reforma em nome de Deus, pensava Burke, nunca uma revolução ocorrera na Europa tão monoliticamente consagrada à salvação do homem e à sua completa renovação espiritual (grifo do original).

Percebam que o conservadorismo de Burke e de outros tradicionalistas caracterizava-se por temer os efeitos da liberdade, ainda que liberal, sobre os valores, os costumes, as tradições, a moral dominante.

Princípios e valores morais considerados essenciais para a vida em sociedade daquela época estavam ameaçados, tanto mais livres fossem os sujeitos. Isto porque a tendência a não se ver sentido em preservar esses princípios e valores que não correspondiam às reais necessidades e condições de vida dos indivíduos, era maior em contextos menos rígidos do que o feudal. A liberdade econômica também ameaçava a estruturação de valores familiares, hábitos, instituições que cumpriam o papel de garantir o poder da aristocracia feudal.

1.3 Características Antidemocráticas do Conservadorismo

Dos conflitos que nascem da relação entre liberdade e igualdade, foram criadas teorias sobre a democracia liberal e burguesa, que servem como parâmetro para análises neoconservadoras até os dias de hoje. Esse é o caso das conclusões de Tocqueville, segundo as quais a prevalência da maioria sobre uma minoria pode se tornar tirânica e opressora⁴¹.

De acordo com Netto, J. P. (1990, p. 14), “[...] a teoria liberal *não* se desenvolve como teoria política democrática” (grifo do original). Isso porque enquanto a democracia pressupõe a conquista, o aperfeiçoamento e a efetivação de direitos para todos, como a participação na

⁴¹ O autor considerava que a igualdade de condições econômicas, políticas e sociais, conforme prometia o liberalismo, tendia à constituição de uma sociedade democrática alicerçada num poder único, central, forte e com uma legislação uniforme, o que apresentava riscos à sobrevivência dos grupos minoritários e, até mesmo, aos direitos individuais e particulares (DARDOT; LAVAL, 2016).

vida política, a liberdade de expressão e a manifestação de pensamento, direitos esses que podem se tornar plenamente realizáveis com a socialização das riquezas socialmente produzidas e outras formas de relações sociais (TERRA *In*: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H., 2012); o liberalismo fundamenta-se na participação cívica, como explica Netto, J. P. (1990), enquanto condição social conquistada pelos homens por meio do trabalho e apropriação de riquezas individual que lhes garante a inclusão social. Quanto maior o número de propriedades, maior o poder de participação na vida social, política e econômica de um país. Assim, segue o autor explicando as bases do sistema democrático influenciado pela teoria liberal:

O que conta é que a condição civil deriva da propriedade: a participação cívica - em suma, o estatuto da cidadania - depende da condição proprietária. Está claro: é cidadão quem é proprietário - correlativamente, a liberdade (cívica) se embasa na propriedade. Esta é a pedra de toque de Locke e de toda a tradição liberal e dela dimanam todas as insolúveis antinomias que impedem a esta tradição assumir de modo não restrito a problemática democrática. Na verdade, todas as antinomias têm a sua matriz na relação estabelecida entre a propriedade (privada) como fundamento da liberdade (cívica); só a translação da propriedade para a igualdade econômico-social como suporte da liberdade (cívica) permitirá superar tais antinomias - mas este trânsito é a própria dissolução da teoria liberal [...] (NETTO, J. P., 1990, p. 18, grifo do original).

Ao se manifestar contra a tomada do poder pelo Terceiro Estado, Edmund Burke discursava a favor do respeito aos sentimentos do povo com relação aos seus governantes, em defesa dos processos de negociação entre o governo e o povo para a construção de constituições, sem o uso da violência. Ele mantinha como referência o processo pacífico de alteração da Constituição da Inglaterra, em 1688 (BRONOWSKI; MAZLISH, 1960). E opunha-se às formas sociais mais democráticas encarnadas, naquele período, na figura de Rousseau, por exemplo, outro alvo de seus ataques diretos.

O contratualismo de Rousseau⁴² era rechaçado por Burke e seus seguidores por causa, principalmente, de dois elementos que afetavam diretamente o princípio da autoridade; eram eles: “[...] a completa *laicização* da política e, segundo, a fundação da *liberdade* na *autonomia dos indivíduos*” (NETTO, L. E., 2011, p. 58, grifos nossos). Para conservadores como Burke, “nenhuma sociedade pode existir sem religião com expressão institucional” e a “harmonia

⁴² Para Rousseau, o contrato social entre os homens deveria possibilitar a construção de uma sociedade na qual os indivíduos reconquistassem, em outro patamar (superior), a independência antes desfrutada por eles no estado de natureza. Ele criticava o modelo de contrato social defendido por Hobbes e Locke, o qual beneficia uma parcela da sociedade, sobretudo os detentores de propriedade, desigualdade esta que se estende ao terreno político. Desse modo, propunha um novo modelo de sociedade mais democrático, porque governado com base na vontade geral, em outras direções do progresso humano, na limitação do excesso de propriedade e na criação de um novo homem. Mesmo com alguns problemas de ordem teórica, atribui-se à sua teoria muitos méritos, incluindo a aproximação a vários conceitos da ontologia do ser social analisados por autores como Hegel e Marx (COUTINHO, C. N., 1996).

orgânica da sociedade” tende a se dissolver com a autonomia dos indivíduos (NETTO, L. E., 2011, p. 58).

Ao explicar que a postura contrária de conservadores ao contratualismo e ao jusnaturalismo⁴³ está fundamentada em seus sentidos e suas bases, a autora supracitada quer dizer que essa negação está relacionada com as concepções de poder expressas nesse tipo de filosofia política. Aparatos legais/rationais são reivindicados como as instâncias privilegiadas para a organização em sociedade e, com isso, a liberdade e igualdade são recolocadas em pauta na sociedade moderna. Era a “nova cultura” chocando-se com a “velha cultura da sociedade feudal” enraizada na força das autoridades tradicionais, no poder da Igreja, na desigualdade jurídica entre os homens, na administração da justiça firmada na moralidade, na personalização e na sujeição dos indivíduos à sociedade, isto é, no funcionamento menos democrático da sociedade (NETTO, L. E., 2011).

Muito antes do século XVIII, vinha se desenhando um cenário de decadência do sistema feudal e corporativo. Processualmente, a burguesia foi se desenvolvendo e se constituindo enquanto classe social na sociedade capitalista, o que implicou a polarização cada vez maior da sociedade entre esse segmento e o proletariado, bem como em profundas transformações societárias e relacionais entre os homens:

Nesse meio tempo, os mercados continuaram sempre a crescer, a demanda sempre a aumentar. A manufatura já não era suficiente. Em consequência disso, o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi tomado pela indústria gigantesca moderna; o lugar da classe média industrial pelos milionários da indústria, líderes de todo o exército industrial, os burgueses modernos. A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América havia aberto caminho. Este mercado desenvolveu enormemente o comércio, a navegação, a comunicação por terra. Este crescimento afetou novamente a extensão da indústria; e, na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação e as estradas de ferro se estendiam, a burguesia se desenvolvia, aumentava o seu capital e deixava para trás todas as classes provenientes da Idade Média. [...] A burguesia, historicamente, teve um papel extremamente revolucionário. Em todas as vezes que chegou ao poder, pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedadamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril,

⁴³ Teoria segundo a qual os homens viviam em um “estado de natureza” permeado pela tensão, insegurança, pelo medo, pelos conflitos, motivo pelo qual um pacto ou contrato social entre os homens fez-se necessário. Os jusnaturalistas, como Hobbes, Locke e Rousseau, defendiam que esse pacto ou contrato deveria ser realizado por meio de uma instância política capaz de reconhecer os direitos naturais dos homens, como os direitos à vida, liberdade de pensamento, manifestação religiosa, propriedade privada, entre outros, e assegurá-los, seja de forma mais autocrática ou mais democrática. Para Bobbio (1996, p. 22): “Propondo a redução da ciência do direito à ciência demonstrativa, os jusnaturalistas defendem, pela primeira vez com tal ímpeto na história da jurisprudência, a ideia de que a tarefa do jurista não é a de interpretar regras já dadas, que, enquanto tais, não podem deixar de se ressentir das condições históricas na qual foram emitidas, mas é aquela - bem mais nobre - de descobrir as regras universais da conduta, através do estudo da natureza do homem, não diversamente do que faz o cientista da natureza, que finalmente deixou de ler Aristóteles e se pôs a perscrutar o céu”.

além do “pagamento em dinheiro” desprovido de qualquer sentimento. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E no lugar das incontáveis liberdades reconhecidas e adquiridas, implantou a liberdade única e sem caráter do mercado. Em uma palavra, substituiu a exploração velada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, impudente, direta e brutal. (MARX; ENGELS, 1998, p. 11-13, grifo do original).

Os autores continuam explicando que:

A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados. Ela arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro. A burguesia revelou como a demonstração brutal de força, tão admirada pelos reacionários da Idade Média, pôde encontrar seu complemento perfeito na preguiça mais indolente. Foi a primeira a dar provas do que a atividade humana pode empreender. Realizou maravilhas que superaram de longe as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas; conduziu expedições que puseram na sombra todos os êxodos anteriores de nações e cruzadas. [...] A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido desmancha-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes. (MARX; ENGELS, 1998, p. 13-14).

Essa burguesia que, com o avanço da sociedade moderna industrial, foi se configurando como revolucionária, e outros setores sociais que se aliaram a ela, protagonizaram, durante os séculos XVIII e XIX, uma série de insurreições pela democracia, em que reivindicavam, entre outros itens, a queda dos regimes monárquicos e de seus respectivos sistemas econômicos, conforme mencionado.

Mas, para além de reivindicar e conquistar a substituição de monarquias tradicionais e absolutistas na Europa por governos democráticos, eleitos pelo povo (BRONOWSKI; MAZLISH, 1960), a revolução da burguesia em França, por exemplo, se diferenciava e se destacava em outros cantos do planeta por sua radicalidade, tanto na forma que tomou, de mobilização das massas pobres, quanto nos princípios que defendia, como a liberdade, justiça social, entre outros. Mesmo entre os revolucionários mais moderados, havia “uma paixão generosa e genuinamente exaltada em difundir a liberdade”, ainda que ocorresse, ao mesmo tempo, “uma inabilidade genuína para separar a causa da nação francesa daquela de toda a humanidade escravizada” (HOBSBAWM, 2012, p. 116).

Portanto, a Revolução Francesa caracterizou-se por ter sido um dos movimentos revolucionários burgueses do século XVIII que mais fortemente repercutiu em outros países, visto que ultrapassou a iniciativa de um partido em especial ou de líderes individuais. Esse amplo movimento foi composto, inicialmente, por burgueses (e que, posteriormente, recebeu amplo apoio das camadas populares)⁴⁴, os quais aspiravam, sobretudo, por um sistema constitucional que garantisse maiores liberdades civis e o lucro privado, mas, além disso, o movimento mostrou ao mundo ocidental as possibilidades e os desafios de se construir um sistema político democrático, com a participação popular, fundamentado em valores como a igualdade, a liberdade, a justiça social. Conforme afirmam Marx e Engels (1998, p. 12-13):

Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um avanço político correspondente. Uma classe oprimida sob a autoridade da nobreza feudal, uma associação autogovernada na comuna medieval. Aqui, uma república urbana independente (como na Itália e na Alemanha); ali, o “Terceiro Estado” da monarquia, sujeito a impostos (como na França). Depois, no período da manufatura propriamente dita, servindo à monarquia semifeudal ou à monarquia absoluta como um contraponto à nobreza e, na verdade, pedra fundamental das grandes monarquias em geral. A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia (grifo do original).

Então, com o desenrolar dos acontecimentos, essa burguesia revolucionária que se tornou conservadora, portanto, antirrevolucionária, foi deparando-se com enormes contradições, como o confronto da radicalidade dos princípios democráticos reivindicados durante esse processo revolucionário na França, por parte de alguns indivíduos do povo, como os plebeus e os burgueses mais radicais, com a concepção mais restrita, de liberdade e democracia, do liberalismo.

Por um longo período de tempo, durante o “conservadorismo clássico”, teóricos e adeptos do conservadorismo restaurador, antiburguês e antirrevolucionário, como Burke, de Bonald, de Maistre, Lamennais, entre outros, foram contrários ao sistema político democrático, e favoráveis à ordem monárquica.

⁴⁴ Explica Hobsbawm (2012, p. 111) que “uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa eram os jacobinos, cujo nome veio a significar ‘revolução radical’ em toda parte”, um dos motivos que fizeram com que a repercussão, alcance e consequências da Revolução Francesa atingissem enormes proporções, tornando-se determinantes para toda a humanidade. Dentre vários outros elementos causadores da sua marca na história (que não nos cabe aqui pormenorizar, mas que muitos historiadores analisam), a Revolução Francesa rompeu com antigos paradigmas e consolidou a hegemonia burguesa na economia e na política, inspirando outros diversos levantes populares e influenciando até mesmo movimentos socialistas e comunistas, posteriormente. Trata-se de um dos marcos históricos da sociedade moderna.

Há, entre muitos representantes do pensamento conservador, a percepção de que a democracia está relacionada com o despotismo, isto é, o poder da maioria tornado tirânico, conforme já mencionado. Esse é um elemento importante do pensamento neoconservador, que se mantém na atualidade. Intelectuais como Burke já apontavam para os riscos do uso do poder desmedido de grupos majoritários sobre os grupos minoritários que, segundo ele, são ainda mais perigosos do que qualquer sistema de monarquia. Segue a citação a respeito:

Estou certo, entretanto, que em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões, todas as vezes que ocorrerem, o que pode ocorrer frequentemente, grandes divisões. Acredito, também, que essa dominação exercida sobre a minoria, se estenderá sobre um número maior de indivíduos e será conduzida com muito mais severidade do que, de modo geral, poderia ser esperado da dominação de uma só coroa. (BURKE, 1982, p. 135-136).

Quando burgueses revolucionários agiram de modo a destruir as instituições tradicionais e instituir meios para a efetivação de maior igualdade entre os homens (mesmo que na forma de leis burguesas), para conservadores, como Irving Babbitt, esses exerciam um papel fundamentalmente imperialista sobre uma sociedade até então organizada, aponta Nisbet (1987).

Segundo o mesmo autor, à democracia também eram atribuídos o aumento da burocracia no governo; o estado incessante de guerras gerado pela liberdade das massas; e as frequentes mobilizações populares que se seguiram desde então. Assim, mais um dos motivos que levavam os primeiros conservadores a assumirem uma postura antiburguesa, era o medo da amplitude dessa liberdade almejada pelo povo e que parecia mais acessível com a Revolução:

Foi a Revolução, como fizeram notar todos os primeiros conservadores, que instituiu pela primeira vez na História a mobilização nacional, a famosa *levée en masse*. De repente, o estado de guerra perdeu o caráter limitado que tivera na época pré-revolucionária, com intenções mais ou menos modestas - habitualmente dinásticas ou territoriais - um plano de batalha fixo e um cerimonial bastante pós-feudal. Como os exércitos revolucionários em marcha, a guerra transformou-se numa cruzada pela liberdade, igualdade e fraternidade que inevitavelmente trouxe consigo os exércitos cada vez maiores e os propósitos cada vez mais ambiciosos patentes no século XIX. (NISBET, 1987, p. 80).

A culpa pelo estado permanente de guerra e o incremento do seu grau de crueldade, recaíam no uso da razão humana pela ciência que, como é do conhecimento geral, contribuiu para a produção de armamentos cada vez mais aperfeiçoados e com maior poder de destrutividade. Não se colocava em questão o modo como os homens usam essa ciência, suas causas e seus objetivos, como ainda hoje não o fazem os pensadores pós-modernos. E também

essa culpa recaía sobre a democracia que, segundo os conservadores, possibilitou aos homens construir objetivos de guerra que não eram somente territoriais e dinásticos, como antigamente, mas que passaram a ter caráter ideológico e moral, como escreveu Nisbet (1987), baseando-se nas palavras de Fuller e Churchill, os mesmos que chegaram a afirmar que o estado de guerra no período pré-revolucionário tinha intenções mais modestas e o caráter das guerras na sociedade capitalista burguesa passou a carregar o legado sanguinário e cruel deixado por revoluções democráticas e pela evolução da ciência.

Como manter a ordem em uma sociedade tão diversa e permeada por interesses distintos que se estrutura numa relação conflituosa e tensa, senão com o auxílio da mediação de grupos, como a família, Igreja, as corporações, as comunidades locais, etc., que exercem autoridade sobre os indivíduos, na medida em que orientam as nossas decisões, atitudes, modos de pensar; porque instituem regras, costumes, tradições, hábitos, tabus, crenças, disciplina, a repressão de paixões humanas e a organização para o atendimento de determinados interesses?

Conservadores não admitiam que a liberdade de instituições privadas fosse restringida em nome da liberdade humana, portanto, em seu sentido genérico. Para eles, a liberdade individual e irrestrita não passava de uma abstração usada como “bandeira” durante a revolução burguesa, a qual afetava diretamente o “direito de existência” desses grupos intermediários. A liberdade almejada por representantes do conservadorismo estava no direito à autonomia desses grupos e das instituições tradicionais.

Portanto, a liberdade dos seres humanos, sob a perspectiva conservadora, está muito relacionada com as noções de autoridade e poder, ou seja, admite-se a “liberdade com ordem”, a “liberdade até certo ponto”. Qual ponto é esse? O ponto é o espaço do outro, as condições para o desenvolvimento do outro, o que aponta para a noção de liberdade fundamentada no individualismo, própria do liberalismo e do neoliberalismo, nos dias atuais, conforme discute-se mais adiante. Tolerava-se, no período da emergência do pensamento conservador, a coexistência da autonomia dos sujeitos, representada em um Estado extremamente centralizador, com o funcionamento de grupos intermediários.

Ocorre que a liberdade humana, por sua essência irrestrita, ilimitada, por seu sentido de “vir a ser”, ultrapassa os muros e horizontes desses grupos, fazendo com que os homens, na busca por exercê-la, se reinventem ao longo da história, decorrendo desse processo a reinvenção das relações sociais e o abalo das condições de existência rígidas e imutáveis.

A partir da democracia se erguem ideias e práticas relativas à soberania popular e que se tornam possíveis por meio de formas sociais e um regime político que concede espaços para

o exercício do poder, em que devem prevalecer as decisões da maioria, visto que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais com interesses divergentes, com minorias e uma maioria que disputam poder e direitos. Essa mesma divisão entre classes produz conflitos e o valor democrático pressupõe a convivência com o diferente e o contraditório, muitas vezes, o inconciliável, que pode culminar em rupturas.

A exploração econômica, a dominação política, as desigualdades sociais são alguns dos empecilhos para a efetivação da sociedade democrática. A garantia da democracia, autonomia e emancipação dos seres humanos, as quais fundamentam-se em valores, como a liberdade, só é possível em condições histórico-sociais de igualdade entre os homens, valor reivindicado por burgueses revolucionários e, ao mesmo tempo, irrealizável nos limites da sociedade burguesa (MARX; ENGELS, 1998).

Sob a perspectiva conservadora, a falta de limites da maioria, no governo de uma nação; o poder desmedido e de difícil controle que essa maioria pode fazer uso, em prol de suas necessidades e interesses, que desestabilizam as relações sociais vigentes, levam à perda da autoridade, inclusive religiosa. O desmantelamento das estruturas hierárquicas que regem a vida em sociedade; o desgaste da moral dominante e a desordem provocada pela autonomia dos indivíduos e o envolvimento de todos, na administração da vida social por meios democráticos, são situações muito arriscadas nas quais as possibilidades de perda são maiores do que as de ganhos, para a humanidade, no quadro político vigente. A liberdade é um valor muito caro ao conservadorismo, condição para a efetivação da democracia, o que faz com que a sua relação com o liberalismo seja uma polêmica até os dias de hoje.

Os grupos intermediários são mais funcionais, para mediar os conflitos e tensões típicos da sociedade capitalista, do que a distribuição de poder entre todos. Entre suas tarefas, está o papel educacional e moralizante que, preservando as tradições, nos enquadram em papéis sociais, comportamentos e atitudes de aceitação, e não de enfrentamento. Essa postura mais passiva e não ativa (como é o caso numa democracia real), garante a estabilidade e segurança sociais que a mente conservadora requer.

Contudo, a liberdade, para os conservadores, em seus aspectos essenciais, significa a não interferência nas condições dadas ou “conquistadas” pelos indivíduos para o seu desenvolvimento. Tais condições podem provir do nascimento (valores morais, herança material, caráter, disposição, talento, etc.), ou serem conquistadas por meio de esforços individuais. Nesse sentido, a garantia da existência dessas condições passa pela proteção do indivíduo, da propriedade, de instituições tradicionais às quais esse indivíduo pertence, logo, o

papel do Estado centralizador era fundamental nesse processo. A esse respeito, Nisbet (1987, p. 83-84) escreve:

A finalidade permanente da liberdade é a protecção do indivíduo e da propriedade da família- palavra usada no seu sentido mais lato, incluindo tanto o imaterial como o material. O objetivo inerente da igualdade, por outro lado, é a redistribuição ou nivelamento dos valores imateriais e materiais duma comunidade, desigualmente distribuídos. Além disto, sendo o vigor individual do espírito e do corpo diferente nos indivíduos desde o nascimento, todos os esforços para compensar esta diversidade de forças por meio da lei e do governo só podem prejudicar as liberdades dos interessados; especialmente as liberdades dos mais fortes e mais brilhantes. É este, em suma, o ponto de vista adoptado pelos escritores conservadores a partir de Burke, quanto à relação entre liberdade e igualdade.

Não se tratava da liberdade fundada na autonomia dos sujeitos, mas ligada a valores e atitudes com objetivos prévia e historicamente definidos, sobre os quais o outro não pode intervir ou modificar, em nome de algo abstrato ou apenas idealizado, como se considera a emancipação humana.

De acordo com Bronowski e Mazlish (1960, p. 426), havia um “fundo comum” nas três revoluções vivenciadas por Burke e os demais conservadores - as Revoluções Industrial, Americana e Francesa. Tratava-se da busca e descoberta de um “novo homem”; metas não aceitas por Burke e alguns de seus contemporâneos. Seguem os autores explicando:

O fundo comum - comum às três revoluções - era, afinal, a mudança do perfil do homem, o seu descontentamento com a tradição de vida que contentara as gerações anteriores. Havia uma efervescência no modo como os homens olhavam a autoridade estabelecida e o que tornava Burke infeliz no final dos seus dias era o saber que tinha ajudado a gerar essa efervescência. Muito antes de se ter tornado um orador político, Burke escrevera sobre literatura e artes de um modo que tornava concreta a revolta dos espíritos criadores contra o formalismo da primeira metade do séc. XVIII. A política de Burke é, em muitos sentidos, bastante vulgar; mas os seus escritos críticos são uma afirmação pioneira de romantismo que tem grande significado na paisagem política e intelectual das revoluções.

A noção de homem, que se construía na Modernidade, não era mais aquela que o colocava sempre na condição de subserviência em relação à família, comunidade, às associações, instituições, ao governo monárquico, à religião e a Deus. Isso também porque as pressões políticas e econômicas da sociedade burguesa cobravam uma postura mais “empreendedora” dos indivíduos para consolidar o modo de produção capitalista. Além dos “direitos naturais”, a ontologia social também é um exemplo de teoria construída a partir da razão moderna que buscou romper com aqueles antigos paradigmas e contribuiu para instituir

as bases ideológicas e materiais de processos revolucionários, contra os quais muitos conservadores se posicionaram.

Compreendemos que a vida em sociedade, quando se organiza, sobretudo, a partir de necessidades, interesses e privilégios das elites, é incompatível com a real efetivação de uma forma social democrática. As concepções de mundo e a organização da vida em sociedade, decorrentes da realidade que se sustenta nessa estrutura, impedem o estabelecimento da democracia ou a ameaçam, até mesmo a democracia burguesa. Essa desigualdade estrutural que afeta as relações democráticas é o substrato da questão social vivenciada pela humanidade há muito tempo, e ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, até os dias de hoje.

Nessa “cadeia de hierarquias” (NISBET, 1987, p. 68) que, no entendimento dos conservadores, deveria ser respeitada por todos os homens, encontra-se o Estado. Burke, apesar de defender o regime político monárquico de sua época, compreendia também que a função da autoridade no Estado deveria ter suas especificações e limitações, porque são altas as chances de erros na intervenção do governo na esfera privada.

O governo revolucionário era criticado por “abusar” de sua autoridade, interferindo de maneira invasiva e arbitrária em outras esferas, como a família e Igreja, violando os seus direitos de autonomia, o que, sob a perspectiva conservadora, se configurava em tirania (NISBET, 1987). Apesar disso, a mesma crítica não era feita ao governo centralizador vigente. O autor ressalta, ainda, que essa análise sobre o papel intervencionista do Estado nas relações pessoais e sociais “nunca abandonou o conservadorismo” e, de forma recorrente, aparece na história:

Estes princípios, sobre o Estado e a sociedade nunca abandonaram o conservadorismo, excepto sob pressões de emergência e de pura necessidade política. Disraeli, Newman, Tocqueville, Bourget, Godkin, Babbitt, todos eles, até os conservadores dos nossos dias como Oakeshott, Voegelin, Jovenel e Kirk, se alguma coisa salientaram foi a necessidade imperiosa de o Estado político evitar tanto quanto possível intrometer-se nos assuntos econômicos, sociais e morais; e, pelo contrário, *fazer todo* o possível para fortalecer e alargar as funções da família, dos vizinhos e das associações cooperativas voluntárias. E na prática política, durante os dois últimos séculos, na América como nos países europeus, a marca de contraste da política conservadora tem sido o seu grande favoritismo pelo sector privado, pela família e pela comunidade local, pela economia e a propriedade privada, e por uma grande dose de descentralização no governo, de modo a respeitar os direitos corporativos das unidades mais pequenas do Estado e da sociedade. (NISBET, 1987, p. 70-71, grifo do original).

Burke e outros conservadores, ao se referirem às tentativas de estabelecer o poder político das massas, durante a Revolução Francesa, avaliavam como irresponsável e perigosa a

atomização dos indivíduos (quando desfeitos os laços sociais tradicionais) e sua posterior reunião de forma caótica e desesperada pela destruição da velha ordem.

1.4 A Força da Tradição na Ideologia Conservadora

Quanto ao princípio conservador da tradição, Nisbet (1987, p. 17) mostra que:

Para compreender um efeito tão imediato como o de *Reflections* de Burke sobre a mentalidade ocidental, devemos ter em conta a forte tendência para um tradicionalismo de princípios, assim como de emoções, que se desenvolvera na Europa Ocidental durante todo o século XVIII. Dada a nossa normal predileção pela mentalidade mais excitante do Iluminismo, dos Voltaires, Diderots e d’Holbachs, é fácil deixar escapar esta contra-força oposta ao elevado racionalismo e individualismo do Iluminismo. Mas trata-se aqui de um produto inteiramente da *Igreja* e do número ainda considerável dos seus filósofos e teólogos confinados à ortodoxia, em vez de entregues às ideias da religião natural e da ética natural que tinham brotado do movimento da lei natural do século XVII. Quanto mais os *philosophes* proclamavam a excelência das suas doutrinas dos direitos naturais, mais os filósofos e historiadores nas universidades - todas orientadas religiosamente, está claro - faziam apelo às tradições que tinham sustentado a Europa durante mais de mil anos.

Esse apelo às tradições, em contraposição aos ideais iluministas e da Revolução Francesa, não estavam circunscritos apenas aos espaços das universidades ou círculos intelectuais religiosos e políticos. Muitas cidades, na Europa Ocidental, e associações, abrigavam pessoas, entre elas, artistas, artesãos, historiadores, poetas, compositores, que resistiam à consolidação da cultura moderna por meio do resgate de “suas próprias histórias, tradições, santos, heróis, governos e ofícios” (NISBET, 1987, p. 17). O autor revela que esse “espírito de regionalismo” estava presente nas províncias da França e Inglaterra, mas, sobretudo, da Alemanha e Europa Oriental:

Pesquisas de dialectos nativos, de literatura folclórica, de criadores de arte há muito ignorados, de heróis militares dum passado distante e de outros semelhantes, estavam em pleno desenvolvimento em muitas regiões da Alemanha por meados do século XVIII. A fascinação da Idade Média, que obcecou tantos espíritos em Inglaterra e França no século XIX, era bem evidente na Alemanha e na Europa Oriental durante o século XVIII. Não havia na Alemanha uma única cidade que exercesse um poder intelectual sobre toda a nação como faziam Paris e Londres nos seus próprios países. O tradicionalismo era quase inevitável no espírito de regionalismo que dominava a Alemanha e também, não o esqueçamos, parte da Inglaterra e de França. (NISBET, 1987, p. 17-18).

Não é difícil compreender esse tradicionalismo, se imaginarmos os impactos do projeto burguês no cotidiano dos indivíduos, inclusive nas camadas mais populares da

sociedade, nesse período de transição. Toda a cultura, o conjunto de crenças e técnicas, herdados por esses indivíduos e transmitidos de geração a geração, foram colocados em questão pelo Iluminismo, na sociedade nascente, embeate que, por vezes, na história da humanidade, ocorre por causa do surgimento do “novo”.

Quando acontece, toda a verdade contida nas tradições já não é mais a única verdade possível e o tradicionalismo nasce para contestar essa nova realidade. Com base em Abbagnano (2007), compreendemos que, se a verdade da tradição tornar-se a única garantia possível de verdade, há enormes chances de indivíduos tradicionalistas supervalorizarem a sua cultura, os seus modos de ser, seus comportamentos, suas crenças, em detrimento de suas novas formas, o que, não raramente, pode exprimir erros, preconceitos, superstições; motivo pelo qual a tradição tornou-se um dos principais alvos de ataque do Iluminismo, ainda na sociedade moderna nascente, e uma das mais importantes “bandeiras” defendidas pelo conservadorismo tradicionalista na França.

Com base nos estudos realizados, compreendemos que tradicionalismo não é sinônimo de conservadorismo. O primeiro relaciona-se, sobretudo, à transmissão de uma determinada cultura, de costumes, hábitos, rituais, visando à sua preservação em tempos históricos diferentes, passando de geração a geração, como uma forma de manter a história viva e valorizar práticas do passado. Isso ocorre pela necessidade de algumas pessoas e grupos sociais vincularem-se a certas ações e situações que desejam que tenham continuidade, o que não se restringe, necessariamente, ao seu uso político-ideológico.

O tradicionalismo pode atravessar gerações sem focar em interesses específicos, que perpassam a condução da história. Já o conservadorismo é datado historicamente e consiste numa ideologia que se apoia em valores tradicionais para combater mudanças que ameaçam romper com dada ordem social estabelecida e dado *status quo*.

No entanto, conservadores apegam-se às tradições porque estas sobrevivem ao longo do tempo, o que demonstra sua validade (COUTINHO, J. P., 2014). Da mesma forma, instituições e valores tradicionais assumem grande importância, para adeptos do conservadorismo, já que demonstram seus benefícios para a vida em sociedade. Segundo o autor:

[...] as tradições que importam a um conservador não são apenas as que resultam ou resultaram de um ato consciente de criação humana. As tradições mais profundas foram emergindo naturalmente, o que significa que elas foram sobrevivendo naturalmente porque sucessivas gerações encontraram nelas vantagens que aconselharam a sua manutenção. Elas devem ser protegidas não apenas porque são nossas (como um relógio do avô) ou porque são um produto da nossa vontade

manifesta (como a referida dança escocesa). As tradições não são relíquias que guardamos na gaveta por mero gosto estético ou simples idiossincrasia pessoal. Elas são nossas porque *se tornaram* nossas. E o fato de continuamente as termos considerado vantajosas e valiosas permitiu que as legássemos de geração em geração como se fosse uma herança coletiva. Ao serem úteis e benignas *para nós*, é razoável pensar que elas também o serão para aqueles que virão *depois de nós*. (COUTINHO, J. P., 2014, p. 59, grifos do original).

É próprio do conservadorismo tratá-lo como uma não ideologia, mas um estilo de pensar, ou como uma inclinação natural dos seres humanos. Apesar das diferenças já pontuadas entre um e outro, a valorização das tradições e a luta por sua preservação, feita por conservadores, servem a objetivos, finalidades traçadas mediante determinadas situações históricas e contextos sociais.

O mesmo autor argumenta que somente “[...] os arranjos tradicionais conducentes a uma vida melhor” (COUTINHO, J. P., 2014, p. 59) tornam-se uma “bandeira” para que os conservadores lutem por sua conservação. Ora, nessa atitude, quais são os parâmetros para se avaliar uma vida melhor, senão os parâmetros de uma perspectiva conservadora? E quem será o beneficiado?

Netto, L. E. (2011) reitera que o “conservadorismo clássico” respondia ao “caldo cultural” da Modernidade e à sua respectiva ideologia, e que foram seus produtos diretos episódios como o Iluminismo e a Revolução Francesa, entre outros. O “conservadorismo clássico” também tratou de responder ao processo de conquista da hegemonia pela classe burguesa que, naquele momento, era revolucionária e, por isso, os conservadores daquele período eram antiburgueses e antirrevolucionários, como afirma a autora.

Tais elementos, que configuram a existência do conservadorismo, devem ser examinados em sua totalidade, pois envolvem uma série de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, bem como as contradições e os impactos que resultaram delas. De acordo com Netto, L. E. (2011, p. 41), o “conservadorismo clássico” se traduz em

[...] uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada [...]) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* - configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p. 14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais. (grifos do original).

A autora reforça que, ao longo do desenvolvimento dessa matriz de pensamento, os seus traços característicos e funcionalidade social foram sofrendo alterações, como ocorreu a partir do século XIX com o nascimento do proletariado, a criação da sociologia, do marxismo

e a consolidação de vertentes políticas liberais e neoliberais, entre outros episódios importantes da história.

CAPÍTULO 2 - DESVENDANDO OS PRESSUPOSTOS DO NEOCONSERVADORISMO

No presente capítulo, abordamos o processo de passagem da burguesia de uma posição revolucionária para uma posição conservadora. As teorias mais críticas sobre a questão social também perdem espaço para análises confessionais e conservadoras a respeito. O período que se seguiu às revoluções de 1848 fez emergir novamente formas veladas de ver e compreender o mundo e posições filosóficas irracionalistas.

Podemos afirmar que o neoconservadorismo agrega em seu conteúdo elementos do irracionalismo moderno, da ideologia neoliberal e do pensamento pós-moderno. Refletimos que o modo como o neoliberalismo se instalou no Brasil criou meios para o aprofundamento do neoconservadorismo. É desse traço característico da sociedade brasileira e uma de suas expressões- a aversão ao Estado de Direito com medidas de enfrentamento à questão social- que o moralismo e a discriminação de classe contra pessoas beneficiárias do PBF irrompem num período mais recente da história do Brasil.

Fazemos referência ao positivismo por considera-lo uma importante corrente do pensamento conservador, com destaque para sua função na reconfiguração do pensamento conservador (SOUZA, 2015) e poder de influência até os dias de hoje nas interpretações e intervenções sobre a questão social.

A fusão de princípios neoliberais com princípios conservadores é outro ponto que nos chama a atenção no neoconservadorismo. Para melhor compreendermos essa relação, fomos buscar algumas das semelhanças entre valores conservadores e as noções de imperfeição humana, naturalização das atividades de mercado, fim da história e ordem espontânea do mercado, vigentes na sociedade neoliberal.

2.1 Mudanças de Funcionalidade da Ideologia Conservadora

Conforme mencionado em capítulo anterior, a etapa de ruptura com o “movimento progressista” da filosofia burguesa, que teve o seu auge entre os anos 1830 e 1848 (COUTINHO, 2010), refletiu-se de maneira particular no pensamento conservador. Em meio às revoluções que ocorreram nesse período, em diversos países europeus e também em outros continentes, nos quais, dadas as diferenças territoriais, culturais, de estruturas política e econômica, estava posto um anseio comum entre todas elas, qual seja, o de construção de

repúblicas democráticas orientadas por princípios construídos, principalmente, a partir da Revolução Francesa.

O conservadorismo voltou-se, cada vez mais, para o rompimento com uma idealização romantizada de retorno à velha estrutura social feudal e foi aliando-se à burguesia, naquele momento revolucionária, na medida em que assumia uma posição defensiva em relação à ameaça que a organização do proletariado significava para a manutenção de uma ordem que lhes garantia vantagens econômicas. Vimos que, enquanto ideologia, o pensamento conservador passou a servir para a manutenção da ordem do capital, na medida em que ideias, valores e princípios por ele propagados passaram a assumir uma função de dirimir conflitos oriundos das relações desiguais na sociedade burguesa.

Lembremos que as monarquias predominavam em todas essas nações nas quais seguidas revoluções contra esse regime irrompiam, de modo que a classe média ascendente, representada principalmente pela burguesia, somava os seus interesses políticos e econômicos à revolta dos trabalhadores, que protestavam contra as suas péssimas condições de trabalho e vida. Além dos trabalhadores e população organizada, que agiam em nome da revolução social, tornaram-se também alvo das críticas de conservadores, os intelectuais que buscavam compreender a questão social em sua totalidade.

Vencida a batalha de derrubada dos regimes monárquicos que ainda existiam; de aniquilação dos resquícios do sistema feudal; de tomada do poder de parte da nobreza aristocrata e do setor agrário; e conquistada a consolidação do modo de produção e do projeto societário capitalistas, a burguesia precisava encontrar meios de administrar as mudanças constantes na sociedade moderna capitalista, sem que isso redundasse em uma transformação radical da sociedade, e, então, foi assumindo uma papel cada vez mais conservador no desempenho de suas funções e na sua concepção de mundo e de seu lugar de classe dominante, o que foi analisado e denominado por Lukács (2010), como “decadência ideológica” da burguesia.

Enquanto isso, trabalhadores sofriam “na pele” as consequências negativas do “lado obscuro” (HOBSBAWN, 2012, p. 467) de todo o desenvolvimento e progresso vivenciados pela humanidade, expressos nas condições de vida capitalistas, o que lhes dava consciência e força para lutar por uma nova sociedade, em nome de um sonho por uma vida melhor (HOBSBAWN, 2012). Ainda que muitas das revoluções nesse período tenham repercutido sobre o cenário político mundial, nos anos que se seguiram imediatamente a 1848, monarquias foram reinstauradas em alguns países, muitas delas, sob condições mais severas e sob o jugo

do conservadorismo político. Ocorreram conquistas importantes, inclusive, a ruptura com a cultura política tradicional da monarquia que ainda prevalecia nos países e a maturação de modelos democráticos de governo que, gradualmente, a substituíram, porém, foi no período pós-1848 que o capitalismo triunfou enquanto modo de produção econômica e modelo societário (HOBSBAWN, 1977), acentuando as diferenças entre as classes e dando continuidade à disputa ideológica. Sobre a reinstauração dos antigos regimes e a ascensão do pensamento burguês conservador, o historiador esclarece que:

De volta, os regimes conservadores restaurados estavam bem preparados para fazer concessões ao liberalismo econômico, legal e até cultural dos homens de negócios, desde que isto não significasse um recuo político. [...] os anos reacionários de 1850 viriam a ser, em termos econômicos, um período de sistemática liberalização. Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária. (HOBSBAWN, 1977, p. 40).

De acordo com Coutinho, C. N. (2010), a dialética manifestada no ciclo da acumulação capitalista, que apresenta “altos” e “baixos” em seu funcionamento, reflete-se no modo como opera a consciência burguesa, ora aproximando, ora distanciando mais essa consciência de uma compreensão objetiva do mundo e desveladora dos significados de sua essência. Sensações como angústia e insegurança, quando experimentadas pelos homens na dinâmica dessa sociabilidade moderna, são expressas por meio de posições filosóficas “irracionalistas” e “pseudorracionalistas”, as quais buscam negar categorias analíticas, como o humanismo, historicismo e a razão dialética, na medida em que podem colocar em evidência as contradições do mundo real que geram instabilidade, insegurança, insatisfação, problemas com os quais pensadores conservadores preferem não lidar.

Nesse momento em que a burguesia avança na consolidação do seu projeto de sociedade, bem como no seu estabelecimento no poder, o arcabouço teórico construído, a fim de destruir a sociabilidade baseada no modo de produção feudal, foi esvaindo-se e, com ele, o seu principal pilar, que era a razão como suporte do conhecimento.

A negação da razão moderna e de seu movimento progressista, que já era uma característica do “conservadorismo clássico”, apresentando-se, inclusive, sob a forma de valorização do conhecimento oriundo “[...] dos sentimentos, do empírico, da experiência imediata característica do preconceito”, como afirma Barroco (2010, p. 173), ganha novas formas no campo da filosofia e de outras áreas do conhecimento, por meio do irracionalismo

moderno. O homem já não era mais colocado como ser histórico e repleto de potencialidades, sujeito de sua própria história e da história universal. O irracionalismo moderno é produto da construção de um conhecimento comprometido com a irrazão, sendo alguns de seus principais representantes Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard, em fins do século XIX.

Ao tratar das análises de Lukács sobre o irracionalismo moderno, Barroco (2013b) reforça que o autor situou as suas raízes no crescente domínio das relações mercantis e da lógica do capital sobre as várias dimensões da vida social:

Com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente ampliação do domínio exercido pelas relações mercantis, a subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho repercute em todas as dimensões da vida social, insinuando-se na subjetividade dos indivíduos sociais e em suas manifestações ideológicas, submetendo-os a sua lógica fragmentária (BARROCO, 2013b, p. 257).

Com a intensificação do processo de alienação/estranhamento, a separação entre teoria e práxis humana cria um espaço ainda mais adequado para o desenvolvimento do irracionalismo moderno. Segundo a autora:

[...] esse conjunto de determinações mediadas pela sociabilidade burguesa, pela crise de 1848 e por seus rebatimentos ideoculturais contribuiu para a reprodução de uma visão estática da história, de posicionamentos antidemocráticos e pessimistas e de visões nihilistas, negadoras do progresso: formas de recusa da razão como possibilidade de intervir na realidade, seja para conhecer sua essência, seja para transformar o presente (BARROCO, 2013b, p. 260).

Nesse caldo favorável ao surgimento de teorias irracionalistas, as teorias racistas ganharam *status* de ciência e a ideologia nazifascista foi formulada:

Como ideologia, o irracionalismo contribuiu, nas condições históricas do nazifascismo, para disseminar o pessimismo, o imobilismo, o desprezo pela razão, a glorificação da intuição, a visão de mundo aristocrática, a repulsa pelo progresso social e a mitomania, e propiciou a transferência dos conflitos para o campo do imaginário, a dissimulação das contradições sociais, de seus nexos e mediações, a naturalização de suas consequências, o empobrecimento da crítica.

Ao se transformar em ideologia, o irracionalismo assume formas variadas, mas de forma geral, além das características citadas anteriormente, suas diversas expressões têm em comum a desvalorização da verdade objetiva e da perspectiva de totalidade, a subjetivação da história, o individualismo, o agnosticismo, o ecletismo, o pessimismo, a negação de ideia de progresso, da igualdade, do dever, do humanismo.

O irracionalismo exerce, como ideologia, uma função de enfrentamento dos conflitos, na óptica dos interesses de manutenção da sociabilidade burguesa; ao transferir o enfrentamento dos conflitos para a subjetividade dos indivíduos, fetichizando suas formas de representação, contribui para a dissimulação e o ocultamento da essência da realidade para a naturalização da desigualdade estrutural da ordem burguesa, constrói uma cultura anti-humanista e passiva e, de modos diversos, afirma a ordem burguesa como o fim da história, negando a práxis social (BARROCO, 2013b, p. 262).

Nesse movimento de “altos” e “baixos” da sociedade burguesa, essa total falta de perspectivas expressa no campo do conhecimento filosófico acentuou-se ainda mais, com o episódio da Primeira Guerra Mundial, no início do século XX, e ganhou expressão e vida no pessimismo, na angústia e no irracionalismo de pensadores que entendiam e explicavam o mundo de modo obscuro; o que ressurgiu com o pensamento pós-moderno no século XXI.

Para os teóricos que adotam essa perspectiva, as verdades são parciais e não podem ser explicadas por grandes filosofias; a razão e a técnica humanas não atingiram os objetivos para os quais foram criadas, portanto, são destrutivas e falhas, daí, suas teorias apelam para a explicação do mundo por meio da simbologia, do inconsciente, de um irracionalismo, muitas vezes, próximo da religião.

O irracionalismo moderno e o conservadorismo relacionam-se na medida em que há neles um fundo ideológico de negação das conquistas modernas, da ideia de progresso, da construção de novas sociabilidades, como aquelas fundadas no socialismo, além de posturas de combate à razão moderna, ou aos “excessos do racionalismo”, como os autores dessa corrente teórica preferem denominar. Os pensadores pós-modernos incorporam tais elementos em suas reflexões, ao considerar que o racionalismo é um dos fenômenos responsáveis pela criação e intensificação de males na sociedade, na medida em que a “arrogância” e a “prepotência” de muitas das ações humanas, possibilitadas por essa “capacidade racional superior”, levaram e continuam levando a desastres, como grandes guerras; criação e uso de armas com alto potencial destrutivo; problemas ecológicos; entre outros.

No final do século XIX e início do século XX, é possível destacar ainda a corrente positivista de pensamento, vigente na época, e expressão do pensamento conservador. Seus adeptos e representantes teóricos reproduzem uma falsa ideia da razão, como se esta fosse sinônimo de aceitação e resignação diante dos fatos. De acordo com Netto, L. E. (2011), essa “pseudo razão”, até Durkheim, foi orientada por uma “perspectiva otimista”, isto é, acreditava-se que a “fratura” desestabilizadora da ordem burguesa, ou “questão social”, que se tornava cada vez mais aguda, poderia ser naturalmente controlada ou remediada por meio de reformas no âmbito da política conservadora.

No conservadorismo, portanto, pregou-se a conservação de elementos constitutivos da sociedade em sua velha estrutura feudal, ou, ainda, o retorno ao passado, num primeiro momento. Posteriormente, preconizou-se a manutenção da configuração burguesa de sociedade; em ambos os casos, as intenções estavam diretamente relacionadas com interesses econômicos e privilégios das classes dominantes, bem como com a posição social de certos

grupos, e ainda a forte vinculação a valores tradicionais, que davam sustentação a esses interesses.

Ao fazer assim, pensadores do conservadorismo, como Burke, Comte e Durkheim, descartavam o elemento de mudança (constitutivo da sociabilidade humana e que atinge o seu ápice na sociedade burguesa), sobretudo, quando este, em sua “radicalidade”, ousava questionar ou abolir o modelo de sociedade em que viviam. As saídas “positivas” pensadas por eles estavam na manutenção do velho ou no melhoramento do que existia. Assim Netto, L. E. (2011, p. 56) refere-se a Durkheim:

[...] ele foi o último grande representante do pensamento conservador que manteve, em face da ordem burguesa, uma *perspectiva otimista*. De Burke a Durkheim, passando por Tocqueville, as várias alterações sofridas pelo conservadorismo não eliminaram a *confiança* de que os desfechos da história (pouco importando como cada qual deles concebia a natureza e a dinâmica desta) seriam positivos- em nenhum deles existe um *horizonte trágico* ou *desesperado* para a sociedade contemporânea. O pensamento conservador, da gênese a Durkheim, na sua curva do anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro (seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adiantaria lutar contra a “ordem natural”, seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social). Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos *clássico* (grifos do original).

Augusto Comte (1798-1857) é considerado o fundador do positivismo. Ao inaugurar essa “escola de pensamento” nas Ciências Sociais, Comte propôs romper com um caminho que vinha sendo traçado nos estudos sobre a sociedade, durante o Iluminismo: o caminho da crítica, da carga negativa contida nas análises sociais, do que o teórico denominava de “preconceitos revolucionários”, que orientavam os estudos sociológicos de seus precursores, do anarquismo e do socialismo utópico.

Como analisa Netto, L. E. (2011), a crença em uma ordem social imutável não eliminava a busca por saídas e reformas necessárias da sociedade, que está em constante transformação, consideravam estudiosos da época, como Augusto Comte. Tais reformas tinham como elemento central a moral.

Em síntese, o positivismo consiste numa filosofia e método científico que foi legitimado com a institucionalização da Sociologia enquanto disciplina acadêmica e que, mesmo contendo, em sua essência, características reformistas, tem, entre os seus propósitos fundamentais, olhar e analisar a vida social, a partir de constatações reais e empíricas, que não focam, em suas contradições, aspectos negativos e movimentos. O positivismo propõe-se a

estudar a sociedade, deduzindo dos seus aspectos fenomênicos dados reais e esmiuçando-os por meio de uma postura cientificamente objetiva, que não leve a transcender os seus significados para além do que é possível observar. De acordo com Marcuse (1978, p. 297-299):

Esperava-se que a filosofia positiva superasse a filosofia negativa na sua totalidade, isto é, abolisse qualquer sujeição da realidade à razão transcendental. E mais, esperava-se que ela ensinasse os homens a considerar e a estudar os fenômenos do seu mundo como objetos neutros, governados por leis universalmente válidas. Esta tendência tornou-se particularmente importante na filosofia social e política. Hegel tinha considerado a sociedade e o estado como o trabalho histórico do homem, e os tinha interpretado sob o aspecto da liberdade; opondo-se a isto, a filosofia positiva estudava as realidades sociais segundo os modelos da natureza e sob o aspecto da necessidade objetiva. A independência dos fatos comuns devia ser preservada e o raciocínio devia ser dirigido pela aceitação do dado. Desta maneira, a filosofia positiva visava a neutralizar o processo crítico implicado na “negação” filosófica do dado, e a restituir aos fatos a dignidade do positivo. [...] Comte afirmava explicitamente que a palavra “positiva” pela qual ele designava sua filosofia implicava em ensinar os homens a tomar uma atitude positiva diante de uma dada situação. A filosofia positiva levava à confirmação da ordem existente contra aqueles que afirmavam a necessidade da sua “negação”. [...]. As finalidades políticas assim expressadas ligavam a filosofia positiva às doutrinas da contra-revolução francesa: Comte fora influenciado por De Maistre, e Stahl, por Burke.

O seu conteúdo conservador está no “naturalismo sociológico” estruturante das principais ideias, na postura contrarrevolucionária do sistema teórico e na concepção de métodos positivistas, como explica Löwy (1987, p. 28-29):

Como Comte, Durkheim estava consciente do caráter profundamente contrarrevolucionário de seu método positivista e de seu naturalismo sociológico; ele o proclama com um fervor ingênuo no prefácio de *Regras do método*: “Nosso método não tem *nada de revolucionário*. Ele é até, em um sentido, *essencialmente conservador*, já que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais flexível e mais maleável que seja, não é, porém, modificável pela vontade”. Diversos sociólogos anglo-saxões chamaram a atenção sobre o caráter conservador de certas concepções políticas e sociais de Durkheim; é o caso especialmente de Robert Nisbet, segundo o qual o pensamento de Durkheim pertence a uma tradição conservadora fundamentalmente oposta ao racionalismo individualista. Outros cientistas sociais, como Melvin Richter, rejeitam esta crítica e apresentam Durkheim como um liberal do século XIX, que tinha pouca afinidade com o conservadorismo tradicionalista e autoritário. Este debate nos parece algo superficial e irrelevante: o conservadorismo de Durkheim se situa num nível muito mais profundo: *na sua própria concepção de método*. É seu método positivista que permite legitimar constantemente, através de argumentos científico-naturais, a ordem (burguesa) estabelecida. Este conservadorismo fundamental, inerente a toda *démarche* metodológica de Durkheim, pode ser conciliado tanto com o “racionalismo individualista” como com o “autoritarismo”, tanto com o liberalismo como com o tradicionalismo, ou ainda com uma combinação *sui generis* dos dois (que é provavelmente a característica central do pensamento político de Durkheim). Limitar o debate a este terreno formal e doutrinário, como o fazem Nisbet e Richter, significa escamotear ou ignorar o essencial (grifos do original).

Souza (2015) analisa que o positivismo teve função importante na reconfiguração do pensamento conservador, sob a forma do que denomina de “conservadorismo moderno”. Para esse autor, o positivismo

[...] impulsionou o sistema de ideias conservador, ao mesmo tempo em que o modificou, pois estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade. Realinou o foco das disputas políticas dos conservantistas, de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias. A Sociologia como disciplina e “ciência” específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas. Opera essa vocalização por meio de ‘métodos científicos’ que esvaziam a produção de conhecimento sobre a sociedade de suas mediações econômicas e políticas. Esse fôlego renovado que valores conservadores centrais recebem das ‘ciências sociais’ é repleto de consequências históricas. (SOUZA, 2015, p. 5).

Esse caminho que o conservadorismo tomou, ainda no século XIX, de justificação da ordem social burguesa e busca de saídas para seus problemas, ganhou expressão máxima na teoria social de Émile Durkheim (1858-1917). O viés reformista das obras de Comte e de Durkheim é uma característica importante do seu pensamento, que o diferencia da perspectiva teórica conservadora dos “pioneiros” do conservadorismo.

Diferentemente do pensamento de alguns conservadores do “período clássico”, que atribuíam grande importância à moral religiosa⁴⁵ e aos costumes tradicionais, o pensamento conservador pós-1848 toma outras formas. Como exemplo, cita-se a Sociologia, tornada disciplina acadêmica na França, com os esforços de Durkheim, para legitimar uma ciência da sociedade e oferecer uma base científica de explicação do seu funcionamento, inclusive, para outros profissionais, com o intuito de reproduzi-la e aplicá-la em seus espaços de trabalho, mas, não só, também nos vários espaços da vida social, a fim de construir e consolidar uma nova moral entre os homens.

O estudo científico da sociedade, proposto pelo autor, e a sua aplicação na realidade, eram considerados por ele isentos de ideologia, porque partem de uma investigação dos “fatos sociais”, na sua forma mais pura, isolados da interferência dos sujeitos. Em seus estudos sobre a sociedade moderna, observa-se ainda uma preocupação central com a ordem. Para ele, a sociedade atingiu um grau de complexidade e fragmentação, em sua época, que intensificou as

⁴⁵ Segundo Netto, L. E. (2011, p. 67): “[...] o clericalismo nunca recobriu o conjunto do conservadorismo- nem Burke nem Tocqueville foram pensadores de caráter clerical”. O que estava em questão, para os primeiros conservadores, era o papel da religião na sociedade e da Igreja enquanto instituição capaz de controlar a vida social e as ações do Estado. Em menor grau, explicitava-se nas formulações conservadoras a valorização da fé religiosa enquanto experiência mística (NISBET, 1987).

relações antagônicas entre os vários grupos sociais e desestabilizou a divisão do trabalho social até então vigente. A divisão do trabalho, segundo Durkheim (1973), foi, durante muito tempo, sustentada por um tipo de solidariedade que denominou de “solidariedade mecânica”. No entanto, com a emergência da sociedade moderna e todas as transformações advindas com ela, essa mesma solidariedade foi se extinguindo, o que se tornou um problema e um desafio contemporâneo.

Desse modo, o autor considera que se faz necessário outro sentimento de solidariedade entre os homens e a “solidariedade orgânica” caracteriza-se como esse novo tipo de sentimento, que passa a ser induzido na prática social dos homens, com o objetivo principal de reestabelecer a integração social que foi se perdendo com o rompimento de vínculos entre os homens. A indução desse novo tipo de solidariedade é possível, entre outras coisas, a partir de uma base moral bem consolidada na consciência coletiva, com valores, normas, restrições, regras de controle que se apoiem em novos fundamentos: científicos e não mais religiosos (DURKHEIM, 1973).

Durkheim compreendia que um conjunto de valores, na forma de sistema moral dominante, para cumprir seu papel regulador na sociedade, deveria substituir fundamentos religiosos por fundamentos laicos. Isso porque o poder de atuação da religião sobre as relações sociais e o seu poder de determinação sobre a constituição dos seres sociais nas sociedades mais complexas não é mais o mesmo. É importante ressaltar que as preocupações científicas e políticas desse pensador não são com o reestabelecimento da fé religiosa, mas sim com as formas de controle social que pudessem manter a sociedade funcionando, ao mesmo tempo em que colaborassem para a consolidação da Terceira República na França.

Quanto ao princípio da igualdade, sob a perspectiva do pensamento de Durkheim, ao mesmo tempo em que é tratado enquanto um mero ideal, é também analisado no plano da moral. Assim como Burke e seus seguidores, a desigualdade é naturalizada por Durkheim e outros positivistas. Para eles, esse problema insolúvel nas sociedades modernas é ainda mais grave porque a sua dimensão cresce proporcionalmente ao grau de complexidade que a divisão do trabalho social assume.

2.2 Expressões do Neoconservadorismo

A reação a contextos em que o *status quo* se vê ameaçado por interpretações superficiais, generalizantes, das reais situações, carentes de mediações é uma das características do “conservadorismo clássico” que se mantém no neoconservadorismo.

Peguemos um exemplo atual de como essa característica reaparece nos dias de hoje, sob a forma do neoconservadorismo. Diferentemente do que estava posto na emergência da sociedade capitalista, envolta em profundas transformações materiais e ideológicas, ocorrem atualmente interpretações superficiais, generalizantes e carentes de mediações sobre aspectos da realidade, com a diferença de que neoconservadores superdimensionam os impactos que determinadas ações podem provocar, em termos de mudanças na sociedade. Ou seja, de fato, no período histórico de emergência da ideologia conservadora, formas sociais, políticas, econômicas, culturais, então consolidadas, estavam em xeque. Se tomarmos como referência os exemplos mais recentes de manifestações e medidas políticas neoconservadoras no Brasil, veremos que estas são tão descontextualizadas e desqualificadas que chegam, até mesmo, a fantasiar situações com o intuito de disseminar o medo social e a repugnância a propostas de reformas no âmbito do Estado de direito neoliberal⁴⁶.

Outro resultado importante ao qual chegamos com a nossa pesquisa sobre o neoconservadorismo é que este “bebe” em “fontes” não só do pensamento conservador “clássico” e do positivismo, como também do irracionalismo moderno, do pensamento pós-moderno e de princípios do neoliberalismo.

A semelhança entre irracionalismo e neoconservadorismo aparece, portanto, na negação da perspectiva de totalidade, assim como na subjetivação da história, entre outras características. Tais traços passam a configurar posteriormente o que Santos (2007) e Barroco (2011) denominam de “neoconservadorismo pós-moderno”. Para ambas as autoras, o “neoconservadorismo pós-moderno” é uma ideologia conservadora, em sua essência, reproduzida sobre as bases do “[...] pensamento dominante no capitalismo contemporâneo - a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna”, conforme explica Barroco (2011, p. 206). Além do papel do “neoliberalismo à brasileira” na destruição de direitos e criminalização de movimentos sociais que aprofunda os traços conservadores característicos do modo de vida em nosso país, Santos (2007, p. 25) reforça que:

⁴⁶ Exemplos disso foram as manifestações contrárias e a suspensão do Projeto Escola sem Homofobia, em 2011, no governo Dilma, o qual foi classificado por setores conservadores da sociedade brasileira e pelo atual presidente como “kit gay”. E também a criação do Movimento Escola Sem Partido e seu respectivo projeto de lei.

Outros fenômenos têm sido típicos dessa conjuntura conservadora, como a conversão de intelectuais progressistas ao ideário da ordem à moda pós-moderna e a ideologia da estabilidade que se espalha num quadro de crise infirmo toda e qualquer tentativa de mudança e/ou experimentação sociopolítica (Oliveira, in Sader e Gentili, 1996: 27). Exemplo disso foram as duas vitórias em primeiro turno de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Economia do governo Itamar e “pai” da estabilidade monetária, e a recente reeleição de Lula.

Neoconservadores sustentam que o aprofundamento das mazelas sociais e o caminho que tem sido trilhado direcionado à destruição da sociedade humana, são consequências, entre outros fatores, da tendência racionalista em reproduzir ideologias e práticas fundadas na ideia de “possibilidade infinita”, como explica Coutinho, J. P. (2014, p. 35):

[...] a crítica conservadora não poderá ser confundida com uma crítica antirracional. O problema, para o conservador, não reside no papel insubstituível da razão como instrumento de qualquer conhecimento válido e consequente. Como avisa Oakeshott, a crítica conservadora lidará não com a razão, mas com o *racionalismo*, entendido como uma subversão da razão. Ou, talvez de forma mais precisa, com a ambição desmedida de atribuir à razão a tarefa hercúlea de construir e reconstruir a sociedade humana de forma radical e perfeita. Não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de “possibilidade infinita” na condução racional dos assuntos humanos. (grifos do original).

O mesmo autor contemporâneo, que é conservador e estudioso do tema, trata ainda de um valor estruturante para o neoconservadorismo: a noção de imperfeição humana. O autor detém-se na análise de nossa “imperfeição intelectual” (COUTINHO, J. P., 2014, p. 34), no seu sentido laico e não religioso. Para ele, no que diz respeito ao pensamento e às atitudes políticas, há sempre uma tendência pretensiosa de se alcançar o pleno entendimento dos fenômenos sociais e agir sobre eles de maneira a transformar as mazelas geradas por esses fenômenos, o que é “humanamente” impossível, de acordo com esse tipo de raciocínio.

A partir dessa forma de pensar, intelectuais e autoridades políticas são acusados, por adeptos do neoconservadorismo, de irresponsabilidade, imprudência e arrogância, porque pensam e tentam (mas não conseguem de fato) executar projetos societários “grandiosos e utópicos”, fundamentados em valores e princípios, considerados por eles, abstratos. Arrogância essa que, segundo o pensamento neoconservador, é típica do racionalismo moderno e contra a qual pensadores como Edmund Burke e outros se manifestavam, em séculos passados.

Foi essa mesma relevância dada à razão e ao conhecimento humanos uma das motivações para o posicionamento reacionário de grupos conservadores, durante o processo de elaboração da Constituição, na Revolução Norte-Americana. Estudiosos apontam para o caráter

mais “comedido” e conservador de acontecimentos, como a Revolução Gloriosa, em 1688, na Inglaterra, ou da Revolução Americana de 1776, em comparação com outros processos revolucionários, como os que ocorreram em países da Europa Ocidental, o que está relacionado com a história do povo norte-americano. Conservadores clássicos, como Burke, assumiam um posicionamento favorável à Revolução Norte-Americana, nesse caso, por compreender que seus dirigentes estavam prontos a “reorganizar” o poder político em torno de limites aceitáveis e de acordo com a tradição histórica. Sobre isso, Sigler (1972, p. 19-20) aponta que:

O novo governo republicano não foi criado por um bando de conspiradores radicais arrastados por frenesi de massa, mas por um corpo de homens proprietários distintos e bem-educados, com antecedentes estáveis e conservadores. A Constituição não foi elaborada pelos mesmos homens que assinaram a liberal Declaração de Independência, mas por sóbrios homens de recursos que temiam o excesso do governo popular. A Constituição não foi um documento conservador em comparação com as atitudes prevalecentes na Europa do século XVIII. No entanto, se considerarmos o primeiro governo norte-americano sob os Artigos da Confederação, a Constituição é, em comparação, muito mais conservadora. Os Artigos transferiam a maioria do poder político para os Estados. O pequeno grau de poder nacional estava nas mãos de uma assembleia legislativa que agia por instruções recebidas dos Estados. Comércio, finanças e ofícios eram deixados aos cuidados não muito ternos dos Estados. [...] A própria Constituição criou uma forma republicana de governo com controle popular apenas indireto. [...] Desde 1789, a Constituição foi um escudo para os conservadores norte-americanos, que nela encontraram a fonte da maioria de seus valores importantes.

A conservação de riqueza e poder nas mãos de determinados grupos sempre foi uma preocupação, inclusive no período “clássico” do conservadorismo, quando a velha cultura feudal deparou-se com novas concepções e formas de poder expressas nos aparatos institucionais e legais que nasciam com a sociedade burguesa. A guinada do pensamento conservador à aliança com a burguesia revolucionária e o combate à organização do proletariado e ao “movimento progressista” dessa mesma filosofia burguesa (COUTINHO, C. N., 2010), que buscava compreender, entre outras coisas, a questão social em sua totalidade, também foram expressões desse anseio pela concentração de riquezas, poder e *status* social.

Por isso, as formas de governar com propostas mais radicais e as teorias sociais críticas são recriminadas por neoconservadores; bem como movimentos sociais e de trabalhadores são por eles criminalizados.

A partir de meados da segunda metade do século XX, a retomada de valores e princípios liberais por intelectuais como Friedrich A. Hayek (1899-1992)⁴⁷, ao elaborar o

⁴⁷ Há várias concepções e teóricos do neoliberalismo, tais como Ludwig von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, entre outros. Optamos por fazer menção à Hayek devido o seu protagonismo “[...] na elaboração

projeto neoliberal, tais como a liberdade fundada sobre bases econômicas; a igualdade perante a lei; a defesa da propriedade privada; a competitividade como meio para alcançar o progresso individual e o social, entre outros, resgatou a “máxima” do conservadorismo de “respeitar a natureza humana” (natureza esta marcada pela imperfeição), associando esse respeito ao mercado e à ênfase na moral. E essa é uma das principais marcas do neoconservadorismo, que ganha maior relevo com a ascensão do neoconservadorismo norte-americano. De acordo com Coutinho, J. P. (2014, p. 87):

Se a função de um governo é respeitar, por princípio, a natureza humana, importante é também que ele respeite uma das propriedades fundamentais dessa mesma natureza: o fato de existir nos homens uma propensão para “negociar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”, cujo objetivo é fazer com que os indivíduos possam “melhorar a sua condição”. Como relembra a historiadora Gertrude Himmelfarb, contra os moralistas de extração diversa que consideravam a “sociedade comercial” uma subversão da nossa natureza “autêntica”, Smith e Burke contrapunham o argumento de que a vontade e a necessidade humanas de mercadejar eram das mais “autênticas” paixões naturais, e só um poder político tirânico podia suspendê-las ou destruí-las. O conservadorismo, portanto, deve começar por respeitar a natureza dos homens. E isso significa observar a vontade destes em participar num sistema em que são as escolhas naturais e livres dos indivíduos, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos, que devem ser soberanas. Essa é a posição que Thatcher reforçará dois séculos depois de Smith e Burke: antes de valorizarmos as vantagens materiais de uma “sociedade comercial”, devemos começar por lembrar a superioridade ética dessa sociedade. “O sucesso econômico do mundo ocidental”, escreveu Thatcher, “é um produto da sua filosofia moral”. E especificou: “Os resultados econômicos são melhores porque a filosofia moral é superior. É superior porque começa pelo indivíduo, pela sua singularidade e pela sua capacidade de escolha” (grifos do original).

Desse modo, atualmente, além da “reconciliação do conservadorismo com a sociedade comercial”, conforme sugere o autor supracitado, há uma exacerbação da ideia de “fim da história”, já que a sociedade capitalista e as relações sociais construídas a partir desse modo de organização são compreendidas como os mais bem-sucedidos projetos de sociedade até o momento, em termos morais e éticos, mas também em termos de constatação prática, que tem sobrevivido aos “testes do tempo”, como explica Coutinho, J. P. (2014, p. 88-89):

[...] um conservador deve começar por valorizar uma “sociedade comercial”, não por motivos *transcendentes*- antes por motivos empíricos e imanentes. “O amor ao lucro, embora por vezes levado a excessos ridículos e viciosos”, adverte Burke, “é a grande causa da prosperidade de todos os Estados”. E, quando comparada com as alternativas econômicas rivais, a começar pelas desastrosas experiências coletivistas do século XX, a “sociedade comercial” *funciona*. Funciona duplamente: na criação e

do projeto político-econômico que deu origem ao neoliberalismo”, conforme explica Barroco (2013a, p. 1) e também pela repercussão e polêmica de seus argumentos contrários aos sistemas de regulação social (ANDERSON *In*: BORÓN; SADER, 2012).

distribuição de riqueza e, além disso, como expressão das livres aspirações humanas daqueles que desejam simplesmente “melhorar a sua condição”, participando no sistema. Aqui encontramos um segundo argumento que nos permitirá reconciliar o conservadorismo com a “sociedade comercial”: recordando aos incrédulos que o mercado livre, mais do que uma ameaça a tradições estabelecidas, deve ser visto também como uma tradição estabelecida (grifos do original).

Podemos afirmar que a ideia de imperfeição humana aplicada, principalmente, à impossibilidade de controle dos fenômenos humanos e sociais, relaciona-se com a noção de ordem espontânea do capital defendida pelos economistas clássicos e por Hayek, até a contemporaneidade. Aliás, esse é um dos pontos que, segundo Hayek (1983), distingue o liberalismo ou neoliberalismo do conservadorismo⁴⁸. Para o autor, o “liberalismo não é contrário à evolução e à mudança” como o conservadorismo, visto que “o liberal acredita que o mais urgente e necessário em quase todo o mundo seja a eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea” (HAYEK, 1983, p. 468).

Esse “medo da mudança” expresso por conservadores, segundo ele, contrasta com o que os liberais chamam de “coragem e confiança” nas mudanças sociais que são conduzidas por forças espontâneas, sobretudo, na área econômica. Hayek (1983) afirma ainda que o temor a novas ideias é uma das principais fraquezas do conservadorismo, posição que os difere dos liberais. Segue afirmando que, na visão liberal, “novos conhecimentos são parte da essência humana” e, mesmo que os resultados de novas ideias sejam imprevistos e, muitas vezes, indesejados, adeptos do liberalismo dispõem de princípios para conviver com suas consequências, rejeitá-las ou debater com esses novos conhecimentos.

Para Hayek (1983), certas consequências morais de novas formas de pensar não devem ser motivo para a sua desaprovação, como assim o fazem os conservadores. Além disso, mesmo valorizando as tradições de seus países, liberais não estão arriscados a cultivar um “nacionalismo exagerado”, como os conservadores, quando resistem ao intercâmbio cultural e, muitas vezes, econômico, e ao processo de construção de conhecimentos, que é universal.

No entanto, o autor não deixa de ressaltar que, apesar desses pontos diferenciais entre ambas as ideologias, liberais são conscientes sobre as limitações da razão humana e do grau que se pode alcançar de conhecimentos e ações sobre o mundo, de modo que acreditam que as experiências práticas vivenciadas são fundamentais para se pensar e criar novas ferramentas que compensem a imperfeição humana (GANEM, 2012).

⁴⁸ Hayek não se assume como um pensador conservador e chegou a escrever um texto com esse posicionamento: “Por que não sou conservador”.

Ao contrário do anticapitalismo e do antiliberalismo, que estavam postos na emergência do pensamento conservador, a preocupação em reinstaurar valores e princípios do liberalismo clássico passou a fazer parte do quadro ideológico e prático neoconservador. É de se notar que, conforme vimos, mesmo ainda durante os séculos XVIII e XIX, no Ocidente, havia certo “flerte” entre os objetivos capitalistas mediados pela questão da propriedade e o conservadorismo, porém, a partir do século XX, o imbricamento entre princípios neoliberais e o neoconservadorismo torna-se mais nítido.

A ideia de imperfeição humana, somada à concepção de uma ordem natural do mercado, que deve se desenvolver livremente, são fundamentais para a solidificação do projeto neoliberal que se constitui na conservação de uma classe mais rica e poderosa, que age conforme as “forças naturais” que configuram as relações de mercado e o “acaso” ou a “contingência” da vida em sociedade, segundo autores como Pondé (2012). Vida esta que, sob a perspectiva neoconservadora, a mente humana não é capaz de abarcar e as ações humanas não são suficientes para transformá-la, de modo a contemplar de maneira “perfeita” toda a humanidade.

Isso porque a razão e qualquer tentativa racional de experimentar novos projetos societários estão submetidas não somente à imprevisibilidade dos fatos que não nos permite ir além do que temos e vivemos “hoje”, mas também aos afetos e à própria condição humana, que nos direciona a um destino marcado pela insuficiência típica da espécie humana, como explica Pondé (2012).

Ademais, o “impulso perfectibilista” (COUTINHO, J. P., 2012, p. 27), que é manifestado por muitos filósofos, políticos e setores da esquerda em geral, segundo o mesmo autor, é sintomático, tanto de revolucionários como por parte de reacionários, na medida em que ambos recusam o presente, e buscam respostas da complexidade do tempo presente no futuro ou no passado. Tal “culto ao presente”, observado no neoconservadorismo, além de negar a razão moderna de caráter progressista, é característico da visão a-histórica pós-moderna, que aparece também na concepção neoliberal de liberdade aprofundada por Hayek. Segundo Barroco (2013a, p. 3):

Para ele, a liberdade individual consiste no “reconhecimento da nossa inevitável ignorância de muitos fatores que a realização dos nossos fins e do nosso bem estar [...] Se fossemos conscientes e conhecêssemos tudo, pouco teríamos para defender a liberdade: ela é essencial para dar conta do imprevisível e do imprognosticável”. Essa perspectiva de análise é sustentada pela sua compreensão de história e sociedade. Para ele, a realidade social é determinada por casualidades, expressando a existência de diferentes possibilidades que podem ou não se realizar. Alguns, por seus méritos e por circunstâncias casuais, serão mais prósperos que outros. Nesse sentido, Hayek remete

a Locke e Mill, lembrando do argumento em favor da tolerância, apoiado no reconhecimento acerca da nossa ignorância.

Sem explicar as categorias e instituições econômicas, como o lucro, mercado, a propriedade privada e outras, em sua essência e dinâmica, a teoria hayekiana considera que os desejos e as ações dos indivíduos nas relações econômicas são indispensáveis para o funcionamento equilibrado entre todas essas variáveis. A “mão invisível”, termo utilizado por Adam Smith (1723-1790), é mais do que um mecanismo de ajuste automático das relações econômicas, pois cria condições para uma vida social harmônica e o bem-estar de todos.

Segundo Siqueira (2013), é bastante contraditória a ideia de harmonia, no pensamento de Smith, já que as relações sociais, nas obras do teórico, aparecem como relações desiguais e conflituosas atravessadas por interesses distintos de trabalhadores assalariados e proprietários do capital.

Para Hayek (1983), uma parte da racionalidade humana é capaz de reger o mercado, servindo de parâmetro para o seu funcionamento por meio de planos, atividades, cálculos, projeções humanas, que podem produzir resultados “intencionais” na economia. Contudo, o autor defende que nem todos os conhecimentos colocados em prática pelos indivíduos nas atividades econômicas são “intencionais”, ou seja, parte do conhecimento humano que envolve as relações de mercado é limitada, subjetiva e ocasional, porque depende de uma força exterior ao próprio homem.

Mas, ainda assim, tais atividades “não intencionais” contribuem para a produção de riquezas, e produzem resultados sociais na forma do bem-estar coletivo. Nesse sentido, planejamentos econômicos, como o estatal, ou qualquer intervenção desse tipo, podem inviabilizar essa dinâmica, que depende da ação livre dos sujeitos nas relações de mercado, pautados em seus conhecimentos e iniciativas pessoais. Sob essa concepção, as atividades econômicas dos indivíduos, “intencionais” ou “não intencionais”, ajustam-se naturalmente aos mecanismos do livre mercado (VIDAL, 2007).

Seguem abaixo citados os dez princípios neoconservadores elencados por Kirk (2013):

Primeiro, o conservador acredita que há uma ordem moral duradoura. [...] Segundo, o conservador adere aos costumes, à convenção e à continuidade. [...] Terceiro, os conservadores acreditam no que se pode chamar de princípio da consagração pelo uso. [...] Quarto, os conservadores são guiados pelo princípio da prudência. [...] Quinto, os conservadores prestam atenção ao princípio da variedade. [...] Sexto, os conservadores são disciplinados pelo princípio de imperfectibilidade [...]. Sétimo, os conservadores estão convencidos de que a liberdade e a propriedade estão intimamente ligadas. [...] Oitavo, os conservadores defendem comunidades voluntárias, da mesma forma que

se opõem a um coletivismo involuntário. [...] Nono, o conservador vê a necessidade de limites prudentes sobre o poder e as paixões humanas. [...] Décimo, o conservador razoável entende que a permanência e a mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade vigorosa (KIRK, 2014, 105-111).

Kirk (2014), ao elencar os dez princípios neoconservadores, analisa a racionalidade moderna também sob a perspectiva da imperfectibilidade dos seres humanos, tratando-a como um elemento disciplinador, que garante a ordem social. Essa mesma ordem social desenvolve-se com base na convivência entre sofrimentos e algumas mazelas sociais, como as desigualdades, inatingíveis pela razão e pelas ações humanas. Segundo Kirk (2014, p. 108),

Por ser o homem imperfeito, uma ordem social perfeita jamais pode ser criada. Por conta do desassossego humano, a humanidade pode se rebelar caso sujeita a qualquer dominação utópica, e vir a explodir novamente em um descontentamento violento- ou terminar enfadada. Objetivar a utopia é terminar em desastre, dizem os conservadores: não fomos feitos para perfeição. Tudo o que razoavelmente podemos esperar é uma sociedade tolerantemente ordenada, justa e livre, na qual alguns males, desajustes e sofrimentos continuam à espreita. Ao dar a devida atenção à reforma prudente, podemos preservar e melhorar essa ordem tolerável. [...] Os ideólogos que prometiam a perfeição do homem e da sociedade converteram grande parte do mundo no século XX em um inferno terreno.

Observamos que, para o pensamento neoconservador, o uso da racionalidade moderna deve respeitar os seus limites, impostos por uma condição inerente aos humanos: a sua condição de imperfectibilidade. O funcionamento da sociedade, tendo respeitado esse limite, cria mais condições para a garantia da ordem. Sob tal perspectiva, estamos fadados a conviver com as desigualdades sociais justamente pelo fato de que os seres humanos, na sua imperfeição, não podem extingui-la e as tentativas nesse sentido é como lutar contra a natureza, ou seja, “batalha vencida”. Melhorias, por meio de reformas prudentes, podem tornar essa ordem social mais “tolerável”.

A “reforma prudente” que, para o autor, é a única via para melhorar a vida em sociedade em níveis de tolerância aceitáveis, é tratada por Kirk (2014, p. 111) no “décimo princípio conservador”, segundo o qual “o conservador razoável entende que a permanência e a mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade vigorosa”. Portanto, mesmo não acreditando no progresso da humanidade a partir de transformações sociais profundas, neoconservadores também apoiam progressos e reformas moderadas, sempre pautadas em circunstâncias e necessidades sociais de cada momento histórico.

Sob esse ponto de vista, a prudência é a maior das virtudes de um estadista, afirma Kirk (2014). De acordo com esse pensamento, no sentido contrário, agem esquerdistas e

radicais, na medida em que tendem a descartar tudo o que é antigo e usar o poder para colocar em prática projetos nunca antes experimentados e, por isso, bastante duvidosos, a ponto de colocar toda a espécie humana em risco. Sobre esse aspecto, segue a afirmação abaixo:

Os conservadores são defensores dos costumes, da convenção e da continuidade, porque preferem o mal que conhecem ao mal que não conhecem. Ordem, liberdade e justiça, acreditam, são os produtos artificiais de uma longa experiência social, o resultado de séculos de experimento, reflexão e sacrifício. O corpo social é, dessa forma, um tipo de corporação espiritual, comparável à Igreja; pode até ser chamado de uma comunidade de almas. A sociedade humana não é uma máquina, para ser tratada de modo mecânico. A continuidade, o fluido vital de uma sociedade, não pode ser interrompida. A lembrança, feita por Burke, da necessidade de uma mudança prudente está sempre na mente dos conservadores; mas a necessária mudança, argumentam, deve ser gradual e judiciosa, nunca desenraizando antigos interesses de um só golpe. (KIRK, 2014, p. 106).

Como se verifica, Kirk argumenta em defesa de um corpo social dirigido por uma força social maior, que ele acredita se tratar de “uma ordem moral duradoura” (KIRK, 2014, p. 105). De acordo com o autor, devemos crer em uma ordem moral que rege a sociedade. Essa ordem moral é permanente, porque foi construída ao longo de séculos, e, por isso, homens e mulheres devem se adaptar a ela para melhor conviverem entre si. Segue a sua análise a respeito:

Já foi dito por alguns intelectuais de esquerda que o conservador acredita que todas as questões sociais são, no fundo, questões de moralidade privada. Entendida corretamente, essa afirmação é bastante verdadeira. Uma sociedade em que os homens e as mulheres são governados pela crença em uma ordem moral duradoura, por um forte senso de certo e errado, por convicções pessoais de justiça e de honra, será uma sociedade boa - seja qual for o mecanismo político utilizado; enquanto, na sociedade, homens e mulheres estiverem moralmente à deriva, ignorantes das normas e voltados principalmente para a gratificação dos apetites, essa será uma sociedade ruim - não importa quantas pessoas votem, ou quão liberal seja a ordem constitucional formal. (KIRK, 2014, p. 105).

Os costumes, as instituições e as leis, na forma de convenções, sob a perspectiva do autor, também têm essa função de garantir a coesão social, de modo que, ao destruí-los, a sua reconstituição faz-se sentir imediatamente, o que não garante o reestabelecimento da ordem social e, segundo ele, “o problema da ordem é uma preocupação primária dos conservadores desde que *conservador* se tornou um conceito em política” (KIRK, 2014, p. 105, grifo do original).

Cabe retomarmos que Hayek também atribui enorme grau de importância à moral, analisando-a enquanto “pressuposto da liberdade” (BARROCO, 2013a, p. 4). Para ele, a moral é “incorporada” pelos homens de maneira espontânea, já que a ordem social, na qual está inserida e em que suas regras são reproduzidas, também é uma “ordem espontânea”. Tendo em

vista esse aspecto, Barroco (2013a) analisa que Hayek não vê nos seres humanos qualquer possibilidade de “existência ética”, no que se refere à capacidade de realizar escolhas de valor que são construídas ao longo do desenvolvimento histórico e social dos homens, bem como da consciência humana, a partir da realidade concreta, o que compreendemos se aplicar também aos outros neoconservadores, como Coutinho, J. P. e Kirk.

Segundo a autora, “[...] Hayek se aproxima de Burke em sua valorização da experiência, dos costumes e da tradição” (BARROCO, 2013a, p. 4), isto é, a concepção de liberdade construída pelo autor se pauta na existência de “regras de conduta moral”, que são assimiladas por nós por meio de hábitos e costumes reproduzidos e disseminados por algumas instituições. A criação dessas regras resulta da ação livre dos homens e, ao mesmo tempo, a convivência com base nessas regras é a garantia de uma vida em sociedade mais livre.

Para Hayek, a adesão às “regras de conduta moral” não é consciente, tampouco imposta de forma coercitiva, já que as tradições e os hábitos existentes possibilitam esse movimento quase que “naturalmente”. Nesse sentido, a regularidade das condutas morais dos homens está em conformidade com a “ordem espontânea” que tanto Hayek defende e que pode gerar o bem comum, o que, segundo ele, é difícil de se alcançar por tratar-se de algo abstrato.

Por ser abstrata, na análise do autor, essa busca pelo bem comum não se orienta por fins específicos e concretos, de modo que torna possível que cada membro da sociedade alcance os seus próprios objetivos e finalidades de maneira livre e satisfatória. O direito é uma instituição que complementa essa incorporação de “normas abstratas” porque se constituem como prescrições de condutas na forma de “normas concretas” fundamentadas em uma “teoria da justiça”, sobre a qual o autor trata, e que se orienta por princípios liberais, como a preservação da propriedade privada, entre outros (BARROCO, 2013a).

No próximo capítulo, nos deteremos em uma reflexão um pouco mais cuidadosa sobre os significados da moral.

Por ora, cabe destacar outro traço do neoconservadorismo para o qual devemos atentar, que é o reestabelecimento ou o (re)fortalecimento dos princípios religiosos como fundamento do comportamento moral dos indivíduos e a institucionalização, ou tentativa de institucionalizar, de um código moral fortemente influenciado pela fé e por dogmas religiosos, fenômeno com fortes expressões no Brasil atual. Ao que parece, na atualidade, a moral religiosa retoma suas forças como forma de controle social mais eficiente e adequada do que a moral baseada em fundamentos laicos.

Havendo uma conexão entre conservadorismo e sentimento religioso, neoconservadores entendem que atividades políticas motivadas por um credo religioso podem ser vistas sob uma perspectiva positiva, já que a essência religiosa garante um pacifismo necessário à administração da vida em sociedade. A respeito, Scruton (2015, p. 267) afirma:

É claro que a atividade política pode ser independente da existência de Deus e independente da vontade de Deus, mas ela não pode ser independente da crença em Deus. É o fato de possuírem essa crença o que permite às pessoas desviarem seus mais poderosos descontentamentos da perniciosa esperança de mudar as coisas para uma esperança mais pacífica de serem redimidas da necessidade de fazê-lo. Disso decorre que a situação da crença religiosa ver-se-á refletida na situação da sociedade civil e buscará sua expressão na lei. Pensar que políticos possam atuar ignorando as atuais crenças religiosas daqueles a quem eles se propõem governar é enxergar a política como um mecanismo de administração indiferente.

A crença no acaso e no transcendental também pode levar a uma vinculação da religião com a política, em termos conservadores. O mesmo autor sugere que, na visão conservadora de sociedade, os laços impostos por um contrato social, tendo o Estado como principal mediador, são laços sociais também regidos por forças transcendentais, isto é, por uma moral transcendente. Para o neoconservadorismo, tais forças, mesmo sendo transcendentais, não necessariamente são provenientes de um Deus, como acreditam os religiosos.

Porém, o conservadorismo sempre se beneficiará com a existência dessa crença religiosa: “Se o sentimento religioso existe, é melhor canalizá-lo para o objeto que lhe é próprio. E, se sua existência sustenta a ordem social, então há mais uma razão para propagá-lo e até para incentivá-lo” (SCRUTON, 2015, p. 268).

O conservadorismo religioso no Brasil, que não é predominante, mas muito forte, manifesta-se recentemente por meio de reações às mais diversas transformações socioculturais que a sociedade brasileira tem experimentado, sobretudo, no campo dos direitos humanos e de gênero, fato positivo que, inegavelmente, agregou muitos avanços sociais nos últimos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Além da forte influência católica em nível institucional, no Brasil, um Estado laico, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, a ascensão evangélica no mundo político é uma realidade recente. O crescimento dos pentecostais, no País, desde os anos 1980, somado ao exercício do direito democrático de sua participação na política institucional, levaram à criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em 2003, e, conseqüentemente, ao aumento da participação desses grupos religiosos nos espaços decisórios de poder da esfera pública até chegarmos à eleição de um Presidente da República religioso fundamentalista.

Analistas sociais têm sugerido que vivemos, no Brasil recente, a influência de uma “tendência política tradicionalista em questões morais e sociais, defensora da liberdade individual e do livre mercado”⁴⁹. No mesmo artigo, a autora explica ainda que

Com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade e pelo tratamento psicológico a homossexuais) e de princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), essas personagens têm captado apoios para além do círculo religioso com o mote “é preciso salvar a família”. Na visão destas lideranças, a família está sob a ameaça dos movimentos civis por direitos sexuais e enfrentamento da violência sexual, reforçados pelas ações do governo federal, desde que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu em 2002 com abertura de mais espaços para legislação que responda a essas demandas. Alguns apelos ainda tomam como ingrediente uma possível ameaça de comunismo tomar conta do Brasil. Segundo esses discursos, este seria o verdadeiro propósito do governo do PT em nível nacional.

Outro ponto importante a se destacar é que a defesa da liberdade individual também é feita por neoconservadores sempre associando-a a uma autoridade. No caso da esfera política, compreende-se a liberdade individual sempre sujeita a um governo existente (SCRUTON, 2015).

Para neoliberais, como Hayek, o indivíduo livre é aquele que viabiliza meios para a sua própria sobrevivência, sem a interferência de terceiros, mas que, ao mesmo tempo, sofra a interferência de determinações externas com as quais precisa lidar. Tais determinações fogem ao nosso controle, porque são produto de uma ordem social espontânea, gerada por ações diversas, com base em escolhas subjetivas (BARROCO, 2013a).

Segundo a autora, que faz uma crítica a essa concepção: “Trata-se, assim, de uma ordem social gerada espontaneamente: através de ações que não foram planejadas consciente e deliberadamente; que surgiram mediante um processo de erros e acertos, com um conhecimento limitado; portanto, fugindo ao controle racional dos indivíduos” (BARROCO, 2013a, p. 3). A esfera privada da vida para Hayek é “sagrada” e superior à liberdade universal, esta última considerada por ele uma ideia que não ultrapassa o nível da abstração. Partindo desse pressuposto, ele também compreende a liberdade política como algo de menor importância, diante da liberdade individual.

Para o teórico, a concretização da liberdade pelos indivíduos não depende da existência da liberdade coletiva, ao contrário, esse entendimento pode levar os homens a confundir liberdade com poder; a forma de liberdade mais perigosa, de acordo com o autor

⁴⁹ O neoconservadorismo evangélico. Magali do Nascimento Cunha. 9 set. 2014. *Jornal de debates*, Observatório da Imprensa, edição 815. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed815_o_neoconservadorismo_evangelico/. Acesso em: 15 jan. 2019.

(BARROCO, 2013a). Com base nessa análise, a escolha entre alternativas é uma possibilidade que se apresenta a todos e não é necessário poder para que isso ocorra. Não é necessário viabilizar formas de participação a todos, para exercer a liberdade, a autonomia para a transformação, pois as condições para ser livre já estão dadas em uma sociedade liberal.

Para Santos (2007), o neoliberalismo e sua “ofensiva antidemocrática”, como denominam alguns estudiosos, criam as bases para o neoconservadorismo.

Barroco (2013a) explica que um dos elementos que aproxima o pensamento de Hayek ao pensamento conservador de Burke são as suas críticas à democracia. Segundo a autora, ao defender um governo limitado, um controle sobre a “participação democrática”, Hayek desenvolve ideias bastante semelhantes às de Burke, que se referia a certas medidas político-democráticas como uma “ilusão de se estabelecer a democracia perfeita”. Desconfiar do poder do povo é uma herança da “cultura tradicionalista”, assim como do pensamento antimoderno e antirracionalista de pensadores como Burke e outros de sua época.

Neoliberais, quando necessário, investem contra medidas democráticas importantes para atingir suas finalidades de expansão do capital, e, para isso, recuperam ideias liberais, como as de limitação da razão humana e fé incondicional nas experiências vivenciadas; de desconfiança no grau de poder dos governos que representam a maioria e nos princípios que orientam governos socialistas denominados por eles como “abstratos”, como a justiça social, a emancipação, a liberdade. Assim, reafirmamos a análise de Santos (2007) e de outros autores, segundo a qual o neoliberalismo cria bases substanciais para o neoconservadorismo.

Nesse momento, passamos a expor algumas ideias sobre o papel da autoridade no governo da sociedade sob a perspectiva do neoconservadorismo.

Autores como Pondé (2012) que dispõem de grande visibilidade midiática no Brasil, sustentam a percepção toquevilliana de que “a sociedade democrática pode se tornar uma tirania da maioria” e, acrescenta ainda, que a qualidade dessa maioria é altamente questionável, citando Nelson Rodrigues:

[...] a maioria é constituída de idiotas (sim, e alguns são mais idiotas do que outros). Segundo Nelson, a democracia deu ao idiota a consciência de sua superioridade numérica. Antes, ele vivia sua vida besta; agora, sabe que manda. O idiota de que fala Nelson é muito próximo do “novo bárbaro” descrito por Tocqueville e de sua inclinação para falar o que pensa, mesmo não sabendo de nada, já que a democracia é tagarela e, por considerar todos os homens iguais, os incentiva a dizer o que pensam. O homem da democracia lê pouco, é generalista, pergunta para a pessoa ao lado e adota como verdade o que a maioria diz, trocando o conhecimento pela opinião pública. Em Tocqueville, há claramente a suspeita de que essa maioria tende à estupidez justificada politicamente (a soberania é “popular”). (PONDÉ, 2012, p. 71-72).

Para o autor, a igualdade é uma ilusão e a sua garantia seria o mesmo que elevar a “taxa de mediocridade na sociedade” e acentuar a liberdade é o mesmo que ampliar as diferenças entre as pessoas (PONDÉ, 2012, p. 73); sob esse ponto de vista, a vivência dessas diferenças não é totalmente positiva.

Também enfatiza que a crença excessiva que o homem tem em si mesmo é produto da democracia que estimula em cada um opiniões sobre tudo. Para ele, “não ‘construímos’ nossas opiniões a partir de nós mesmos, e sim de uma longa teia ancestral de ideias, práticas morais e afetos” (PONDÉ, 2012, p. 72). Além disso, afirma que não se conhece democracia que tenha funcionado sem ter como “pano de fundo” a sociedade capitalista, já que aquela parece depender de certa maneira da liberdade de mercado “[...] porque nesta os homens sentem que a vida está aberta a seus desejos e a sua ação” (PONDÉ, 2012, p. 73).

O autor também avalia que democracia e liberdade nem sempre “caminham juntas”, de modo que a “fé cega” nos governos democráticos é um erro, pois estes, quando “obsessivos pela eficácia”, aplicam o “seu viés totalitário com relação aos hábitos” e podem chegar a “esmagar os sujeitos” (PONDÉ, 2012, p. 74), momento em que defende a existência de outros poderes e instituições tradicionais como “guardiães” da liberdade:

Não há necessariamente garantia de liberdade na democracia, a menos que tenhamos poderes e instituições que entrem em conflito uns com os outros (como aponta o sociólogo toquevilliano Robert Nisbet no século XX). Mesmo um poder que se diga amigo do indivíduo (como o governo democrático), quando entregue a sua mecânica pura, esmaga os sujeitos. Daí a necessidade de mecanismos de pesos e contrapesos, assim como de pequenas e infinitas associações “locais” (ou “little platoons” de Burke) que protejam o indivíduo da tendência avassaladora do poder para destruí-lo. O que garante a liberdade não é um governo “absoluto” a favor dela, mas uma rede de poderes e associações que se entrecrocaram. A família, a religião, os sindicatos, os interesses múltiplos e contraditórios garantem muito mais a liberdade do que as boas intenções do governante ou de um “partido da liberdade”. Como dirá Oakeshott, a pior coisa que existe é um governante com uma ideia de sociedade perfeita na cabeça. (PONDÉ, 2012, p. 74, grifos do original).

Dessa maneira, Luiz Felipe Pondé, declaradamente “conservador em política e liberal no resto” (PONDÉ, 2012, p. 80), considera, inspirado na teoria política de Michael Oakeshott, o racionalismo moderno e seus desdobramentos produtos de uma “neurose de perfeição” (PONDÉ, 2012, p. 77) cultivada pela sociedade e, fundamentalmente, por setores da esquerda e por governos.

Diante disso, compreendemos que a vida em sociedade, quando se organiza, sobretudo, a partir de necessidades, interesses e privilégios das elites, é incompatível com a real efetivação de uma forma social democrática. As concepções de mundo e a organização da vida

em sociedade, decorrentes da realidade que se sustenta nessa estrutura, impedem o estabelecimento da democracia ou a ameaçam, até mesmo a democracia burguesa. Essa desigualdade estrutural que afeta as relações democráticas é o substrato da questão social vivenciada pela humanidade há muito tempo e, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, até os dias de hoje.

Ao analisar as diferenças e a relação entre as concepções aristocráticas e as concepções democráticas, Lukács (2007) alerta para o “ar de superioridade” expresso em muitas das correntes filosóficas irracionistas que adotam, por exemplo, o pessimismo enquanto categoria central para analisar os fatos da vida e negar o tão almejado progresso social por vias democráticas. Quando serve como fundamentação, ou alia-se às forças mais reacionárias da sociedade, esse pessimismo contido nas concepções aristocráticas de mundo, que são também incorporadas nos discursos neoconservadores e pós-modernos, ameaça gravemente a democracia:

A força crescente do pessimismo em nossos dias evidencia essas raízes sociais; ele aparece, quase sempre, como pessimismo cultural, como negação do progresso nas questões essenciais da humanidade. E é com esta situação atual da intelectualidade contemporânea, já mencionada, que se relaciona estreitamente o fato de o pessimismo adquirir, cada vez mais, um caráter “elegante”, em oposição ao otimismo robusto e plebeu: o pessimismo aparece como algo autenticamente espiritual, moralmente superior ao otimismo. Também para isto se pode invocar uma relativa justificação: na ambiência social de uma apologia da vida capitalista empenhada, de um lado, em negar e, de outro, em idealizar tudo o que nessa vida há de monstruoso, vil, desumano; na ambiência social em que impera um vulgar conceito de progresso, que identifica o desenvolvimento da sua economia e da sua civilização técnica a uma ascensão linear, desconsiderando os seus efeitos destrutivos sobre o homem e a cultura- numa ambiência social como esta, os que assumem o ceticismo e até o pessimismo podem considerar-se num nível intelectual e moral superior ao de seus adversários. Uma brusca transformação, porém, ocorre logo que este pessimismo se converte repentinamente em um aristocratismo vaidoso, que o conduz a uma aliança com as forças da reação. (LUKÁCS, 2007, p. 38-39).

A força explicativa desse irracionalismo incorporado ao pensamento neoconservador está na dificuldade de se dar sentido à vida em um contexto de barbárie, desumanidade e miséria humana, que se aprofunda ainda mais em momentos de crise. Então, o elitismo se coloca como importante elemento impulsionador dessa forma de pensar e interpretar as questões do mundo. O elitismo na política e na filosofia leva à concentração de poder legitimada em poucas mãos; nas mãos dos mais “aptos”; um grupo seletivo, já que a distribuição desse poder é problemática, na medida em que “a mediocridade é da condição humana” (PONDÉ, 2012), as massas são consideradas inaptas para o governo da sociedade e os seres humanos incapazes para o seu autogoverno.

Desde os primórdios do desenvolvimento capitalista e dos avanços democráticos dentro da ordem liberal burguesa, as condições sociais para a real participação dos indivíduos na vida política eram limitadas, entre outras variáveis, pela desigualdade socioeconômica típica da sociedade burguesa, conforme já mencionado.

Vimos também que representantes do “conservadorismo clássico” (NETTO, L. E. 2011) protestavam até mesmo contra princípios liberais, que feriam a estabilidade do antigo regime. Contudo, a governança de elites dirigentes, que marca os países democráticos até os dias de hoje, é obstáculo para a efetivação democrática, há muito tempo está presente na história da sociedade capitalista, que se edifica sobre as relações de dominação de classes.

Na democracia formal burguesa, é questionável a real participação popular, na medida em que

Ao problema da “massificação” liga-se estreitamente o da “elite” e da “escolha dos líderes”. Aqui, novamente, o problema tem razão de ser, uma vez que não é inexata a verificação de que a elite se torna largamente independente das massas que supostamente representa. Mas a falsificação começa quando a questão é posta supra-historicamente, omitindo-se que se trata de um fato pertinente a uma determinada fase do desenvolvimento capitalista. Quando conectada corretamente a esta fase, a verificação expressa uma das debilidades centrais da democracia formal burguesa: as massas aparecem - formalmente, nos atos eleitorais - como soberanos absolutos, inapeláveis; todavia, são de fato carentes de poder e assim devem permanecer, de acordo com a vontade dos seus manipuladores. Uns poucos indicadores - o custo excessivo dos aparatos eleitorais, dos jornais de grande circulação etc. - bastam para mostrar que, na organização da economia em que se insere, o poder se concentra necessariamente em poucas mãos. A imprensa, a literatura, o cinema etc., assim dirigidos, tendem a despolitizar o espírito das massas que, educadas deste modo, são facilmente manipuladas pela propaganda eleitoral. Em suma: a pretensa nova elite é, na realidade, escolhida por um pequeno círculo de personalidades anônimas, que permanecem na sombra e, em parte, escolhe-se a si mesma; mas seu baixo nível, sua irresponsabilidade e sua corrupção são atribuídos à democracia, às massas que formalmente a elegeram. (LUKÁCS, 2007, p. 32-33).

A qualidade da maioria nas sociedades democráticas é colocada em xeque quando autores como Pondé (2012) reafirmam teses como a de Tocqueville sobre os riscos da democracia constituir-se como uma “tirania da maioria” e declara, baseando-se em Nelson Rodrigues, que “a maioria é constituída de idiotas” (PONDÉ, 2012, p. 71). De acordo com esse pensamento, um conjunto de elementos hostis à convivência social entre diferentes, como os azares do cotidiano, o temperamento humano, as forças da natureza e do destino, mas, sobretudo, as paixões humanas, afeta a vida em sociedade, submetendo a razão democrática e suas formas de organização ao domínio das mesmas. O autor faz a seguinte afirmação:

Mas sabemos que não “construímos” nossas opiniões a partir de nós mesmos, e sim de uma longa teia ancestral de ideias, práticas morais e afetos. Tocqueville temia que, se um dia o cristianismo perdesse força como base moral e cognitiva, o homem da democracia deslizaria para uma crença excessiva em sim mesmo como “tribunal da razão”. (PONDÉ, 2012, p. 72, grifos do original).

Aprendemos das ideias do autor que o princípio conservador da “imperfectibilidade humana” leva a crer que “[...] a razão está sempre submetida aos afetos” (PONDÉ, 2012, p. 52), e que o homem sempre será vítima de suas pulsões e está fadado ao fracasso (devido à fraqueza humana, que lhe é inerente), bem como estão fadados ao fracasso os projetos societários ditos utópicos, como o projeto realmente democrático. Sob essa perspectiva, a sobrevivência da espécie humana e sua organização social não dependem tanto de projetos racionais, como é o caso do projeto de sociedade democrática, mas sim de determinados valores, hábitos, costumes, crenças, vivências, experiências e afetos, que vêm sendo construídos social e historicamente, e dando respaldo à vida em sociedade ao longo da história da humanidade, daí a importância das tradições para os conservadores.

Afetos e valores, como a coragem, o trabalho degradante, a inteligência, prudência, são valorizados na ideologia neoconservadora e compreendidos como atributos e virtudes de alguns poucos homens, o que configura o seu caráter elitista e aponta para um sentido antidemocrático do pensamento neoconservador. De acordo com essa concepção, tais valores, que enriquecem o mundo, são privilégio de uma minoria, enquanto a maioria empobrece o mundo com valores negativos como a preguiça, a covardia, a mediocridade.

Assim, como o mundo é “[...] uma das faces da insuficiência humana” (PONDÉ, 2012, p. 52), vai moldando-se com base em afetos, como o egoísmo, a vaidade, angústia, inveja, preguiça, maldade, etc., constitutivos do que Pondé (2012) chama de “vazio ontológico” e do fenômeno da miséria humana. Por isso, neoconservadores se orgulham da coragem e honestidade, inclusive intelectual, em expressar a opinião segundo a qual a maioria mantém um pensamento com qualidade questionável, porque os homens são diferentes em capacidades e inteligências e, da mesma forma, não são iguais na capacidade de fazer política e de governar e, ao se reunirem em muitos, tais valores negativos e a face mais suja e decadente dos seres humanos vêm à tona, tornando muito difícil controlar seus efeitos. Segue citação a respeito:

[...] além de serem diversos uns dos outros, os homens possuem capacidades e inteligências em diferentes graus. Aqueles que são mais capazes se incumbem dos encargos mais difíceis, enquanto os demais se aproveitam e, se são de esquerda, valem-se de uma série de argumentos para justificar sua preguiça e sua mediocridade. (PONDÉ, 2012, p. 55).

O que significa, para o neoconservadorismo, que a forma social democrática é uma falácia porque, entre outros aspectos, as experiências humanas mostraram que “poucos homens carregam o mundo nas costas” (RAND, 2010). Portanto, a democracia, que estimula opiniões sobre tudo nas pessoas, muitas delas voltadas para uma “ideia de sociedade perfeita” (PONDÉ, 2012), omite, na verdade, que a formulação dessas opiniões tem raízes anteriores sustentadas em experiências “bem-sucedidas”, ao longo da história da humanidade, e que, por isso, se repetem e são propagadas com êxito.

Essa repetição forma os hábitos e costumes tão necessários para a sobrevivência humana e fundamentam-se numa ordem moral que deve ser conservada. No entanto, os governos democráticos, para neoconservadores, tendem a sobrepor os anseios individuais a essa herança, o que se torna um problema, porque não reconhecem os limites humanos e, muito frequentemente, os projetos de sociedade democráticos, tomados pela vaidade, pelas mentiras e negação das nossas fraquezas, nossos fracassos e nossa miséria, fazem ascender ao poder mentirosos que tornam a vida em sociedade uma tirania. Sobre isso, afirma Pondé (2012, p. 65-66):

O orgulho é a mentira essencial que estrutura nosso caráter, ou seja, a tentativa de negar o vazio ontológico que nos constitui. O parentesco entre o homem e o Nada (de onde ele foi tirado) implica uma luta contínua do homem para negar o Nada ou para assumi-lo. Daí que a atitude moral esperada é a humildade diante dessa insuficiência ontológica. Em linguagem “comum”, isso significa reconhecer nossas fraquezas constitutivas.

Com base nesse entendimento, a esquerda política é vista por neoconservadores como tendências que negam ser, a miséria humana, essencial e constitutiva da nossa existência. Para neoconservadores, trata-se de um “fanatismo da razão” e um humanismo doente, que podem culminar, e culminaram, em situações trágicas para a humanidade, desencadeadas por propostas tidas como abstratas, como a transformação social e a resolução dos problemas do mundo.

A tradição e o neoconservadorismo rejeitam essa crença nas capacidades dos homens e da humanidade. O irracionalismo, ceticismo, pessimismo, anti-humanismo são peças-chave para a interpretação do neoconservadorismo que, conforme apontado anteriormente, se ancora na ideologia pós-moderna (SANTOS, 2007). E, nesse cenário filosófico, a moral adquire enorme relevância, tanto nos discursos e saídas políticas, quanto em outras esferas da vida social, como, por exemplo, na interpretação e no enfrentamento da questão social.

Assim como no neoconservadorismo, compreende-se que uma “teia ancestral de ideias, práticas morais e afetos”, herança socialmente construída pela humanidade, é

determinante para a nossa existência social. Entendemos que, de fato, há essa “teia ancestral”, conforme aponta Pondé (2012), a qual acreditamos que envolve a existência humana e a reprodução do ser social. Contudo, sob a perspectiva da ontologia social de Marx, compreendemos ser esta produto da práxis social. Isto significa que ideias e valores hoje vigentes em nossa sociedade vão sendo criados no processo de objetivação do ser social, sendo o trabalho não a única forma de objetivação, mas uma categoria ontológico-primária nesse processo. As formas ideológicas e a esfera da moral correspondem ao mundo material dos homens e resultam do movimento constitutivo de autoconstrução dos homens. Não é estanque, não está acima de nós e não é o elemento determinante do desenvolvimento da humanidade e da sociabilidade, mas sim, parte dele.

Cabe-nos pontuar que, na perspectiva ontológica, a forma social democrática pressupõe a materialização de valores, como a liberdade e igualdade. E a igualdade, nos meios socialistas, progressistas e da esquerda política, começa com a igualdade socioeconômica, plenamente realizável, apenas com a socialização das riquezas socialmente produzidas, e sob outras formas de relações sociais. Em conferência realizada em Genebra, na Suíça, Lukács (2007, p. 28) afirmou:

A ideia que une os democratas revolucionários radicais e o socialismo é uma nova concepção de democracia. É possível formulá-la brevemente: só se pode falar de democracia quando desaparecem todas as formas de dependência do homem frente ao homem, de exploração e de opressão do homem pelo homem, de desigualdade social e de ausência de liberdade. Trata-se, pois, de alcançar uma liberdade e uma igualdade sem discriminação de condição econômica, nacionalidade, raça, sexo etc.

Essa democracia radical, portanto, distingue-se da democracia liberal e burguesa que vivenciamos na atual sociedade capitalista e que, em geral, não chegou a realizar-se ou realizou-se com muitos problemas nas experiências democráticas onde ocorreu o chamado “socialismo real”. De modo que as contradições que envolvem a concretização da liberdade e igualdade são as principais causas de sua crise e de sua não realização. É justamente contra o pressuposto da igualdade, também econômica, que se voltam forças sociais diversas, impedindo assim a efetivação de formas de vida mais democráticas.

Para o neoconservadorismo, a igualdade democrática suprime a liberdade. Vimos que a real liberdade dos homens, no sentido da construção de um novo homem liberto de amarras econômicas, políticas, culturais, sociais, morais, etc., sempre foi um problema para os conservadores. A autonomia e emancipação social de indivíduos são encaradas, desde tempos

remotos, pelo conservadorismo, como graves ameaças à organização da sociedade e sobrevivência da humanidade, sendo a emancipação política, nos moldes liberais, considerada o máximo degrau que os homens podem alcançar.

Assim, para esse modo de pensar e agir neoconservadores, quaisquer possibilidades que possam se abrir em prol da emancipação humana são um perigo e sinônimo de desordem, caos, bagunça, portanto, impraticáveis e utópicos, no sentido mais negativo do termo, isto é, de um ideal inalcançável que nenhuma utilidade tem. A ausência da liberdade real na vida dos homens é interpretada como um dado natural que é consequência das características da condição humana sobre as quais discorremos anteriormente, e contra a qual não podemos lutar.

A liberdade, para a teoria mais crítica e radical da sociedade, é a condução, pelos seres humanos, enquanto sujeitos históricos, de suas próprias vidas.

Já a igualdade, diferentemente de uma condição jurídica declarada pelo Estado, quando este institui que todas as pessoas nascem iguais e têm direitos iguais (mas que nascem, se formam, trabalham sob condições diferenciadas e, muitas vezes, privilegiadas), significa relações sociais fundadas nas capacidades e potencialidades dos indivíduos no exercício pleno de sua humanidade e não nas práticas de exploração de um homem pelo outro (MARX, 2010).

Ambas, igualdade e liberdade, estão relacionadas e um dos elementos que confirma essa relação é o pressuposto de que, para a realização desta última, faz-se necessário que as opções e oportunidades estejam dadas socialmente a todos, pois somente assim escolhas são feitas, possibilitando tanto a indivíduos como a grupos sociais, desenvolverem-se e darem uma direção a suas vidas de acordo com suas decisões, vontades, desejos, projetos, capacidades e potencialidades. Essa é uma das condições sociais importante para a vida democrática.

Nesse sentido, Lukács (2007, p. 27) afirma que: “A crise social e intelectual da democracia tem sua origem na contradição entre a liberdade e a igualdade políticas e a liberdade e a igualdade reais dos homens”. Ao contrário do que defendem neoconservadores, compreendemos que a liberdade, igualdade, assim como a democracia, que se realiza a partir desses dois pilares, não são valores meramente abstratos, humanamente impossíveis de serem concretizados. Referenciamo-nos na teoria marxista para avaliar que condições sócio-históricas específicas são possíveis e necessárias para a efetivação desses valores e de formas societárias democráticas:

Filosoficamente, a reinterpretação do materialismo e o seu desenvolvimento no pensamento marxista trazem como novidade a concepção de que a liberdade e a igualdade não são simples ideais, mas formas concretas da vida dos homens, relações concretas entre eles, ou seja, relações concretas com a sociedade e, mediadas por esta,

com a natureza; a realização da liberdade e da igualdade exige, portanto, a necessária transformação das condições sociais das relações humanas. (LUKÁCS, 2007, p. 28).

Contudo, importa ressaltar que a democracia é um regime político e também uma forma de organização social da vida que dá forma societária a uma comunidade de seres humanos e que vem, historicamente, sendo construída pelos homens. Essa forma de vida social, muito frequentemente, é percebida somente como um modelo de governar que se caracteriza pela escolha popular de representantes políticos por meio do voto, pela organização de partidos e associação de pessoas em grupos e movimentos sociais com ideias e propostas de governança distintas, pelo funcionamento de um sistema eleitoral e leis que o controlam; pela existência de um aparato estatal que responda às demandas da maioria e de minorias; pela liberdade de expressão, organização e reivindicação; além da participação direta e indireta da população nos assuntos de interesse geral em um país.

Tal percepção refere-se ao modelo democrático liberal, que reduz a democracia, conforme explica Chauí (1982, p. 90), “[...] à dimensão de um sistema estritamente político” em que esta “não é percebida como forma da própria vida social”.

Sob a perspectiva liberal, o funcionamento de alguns “postulados institucionais” é condição bastante para a existência do sistema político democrático, entre eles, a cidadania, as eleições, a opinião pública, os parlamentos, os direitos público e privado (CHAUÍ, 1982).

Enfim, vivemos uma crise da democracia, sim, mas isso não se dá porque se assenta, conforme afirmam neoconservadores, em dados naturais, como a imperfeição humana para a constituição de uma vida social mais justa, na essência, tirânica ou opressora de valores humanitários; nas consequências do respeito à diversidade que ferem as liberdades individuais; na geração da desordem social; em valores meramente abstratos, por isso, irrealizáveis; na estupidez e ignorância das massas, que não têm capacidade para participar ou governar a sociedade da qual são parte. A crise da democracia vivenciada nos dias de hoje é uma crise da democracia burguesa.

Alguns neoconservadores insistem na tese de que a atual crise vivenciada mundialmente é também uma crise moral, como afirma Dalrymple (2014). Discordamos dessa tese por compreendermos que ela tem suas bases no que Mészáros (2011) denomina de “crise estrutural do capital”.

Segundo o autor, a atual crise não é como as demais, por caracterizar-se por um “*continuum* depressivo”, isto é, por ser contínua e duradora e suas raízes sistêmicas e estruturais. A busca desmedida pelo valor econômico na sociedade capitalista, nas formas de

mais-valor e valorização do capital, tem levado a crises sucessivas, desde fins da década de 1960, nas quais o fosso entre a produção voltada para o atendimento das necessidades sociais e a produção para a autorreprodução do capital fica ainda maior; a expressão disso fica evidente nos fenômenos que vivenciamos atualmente, de crescente precarização do trabalho e degradação crescente do meio ambiente (MÉSZÁROS, 2011).

O capital enfrenta problemas para aumentar as taxas de lucro, o que é pressuposto para o funcionamento desse sistema econômico. Para enfrentar os problemas relativos ao rebaixamento das taxas de lucro, o capital e seus agentes recorrem a todo tipo de estratégia, como, por exemplo, o sistema de reestruturação produtiva regido pelos ditames neoliberais. Afinal, a exploração intensificada do homem pelo homem é o meio mais prático e viável para o capital aumentar as taxas de lucro. Então, o receituário neoliberal colocado em prática para findar com as crises, cada vez mais frequentes, tem se centrado no prolongamento da jornada de trabalho, aumento da produtividade, introdução de novas tecnologias e novas relações de trabalho:

Todas as outras dimensões da vida humana- política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar- são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade. E estas dimensões, por sua vez, retornam sobre a crise material estabelecendo-se um processo reflexivo em que todas elas interferem tanto na matriz como entre si. (TONET, 2009, p. 110)

Outra medida tomada pelos donos do capital e do poder para retomar as taxas de lucro é a redução do tempo de vida útil das mercadorias, por meio da obsolescência programada, o que faz com que o processo de valorização destas ocorra em detrimento do esgotamento acelerado dos recursos naturais necessários à sobrevivência da espécie humana. Todo esse processo de autorreprodução do capital, que impossibilita a produção da vida material e imaterial voltadas para as reais necessidades dos homens, fica invisibilizado aos olhos de grande parte da sociedade, enquanto que a ideologia cumpre importante papel nisso.

É comum, por exemplo, as pessoas atribuírem as principais causas da convivência da miséria com o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado em nível global ou das sequelas da crise à corrupção ou falta de vontade política, apenas. Quando, na realidade, as causas fundamentais desses fenômenos estão nas relações de produção capitalistas (TONET, 2009).

Essa crise, que é de ordem material e econômica, atinge todas as dimensões da vida. Baseando-se nisso, reiteramos a tese marxista de que “[...] a matriz geradora da crise é sempre

material e não espiritual” (TONET, 2009, p.108). O autor continua enfatizando que se opõe à tese segundo a qual “[...] o mundo está em crise por causa da perda dos ‘verdadeiros’ valores tradicionais”. As relações de produção entre os homens, em crise, se desenvolvem afetando as várias esferas da vida social e por elas são afetadas, num movimento recíproco que compõe a totalidade social (TONET, 2009).

Entre as implicações socioculturais da atual crise, vivemos as que se manifestam sob a forma de relações de competitividade, cada vez mais intensas, entre sujeitos da mesma classe trabalhadora, resultando em sua fragmentação e num individualismo exacerbado, de vários tipos de violência, não somente a física, que são também acionados por valores desumanizantes em seu entorno; da mercantilização da vida, que reduz tudo ao lucro, retirando os significados essenciais e os sentidos das coisas (TONET, 2009).

Ou seja, essa base ideológica e a sua materialização nas formas política, jurídica, filosófica, cultural, dão suporte e criam uma sustentação para a continuidade das relações dominantes, ao mesmo tempo em que são responsáveis por sua reprodução. Devemos lembrar que, apesar da prevalência da condição de dominação, o contexto de crise intensifica as contradições inerentes a tais relações, que se reproduzem sob o impacto de abalos recorrentes.

No campo do conhecimento e em algumas correntes das ciências sociais, as teorias irracionistas sobressaem-se em relação às concepções de mundo e sociedade democráticas, progressistas, humanistas, fundadas na razão moderna, conforme apontado anteriormente (LUKÁCS, 2007). Exceto as filosofias que se orientam por uma concepção crítico-ontológica, todas as demais interpretam o mundo e a sociedade de várias maneiras, sem aprofundar a análise de suas raízes estruturais.

Como mencionado, a ontologia do ser social parte do pressuposto de que o trabalho é categoria primária para se compreender a vida humana e seus problemas. Sem levar em conta essa radicalidade nos modos de pensar, a filosofia incorre numa antiga questão, difícil de ser solucionada, que é o seu caráter meramente especulativo e reformista, tão denunciado por Marx e outros marxistas, como Lukács (TONET, 2009).

Alguns aspectos da crise do capital que incidem sobre a teoria foram analisados por Lukács (2007) e, por nós mencionados anteriormente, cabendo aqui lembrá-los rapidamente. O primeiro diz respeito à crise da filosofia burguesa. A crise, tanto intelectual, quanto social, da democracia, tem suas origens na discrepância entre a igualdade e liberdade políticas formais e a liberdade e igualdade reais.

Suas contradições, na realidade concreta, não foram apreendidas por todos os pensadores, por vários motivos e em conformidade com diversos interesses, por exemplo, para se instituir, inclusive, no plano legal, os avanços político-sociais da Revolução Francesa, era preciso “fazer vistas grossas” aos novos desafios que se colocavam à sociedade e que as teorias modernas já captavam, mas tiveram suas principais categorias utilizadas para a leitura de mundo compatível com as forças sociais dominantes que se estabeleciam naquele momento, qual seja, burguesas.

A economia clássica é uma expressão filosófica que demonstra bem isso (LUKÁCS, 2007). A apologia a teorias liberais, que são antidemocráticas em sua essência, foi incorporada por conservadores, quando a filosofia burguesa passou de um patamar revolucionário para um patamar antirrevolucionário, conforme já mencionado. A democracia formal do neoliberalismo gera uma cultura voltada para a privatização do homem e a fetichização da vida social, o que afasta a humanidade das possibilidades de construção de uma real comunidade e uma individualidade plena em todos os sentidos.

As teorias econômicas capitalistas influenciam as várias correntes filosóficas, que se afastam cada vez mais da concepção de democracia comprometida com a eliminação da exploração e opressão do homem pelo homem.

Tonet (2009) exemplifica essa situação a partir do “fosso” existente entre o discurso ético, na atualidade, que se pauta no respeito à vida, à pessoa humana, à solidariedade, aos direitos e a realidade objetiva em que isso não é colocado em prática, tornando-se assim discursos vazios e restritos ao embate de valores.

Nesse cenário, há um recrudescimento de expressões ideológicas como o neoconservadorismo. Notamos que há uma ênfase dada à moral, por neoconservadores. Certos valores morais são proferidos sem se colocar em pauta as condições objetivas para sua realização ou os seus reais fundamentos. Instituições tradicionais como a família, a religião e outras, são consideradas o *locus* de garantia real da liberdade dos indivíduos, as quais funcionam mais do que o direcionamento político progressista de governos eleitos popularmente.

E, acima de tudo, as desigualdades e o seu enfrentamento estão subordinadas às ações do livre mercado, como se este fosse um processo e insuperável. Desde a crise mundial da década de 1970, quando surge o neoconservadorismo, e findam os Sistemas de Bem-Estar Social nos países onde eles existiram, as respostas à questão social, portanto, ao problema da desigualdade social no mundo, foram se desenvolvendo em um quadro de embates entre as

classes sociais que veem seus antagonismos se acirrarem cada vez mais. Nesse cenário, a visão neoconservadora tende a moralizar a questão social, para garantia da ordem social, e essa moralização continua a ser proposta, inclusive, em medidas institucionais.

Desde a crise de fins dos anos 1970, as ideias de Hayek e outros economistas passaram a ter maior repercussão na sociedade e nos governos neoliberais e neoconservadores de vários países (inicialmente, na Inglaterra, com Thatcher; e nos Estados Unidos, com Reagan). A defesa da “crise do socialismo”, da “vitória do capitalismo” e da impossibilidade de construção de outros projetos societários, tornaram-se teses quase inquestionáveis e foram apropriadas pelo pensamento neoconservador em sua versão aliada ao neoliberalismo, conforme já citado. Nesse momento histórico, o neoconservadorismo ressurgiu com força, na esfera política, e o neoconservadorismo apresentou-se, então, como “expressão política” da hegemonia ideológica do neoliberalismo, como afirma Sigler (1972).

O ataque às experiências do socialismo real e aos projetos de sociedade emancipatórios tornou-se uma das principais marcas do neoconservadorismo, que se revigorou com o fim da Guerra Fria e possibilitou o estabelecimento do que Santos (2007) descreve como uma das características da “hegemonia ídeo-cultural no capitalismo tardio” e do que Barroco (2011) trata em seu artigo como “desqualificação da política”.

Esse é um dos aspectos que nos faz entender que as divergências entre o pensamento neoconservador e o neoliberal são muito sutis, como é o caso da semelhança entre eles quanto ao posicionamento em relação à sociedade capitalista e de combate a outros projetos societários, como o socialismo. Segundo Barroco (2013a, p. 11):

O individualismo hayekiano, apoiado na recusa do poder e da racionalidade como capacidade de projetar objetivos coletivos, remete a outro elemento do seu conservadorismo: seu combate político-ideológico ao socialismo; típico da ideologia conservadora em suas várias configurações. Hayek faz oposição a todas as sociedades e projetos dirigidos à justiça social; sua afirmação de que a ordem liberal não deve ser planejada, que o indivíduo não pode ser coagido por forças externas é atravessado por sua apologia da ordem capitalista, em sua forma mais conservadora e privatista, o que apresenta contradições no interior da sua própria doutrina, na medida em que a ordem do mercado é tratada de forma determinante e absoluta.

Há um “esquecimento da política” na atualidade, como afirma Wolff (2007), sendo o pessimismo com relação a projetos alternativos de sociedade e a descrença em experiências democráticas progressistas algumas das suas principais causas. Além de outros fatores, como a

desvalorização do público em face do que é privado e o individualismo⁵⁰, assim como o redimensionamento da religião na sociedade contemporânea, anteriormente mencionado, e o reducionismo da política a questões econômicas, burocráticas ou morais (WOLFF, 2007).

A redefinição do papel do Estado e sua intervenção em assuntos econômicos ou sociais, como a implantação de reformas sociais “distributivas”, desde então, constituem alvo dos ataques neoconservadores, o que é um dos reflexos desse processo de “desqualificação da política” e acaba se exprimindo na concepção sobre pobreza e desigualdades sociais, como explica Siqueira (2013, p. 67):

[...] o foco do enfrentamento de Hayek não está na assistência, que propõe focalizar e tornar emergencial; não está nas políticas e serviços sociais, para os quais defende sua redução e assistencialização; seu objetivo principal é combater a regulação estatal do mercado (relações de compra e venda) e das relações entre patrões e trabalhadores (relações de produção): concorrência no mercado e relações de trabalho é que deverão ser *desreguladas* e ocorrem sem interferências externa do Estado; apenas *livradas* às aptidões de cada um (grifos do original).

Ao negar maior intervenção do Estado capitalista no sentido de “corrigir” ou “amenizar” injustiças sociais, defensores do neoliberalismo argumentam que os ajustes nos gastos públicos e as políticas de austeridade fiscal são algumas das vias para sair das constantes crises econômicas. Tais medidas, além de garantir a reconstituição do mercado, com a eliminação de qualquer forma de controle do capital e dos focos de resistência que ainda existem entre os trabalhadores e movimentos sociais, asseguram também a retomada da competitividade e do individualismo, elementos que, além de desagregar essas forças organizadas, podem (segundo a teoria neoliberal) reativar a funcionalidade da desigualdade entre os homens, isto é, o seu sentido positivo, que leva a uma maior concorrência entre os indivíduos e ao “reaquecimento” do mercado. Laurell (1995, p. 162) afirma que:

[...] a solução da crise consiste em reconstituir o mercado, a competição e o individualismo. [...] Por outro lado, as funções relacionadas com o bem-estar social devem ser reduzidas. [...] Por último, seria preciso combater o igualitarismo, pois a

⁵⁰ Porém, é importante pontuar diferenças entre o individualismo preconizado por contratualistas como Hobbes e Locke ou pelos “pais do liberalismo” como Adam Smith e David Ricardo, e por representantes neoliberais nos dias de hoje: as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos e do gênero humano, que foram abertas a partir da cultura da modernidade e de elementos intrínsecos a ela, como os princípios democráticos que são produtos do desenvolvimento livre dos sujeitos na sociedade e em outras esferas particulares, como na política, entre outras situações possíveis que se apresentavam para a sociedade humana, representavam algo muito novo naquele período e que, portanto, os conservadores do “período clássico” temiam e se opunham. Tais representantes do conservadorismo eram contrários até mesmo à individuação, em termos jurídicos e civis, de todos os sujeitos pertencentes à sociedade. Eram ideias e posições políticas antirrepublicanas e antiliberais, como afirma Souza (2015) e já foram mencionadas anteriormente.

desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos no mercado. Apesar de todo esse antiestatismo, os neoliberais querem um Estado forte, capaz de garantir um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado. No campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado, e que as suas fontes “naturais” são a família, a comunidade e os serviços privados. Por isso, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva. Propõem uma política de beneficência pública ou assistencialista com um forte grau de imposição governamental sobre que programas instrumentar e quem incluir, para evitar que se gerem “direitos”. Além disso, para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos, deve-se comprovar a condição de indigência. Rechaça-se o conceito dos direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais (grifo do original).

Neoconservadores como Theodore Darlrymple (pseudônimo de Anthony Daniels), médico psiquiatra e escritor britânico, autor de livros como *A Vida na Sarjeta* (2014), referência para outros escritores conservadores, como Thomas Sowell; João Pereira Coutinho; e Olavo de Carvalho, expressam aversão a medidas assistenciais dos governos, alegando que a “ajuda” para sair da pobreza por meio de providências do Estado traduz-se em um incentivo à imoralidade própria do que eles denominam “subclasse”.

Para Darlrymple (2014), a liberdade de fato não interessa a essa classe, porque exige assumir responsabilidades, estas últimas “facilmente trocadas” por uma falsa ideia de segurança, como a assistência pública. Baseando-se nos relatos diários de seus pacientes, o autor escreve ensaios reflexivos sobre as situações de pobreza e miséria; violência vivenciada por muitos ingleses e que resultam, na sua concepção, de escolhas e ações individuais, em grande parte, influenciadas por “ideias desconexas” da realidade, como a plena igualdade, ideias essas que são estimuladas por intelectuais e pensadores de esquerda, as quais levam à intervenção do Estado, na questão social, por meio da criação de medidas como os sistemas de bem-estar social ou os programas sociais pontuais de combate à pobreza.

Kirk (2014) analisa que muitas medidas intituladas como de bem-estar social são, na verdade, produto de ações de um governo centralizador, que pode omitir em seus propósitos interesses diversos, inclusive individuais. Ademais, podem se esconder nos “desmandos” do governo federal intenções que pretendam “incomodar ou punir uma classe, facção, ou alguma minoria” (KIRK, 2014, p. 289).

Edmund Burke é referência para neoconservadores. Em sua época, Burke defendia o regime de monarquia constitucional e tinha inclinações políticas liberais, já que fazia parte do partido inglês Whigs (SOUZA, 2016), que se identificava com o conceito de função do Estado

“reduzido”. Na primeira parte do presente capítulo, conferimos que o Estado, para Burke, exercia o seu papel de autoridade numa linha muito tênue entre o poder necessário de uma autoridade e os poderes abusivos e tirânicos. Dessa forma, Burke compreendia que o governo não deve intervir em problemas ou necessidades da esfera privada.

Podemos deduzir, das análises de muitos autores neoconservadores, que o posicionamento destes com relação ao papel do Estado na contemporaneidade sugere intervenção mais forte e centralizada do “governo” em áreas estratégicas e no sentido de facilitar as ações do mercado, mas, por outro lado, uma participação menor do mesmo Estado na “administração” das questões privadas, o que inclui a interferência, ou, melhor, a menor interferência do Estado nas condições de vida e necessidades dos cidadãos (NISBET, 1987), porque estas podem ser administradas de forma particular, confirmando assim, novamente, a conciliação desse pensamento com o projeto neoliberal. Esse processo foi sintetizado por Netto e Braz (2011, p. 237) como “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”.

Contudo, as “autoridades naturais de uma sociedade” ainda são reivindicadas por neoconservadores e a visão sobre os perigos da democracia em suplantá-las (NISBET, 1987) continua a existir, o que muitos autores vão discutir a partir do conceito de totalitarismo. Agrega-se a essa análise a reflexão sobre a democracia pensada, por “fanáticos”, como “remédio para os males do mundo”.

Para muitos autores, como Pondé (2012), um dos problemas da democracia é justamente essa sua transformação em um dogma quase “religioso” e as propostas políticas para a sua materialização, que exprimem projetos de grandiosas “engenharias sociais” impossíveis de serem realizadas. Por exemplo, as ideias de igualdade e justiça social implícitas na intervenção estatal, seja por meio do modelo de bem-estar social ou de princípios das políticas de Seguridade Social, como ocorre em países como o Brasil, são “abstrações” comumente desprezadas por ideólogos do neoconservadorismo, que atribuem um peso maior à “reforma moral” enquanto elemento determinante de mudanças sociais e não às ações políticas concretas, como expõe o autor ao explicar a sua adesão ao pensamento neoconservador:

Uma das posições do pensamento conservador que mais me encantam é que, para ele, o problema do homem é sobretudo moral e só secundariamente político. A negação disso, porém, sempre serviu à esquerda e aos “sociólogos” para se liberarem da responsabilidade moral. Este é também um traço “mau-caráter” da esquerda. Na linguagem do homem do subsolo, responsabilizar o “fígado” por seus atos é a saída do pensamento da teoria do meio para fugir da idade adulta. (PONDÉ, 2012, p. 76, grifos do original).

Há, portanto, depreciação do poder de autonomia dos indivíduos capaz de projetar racionalmente outros tipos de sociabilidade mais igualitários e os possíveis métodos para ser atingido tal fim. Autores como Hayek, por exemplo, minimizam e recusam essa potencialidade humana, quando diz que a concorrência é um “método superior” para orientar as atividades econômicas dos homens “[...] não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo, por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade” (HAYEK, 1994, p. 58).

Dessa forma, as capacidades reais dos homens de criar e construir, de maneira racional, consciente e autônoma, diversas coisas, inclusive, ações e formas de organização da vida material que se diferenciam das atuais formas baseadas na concorrência de mercado, são depreciadas e simplificadas, categoricamente, como malsucedidas e tendentes ao fracasso. O mesmo ocorre com os valores e princípios orientadores da prática, que se modificam a partir de experiências ocasionadas pelo movimento espontâneo da sociedade e não pela ação consciente dos homens, como analisamos anteriormente.

Para autores como Kirk e Pondé, entre outros neoconservadores, os discursos apaixonados sobre igualdade social escondem problemas na política, como os riscos de gerar uma sociedade mais medíocre, em que os indivíduos não são livres para exercer suas diferenças, além do privilégio a indivíduos moralmente “perdidos”, “ressentidos” com as suas vidas, incapazes, aproveitadores, desqualificados, tanto à frente da máquina pública como no papel de seus beneficiários.

As reações teórica e prática aos processos de mudança vivenciados na política, economia, vida social e cultural, segundo Coutinho, J. P. (2014), tem sido de romantizar um retorno ao passado; às velhas relações de poder; ou idealizar projetos de sociedade transformadores da realidade com a intenção de implementá-los futuramente. Para o autor, tanto a primeira, como a segunda atitude, estão equivocadas, por desconsiderarem a ideia de imperfeição humana, ou seja, uma sofre de falta de razão e a outra de excesso de razão.

Baseando-se nesses termos é que o neoconservadorismo coloca a questão do papel do Estado e dos governantes, bem como da democracia, nos dias atuais: “[...] o conhecimento imprescindível para qualquer agente político será um conhecimento apropriado para a natureza da sua função. Para regressar a Oakeshott, trata-se de um ‘conhecimento prático’ que terá em conta o inescapável papel das tradições e das circunstâncias” (COUTINHO, J. P., 2014, p. 40).

A desconfiança no poder do povo e nas intenções de um governo da maioria é reforçada com a ofensiva neoliberal e a “hegemonia ideocultural no capitalismo tardio” (SANTOS, 2007, p. 28). Conforme afirma a autora, o atual padrão de acumulação capitalista e o enfraquecimento de atores sociais importantes, protagonistas da luta social, como sindicatos e movimentos sociais, são alguns dos elementos que obstruem a emergência e a organização dos sujeitos em torno da construção de projetos societários alternativos. Desse modo, as elites econômicas e políticas ganham força e votos para discursar e agir em nome do que já foi feito, do já vivido, do neoconservadorismo na política institucional.

Hábitos, valores, formas de pensar, que são reproduzidos em nosso cotidiano, resultado do processo de produção e reprodução social da humanidade, perpassam todo o conjunto das relações políticas, além das medidas adotadas por governos, e formam a subjetividade dos indivíduos e a interação entre eles, o que constitui a sociabilidade (SANTOS, 2007).

Tais hábitos, valores e formas de pensar, nos dias atuais, correspondem a expressões do que a autora chama de uma “consciência da crise” gerada pela atual fase do capitalismo, de modo que estas não se restringem ao âmbito da política institucional, mas se manifestam na dinâmica da vida cotidiana.

Trata-se de uma percepção segundo a qual a sociedade em que vivemos está em crise; uma crise material que repercute na vida social, nos valores, nas manifestações culturais, entre outras esferas da vida. São formas de se expressar, sentir, compreender e interpretar a realidade, que têm estrita relação com características do movimento da realidade contemporânea, como a efemeridade, o individualismo, o consumismo exacerbado, a resignação e o ceticismo, o irracionalismo, o presentismo, o ecletismo, entre outras.

Com a chamada “crise do socialismo” e o marco histórico e simbólico da derrubada do Muro de Berlim, em fins da década de 1980, a predominante sensação e a “consciência correspondente à fase de acumulação flexível”, como explica Santos (2007, p. 28), expressam os êxitos político e ideológico do neoliberalismo, conforme analisa Anderson (*In*: BORÓN; SADER, 2012, p. 23), apontando para a necessidade do embate com esse resultado:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional

conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa.

Além da ideologia neoliberal, a ideologia pós-moderna é um dos desdobramentos dessa “consciência da crise”. O projeto civilizatório moderno, que nasceu com o capitalismo, é rechaçado por defensores desse mesmo sistema, que aderiram à ideologia de que o período da modernidade chegou ao fim e esgotaram-se com ele as possibilidades e expectativas de progresso social da humanidade.

A ideologia pós-moderna fomenta outras formas de sensibilidade humana e de experimentar a realidade a partir das quais a dimensão de tempo e espaço se reduz à valorização e vivência do imediato, do “aqui e agora”, do efêmero e transitório, do fragmentado e descontínuo (HARVEY, 2010).

Essa maneira de sentir o mundo e viver experiências práticas nos leva a interpretar a realidade sem mediações e sob novos paradigmas que nos apontam, entre outras coisas, que “o mundo não dispõe de sentido, o sentido é o sujeito, o essencial da vida social e da teoria sobre esta é o sistema simbólico, a atual sociedade caracteriza-se pela impossibilidade de transcendermos a imediaticidade dos fatos, todas as teorias sociais tem limitações, portanto, todas são iguais”⁵¹.

Muitas pessoas se reconhecem e, por isso, adotam a ideologia pós-moderna, de modo que esta leva a determinações políticas e socioculturais cada vez mais incisivas na sociedade contemporânea. Santos (2007, p. 45) faz a seguinte observação sobre a reprodução do pensamento pós-moderno no campo teórico:

[...] a construção teórico-metodológica da pós-modernidade emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada, sim, por significativas alterações. [...] a percepção dessas alterações, conforme demonstrado, é fundamentalmente aparente: descreve-as como uma série de problemas componentes da chamada “crise da Modernidade” sem penetrar em sua essência, reproduzindo, no nível da teoria social, o que Jameson (1996) denominou de “nova falta de profundidade” presente na esfera da cultura por meio do pastiche e do ecletismo. Percebe-se que esta superficialidade analítica, sendo um componente funcional à ordem burguesa, possui um caráter conservador, pois termina por afirmar a sua positividade (grifos do original).

⁵¹ Informação verbal extraída de Atividade Programada “Teoria Social Pós-moderna - uma Crítica”, realizada em 4 out. 2011, no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, da PUC-SP, proferida pelo Prof. Dr. José Paulo Netto.

Uma diferença entre essa superficialidade analítica, produto do abandono da essência da razão moderna movida por seu potencial dialético, e as demais experiências de reprodução ideológica no campo teórico, como o positivismo, ou o liberalismo econômico (expressões da “razão miserável”, como analisa Coutinho, C. N., baseando-se em Lukács) apresenta-se no fato de que estas ainda mantinham alguma relação com os princípios básicos da teoria social moderna, como o uso da razão enquanto potencialidade humana, que nos permite explorar os significados e sentidos dos fenômenos sociais e a utopia que nos faz vislumbrar caminhos e possibilidades, a partir de determinadas reflexões. Segundo Santos (2007, p. 35), o “abandono da razão dialética” está sendo “reeditado na atualidade”:

Essa estratégia está sendo reeditada na atualidade em nome da superação da crise do capitalismo. Até então, mesmo empobrecidos, os princípios do projeto civilizatório moderno ainda eram reivindicados. Mesmo as expressões da “razão miserável” eram capazes de afirmar alguma potencialidade racionalizante (ainda que instrumental) e um referencial utópico de “vida boa” (ainda que negando as contradições em nome da harmonia). O que vemos hoje é o “atestado de óbito” da modernidade e não mais o seu empobrecimento (grifos do original).

Assim, a “consciência correspondente à fase de acumulação flexível” (SANTOS, 2007) ditada pelo projeto neoliberal e os desmandos do capital, característicos do capitalismo contemporâneo, em que há “gigantesca invasão do capital” nas várias esferas da vida (NETTO; BRAZ, 2011) e a “reificação” das relações sociais se universaliza e se aprofunda, bem como a sua outra faceta, a “consciência da crise” (SANTOS, 2007) que se constituem como base para a elaboração e o desenvolvimento da ideologia pós-moderna, esta que nos oferece uma compreensão superficial da vida social, são elementos reais da sociedade contemporânea, que nos permitem fazer aproximações aos pressupostos do neoconservadorismo e suas várias manifestações na atualidade. Segundo Barroco (2011, p. 206):

A *apreensão* fragmentada da realidade e a *percepção* de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho. A *reificação* que invade todas as esferas da vida social (Netto, 1981) favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que *aparecem*, em sua *aparência reificada*, como se fossem fenômenos naturais e absolutos. Além do mais, a ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista (grifos do original).

Desse modo, os “projetos emancipatórios, as orientações éticas pautadas em valores universais, a razão moderna, a ideia de progresso histórico e de totalidade” (BARROCO, 2011, p. 207) são declarados como um fracasso, de acordo com a autora, ao mesmo tempo em que as

vivências objetivas, na sociabilidade contemporânea, estimulam ainda o individualismo exacerbado, a tendência ao intimismo, o medo social, a xenofobia, intolerância religiosa, naturalização da violência, moralização da questão social, entre outras situações, além de favorecer a reorganização dos movimentos de direita e extrema direita e, é claro, a renovação do conservadorismo (BARROCO, 2011).

São relações cada vez mais desumanizadas, nas quais o outro se põe como um estranho, pois a indiferença e a discriminação são os tratamentos gerais oferecidos, não raramente mediadas pelo moralismo: “[...] quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (BARROCO, 2011, p. 209, grifo do original).

São “[...] fenômenos e movimentos de caráter político-cultural (com raízes econômicas) [...]” e conteúdo neoconservador, que se intensificam na cena mundial, explica Souza (2015, p. 2) e são também situações cotidianas com as quais nos deparamos diariamente, as quais estão envoltas numa mistificação tanto da realidade como da própria “autoimagem” do neconservadorismo, analisam seus estudiosos, o que faz com que, muito frequentemente, as pessoas naturalizem todo o significado sócio-histórico destas e suas repercussões:

Não são raras as produções que atribuem o *conservadorismo* a determinados “traços de personalidade”. Segundo elas, trata-se de tendências subjetivas, típicas dos indivíduos e grupos que são cautelosos e apegados à situação social vigente, tal como se apresenta no aqui e agora. Outras caracterizações qualificam o *conservadorismo* como “forma de ser”, uma “atitude mental” que se inclina à crítica de mudanças substantivas. Nesse tipo de análise, psicologizante, é conservador aquele que resiste às mudanças “arriscadas”, que se apega a formas estabelecidas, institucionalizadas e fortalecidas pela tradição. [...] Com esse tipo de definição, qualquer debate é abortado em princípio. Isso porque o conservadorismo é elevado à “condição humana”. É também universalizado, na medida em que todos os indivíduos são apresentados como conservadores em alguma medida, nem que seja na inclinação à preservação de si próprio, entes queridos ou círculo de amigos (SOUZA, 2015, p. 10, grifos do original).

Ao afirmar que não é toda a sociedade que reproduz essa ideologia e que há práticas de enfrentamento a essa conjuntura, como por exemplo, “[...] ações de defesa dos direitos humanos, de denúncias, de resistências, de mobilizações e de lutas constitutivas do universo das forças políticas democrático-populares e do conjunto das classes trabalhadoras brasileiras”, Barroco (2011, p. 211) aponta que não é de se minimizar o fato de que o cenário histórico para a construção da contra-hegemonia é bastante desafiador, o que a leva a concluir que:

É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e

irracionalistas, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade. (BARROCO, 2011, p. 210).

CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO CONSERVADORISMO MORAL

O nosso objeto de pesquisa supõe a reflexão sobre a vida cotidiana, já que é nessa dimensão da vida social que o indivíduo reproduz valores, ideias, modos de comportamento para o convívio em sociedade. Entretanto, por ser um espaço de reprodução da vida humana no âmbito da singularidade, do imediatismo, pragmatismo, superficialidade, como explica Heller (2008), muito frequentemente, os indivíduos incorporam esse conjunto de valores e modos de ser sob a forma de preconceitos.

Procuramos, então, explicar o que são os preconceitos e como estes se constituem em um sistema social com particularidades no contexto sócio-histórico e cultural brasileiro.

Tratamos também dos significados da moral e de sua objetivação na sociedade de classes que, por vezes, se dá de forma coercitiva impondo valores e comportamentos que fazem parte de um código moral dominante. Outras vezes, se materializa através do moralismo, quando ações referentes às várias esferas da vida social são avaliadas moralmente a partir de modelos pré-concebidos e preconceituosos (BARROCO, 2016a).

Por conseguinte, abordamos o conservadorismo moral compreendido como uma expressão ideológica do moralismo e do preconceito, reproduzindo valores e modos de se comportar que visam conservar a tradição, ordem, autoridade, hierarquia, propriedade, as instituições vigentes na sociedade, o modelo tradicional de família, os costumes tradicionais.

E, por fim, refletimos sobre a moralização da questão social enquanto uma “proposta político-ideológica fundamental para setores conservadores da sociedade” se manterem no poder (BARROCO, 2001) e que, em tempos neoconservadores, se fortalece.

3.1 Moral, Vida Cotidiana e a Constituição dos Preconceitos

A ética é uma capacidade humana e uma forma de objetivação do ser social, na medida em que o ser humano passa a fazer escolhas orientadas por valores, não somente no ato do trabalho, mas também na interação com os seus pares, na vida em sociedade, conseguindo ultrapassar a dimensão da singularidade.

Orientações de valor como certo/errado, bom/mau, justo/injusto, entre outras, garantem a convivência social dos indivíduos. A ética, enquanto capacidade humana, e o valor, enquanto categoria que possibilita a objetivação do ser social, não são abstratos. E sua

objetividade é social e não natural. A objetividade dos valores ético-morais está no fato de que estes dependem da atividade dos homens para existir, e são resultado das relações e situações sociais. Como afirma Tonet (2009), tudo o que concerne ao ser social é produto da atividade humana, não uma determinação natural.

Desde os tempos primitivos, normas, costumes, códigos de valores foram sendo construídos para regular a vida coletiva e a organização da vida em sociedade. Trata-se da busca pelo atendimento de uma das necessidades fundamentais ao ser humano e constitutiva da essência humana: a sociabilidade. E o desenvolvimento da sociabilidade, assim como de outras mediações tipicamente humanas e fundamentais para a vida em sociedade, tais como a liberdade, a consciência, a universalidade, são movidas por uma categoria ontológica primária: o trabalho (LUKÁCS, 2013). A história é o processo de transformação da natureza pelo homem e de sua humanização (MARX, 2010). É um processo de autoconstrução do ser social.

A prioridade, mas não exclusividade do trabalho, enquanto esfera constitutiva do ser social, se dá pelo fato de que os homens, seres naturais, dependem da natureza para sua subsistência. No entanto, essa relação entre homem e natureza não é regida somente por leis naturais e determinada por sua condição de ser natural, mas também por sua condição de ser social. Isto significa que, mesmo que não haja “[...] um desaparecimento do natural” (LUKÁCS, 2013, p. 166), há um afastamento dos homens, cada vez maior, de “barreiras naturais”, o que o diferencia de outros seres da natureza, e que Lukács (2013) denomina de “salto ontológico”.

Portanto, a relação entre homem e natureza vai se complexificando, o que faz com que os seres humanos tenham um domínio cada vez maior sobre esta, num processo de transformação da natureza e de si mesmos (MARX; ENGELS, 2007). O desenvolvimento humano e todas as esferas da vida humana são, portanto, socialmente determinadas, têm um caráter objetivo e se constituem historicamente.

Do trabalho, nasce a necessidade de se fazer escolhas que parte da capacidade da consciência humana em identificar necessidades e projetar ações para respondê-las, num permanente processo de criação e (re) criação dessas necessidades e formas de sua satisfação. Tais escolhas vão desde as que se referem aos instrumentos, matéria e objetos do desenvolvimento do trabalho que atendem às suas necessidades de sobrevivência, até as que estão relacionadas com necessidades socio-históricas da humanidade, daí o seu caráter universal (BARROCO, 2001).

Então, ao operar mediações entre os sujeitos e os objetos criados pelos homens para sua própria sobrevivência, os valores assumem uma forma econômica, como foi muito bem

analisado e aprofundado nos estudos marxistas. Já, no caso da valoração de uma obra de arte, como Barroco (2001) exemplifica, os valores podem operar como mediações entre os indivíduos e o gênero humano. A valoração de uma obra de arte pode se dar para além da sua forma ou utilidade como objeto e levar ao desenvolvimento de emoções, afetos, sensações e sentimentos, isto é, valores relacionados a gostos e padrões estéticos da humanidade que estão inscritos no desenvolvimento histórico do ser social (BARROCO, 2001).

Toda atividade humana produz valores, a começar pelo trabalho. A valoração é um produto da práxis porque, no processo de objetivação do ser social, ao instituir o novo, que responde a necessidades humanas, decorrem não só o valor de uso no caso dos objetos, mas expressões de valor que se inscrevem no desenvolvimento histórico do ser social, como os valores religiosos, éticos, estéticos, dentre outros, além de categorias orientadoras de valor, como bom/ruim, belo/feio, útil/inútil, certo/errado (BARROCO, 2001). Desse modo, podemos afirmar que os valores, em um sentido mais geral, e os valores ético-morais, mais especificamente, são produto da práxis humana.

A práxis também opera na interação sociocultural entre os homens dela resultando formas de se relacionar que se expressam por meio de costumes, hábitos, comportamentos pautados em orientações de valor que respondem às necessidades postas pelo desenvolvimento da sociabilidade no espaço do cotidiano.

No decorrer do desenvolvimento da sociabilidade e da organização material da vida entre os homens, determinados valores, costumes e crenças emergem de modo que os indivíduos os incorporam e os reproduzem espontaneamente. Neles estão implícitos formas de ser e de pensar que foram se constituindo com base nas condições e relações sociais de determinados períodos históricos da existência humana. Barroco (2016b) explica:

A valoração de um objeto supõe sua existência material concreta: seu valor corresponde a uma práxis que o transformou em algo novo que responde às suas necessidades, e, como tal, é bom, útil, belo etc. Por isso, o valor não é uma decorrência apenas da subjetividade humana; ele é produto da práxis. [...] Assim se coloca o caráter objetivo dos valores; eles sempre correspondem a necessidades e possibilidades sócio-históricas dos homens, em sua práxis. A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõe formas de interação cultural entre os homens. Para transformar a realidade produzindo um mundo histórico-social, os homens interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. A práxis interativa, por exemplo, emerge como necessidade posta pelo desenvolvimento da sociabilidade; sua especificidade está no fato de objetivar uma transformação da realidade em sua dimensão consciente, valorativa, cognoscitiva, teleológica. Nesse sentido, a vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, cuja base ontológica primária é dada pela práxis produtiva objetivada pelo trabalho (BARROCO, 2001, p. 29-30).

Sendo assim, a objetivação ética do ser social na direção do gênero humano é uma capacidade essencialmente humana que se coloca ao longo do desenvolvimento sócio-histórico e de autoconstrução do ser social mediada pelo trabalho. Observemos que essa forma de objetivação se refere a uma dimensão maior, uma dimensão universal do ser social, o que marca uma diferença importante entre esta e o campo da moral. Ou seja, a criação de valores, as condutas orientadas por esses valores, as escolhas no cotidiano, são objetivadas por meio da moral, o que, a depender das condições concretas de existência, não alcançam essa dimensão maior de realização do ser social, ocorrem somente no âmbito da singularidade, como é o caso da sociedade capitalista em que vivemos. De acordo com Barroco (2016b, p. 27):

[...] a capacidade de se objetivar eticamente é fundada nas capacidades humanas instituídas no processo histórico de autoconstrução do ser social pelo trabalho. Na medida em que transforma a natureza e desenvolve socialmente as formas de atendimento às suas necessidades, o ser social amplia sua consciência, cria valores e alternativas, institui a possibilidade de escolher entre alternativas de valor e cria a cultura, que coloca novas necessidades, alternativas e respostas não diretamente ligadas ao trabalho, como a arte, a filosofia, a ética. Estas formas de objetivação criadas historicamente pelo ser social caracterizam-se por se referirem à dimensão universal do ser social, ao processo de desenvolvimento do gênero humano. Assim, as mediações éticas exigem essa conexão, o que não ocorre quando o indivíduo está imerso em sua singularidade.

No entanto, a capacidade de valorar as ações, de escolher entre valores, de orientar a vida por valores existe historicamente como componente da prática social dos homens. Na ausência de condições de realização das mediações éticas, essas capacidades não se objetivam? Não é isso que ocorre. As mesmas capacidades que possibilitam ao ser social objetivar-se eticamente na direção da totalidade social propiciam a sua objetivação na direção da singularidade do indivíduo.

Historicamente, essa forma de objetivação que responde às necessidades imediatas da vida cotidiana dos indivíduos foi denominada moral, por se relacionar com o termo *mores*, que, em latim, significa costumes. Sua origem é socialmente determinada; nasce de necessidades sociais e responde a elas de acordo com as possibilidades de cada contexto histórico.

A mesma autora dá o exemplo do desenvolvimento da moral nas comunidades primitivas. Segundo a autora, valores como a solidariedade, o igualitarismo, o senso de coletividade foram se desenvolvendo como algo muito importante nessas comunidades humanas porque ainda não havia excedente econômico e o produto do trabalho era socializado entre os membros da comunidade. Ou seja, os valores que orientavam as condutas e relações dos indivíduos nessas comunidades expressavam o seu modo de vida.

Mas, Barroco (2016b) reforça que, mesmo mediante o menor grau de complexidade do modo de produção e das relações sociais entre os homens nos tempos primitivos, os valores socialmente estabelecidos não eram totalmente homogêneos e condutas divergentes das normas coletivamente construídas existiam.

Daí, a necessidade dessa capacidade humana que é a moral de existir sob a forma de um código normativo ao qual os homens precisam obedecer e respeitar para uma melhor convivência. Sobre isso, Barroco (2016b, p. 28) escreve:

A moral, portanto, institui-se como sistema social de valores e normas de conduta, tendo um caráter coercitivo. Estas normas não são escritas e sua desobediência não resulta em sanções legais. Por isso, a importância de que elas sejam internalizadas e reproduzidas pelos indivíduos, o que supõe sua participação consciente na legitimação das normas. Nesse sentido, a assimilação da moral requer a formação de um senso moral capaz de discernir entre valores e repetição dos valores e das normas que, pelo hábito, se transformam em deveres que o indivíduo reproduz espontaneamente.

O código moral vigente na sociedade em que vivemos ergue-se a partir das relações desiguais de classes. Os valores são perpassados por interesses dessas classes e o caráter coercitivo da moral passa de um sistema social que regula as relações entre os homens na vida coletiva para a função de garantir a reprodução de valores dominantes, por todos os indivíduos. Temos, então, um problema que Barroco (2016b, p. 28) muito bem explicita: “O problema da coerção não se refere, portanto, à existência de normas, mas à função social que ela exerce”.

Por ser uma sociedade de classes que se estrutura em interesses de classe, há um sistema social predominante que normatiza valores e comportamentos. Afinal, como seria possível garantir que todos os indivíduos se comportassem de acordo com os mesmos valores, se não fosse assim? Espera-se que os indivíduos aceitem esse sistema ou código moral dominante, sendo que a ideologia exerce uma função importante nesse processo de aceitação ou de sua contestação, na medida em que os valores incorporam interesses de classe.

O conservadorismo moral é uma dessas expressões ideológicas que reforça valores dominantes porque pretende moralizar a sociedade no sentido de recuperar valores e modos de comportamento tradicionais.

Os códigos morais vigentes na sociedade atual foram criados e impostos de modo a causar uma falsa impressão de que a moral é uma esfera da vida em separado, inalcançável e que, ao se institucionalizar em um sistema normativo, deve ser por nós acatada e reproduzida, do modo como ela é. A desobediência a esses códigos morais demonstra desajustes e riscos à vida em sociedade, de acordo com a perspectiva neoconservadora.

A esfera da moral, ao se desenvolver na estrutura da sociedade de classes, sofre a influência de dois fatores que aqui merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao contexto de alienação, a partir do qual constrói-se a existência social na sociedade capitalista. E o segundo está relacionado com o poder da ideologia, como já mencionamos acima, no sentido

de utilizar e fortalecer a moral enquanto um elemento integrador à ordem social estabelecida. Essas duas dimensões são parte de um único processo.

As ideias e os valores disseminados pelo uso ideológico da moral conservadora correspondem a uma ordem já existente e tradicional das coisas e do mundo, mas também a uma lógica cada vez mais premente de valorização do capital e de “reificação” da vida social (NETTO, 1981) que se fortalecem em tempos de crise. Princípios como a liberdade (enquanto autonomia individual), igualdade (perante a lei e justiça formal), a posse, a competitividade, o individualismo, o utilitarismo, são cultivados e reproduzidos, enquanto a solidariedade, a liberdade emancipatória, a igualdade social, entre outros, perdem valor, são distorcidos ou manipulados ideologicamente em nosso cotidiano.

O sistema de valores dominante em nossa sociedade se sustenta, basicamente, em dois valores norteadores: a valorização da posse e do individualismo.

Não importa o quão irracionais são os padrões morais impostos ou as instituições tradicionais que neoconservadores lutam para preservar, o que importa é a sua validade ou funcionalidade ao longo do tempo. E, então, partindo-se dessa visão, a processualidade inerente ao ser social e à existência humana se perde no discurso de uma ordem natural das coisas que não pode ser interrompida. Essa ordem natural é a ordem dominante, para esse pensamento, não há possibilidades históricas outras em que os homens se realizem ou possam conviver socialmente se não for sob as bases de valores tradicionais socialmente consolidados.

A desumanização e a barbárie da vida em sociedade que são sustentados ideologicamente por instituições das classes dominantes como escolas, igreja, meios de comunicação, entre outras, tem suas bases materiais e concretas nas condições de vida em que a posse privada e a “mais-valia” sobrepõem-se às possibilidades de uma sobrevivência digna dos homens e de autoconstrução do ser social.

A sociedade capitalista tem como base a propriedade privada em suas várias formas. Uma delas, a apropriação privada dos meios de produção, funda as relações de compra e venda que organizam toda a estrutura da sociedade e determinam as relações sociais. O “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2013) nasce daí e é analisado por Konder (2009) como um dos aspectos da alienação na sociedade capitalista. Nesse mundo das mercadorias, a força de trabalho também é uma delas, o que faz com que os indivíduos vendam aquilo que os constitui enquanto seres humanos, ou seja, a sua capacidade de se exteriorizar.

Ao fazerem isso para sobreviver, são expropriados pela parcela de homens que detêm os meios de produção, com a finalidade última de gerar “mais valor” e lucros, já que no

capitalismo esta é a função principal do trabalho. Ocorre então um processo de desumanização e “desefetivação” (MARX, 2010) cada vez maior dos indivíduos.

Nesse “fosso” em que ocorre o processo de “alienação/estranhamento”, em um primeiro momento, nas instâncias de produção material da vida, por meio do trabalho, mas também nas instâncias de reprodução social da vida, a ideologia age no sentido de distanciar o real do ideal, e vice-versa.

Um conjunto de ideias e valores relativos a determinados interesses são disseminados também por meio da moral e incorporados acriticamente por indivíduos que, na vida cotidiana, buscam apenas meios de subsistir.

Barroco (2001) enfatiza que tal alienação não se limita à esfera da produção, da sobrevivência e da relação dos homens com o trabalho e o mundo material; esse fenômeno se espalha também para a relação com o outro e consigo mesmo: “Ao ser alienado, em todo o processo, da atividade que lhe confere identidade humana, o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou, com isso se aliena da atividade, da relação- consigo mesmo e com os outros.” (BARROCO, 2001, p. 34).

Marx e Engels (2007) já explicavam que a cisão própria do fenômeno da “alienação/estranhamento” aparece primeiramente na relação dos homens com o trabalho, reforçada pela divisão entre trabalho manual e intelectual, mas igualmente em tudo o que é produto das atividades humanas, inclusive, nas formas de interpretar o mundo quando a consciência é considerada algo exterior aos homens e quando a produção de conhecimentos separa o “mundo sensível” do “mundo das ideias” (MARX; ENGELS, 2007).

O poder econômico e suas ramificações, como o poder ideológico das classes dominantes, utilizado para não romper com o processo de “alienação/estranhamento” vigente, é uma realidade que a teoria social de Marx muito bem nos esclarece. O caráter alienado do trabalho na sociedade capitalista, que transforma o mundo em mercadorias, fazendo com que aparentem uma autonomia e força sobre nós, intensifica-se na sociedade “reificada” do capital (NETTO, 1981), fase na qual nos encontramos na atualidade.

Na sociedade capitalista madura, temos que destacar uma contradição que se sobressai:

[...] pensada a partir das sociedades precedentes, a sociedade moderna efetua o maior desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humano-genéricas e, simultaneamente, produz o maior grau de alienação. A alienação se (re) cria em novas formas, que invadem todas as dimensões da vida social e a objetivação do ser social [...]. (BARROCO, 2001, p. 35).

A (re) produção das relações sociais torna-se mais empobrecida, no que se refere às potencialidades humano-genéricas, na medida em que o produto da práxis se reduz à condição de aspectos que não dizem respeito ao ser humano e a um processo no qual os homens não se veem como parte. Nesse contexto é que os valores, em suas várias formas, também são tomados sob a forma de coisas, desassociados da atividade humana (BARROCO, 2001).

A miséria e riqueza humanas, nas formas material e imaterial, são produto da ação dos homens. Tanto a primeira, como a segunda, não afeta as pessoas da mesma forma. Atualmente, vivemos relações estranhadas em todas as esferas da vida social, fato que nos distancia cada vez mais da práxis, criando-se a ilusória percepção de que as várias esferas da vida funcionam independentemente da totalidade social (BARROCO, 2001). É o que ocorre com a esfera da moral, para a autora:

Principalmente, as normas e deveres morais passam a configurar-se como exigências externas aos indivíduos; exigências que não lhes dizem respeito, mas a que devem ‘obedecer’; a moral se transforma num conjunto de obrigações formais, marcadas por um significado negativo, repressivo. Nas formas de ser reificadas da sociedade capitalista madura, as esferas e dimensões da vida social são fragmentadas em “compartimentos” isolados e aparentemente “autônomos”, donde a ideia de que existe uma moral privada, outra pública; uma moral sexual, por exemplo, que se realiza de modos diferenciados, na vida privada e na pública. Mas essa aparência, expressão da alienação, não rompe totalmente com os vínculos e mediações reais; eles se (re)produzem de forma contraditória, operando-se um movimento de afirmação e negação da totalidade social, em todas as suas esferas. (BARROCO, 2001, p. 36).

A partir, então, do pressuposto de que as categorias econômicas têm função primária na produção e reprodução social da vida, o processo de “alienação/estranhamento” é um fenômeno que se manifesta de forma intensa e marcante na sociedade capitalista e espalha-se por todas as dimensões da vida social. Considerando que a moral não é uma esfera da vida que se reproduz, independentemente das bases materiais que lhe dão sustentação, portanto, sofre determinações da esfera econômica, uma breve reflexão sobre a alienação moral nos faz entender que esta pode desdobrar-se em manifestações do conservadorismo moral.

A classe que detém o poder econômico faz uso ideológico da moral e o espaço cotidiano, na sociedade em que vivemos, por suas características de reprodução imediata da vida voltada para os indivíduos em sua singularidade, constitui o “chão social” em que a moral conservadora se desenvolve e, em tempos de crise, se fortalece, ainda mais se considerarmos as fortes pressões para o culto ao individualismo.

Ainda que seja uma dimensão fundamental da vida social e “insuprimível”, “não há homem sem vida cotidiana” (NETTO *In*: NETTO e BRANT DE CARVALHO, 2012, p. 67), o

cotidiano é espaço privilegiado de reprodução da alienação, inclusive, a alienação moral. Isto porque a sua dinâmica exige dos indivíduos respostas às situações imediatas e “a dimensão genérica do ser aparece subsumida à dimensão da singularidade, explica Netto (*In*: NETTO e BRANT DE CARVALHO, 2012).

Mais do que isso, o cotidiano caracteriza-se por sua estrutura heterogênea e superficial, o que favorece uma apreensão de mundo e das atividades humanas sem mediações que nos levem aos seus reais significados. Por nascermos já inseridos nessa cotidianidade e com ela aprendermos a conviver nos vários espaços de socialização, assimilamos formas de pensar e nos comportar que podem nos acompanhar até o final de nossas vidas, se não estivermos abertos para o confronto e o conhecimento de outras formas de pensar e viver. É muito difícil romper com valores que, ao longo da vida, são por nós naturalizados.

Um outro dificultador é que, por nascer das formas de produção e reprodução das relações sociais burguesas, a moral dominante torna-se a referência mais adequada para a vida nessa sociedade. Barroco (2016b, p. 29) escreve que

[...] o poder de reprodução ideológica da moral dominante reside em sua adequação à estrutura da sociedade. O modo de ser individualista, egoísta, valorizador da posse e da competição, típico da moral burguesa, é uma reprodução da forma como a sociedade estrutura sua produção e reproduz suas relações, ou seja, sob a forma da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Mas, embora dominante, o *ethos* burguês individualista e possessivo não é a única referência moral da sociedade capitalista. Formas de comportamento ético-morais são orientadas por visões de mundo e valores que se reproduzem socialmente desde que tenham uma base de sustentação nas relações capitalistas, seja em face de sua afirmação ou de sua negação.

Assim, a reprodução ideológica de valores e modos de ser emancipatórios disputa espaço com a reprodução ideológica e modos de ser de uma moral dominante. No entanto, as condições histórico-concretas da sociedade capitalista são determinantes para a dominação ideológica. Não há mudanças nas formas de pensar e ver o mundo sem modificação na estrutura social em que se vive: “Na medida em que o *ethos* burguês é dominante, a formação moral dos indivíduos tende a incorporá-lo e reproduzi-lo a partir da influência ideológica das várias instâncias de desenvolvimento da sociabilidade” (BARROCO, 2016b, p. 29).

Portanto, o poder ideológico da moral dominante se fortalece na vida cotidiana em que as atividades humanas são heterogêneas, exigindo a atenção e dedicação dos indivíduos a diversas situações que ocorrem, muitas vezes, ao mesmo tempo; as condutas precisam ser imediatas e as verdades são superficiais (NETTO *In*: NETTO e BRANT DE CARVALHO, 2012). Na cotidianidade, das condições objetivas em que vivemos, a moral se configura “como

um modo de ser mais restrito do que a ética” (BARROCO, 2016b, p. 30), conforme já mencionado. Segue abaixo citação a respeito:

Vê-se que a moral só existe, porque o ser humano é um ser ético capaz de criar valor, de ser livre, de agir de forma social, consciente e universal. Mas a forma de objetivação histórica dessas capacidades, no atendimento de certas necessidades sociais, determinou que a moral se configurasse como um modo de ser mais restrito do que a ética, especialmente por sua função ideológica na vida cotidiana (BARROCO, 2016b, p. 30).

A moral, na sociedade de classes, desenvolve-se e se reproduz de modo a se tornar funcional a esse modelo social. Ao controlar comportamentos, modos de ser e de pensar, propagar valores que alienam os indivíduos de suas capacidades éticas, como explica Barroco (2016b), dá-se o fenômeno da alienação moral que é muito comum nos dias de hoje.

Barroco (2010) define alienação moral como a impossibilidade de reproduzir valores ético-morais, reconhecidos e legitimados como humano-genéricos, por falta de condições objetivas e concretas para isso. Muito frequentemente, tais valores aparecem como abstratos, não por serem irrealizáveis mas, conforme vimos, porque as condições socio-históricas existentes não permitem sua realização. A ideologia neoconservadora, fazendo uso dessa situação, incute em nós a ideia segundo a qual valores humanos emancipatórios e progressistas são mero ideais.

Valores, costumes, normas e uma determinada ética, que condizem com um sistema e código moral dominantes, são impostos e apropriados pelos indivíduos, em geral, sem maiores críticas (HELLER, 2008). A consciência sobre os valores humano-genéricos e sua validade para a vida social fica prejudicada quando os processos de “alienação/estranhamento” e alienação moral, enquanto uma de suas manifestações, “embaçam o campo de visão” dos homens.

Importa ressaltar, mais uma vez, que a funcionalidade da moral para a reprodução ideológica da moral dominante não é absoluta. Como nos chama a atenção Barroco (2016b, p. 30):

[...] mesmo na sociedade de classes, existe certo espaço de mobilidade para ações em outras direções, isto é, na direção da contestação, de constituição de crítica e de adoção de outras referências teórico-práticas, de defesa e busca de realização de outras formas de objetivação moral.
Porém, essa contestação teórico-prática reúne possibilidades e limites. Ela é limitada pelas relações sociais capitalistas, ou seja, a transformação radical da moral supõe a eliminação da sociedade capitalista, o que não tem condições de se realizar por reformas morais. Suas possibilidades são dadas pela conexão do indivíduo com a práxis ética, o que supõe a sua “saída” da dinâmica da cotidianidade.

Por caracterizar-se como uma esfera da vida que se equaciona no âmbito estrito da singularidade (NETTO *In*: NETTO e BRANT DE CARVALHO, 2012), a capacidade ético-moral dos indivíduos na vida cotidiana da sociedade capitalista, no que se refere às suas potencialidades humano-genéricas, é bastante restrita limitando-se aos atos de responder às necessidades básicas, no dia a dia, a partir de orientações de valor, de modo que se garanta a convivência social. Por vezes, o que sobressai é o seu caráter coercitivo de reprodução dos valores dominantes e, ainda, as suas expressões sob as formas da alienação moral e do moralismo.

Todavia, como os valores morais são objetivos e sua objetividade é social, as bases materiais concretas e socio-históricas em que a práxis social se desenvolve são determinantes para a “conversão” ou não de valores morais para além das necessidades particulares/individuais, como analisa Barroco (2001). Segundo a autora: “[...] formas de vida orientadas por valores e ideias progressistas e/ou emancipatórias, colocam-se em oposição, seja pela crítica da moral dominante, seja pelo enfrentamento prático de situações de caráter ético-moral” (BARROCO, 2016b, p. 29).

Uma das manifestações dessa alienação moral acima mencionada é o moralismo (BARROCO, 2010). O moralismo é um modo de ser que nasce de julgamentos morais imediatistas, preestabelecidos, preconcebidos sobre situações sociais e sobre o outro. Estes são feitos do ponto de vista moral para acusar e discriminar o outro, quando os efeitos dessas situações não afetam e não implicam em consequências a mais ninguém, a não ser àquele quem pratica a ação. Via de regra, o julgamento de condutas morais está “preso” a uma dada concepção, a determinados valores que predominam na sociedade e são apreendidos acriticamente e de forma mecânica. Por essa origem e condição de ser, tem como principal motor os preconceitos e principal “terreno” o cotidiano. Segue, a autora, explicando:

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador. No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, especialmente, pelo moralismo, movido por preconceitos.

Pela sua peculiaridade pragmática e ultrageneralizadora, o pensamento cotidiano fundamenta-se em juízos provisórios, pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre o pensamento e a ação.

[...] A ultrageneralização é necessária no nível da cotidianidade; porém, como decorrência de juízos provisórios, pode ser modificada. Para isso, é preciso que eles sejam refletidos, teórica e criticamente, e refutados pela ação prática; nesse sentido, tais juízos não são necessariamente preconceitos; passam a sê-los quando, mesmo refutados pela teoria e pela prática, continuam a fundamentar o pensamento e as ações. (BARROCO, 2001, p. 46).

Por ser um espaço voltado para a reprodução do indivíduo, em sua singularidade, por meio do atendimento às suas necessidades de sobrevivência e incorporação de hábitos, costumes, valores; a vida cotidiana é campo profícuo para a reprodução de preconceitos já que estes caracterizam-se por comportamentos imediatistas resultantes do pragmatismo e de formas de pensamento “ultrageneralizadoras” que, ao fazer “juízos provisórios” das situações, acabam por avaliá-las superficialmente tendo como principal mediação os estereótipos e como seu produto a discriminação de pessoas.

Heller (2008) nos atenta para o fato de que “juízos provisórios” são provenientes da “ultrageneralização” própria da vida cotidiana: “Toda ultrageneralização é um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento: provisória porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática”. (HELLER, 2008, p. 64-65).

Desse modo, os “juízos provisórios” orientam muitos de nossos comportamentos na vida cotidiana, bem como nas relações sociais, o seu caráter provisório está, justamente, no fato de que as respostas imediatas possuem um grau de relatividade. Portanto, quase sempre, estas estão sujeitas a modificações. Heller (2008, p. 65), explica que “o preconceito é um tipo particular de juízo provisório” porque trata-se de uma atitude na qual identifica-se imediatamente o julgamento de uma situação com o verdadeiro, o correto. Isto pode ocorrer em vários momentos da vida cotidiana, por meio da “ultrageneralização” e do pragmatismo, como vimos. A diferença aparece quando os “juízos provisórios” são irrefutavelmente falsos e, mesmo a experiência mostrando isso, não são corrigidos e são tratados como verdadeiros e únicos (HELLER, 2008).

O pragmatismo é uma característica da vida cotidiana muito importante para compreendermos os preconceitos e o moralismo, além do sistema social que os sustenta. Isso porque as respostas práticas e úteis/eficazes às demandas do cotidiano passam a se repetir na medida em que “dão certo”.

É nesse momento que o aparente torna-se verdade e os modelos e estereótipos instituídos, e em funcionamento por gerações, servem como referência principal, mais confiável, ou única referência para as ações humanas. A tradição, os costumes, materializam essa tendência, por isso, a “teia ancestral” de ideias, valores e práticas, no sentido de sua preservação, é tão importante para neoconservadores.

Na vida cotidiana, essa forma de pensar corresponde ao senso comum que, de acordo com Iasi (2015, s/p.), pode desdobrar-se em posicionamentos conservadores:

Ainda que todo senso comum expresse as relações sociais determinantes e portanto valores da ordem burguesa, nem todo senso comum é conservador. Faz parte do senso comum, até pela característica da imediatividade, a reação a uma situação vivida como injusta ou intolerável, a necessidade da solidariedade entre os que vivem as mesmas situações, o que constitui um núcleo saudável do senso comum ou o bom senso. Entretanto, tais características também são cruzadas pela luta de classes, isto é, podem ser elementos basilares da constituição de uma consciência de classe dos trabalhadores ou de formação de uma ação política conservadora.

Por essa rigidez dos ritmos, modos de vida e modos de pensar, característicos da estrutura da vida cotidiana, penetrar nos juízos de valor, o moralismo e os preconceitos tendem a aparecer com frequência. Segue abaixo afirmação a respeito:

Julgamos qual é o melhor caminho, a forma mais eficaz, o comportamento mais correto para alcançar os objetivos postos cotidianamente, baseados em *experiências* e *analogias* que tendem a se transformar em verdades inquestionáveis. Acontece que, na dinâmica da vida cotidiana, tendemos a *identificar o correto com o verdadeiro*. Ou seja, a exigência de sermos pragmáticos, para dar conta de todas as tarefas e atividades, nos leva a repetir as mesmas ações que, pela experiência, podem levar ao êxito, considerando-as corretas para serem aplicadas em qualquer situação. Assim, *o que se revela correto, útil, o que leva ao êxito, passa a ser identificado como verdadeiro*. (BARROCO, 2016a, p. 11, grifos do original).

As atitudes moralistas na medida em que se fundamentam em valores da moral dominante para avaliar as situações e fatos, ocultando assim as várias determinações que incidem sobre eles, reforçam e reproduzem estereótipos agindo com base nos preconceitos. Um dado “modelo padrão” e “correto” de se comportar moralmente é tomado como referência e tudo o que dele destoa é considerado “anormal” ou “problemático”, daí há uma estigmatização de situações e pessoas com base em critérios moralizantes.

Segundo Barroco (2016b, p. 30): “Por se basear em verdades conservadas pela experiência e oferecer resistência ao novo, o preconceito tende a se manifestar em modos de comportamento conservadores. O mesmo ocorre com o moralismo, devido à importância da moral no pensamento conservador”. Esta é a essência que foi se revelando ao longo da investigação na presente pesquisa.

Quando os comportamentos e as atitudes humanas são movidos por afetos, tornam-se ainda mais suscetíveis aos preconceitos porque “[...] os afetos tendem a se manifestar, na vida cotidiana, através de atitudes de fé” (BARROCO, 2010, p. 73), atitudes diante de valores que estão muito voltados para o “eu”, o particular, as próprias crenças, os afetos individuais. Ao negar valores que se diferenciam dessa nossa “fé”, muito comumente, negamos a existência das pessoas que não agem, não pensam, não se comportam, não sentem como nós.

Os indivíduos perdem com atitudes preconceituosas, pois, sem se apropriar dos afetos, valores, ações e modos de pensar dos outros com o intuito de eliminá-los de sua vida ou do mundo, fazendo isso sem qualquer conhecimento ou análise mais crítica, esses mesmos indivíduos perdem a possibilidade de se enriquecerem nos planos individual e genérico.

A origem dos preconceitos, na sociedade em que vivemos, é social porque há permissividade, tolerância com relação a práticas fundadas em estereótipos e no senso comum, como bem expressa a cultura popular do uso de provérbios e ditados populares “tal pai tal filho”; “diz-me com quem andas que te direi quem és”; “lugar de mulher é na cozinha”, entre tantos outros. O que está implícito no uso dessa linguagem é uma “sabedoria” ou “verdade” acumulada por experiência que generaliza situações do cotidiano.

A reprodução dessas máximas, no linguajar, desempenha uma função social de orientar moral e politicamente os indivíduos, baseando-se, para isso, numa determinada visão de mundo e ideologia. O conservadorismo moral manifesta-se nessa e em outras situações de difusão de normas de comportamento fundamentadas em um modo dominante de pensar, se comportar e valorar o mundo e as coisas. Por esse motivo, é peça fundamental para alimentar o sistema social de preconceitos existente (BARROCO, 2016a).

A origem dos preconceitos é, portanto, social. Há um sistema que predomina na sociedade em que vivemos que cristaliza modos de pensar, sentir e agir baseados em estereótipos que nos são transmitidos desde a socialização primária. Impressões superficiais e preconceituosas que orientam, inclusive, nossas condutas morais perante o mundo e o outro. Uma grande maioria das pessoas não se pergunta sobre as normas de comportamento tidas como verdadeiras e corretas.

Dessa maneira, um sistema social de preconceitos se reproduz nos vários espaços da vida social como o cotidiano, a política, a cultura: “Por meio da cultura, disseminam preconceitos que expressam o modo dominante de pensar e de se comportar, de valorar os objetos e as relações sociais” (BARROCO, 2016a, p. 14).

Uma das características do sistema social de preconceitos reproduzido na cultura brasileira é a objetivação indireta dos preconceitos, situação que ocorre quando estes não são abertamente declarados e, então, a sua identificação e o seu enfrentamento ficam ainda mais difíceis de acontecer (BARROCO, 2016a), conforme discutiremos a seguir.

3.2. Formação Sociocultural do Conservadorismo Brasileiro

Para melhor compreendermos o neoconservadorismo e os aspectos do conservadorismo moral no Brasil nos dias atuais, faz-se necessário recorrer a particularidades da formação social brasileira e o seu processamento dinâmico ao longo da história. A reprodução social da vida e suas especificidades se materializam no âmbito das relações sociais construídas, por isso, precisamos entender tais relações em nosso país. Bonfim (2015) fez um estudo sobre como os valores dominantes se desenvolveram e se consolidaram na sociedade brasileira e a sua incidência na atualidade. Segundo a autora, há uma lógica predominante entre grande parte da sociedade e intelectuais segundo a qual a constituição da moral brasileira é resultado de uma “natureza” do brasileiro. Tal “natureza” é, muitas vezes, associada ao processo de miscigenação, condições climáticas, a um “jeitinho brasileiro” que aqui foi se constituindo.

De início, já ressaltamos o quão comum é esse tipo de interpretação para naturalizar as relações desiguais existentes em nosso país como se estas fossem consequência de características inatas aos brasileiros e de seus comportamentos, daí o fenômeno da moralização da questão social que também abordamos na presente tese. Percepções como essas acima citadas, no nível do senso comum, muitas vezes, revelam a atribuição de estereótipos aos indivíduos que se materializa na forma de preconceitos seja étnico-racial, de gênero e/ou de classe, já que estes estão muito relacionados. E este é o foco da nossa investigação.

Nesse momento, o que, para nós importa, é demonstrar que os valores, as tradições predominantes em uma sociedade são produto das relações sociais estabelecidas dentro de uma dinâmica histórica, portanto, em pleno movimento, o que significa que analisa-los na atualidade exige apreendê-los nesse movimento histórico.

Entre os principais determinantes da formação econômico-social do Brasil que nos ajudam a desvelar os pressupostos da constituição e consolidação da moral dominante, destacaremos, primeiramente, as particularidades da transição ao capitalismo e a herança colonial em nosso país. As formas de organização social mais arcaicas se mantiveram no Brasil, reflexo da estrutura escravista que perdurou por longos anos e da subordinação aos interesses mercantis externos. A exploração aqui se deu de forma devastadora, sem qualquer projeto de sociedade, o que se reflete até hoje no contexto político-econômico do país:

É justamente essa característica que determina, em grande medida, o processo de colonização no Brasil, deixando marcas profundas na vida do país. Esse tipo de colonização esteve vinculado a (des) valores que expressam a ideia de que se deve “tirar proveito” ao máximo das “terras de ninguém”. Essa dinâmica do saque, do

butim, se perpetuará mesmo após a Independência e a proclamação da República, reatualizando-se nas mais diferentes formas de corrupção. Essa lógica, portanto, dificultou, ao longo da nossa história, o surgimento de valores voltados para a construção do público enquanto espaço pertencente à coletividade, expressão de uma vontade voltada para o humano-genérico (BONFIM, 2015, p. 54-55).

Essa exploração foi possível a partir das relações de produção escravistas em que a economia agrária era a base de sustentação do país, as terras foram distribuídas formando grandes latifúndios e negros e índios foram forçados a trabalhar sofrendo todos os tipos de violência, inclusive, contra sua cultura, costumes e tradições, enquanto os senhores de engenho representavam as autoridades “máximas” e eram bastante temidos nessas relações que estavam totalmente voltadas para os interesses privados desses senhores e da Coroa portuguesa. Ou seja, o vínculo dessa massa popular formada por negros, índios e mestiços era determinado por tais relações de produção e violência, de modo que os valores que os mantinham ligados expressavam todo o processo de desumanização sofrido (BONFIM, 2015).

Uma das primeiras instituições, no período da colonização, a tentar “constituir” uma moralidade na sociedade brasileira foi a Igreja Católica, explica a autora. A formação de valores e princípios com base em preceitos cristãos não se deu sem violência contra os costumes e tradições das várias nações indígenas que aqui habitavam e o papel da Igreja no controle e educação moral dos indivíduos era viabilizado pela aliança com o Estado em suas formas iniciais, primárias no Brasil. Quanto ao papel da Igreja Católica nesse período:

Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas” na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste ‘vale de lágrimas’ dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão “campo santo” (FAUSTO, 1995, p. 60).

Barroco (2016b) trata do fortalecimento da moral conservadora pela cultura cristã. Segundo ela, as noções de pecado e culpa introduzidas na moral fazem com que os indivíduos façam escolhas baseadas no medo, na obediência a dogmas, no que é proibido e o que é permitido para a religião:

Dessa forma, a moral adquire um sentido negativo, um fundamento determinista e um sentido conservador, uma vez que se espera que os indivíduos acatem normas e deveres pela obediência à tradição e aos dogmas, que, por sua referência metafísica, baseiam-se em valores a-históricos, imutáveis e absolutos. Acredita-se que os

indivíduos tenham livre arbítrio para escolher entre o bem e o mal, mas como tais valores já estão definidos a priori, subentende-se que os que escolherem o mal serão julgados por seus atos, donde a existência de uma sanção moral, que funciona subjetivamente a partir de proibições, culpas e medos, independentemente de sua validade histórica. Trata-se de conservar a tradição, mesmo que ela já não tenha a ver com as novas relações e necessidades sociais. (BARROCO, 2016b, p. 33).

As relações sociais marcadas pelo tratamento de superioridade e inferioridade estão presentes em nossa sociedade desde a sua formação e, a partir delas, valores como a hierarquia e a autoridade, por exemplo, ganharam um reforço ainda maior. As relações sociais no Brasil, por um longo período de tempo, estiveram estruturadas dessa forma: Coroa Portuguesa, grandes proprietários de terras e escravos, índios e negros escravos e a Igreja Católica. Modos de ser e se comportar foram impostos como “melhores” e os costumes do povo desvalorizados.

Então, o processo de colonização significou para o nosso país a dependência econômica, mas, além disso, instituiu o racismo e várias práticas discriminatórias contra os indivíduos de várias etnias que aqui residiam: os índios, negros e mestiços. O racismo trazido com os europeus que atribuíam ao povo daqui a qualidade de seres inferiores está muito vivo ainda nos dias de hoje e essa herança do período colonial aprofunda a distância entre os ricos e pobres nesse país.

Até mesmo os trabalhadores livres e pequenos proprietários viviam condições de trabalho aviltantes e dependiam dos grandes proprietários e senhores de escravos para sobreviverem, o que mostra a força das relações hierárquicas na sociedade brasileira. Articulados com o Estado estavam também esses grandes proprietários que exerciam o poder político na colônia, esta sob uma administração desorganizada e desinteressada por parte da metrópole, exceto no referente à extração de riquezas das terras “recém-descobertas”. Bonfim (2015, p. 58-59) explica:

Nesse sentido, é possível afirmar que as relações autoritárias fazem parte da constituição do nosso país. Isso se evidencia mais claramente no período da colonização, especialmente com a escravidão, mas permanecerá [...].

Isso se expressa claramente no que se refere ao cumprimento às leis durante todo o período colonial. Com a distância do Rei, as regras eram estabelecidas pelos proprietários de terra, já que esses tinham sob seu poder tudo o que possibilitava a produção da vida material da Colônia: terras, mão de obra escrava e o engenho. [...].

Essas características do processo de colonização do Brasil- dominantes até meados do século XVII- nos revelam um elemento fundante das relações sociais brasileiras: a intrínseca relação entre o público e o privado. Quase não há limites entre a vida pública e a vida privada na colônia, sendo o grande proprietário aquele que estabelece as regras- respeitando as principais exigências da Metrópole- e que rege a dinâmica econômica, política e social da colônia.

Veremos a seguir, na análise dos dados, que a “ética do trabalho” ou moralidade inerente ao trabalho construídas no Brasil é uma outra característica importante da nossa cultura que está muito relacionada, tanto com a sociabilidade construída no período colonial e do Império, quanto com a constituição da relação entre público e privado no processo de formação da sociedade brasileira. Isto porque o trabalho que era depreciado por ser realizado por escravos (enquanto os senhores, administradores, políticos, proprietários eram considerados que realizavam atividades “superiores”) foi ganhando um novo *status* com a abolição do regime de escravidão quando as classes dominantes, nesse momento histórico, precisavam de mão-de-obra livre (IANNI, 2004). A moral dominante, então, incorporou como valor central o trabalho, nos moldes capitalistas, sendo que os segmentos da sociedade excluídos do mundo do trabalho passaram a ser e, são até hoje, rechaçados, discriminados e responsabilizados por essa exclusão, a partir de estereótipos que lhes são atribuídos como preguiçosos, folgados, indolentes, entre outros.

Isso ocorre ao mesmo tempo em que o acesso ao trabalho e direitos trabalhistas não são viabilizados a essas pessoas e a intervenção do Estado nessa direção é entendida como “favor”, “ajuda” e “admissível” somente aos indivíduos que, por suas posturas e comportamentos, são merecedores. Há uma intensa exploração dos trabalhadores, por parte da burguesia brasileira, a fim de garantir a sua acumulação de riquezas por meio da aliança com o capital estrangeiro e que impede a classe trabalhadora de exercer plenamente a cidadania burguesa.

A relação entre Estado e sociedade civil sempre foi muito frágil no Brasil, perpassada pelo autoritarismo e pela subordinação aos interesses não somente dos setores dominantes da sociedade brasileira, como também das elites estrangeiras. Fausto (1995) chama a atenção para a rede de alianças entre famílias das classes dominantes no Brasil. Segundo ele, este foi um elemento que se destacou na composição da máquina estatal, desde os tempos da monarquia no Brasil. Isto porque os governantes eram escolhidos a partir da lealdade que dedicavam ao monarca e porque muitos desses membros leais à Coroa Portuguesa provinham das elites em formação no país. Quando não eram nomeados “governantes”, os membros dessas famílias recebiam “benefícios” por parte da monarquia. Podemos perceber que a relação de hierarquia entre os vários setores da sociedade brasileira foi muito frequente na nossa história, desde os tempos da Colônia, de modo que os privilégios concedidos pela monarquia no Brasil não se limitavam à fidalguia portuguesa que veio junto com a Corte para o país, mas se estendia

também aos demais setores dominantes da sociedade que fincavam raízes aqui para acumular riquezas.

Chauí (2013), ao chamar a atenção para essas relações de “parentesco” que se estendem para a vida pública, descaracterizando assim a condição de cidadania no campo da democracia burguesa e configurando as relações de “compadrio” entre escravos e senhores de engenho, latifundiários e trabalhadores rurais, patrões e empregados, além da lógica do favor e do clientelismo; nos faz refletir sobre um outro elemento importante que funda a organização social da vida no Brasil: o patriarcalismo.

Bonfim (2015), baseando-se em autores como Caio Prado Júnior e outros, analisa que o desenvolvimento das relações sociais em torno dessa figura do grande proprietário como o “pai” e o senhor temido e respeitado por seu poder econômico e político, conforme mencionado anteriormente, deixou marcas profundas no modo como as classes sociais se relacionam em nosso país e no tamanho do “abismo social” que separa as classes populares dos setores dominantes na sociedade. Um “abismo social” que existe por causa das profundas desigualdades econômicas que separam as classes e que se revela no tratamento absurdamente desigual e desumano entre os indivíduos pertencentes a essas classes, de forma velada, como se isto não ocorresse e como se fosse, na verdade, uma troca de favores e “proteção”. São os preconceitos que se materializam de forma indireta.

Além disso, a “confusão” entre público e privado expressa pelo patrimonialismo no uso da máquina pública acentua o caráter antidemocrático da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Diferentemente dos países de formação clássica, no caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista foi “liderado” por grupos oligárquicos locais, o que quer dizer que, por sua dependência ao capital externo, “a burguesia brasileira não completou suas atividades burguesas” e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país não foi desencadeado por um processo popular de caráter revolucionário, como explica Fernandes (1981).

As mudanças vieram do “alto” e as classes populares sempre subestimadas, sob um viés fortemente racista, são alijadas do jogo político democrático, fazendo assim vigorar o valor da aristocracia nas relações políticas e sociais brasileiras. O que não significa que não houve ou não há luta de classes no Brasil, mesmo com os movimentos e revoltas populares, a concentração do poder nas mãos de uma elite atrasada que tenta ser moderna é “marca registrada” do conservadorismo brasileiro.

Esses elementos que constituem as particularidades das relações sociais no Brasil, dos tempos coloniais com reflexos até hoje em nossa sociedade nos demonstram que

[...] as transformações realizadas no Brasil ocorreram pelo “alto”, ausentes dos traços das transformações democráticas, cuja participação do popular ao longo da história foi anulada. A permanência de uma burguesia agrária, conservadora e retrógrada é parte constitutiva da forma de ser do Estado autocrático, contrário a qualquer lampejo de manifestações populares, além da estruturação do Estado num viés patrimonialista que concilia a modernização com o antigo (GOES, 2015, p. 65-66).

Chauí (2013, p. 149-150) afirma que há um “mito fundador” do Brasil que torna homogênea uma certa representação do país e dos brasileiros, mas que não vai a fundo nas verdadeiras raízes da formação da nossa sociedade o que, até hoje, têm impactos nas relações sociais aqui vigentes

Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é “um dom de Deus e da Natureza”; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada “democracia racial”), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um “país dos contrastes” regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização- isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte-, com a qual se sentará à mesa dos donos do mundo.

Entre as dificuldades de modernização do país, em termos econômicos, por sua condição de subordinação ao desenvolvimento econômico mundial, sobressaiam-se a adesão a expressões ideológicas e culturais da Europa que não se “encaixavam” na realidade brasileira. Bonfim (2015, p. 67) dá o exemplo de especificidades do desenvolvimento do liberalismo no Brasil: “[...] a tendência em ocultar os conflitos de classe, própria do liberalismo clássico, vem combinada com práticas autoritárias, com a ideologia do favor e com o discurso paternalista”, ou seja, além da incompatibilidade da estrutura escravista com o liberalismo, tão incompatíveis quanto são as relações que se fundamentam no sistema do favor, do paternalismo, da benevolência. A condição de igualdade, perante as leis burguesas, é até hoje um desafio a ser enfrentado no Brasil pelas classes populares, ao qual setores mais conservadores da sociedade brasileira ainda resistem. Autores como Oliveira (2012) discorrem sobre as consequências dessa “incorporação enviesada do ideário liberal” (BONFIM, 2015, p. 69), na atualidade, fenômeno que ele denomina “neoliberalismo à brasileira”.

Os grandes latifundiários que, depois abrigaram os engenhos de açúcar, mantiveram uma sociabilidade e cultura que se ancoravam nas antigas relações entre escravo e senhor de

escravos. Assim, o trato opressivo das classes dominantes com o povo brasileiro foi se configurando também como uma extensão dessas relações de subordinação dos “mais fracos” (população nativa e pobre considerada incapaz) com relação aos “mais fortes” (detentores do poder econômico e político no país).

Mesmo no período republicano da história do Brasil, com o fim da escravidão e no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a dinâmica das relações sociais, marcada por valores como os que apresentamos acima se manteve. Segundo Bonfim (2015, p. 72):

As renovações institucionais que se estabelecem com a República foram essenciais para a consolidação da revolução burguesa no país, especialmente no que se refere à adaptação da “grande empresa agrária” ao trabalho livre e à circulação de mercadorias. No entanto, no que se refere às relações sociais mais amplas a dinâmica permanece a mesma. Não se observam mudanças significativas nos valores, nos ideais de vida, nos hábitos de dominação patrimonialista, nas tradições que vigoravam anteriormente na sociedade escravista.

O início do período republicano no Brasil foi marcado por crises, revoltas populares e o poder da elite cafeeira à frente da administração do país. Com a chamada “política do café-com-leite”, a “manipulação da representação popular” ou coronelismo tiveram o seu auge e novos atores sociais surgiram no cenário político como o Movimento Operário, os donos de indústrias, imigrantes, entre outros. Valores liberais e anarquistas passaram a disputar espaço com “velhos valores”.

Após a cisão entre as elites oligárquicas que comandavam o país e outros fatos políticos decorrentes da crise econômica mundial de 1929 e do fim da Primeira República no Brasil, Getúlio Vargas ascendeu à Presidência da País por meio de um golpe militar (FAUSTO, 1995).

A partir daí, houve uma redefinição da economia agrário-exportadora, tendo em vista o crescimento industrial, de modo que a sua reestruturação não rompeu com o poder econômico das classes rurais proprietárias. No que se refere ao poder político, a influência das oligarquias também não desapareceu e, com ela, mantiveram-se as expressões ideológicas características do período de formação socio-histórica no Brasil, acrescido de um outro elemento importante- o populismo (BONFIM, 2015). De acordo com a autora:

Dessa forma, com o “novo” Estado que nasceu pós-1930 não se observam grandes rupturas políticas, mas uma troca de elites no poder. Embora se observe, a partir de então, uma centralização das decisões econômico/financeiras e políticas nas mãos do Estado- diminuindo o poder das oligarquias tradicionais-, isso não significou um

desaparecimento do poder oligárquico, tampouco o padrão de relações sociopolíticas baseados na ideologia do favor. Esses elementos- que como vimos fazem parte da nossa gênese- repõem-se, nesse momento, sob novas circunstâncias.

Das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil em que os setores agrário e urbano se complementam, o “novo” evidenciado com a criação das políticas trabalhistas se misturava ao “velho” por meio de uma política autoritária, uso da repressão e violência, por parte do governo, contra os trabalhadores, sindicatos e partidos de esquerda (BONFIM, 2015).

A abertura democrática no Brasil, até os dias de hoje, tem ocorrido com muitas restrições. Para Ianni (1989), os longos períodos de anti-democracia e autoritarismo no Brasil se explica pela existência da conjuração de forças da burguesia com setores militares, alguns setores da classe média, da Igreja e de intelectuais que atuam em prol da manutenção do poder do Estado, quando estes se sentem ameaçados por forças populares.

A partir da década de 1930, no Brasil, as estratégias de atendimento à questão social, na esfera estatal que, até então, eram baseadas predominantemente em meios repressivos de controle, ganhou novos contornos. No entanto, a moralidade constitutiva das nossas relações sociais se manifesta no tratamento dado à questão social, tanto pelo Estado quanto pela sociedade brasileira. É o que abordaremos no próximo item.

3.3. Moralização da Questão Social

Entre as várias abordagens sobre a questão social, a sua moralização tem raízes naquela que trata a pobreza como sua única expressão e responsabilidade dos indivíduos que a vivenciam, sem fazer as mediações necessárias com seus determinantes reais.

Partimos do pressuposto que há uma questão social, que tem a mesma origem do período de emergência da sociedade capitalista, há séculos atrás, com a diferença de que foi se intensificando e gerando novas expressões, que configuram o atual cenário. A questão social funda-se na exploração de classe, que é parte de relações objetivas e concretas, que se desenrolam em um dado padrão de desenvolvimento: o da sociedade capitalista. A pobreza é uma das expressões da questão social (YAZBEK, 2012).

Ao longo da história, a pobreza foi se tornando uma categoria central explicativa da questão social, e tratada como uma categoria moral, ou seja, a condição de pobreza passou a comportar valores, sobretudo negativos e depreciativos. Por ser compreendida dessa forma, os

indivíduos que a vivenciam sofrem com suas consequências objetivas e concretas, além de viverem as consequências subjetivas dessa realidade no que diz respeito à escassez material, à exclusão social e ao sofrimento psíquico. Expressão disso são as falas, as atitudes e os comportamentos das pessoas que sofrem com isso e precisam recorrer aos serviços públicos, como por exemplo, a assistência social (YAZBEK, 2009).

Utilizamos a expressão “questão social” a partir da análise de Yazbek (2001). De acordo com a autora, a questão social se constitui em elemento central para se compreender a relação entre o Serviço Social e a realidade. Entendemos que, enquanto categoria real e objetiva, que está presente em nosso cotidiano, é de suma importância conhecer as várias perspectivas a respeito, e a sua moralização é uma delas. Yazbek (2001, p. 33-34) assim define a questão social:

Ao colocar a questão social como referência para a ação profissional, estou colocando a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Estou colocando em questão, portanto, a luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente. Questão que, na contraditória conjuntura atual, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões entre as quais destacamos: 1- as transformações das relações de trabalho; 2- a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que vêm seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados.

Tratando-se da questão social no contexto mundial, é possível dizer que a sua emergência, no século XIX, na Europa Ocidental, está ligada à ascensão do proletariado como classe social no cenário político, momento em que ganharam expressão na sociedade moderna as lutas gerais dos trabalhadores. Marco histórico importante desse período foram as revoluções de 1848, na Europa. Segundo Netto (2001), foi também um momento “divisor de águas”, no que se refere à compreensão da questão social no campo da teoria social moderna e, conseqüentemente, no conjunto de ideias e opiniões que circulam e se disseminam entre a população e em medidas estatais dos governos.

Apesar de presentes ao longo do desenvolvimento da sociedade, nesse período de consolidação do sistema capitalista, as diferenças entre duas grandes classes - burguesia e proletariado - se acentuaram, bem como a disputa de interesses entre elas tornou-se mais latente, levando os trabalhadores à organização política de reivindicação de direitos sociais e melhores condições de vida e trabalho.

Marx foi um dos intelectuais que, já naquela época, apreendeu a verdadeira gênese, a constituição e os processos de reprodução da questão social. Apesar de não ter feito uso dessa expressão, a questão social está no âmago das análises de Marx sobre a sociedade burguesa e a relação entre capital e trabalho, que é geradora do processo de exploração e de uma sociabilidade que aprofunda as desigualdades sociais, fazendo emergir movimentos sociopolíticos de contestação do pauperismo.

A tradição teórica marxista permite compreender a questão social como indissociável do desenvolvimento capitalista, portanto, insuprimível, sem a extinção desse modelo econômico (NETTO, 2001). A profundidade e consistência teórica de suas análises a respeito é um dos motivos pelos quais o referencial teórico marxista tornou-se tão importante na formação em Serviço Social e nas diretrizes gerais teórico-metodológicas que embasam a atuação profissional nessa política social.

Entretanto, no período pós-1848, a questão social ganhou forte apelo conservador, tanto no que se refere à sua interpretação teórica quanto à aplicação de medidas para o seu enfrentamento. Responsáveis por isso foram os estratos sociais da antiga nobreza, da Igreja Católica e seus intelectuais, mas também segmentos da burguesia que se tornaram representantes do pensamento conservador. Para Netto (2001, p. 43-44):

Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente). Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se burguesa), *de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sociopolíticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contraria a *vontade divina* (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891) (NETTO, 2001, p. 43-44, grifos do original).

O autor ainda chama a atenção para o fato de que, tanto a corrente de pensamento laica, quanto a confessional, passaram a apontar soluções para a questão social baseadas na educação moral dos homens e da sociedade em geral. Medidas estatais com caráter reformista apareceram como resposta às expressões da questão social. Profissões como o Serviço Social nasceram da necessidade de implantação dessas medidas e de um trabalho social mais especializado no

atendimento à questão social, por vias institucionais, na fase monopolista do capitalismo (NETTO, 2009).

As forças conservadoras, assim como a reação da burguesia, se opuseram aos movimentos proletários e às conquistas democrático-populares do período de consolidação do sistema capitalista, de modo que o tratamento moral da questão social tornou-se uma proposta político-ideológica fundamental para os setores conservadores da sociedade, já que, para combater a “desordem social” causada por tais movimentos, a reprodução de um sistema moral que assegurasse a ordem fez-se eficiente e necessária, como ocorre de tempos em tempos (BARROCO, 2001), haja vista o que estamos vivenciando na atualidade⁵². A autora explica:

Estamos afirmando que o tratamento moral da “questão social” é uma resposta política de várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias; uma reação de caráter conservador que perpassa pelas estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social, no contexto de sua origem. (BARROCO, 2001, p. 83, grifo do original).

Então, cabe destacar aqui que o tratamento moral da questão social é uma resposta e estratégia político-ideológica ao cenário da luta de classes no mundo e no Brasil.

A partir de meados da segunda metade do século XIX, após as revoluções de 1848, há um marco histórico desse fenômeno porque o tratamento moral da questão social ganha destaque como medida política sendo viabilizado, em grande medida, pelo poder de influência ideológica da Igreja Católica e do positivismo.

Sobre a intervenção religiosa na questão social, com base na moral, Barroco (2001, p. 84) afirma:

A moral se apresenta como um dos elementos viabilizadores da reforma cristã, pois entende-se que, através da reatualização dos valores tradicionais, de modos de vida reprodutores das funções básicas da família e da mulher, seja possível manter a ordem social necessária ao “bem comum”. Na medida em que a conservação da família tradicional é pressuposto para a manutenção da propriedade privada, a mulher, como “esteio moral” da família, apresenta-se como um elemento-chave do projeto social cristão (grifos do original).

O positivismo cumpre um papel ideológico igualmente importante, nesse processo, defendendo o sistema de reformas, principalmente, na esfera da moral, seja nos espaços públicos ou privados. No Brasil, as primeiras respostas à questão social estiveram fortemente

⁵² Nas eleições de 2018, no Brasil, Jair Bolsonaro, então candidato a Presidência da República, apresentou propostas para a educação de combate ao que ele chama de “ideologia de gênero” e de inclusão, no currículo escolar, da antiga disciplina de educação moral e cívica, além de apoio a projetos de lei que restringem os direitos da mulher em relação ao aborto (mesmo em casos de estupro), de criação do Estatuto da Família, entre outros.

fundamentadas no conservadorismo religioso e nas ideias positivistas, o que fez com que o conservadorismo moral se enraizasse nas práticas sociais, perdurando até os dias de hoje no que chamamos de “campo do social”.

Desde a emergência do positivismo, até suas expressões na atualidade, as reformas no ordenamento social predominante passaram a ser aceitáveis e defendidas por seus adeptos. O conservadorismo moral, que fica explícito nas ideias positivistas, também é defendido por neoconservadores, que não hesitam em argumentar em favor de “saudáveis mudanças” (KIRK, 2014), contanto que não afetem a moralidade pública/privada garantidora da ordem.

Conforme vimos no primeiro capítulo, o pensamento conservador “clássico” se opunha ao que seus defensores consideravam como supervalorização da razão e aos projetos racionais para a vida em sociedade, até porque grande parte dos intelectuais da época tinha forte ligação com a Igreja Católica, atribuindo maior importância às experiências e aos conhecimentos adquiridos por meio dos preceitos religiosos, daí o peso da moral religiosa na ideologia conservadora.

A nova moral laica que nasce com a sociedade moderna, mesmo preservando muito dos princípios cristãos, disputa espaço na condição de um elemento regulador importante. A moral, portanto, torna-se uma referência importante.

Assim sendo, o positivismo tende a moralizar a questão social porque o que garante especificidade ao ser social, segundo as ideias positivistas, é a moral. Apesar de reconhecerem a existência da estratificação de classes, os positivistas a naturalizam, assim como decretam, a incapacidade do ser social para intervir na questão social no sentido de modificá-la ou até mesmo romper com ela e, dessa maneira, apostam na reforma moral dos indivíduos para amenizar as consequências das “fraturas sociais” e da “falta de coesão social” que a caracterizam (CASTEL, 2013).

Para o positivismo, as revoluções sociais para acabar com as desigualdades são muito perigosas, porque destroem a moral vigente e não preenchem essa lacuna. Muitas das causas materiais das desigualdades sociais, como a apropriação privada das riquezas socialmente construídas, por donos dos meios de produção, são desprezadas nessa análise teórica.

Compreendemos que a especificidade do ser social está no trabalho e não na moral, portanto, essa é uma capacidade humana fundamental que permite o desencadeamento de mediações essenciais à vida humana e que a enriquece (LUKÁCS, 2013). No entanto, afirmar a centralidade da moral na constituição do ser social é desconsiderar as determinações concretas e objetivas que incidem sobre a relação dos homens e que por elas são influenciadas, o que

acaba fazendo com que a moral seja tratada como uma esfera autônoma das bases que a materializam.

As contradições intrínsecas à sociedade em que vivemos passam a ser explicadas como algo “anormal”, aquilo que “foge às regras” e que, portanto, devem ser passíveis de “consertos”. Quando isso ocorre, tais explicações encontram na moral um espaço muito profícuo para depositar as esperanças e as possibilidades de reintegração em uma sociedade caótica.

Isso porque nessa esfera da vida é que são estabelecidas as normas e os deveres necessários à socialização humana e à convivência social (BARROCO, 2001), portanto, restabelecê-las por meio de um ordenamento jurídico burguês, por exemplo, implica garantir uma estabilidade a essa sociedade nos tempos em que as contradições sociais acirram-se. Ainda que seja próprio da sociedade capitalista o dinamismo e a instabilidade.

Como mencionado anteriormente, Barroco (2010) alerta para o fato de que é basilar nesse processo de justificação da sociedade burguesa a “função ideológica e integradora” da moral, ou seja, a produção e reprodução de valores direcionados para se atingir um consenso social em torno da sociedade ideal fundada no princípio da ordem. Trata-se da moral enquanto ações no campo individual e que se refletem no espaço coletivo de modo a organizar as relações sociais.

Barroco (2001, p. 77) faz a seguinte afirmação sobre o positivismo:

O pensamento positivista comteano explica e justifica ideologicamente a ordem social burguesa e uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da ordem e da autoridade, aliado à ideia de uma ordem social naturalmente “harmônica”, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como “desordem” que a educação moral pode superar. A articulação entre a “harmonia” social e a ação moral tem como fundamento a valorização do altruísmo e da persuasão em busca da coesão social.

Outro aspecto do conservadorismo moral que faz parte do pensamento positivista e religioso é a defesa da família em seu modelo tradicional. O positivismo e a ideologia cristã orientam a reprodução da família no seu modelo conservador, ressalta Barroco (2001, p. 76-77), baseando-se em literatura especializada a respeito:

Ao analisar a configuração histórica dos valores e da família na sociedade brasileira, Azzi aponta as formas de pensar que, no início do século XX, orientam a reprodução da família nos moldes conservadores: o positivismo e o pensamento católico. O autor evidencia que, em termos de valores, ambos se opõem às ideias liberais e socialistas; negam a participação da mulher na vida pública (no trabalho e na política), defendem a preservação da família tradicional e uma determinada conduta moral repressiva que vincula o papel da mulher a determinados atributos entendidos como parte de sua “natureza”.

Além disso, estão presentes, ainda, no conservadorismo moral, “[...] a defesa da propriedade privada, base de constituição da família e de preservação do papel da mulher” (BARROCO, 2001, p. 78). Virtudes e papéis sociais são atribuídos como naturais às mulheres, entre eles, a pureza, bondade, paciência, a figura da boa esposa, boa mãe, boa dona de casa, o que não raramente é medido pelo grau de obediência e submissão a padrões impostos por uma sociedade machista e patriarcal. São regras e normas de comportamento internalizadas, que estão enraizadas numa cultura conservadora, que reproduz um olhar moralista sobre as famílias e, particularmente, sobre as atitudes da mulher enquanto vias para o agravamento ou solução da questão social.

Muito do fenômeno da moralização da questão social no Brasil, decorre dessa influência ideológica expressas no conservadorismo religioso, nas teorias positivistas e em expressões do neoconservadorismo, como o conservadorismo moral.

No caso brasileiro, vimos anteriormente que as respostas à questão social são perpassadas pelas particularidades da formação econômica, política, social e cultural de nosso país. Além das medidas repressivas, por parte do Estado, as expressões da questão social sempre foram decididas pelo “alto”, conforme já mencionado.

Importa destacar que, além do racismo nas relações cotidianas, teorias raciais foram disseminadas por intelectuais no Brasil, as quais propunham saídas para a questão social por meio de medidas eugenistas.

Entre as consequências da escravidão e do racismo, na sociedade brasileira, a partir do século XIX, registram-se a construção e disseminação de “teorias” raciais que objetivam analisar a identidade nacional para, a partir daí, propor soluções aos problemas brasileiros. Entre os seus principais teóricos, destacam-se Gobineau (1816-1882) e Renato Kehl (1889-1974), defensores da desigualdade natural entre os homens, que condenavam a miscigenação quase como um castigo atribuído ao Brasil e sugeriam práticas genocidas e de branqueamento da população negra (GÓES, 2015).

A ideologia do racismo está estritamente ligada à formação da sociedade brasileira, à constituição de classe, de modo que a herança das relações escravistas, que aqui se estabeleceram, reflete-se sobre as impressões e posições relacionadas à questão social, conforme citado anteriormente. As relações escravistas e, após a abolição da escravidão, as relações oligárquicas, de intensa exploração e profunda exclusão dos ex-escravos, que compunham grande parte da população brasileira, permaneceram e foram se complexificando, num Brasil mais “moderno”, porém, de caráter extremamente antidemocrático e racista.

No que diz respeito à questão social, o racismo fica explícito na dura realidade de uma maioria pobre e negra; na criminalização da questão social que afeta diretamente a população negra, por meio do encarceramento em massa, ações policiais truculentas e altos índices de homicídio; na sua marginalização e situações cotidianas de preconceito.

Logo, à discriminação de classe somam-se outras discriminações, como a étnico-racial e regional. No caso desta última, os brasileiros das Regiões Norte e Nordeste são os mais afetados pelas sequelas da questão social, o que se explica pelas disparidades econômicas entre os territórios no Brasil e sua estrutura fundiária, entre outros elementos, além de serem discriminados por sua naturalidade, hábitos e costumes culturais, por brasileiros de outras regiões consideradas “mais desenvolvidas”, não somente no plano econômico, mas no social e cultural, como é o caso das Regiões Sul e Sudeste.

Vimos ainda que o modo como o capitalismo aqui se desenvolveu; as bases da exploração; as crescentes desigualdades; e o dualismo social aqui existentes, configuram relações de classe muito características do nosso país, que refletem dada posição sobre a questão social. As elites no Brasil e o Estado, representante de seus interesses, têm dificuldades em se posicionar em relação às demandas da questão social; quando isso não ocorre por meio da repressão, ocorre de modo a transparecer toda a sua herança conservadora. Os perigos para as classes dominantes no País está, até mesmo, nos pequenos avanços, como, por exemplo, a garantia de um Estado democrático de direito, dentro dos parâmetros liberais/neoliberais. Ianni (2004, p. 109) escreve:

Em geral, os setores sociais dominantes revelam uma séria dificuldade para se posicionar em face das reivindicações econômicas, políticas e culturais dos grupos e classes subalternos. Muitas vezes reagem de forma extremamente intolerante, tanto em termos de repressão como de explicação. Essa inclinação é muito forte no presente, mas já se manifestava nítida no passado.

O desprezo pelas reais necessidades do país e pelo seu atendimento em termos do que o avanço das forças capitalistas pode oferecer, fizeram com que o “popular” sempre fosse anulado na história deste país. As mudanças quase sempre ocorreram “pelo alto”, conforme já mencionado, e a participação popular caminha a “passos vagarosos”, golpeada de tempos em tempos.

O Estado age de forma autoritária e patrimonialista, por causa das marcas do processo de colonização e do período de escravidão, entre outros fatores. Práticas que afetam a relação do Estado e da sociedade civil com as camadas populares caracterizam ainda hoje as medidas

de enfrentamento à questão social no Brasil, como a corrupção; a lógica do favor, o assistencialismo.

Práticas em que as elites reproduzem velhas relações de mandonismo, benfeitorias em troca de vantagens baseadas na exploração do outro, o povo, que ocupa um lugar de subordinação e subalternidade. A condição de classe, raça/etnia e gênero são determinantes, nessa situação.

O tratamento moral da questão social nasce então como uma resposta política a esse cenário, mobilizado por forças conservadoras e neoconservadoras (BARROCO, 2001) e, desde então, manifesta-se como instrumento de poder utilizado pelas classes dominantes, pelo Estado, pela Igreja e, na sociedade civil; portanto, na relação entre as pessoas.

Manifestações da questão social resultantes da falta de trabalho, violência, insurreições populares, entre outras, e situações relacionadas à pobreza, foram reconhecidas tardiamente como suscetíveis de enfrentamento seja pelo controle, pela negociação, solução, ou pelo debate (IANNI, 2004).

Com a emergência do período republicano, no Brasil e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, essas vias de enfrentamento à questão social foram incorporadas na lei, porém, as técnicas de repressão prevaleceram (IANNI, 2004).

A partir da década de 1930, no Brasil, a questão social passa a ser reconhecida institucionalmente como uma questão a ser enfrentada via consenso social e políticas públicas. Mas, valores intrínsecos à nossa sociedade ainda prevalecem:

[...] podemos afirmar que a sociabilidade brasileira é perpassada por valores autoritários, paternalistas, onde a lógica do favor e da tutela se fazem presentes. Tais valores, como vimos, atravessaram a nossa história e permaneceram como referencial para as nossas ações, mesmo que, como afirmou Chauí (2006), não as reconheçamos como parte da nossa cultura (BONFIM, 2015, p. 93).

No período do governo Vargas, as estratégias e políticas de Estado continuaram a exercer uma forte função de controle da questão social, porém, sob uma forma mais aceitável. Nesse caso, ergueu-se uma ética forjada por um discurso de cuidado aos pobres e valorização do trabalho e dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os trabalhadores tinham suas lutas despolitizadas; continuavam sofrendo com os processos de alienação, responsabilização por sua condição social, e várias formas de discriminação (BARROCO, 2001).

Com a legitimação da ordem monopólica, esse papel do Estado aperfeiçoou-se. Interessante notar que, ao mesmo tempo em que a questão social foi reconhecida como questão

pública, as próprias políticas sociais de Estado reforçaram uma natureza individual de suas manifestações.

No contexto dos monopólios capitalistas, as contradições do sistema capitalista se aprofundam e as respostas à questão social por parte do Estado e das classes dominantes passam a se estruturar de maneira mais sistemática e planejada, tanto no sentido de garantir a reprodução da força de trabalho, quanto seu controle, na medida em que busca evitar manifestações que coloquem em risco a ordem social. Mas não é só isso. Netto (2009, p. 26) explica que as respostas às sequelas da questão social, via Estado, atingem outro patamar quando o Estado burguês se reconfigura e, a partir disso, um “[...] conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” é viabilizado.

Ora, entre tais condições inclui-se (além do financiamento do próprio aparelho estatal, neste contexto hipertrofiado), “para a reprodução ampliada do capital, [a garantia da] conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração” (Mandel, 1976, 3:183). Este é um elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo- ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio. (NETTO, 2009, p. 26, grifos do original).

A função estatal que se materializa em respostas às sequelas da questão social consiste, inclusive, na regulação da massa de desempregados, dos seus níveis de consumo e da sua própria legitimidade em face dos demais atores e protagonistas sociopolíticos do contexto da luta de classes. Em vista disso, ascende um aparato bem estruturado de políticas sociais (a depender do país e da realidade sócio-histórica na qual se insere), públicas e privadas, o qual tem por finalidade a garantia de determinada ordem econômico-política, que cabe ao Estado na era dos monopólios assegurar:

[...] não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas - é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe. (NETTO, 2009, p. 30, grifos do original).

O autor continua ainda explicando que:

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social *pública* na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2009, p. 30, grifos do original).

Ao cumprir o papel de garantidor das condições adequadas para o desenvolvimento monopolista e ao operar um suporte para a ordem sociopolítica correspondente a esse sistema econômico (NETTO, 2009), o Estado burguês, no capitalismo monopolista, age sobre a questão social a partir de algumas características, conforme já mencionado.

A fragmentação e parcialização da questão social, sem remetê-la a uma totalidade relacionada com as disputas entre capital e trabalho, são algumas dessas características que se refletem no tratamento moral da questão social no âmbito estatal e que se alastra nos espaços da sociedade civil, que atuam diretamente sobre a questão, como é o exemplo de organizações sociais e filantrópicas (influenciadas também pela moral religiosa), entre outros, além do senso comum, que vai dominando todos os espaços da opinião pública.

Mesmo com os avanços legais da Constituição Federal de 1988, as políticas sociais criadas para o enfrentamento de expressões da questão social no Brasil enveredaram, como afirmam Behring e Boschetti (2011, p. 84), “[...] pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado [...]”.

Desdobramentos atuais desse contexto podem se expressar em um tratamento moral da questão social na esfera estatal, incluindo o “caráter salvacionista” das políticas assistenciais (SANTOS, 2012), quando estas são compreendidas e executadas com foco nas condicionalidades e responsabilização dos/as beneficiários/as. A moralização da questão social tende a ocorrer também com a flexibilização e perda de direitos responsabilizando os indivíduos pela construção e manutenção do “capital humano”; individualização e psicologização da questão social; sua “espiritualização” por intermédio da religião; o “chamamento ao voluntariado” para o seu enfrentamento, bem como a sua criminalização (IAMAMOTO, 2013).

Quanto à moralização da questão social nas relações cotidianas da população em geral e entre o senso comum, cabe destacar que há, nos dias atuais, uma generalização sem precedentes das expressões da questão social e suas causas, que recai sobre as pessoas mais empobrecidas, responsabilizando-as diretamente por sua condição social e culminando em relações preconceituosas e de discriminação social.

Tais atitudes, em grande parte, revelam-se embasadas no neoconservadorismo e no moralismo porque valem-se de julgamentos morais orientados por valores tradicionais e que são tomados como verdades absolutas sem abrir espaço para o diálogo, a reflexão, crítica, investigação, aceitação ou mudança.

É muito comum nessas atitudes, como explica Yamamoto (2013, p. 16), a “subjetivação das necessidades sociais dos sujeitos”, isto é, a explicação e fundamentação das condições de pobreza e miserabilidade enquanto déficit de cultura, educação ou saúde psicológica dos indivíduos.

Barroco (2001) também escreve sobre uma “individualização dos problemas sociais” incorporada pelas políticas sociais na idade dos monopólios (NETTO, 2009), o que pode criar um vínculo entre os indivíduos e as instituições que viabilizam políticas e direitos sociais. De acordo com a autora, tal vínculo reproduz a alienação e cultiva espaço para a ação ideológica na medida em que direitos podem ser traduzidos como benefícios, a relação entre ambos pode ser interpretada como uma relação de dependência; o Estado e determinados governos que estão à sua frente podem ser vistos apenas como “bonzinhos”; e os indivíduos que vivenciam e internalizam a condição de subalternos a eles atribuída podem não se reconhecer como sujeitos de direitos, ao contrário, sentem-se culpados pela situação em que se encontram e que os leva aos serviços públicos ou de filantropia social, como aponta a pesquisa de Yazbek (2009).

Não podemos esquecer que esse olhar e tratamento moralizante dado à questão social se deve, em grande parte, pela importância que a moral assume no neoliberalismo e a apropriação que o neoconservadorismo faz disso. O antiestatismo e o foco no indivíduo tratado como sua “própria empresa”, a “empresa de si mesmo”, o egoísmo próprio das relações de mercado e a noção de “Estado empresa” que se colocam como problemas nos dias de hoje (DARDOT; LAVAL, 2016), levam a uma abordagem da complexa realidade da questão social simplista e reduzida aos modos de comportamento e subjetividade humana, focada na crítica a uma determinada classe social. O que nos revela ainda o acentuamento das diferenças e antagonismos de classes no atual contexto. Essa lógica se reflete nas políticas sociais e no senso comum ela se reproduz por meio de preconceitos e discriminação social.

Portanto, do desenvolvimento da fase monopolista do capitalismo até os dias atuais, entre avanços e retrocessos, o que temos são olhares/posturas descontextualizados e fragmentados sobre a questão social, o que não raramente culmina na moralização da questão social.

Siqueira (2013, p. 188) analisa ainda que, em geral, nesses casos, as causas da pobreza são concebidas como “opção pessoal”, “disfunção”, “desajuste”, “patologia” de indivíduos e grupos ou “déficit” no que se refere a capacidades. Segundo a autora:

Com este entendimento das causas, apresentam-se as seguintes formas de *enfrentamento*: o higienismo, educação e “refuncionalização”, adaptação (ou ajustamento corretivo) e “*inclusão social*”. A solução da pobreza mediante a “*autoajuda*” e “*religião*”. O combate à pobreza mediante a “*criminalização da pobreza*” (grifos do original).

Assim sendo, as explicações e respostas dadas à questão social em nosso país, pelos setores dominantes, a sociedade em geral e o próprio Estado, sofrem influência de várias teorias e correntes de pensamento, entre elas, o evolucionismo, o darwinismo social, o catolicismo, o neoliberalismo, o marxismo, o arianismo, entre outras correntes (IANNI, 2004).

A moralização da questão social decorre das relações de classe e disputas ideológicas existentes em nosso país e da ênfase dada à moral como fundamento da sociedade. O neoconservadorismo se apoia nessa concepção e suas ideias ganham força e materialidade nessa direção, enquanto projeto de sociedade.

O conservadorismo moral reafirma e defende a continuidade de determinados valores, costumes, hábitos e comportamentos relativos à tradição. Baseados nas experiências do passado, em sua continuidade ao longo de gerações, na realidade empírica, na sua institucionalização, tais princípios e valores ganham *status* de verdadeiros e absolutos (BARROCO, 2016b). Portanto, portadores de uma sabedoria e validade ancestrais, sobre os quais os homens não precisam interferir, se não quiserem “problemas”. Sob essa perspectiva, valorizam-se, então, a ordem, hierarquia, a autoridade, a família tradicional, propriedade, a própria tradição, entre outros.

A reforma moral é, portanto, uma propositura central, dentro do neoconservadorismo, tendo em vista a sua função ideológica e integradora (BARROCO, 2010), conforme já mencionamos. Ao contrário do que afirmam intelectuais do neoconservadorismo, este configura-se, sim, como uma ideologia, o que torna as propostas de reforma moral extremamente funcionais à função ideológica do neoconservadorismo, já que as mudanças nos

campos subjetivo e individual, na esfera dos comportamentos, ideias e atitudes, são bastante eficazes, quando não convém modificar a estrutura social que gera a necessidade destas.

Vimos que, autores neoconservadores, como Kirk (2014), explicam a moral sob a perspectiva de uma função central na sociedade: a ordem. É sob tal perspectiva que o neoconservadorismo avalia todas as tentativas já existentes de serem construídas novas formas de sociabilidade. Isso porque a experiência e o tempo têm mostrado que tais verdades morais são permanentes e dão a garantia de um ordenamento social em que os homens possam conviver; o contrário disso só pode desestabilizar o que já vem dando certo, ou, ainda, piorar o que não está tão bom assim.

Assim, compreendemos a moralização da questão social como, primeiramente, uma expressão da luta de classes. Conforme discutido, é uma resposta conservadora ao acirramento das contradições sociais e dos conflitos delas decorrentes.

Há um projeto político, por trás de sua operacionalização, que valoriza a tradição, hierarquia, o poder institucional e, sobretudo, a ordem. Ao fazer isso, desvaloriza ou nega todos os princípios, as ideias, ações, que fogem a um sistema, organização, ou modos de ser previamente estabelecidos, e que garantem dada estabilidade/segurança. Como exemplo, podemos citar valores como a liberdade, democracia, igualdade, razão, entre outros. As tão temidas desestabilização/ insegurança/ desordem, no plano da questão social, têm se manifestado, historicamente, por meio de reivindicações populares e dos trabalhadores, dos movimentos de cunho socialista e das conquistas democrático-populares.

CAPÍTULO 4- BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA - OPINIÕES E COMENTÁRIOS NAS MÍDIAS SOCIAIS VIRTUAIS

No presente capítulo, apresentamos os dados coletados e sua análise com o intuito de demonstrar que a expansão, o maior investimento na divulgação e no financiamento de programas de transferência de renda no Brasil, como o PBF, motivaram o revigoramento de uma expressão particular do neoconservadorismo na sociedade brasileira: o conservadorismo moral, que culpabiliza pessoas pobres por sua situação de pobreza. Expressão esta do neoconservadorismo, que reforça o ocultamento da complexidade das reais causas da pobreza e que, muitos estudos e pesquisas sobre a questão social no Serviço Social brasileiro e em outras áreas de conhecimento, buscam desvelar.

A hipótese da nossa pesquisa é a de que, muitas opiniões contrárias ao PBF e sua expansão, fundamentam-se em aspectos moralistas, que definem percepções sobre a pobreza no Brasil, esta aqui compreendida como uma das manifestações da questão social. A partir daí, buscamos identificar e analisar criticamente esses fundamentos morais.

Os aspectos moralistas investigados referem-se aos conteúdos das opiniões implícitas ou explícitas em figuras, algumas com textos, disponíveis em *blogs* para compartilhamento nas redes sociais virtuais, acerca do que se supõe sobre o perfil de beneficiários/as do PBF, o que se entende por suas atitudes e comportamentos.

Avaliamos que tais opiniões se distanciam da crítica aos objetivos, à metodologia, aos resultados ou ao grau de efetividade de programas como esse, recaindo assim sobre os indivíduos de uma dada classe social e condição socioeconômica e cultural, o que configura a tão presente discriminação de classe em nosso país. Para nós, essa é uma antiga e recorrente face do preconceito social praticado no Brasil, a qual assume formas contemporâneas e encontra canais de expressão peculiares na sociedade atual.

Os materiais coletados e suas respectivas análises foram distribuídos nas seguintes categorias: (A) “Ignorantes políticos”/ “Manipulados”/ “Tutelados” e “Dependentes” do Estado; (B) “Mães Irresponsáveis”/ “Negligentes”; (C) “Vagabundos”/ “Acomodados”.

4.1 Categoria (A): “Ignorantes Políticos”/ “Manipulados” / “Tutelados” e “Dependentes” do Estado

Muitas pessoas que se declaram e se manifestam contrárias ao PBF e sua expansão, canalizam tais críticas à forma de governar do Partido dos Trabalhadores (PT), nos últimos anos à frente da Presidência da República, no Brasil (Lula 2003-2011; Dilma 2011-2016). As Figuras 1, 3, 4, 6 e 8 manifestam explicitamente esse tipo de opinião, enquanto que as demais figuras e textos apresentados expõem posições desfavoráveis às medidas implementadas por esses governos, sobretudo, as assistenciais.

Passemos, então, à apresentação e análise do primeiro conjunto de dados coletados nos quais identificamos, principalmente, a referência a valores neoconservadores como a autoridade e hierarquia, entre outros.

Figura 1 – Fim do bolsa família



Fonte: Frank, 22 maio 2013. Disponível em: <http://visaonorte.blogspot.com/2013/05/sobre-os-boatos-do-fim-do-programa.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 2 – Manifestações 2013/Eleições 2014



Fonte: Autoria não identificada, 14 set. 2014. Disponível em: <http://vitimasdoins.blogspot.com/2014/09/ainda-tratam-os-brasileiros-como-burros.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 3 – Curral eleitoral



Fonte: Autoria não identificada, 30 set. 2014. Disponível em: <http://www.jagostinho.com.br/2014/09/30/sponholz-o-curral-eleitoral-do-pt/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 4 – Governo vai financiar eletrodomésticos



Fonte: Pelicano, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://blogdobarbosa.jor.br/charge-pelicano-no-bom-dia-sp-242/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 5 – Boato do fim do bolsa família



Fonte: SFlávio, 28 maio 2013. Disponível em: <http://wwwcamacarimagazine.blogspot.com/2013/05/piada-bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 6 – Reajuste para o programa bolsa família



Fonte: Simanca, 26 jun. 2008. Disponível em: <http://maryvillano.blogspot.com/2008/06/reajuste-para-o-programa-bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

O texto que acompanha a Figura 7 faz referência ao governo “corrupto” que quer se manter no poder e, para isso, faz uso do Programa Bolsa Família como “moeda de troca” por votos (fenômeno que conhecemos como “voto de cabresto”), às “práticas assistencialistas” desse mesmo governo e, principalmente, à “pré-disposição” das classes populares, representadas por beneficiários/as do programa, à “acomodação”, à “vagabundagem”, à “repulsa ao trabalho” e à “manipulação política”.

Figura 7 – Voto de cabresto



Bolsa família seria de grande valia, caso servisse realmente para acolher aos desvalidos e impulsionando-os para uma vida um pouco melhor...

Em minha opinião se o povo não fosse tão acomodado e o governo não fosse tão corrupto o bolsa família não serviria para deixar o povo no cabresto e vagabundo como tem sido, e sim um incentivo na vida do cidadão brasileiro.

Vejo pelo lado daqueles que realmente necessitam de ajuda, como os idosos que não podem mais trabalhar, os deficientes que a sua maioria são excluídos da sociedade.

Para o restante do povo o governo deveria incentivar ao trabalho, e para aqueles que trabalham e ganham até um salário mínimo, sim uma bolsa auxílio a título de bônus por estar trabalhando.

Aqui o bolsa família, vulgo esmola é totalmente ao contrário do que deveria ser...se o cidadão cogitar a ideia de trabalhar perde o tão sonhado “pila de graça”. Isso significa que o governo quer mais é que o povo fique totalmente dependente desta moleza...

A prova maior de que o Brasil é um país de miseráveis foi o pânico que gerou o boato do fim da bolsa miséria . Segundo o governo assistencialista, os miseráveis já saíram da miséria através dos seus mirabolantes cálculos, segundo tabela do governo o cidadão que ganhar entre R\$ 291,00 à R\$ 1.019 já será considerado cidadão da classe média.(Meu Deus..).

Enquanto na tabela da fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) o valor acima citado se enquadra na classe (E)

O site abaixo conta direitinho à história das tabelas:

<http://www.coover.com.br/index.php/ultimas-noticias/3464-a-piada-do-seculo-segundo-os-sacripantas-petralhas-quem-ganha-de-r-29100-a-r-101900-mes-e-cl>

Segundo a presidenta Dilma a classe média brasileira chegará a 60% da população em 2018.

Então... Porquê o boato que a população ficaria órfão do assistencialismo gerou um verdadeiro pânico?

Ficou claro que a genial ferramenta política criada para um fim, teve grande mudança no meio do caminho, transformada em moeda de troca (bolsa x voto) reduzindo milhões de pessoas a dependência de migalhas oficiais... e mais claro ainda ficou para o governo a certeza da força que tem!!!!

Agora convenhamos que essa história da antecipação do pagamento do bolsa família antes do boato, está muito mal contada, antes a antecipação do pagamento havia sido negada pelo governo, mas um dia antes do boato, o governo libera... hummmm, difícil entender!!!! Esse é meu ponto de vista!

Fonte: Autoria não identificada, 25 maio 2013. Disponível em: <http://arquivobczm.blogspot.com/2013/05/bolsa-familiaponto-de-vista.html>. Acesso em: 29 jan. 2016.

A próxima figura também é acompanhada por texto, de autoria do blogueiro pesquisado.

Figura 8 – Estrangeiros terão direito ao bolsa família



SÃO PAULO – ESTRANGEIROS TERÃO DIREITO AO BOLSA FAMÍLIA.

Começaram a ser cadastrados nesta segunda-feira (08) na capital paulista, estrangeiros que querem acessar benefícios sociais governamentais, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Até sexta-feira (12), a inscrição no Cadastro Único ocorre no Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes do governo municipal.

A ação faz parte do 2º Festival de Direitos Humanos, mas, depois desta semana, o cadastro continuará disponível nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A prefeitura avalia que a medida pode auxiliar no combate ao trabalho escravo, pois atenderá, sobretudo, a pessoas em situação de vulnerabilidade. “Essa iniciativa tem também o caráter de divulgação e de informação aos imigrantes. O acesso aos programas sociais é um direito deles. Estamos fazendo uma ação de fortalecimento para essa população”, explica a coordenadora adjunta de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo, Camila Baraldi.

A secretaria estima em 370 mil o número de imigrantes regulares na cidade, mas o total de estrangeiros pode chegar a 1 milhão. Segundo Camila, a inclusão no Cadastro Único baseia-se no Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980), que, no Artigo 95, diz: “o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros”.

Concluído o cadastro, os dados dos imigrantes serão enviados ao Ministério de Desenvolvimento Social, no qual eles terão o perfil avaliado.

No Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes, além da inscrição no CadÚnico – serviço que está sendo oferecido somente nesta semana – os estrangeiros que buscam uma nova vida no Brasil encontram intermediação para trabalho, informações sobre regularização migratória, documentação e cursos de qualificação e de português, além de acesso aos serviços públicos municipais. No centro, eles podem obter ainda orientação jurídica, feita por profissionais especializados na questão migratória, e apoio psicológico.

O atendimento é feito por imigrantes de sete nacionalidades, que oferecem informações em seis línguas: inglês, espanhol, português, árabe, francês e creole, as duas línguas oficiais do Haiti. Já imaginou se os Brasileiros fossem tratados assim em outros países?

Fonte: Thiago, 9 dez. 2014. Disponível em: http://radioturmalina.blogspot.com/2014/12/sao-paulo-estrangeiros-terao-direito-ao_9.html. Acesso em: 02 fev. 2016.

Para analisarmos os dados acima expostos, devemos mais uma vez ressaltar que não é nossa intenção, nesta pesquisa, fazer um balanço dos governos do PT à frente da Presidência da República no Brasil ou da efetividade e das polêmicas em torno de um programa de transferência de renda abrangente como é o PBF. Propusemo-nos aqui a refletir sobre os julgamentos, a estereotipização, a discriminação social, a criminalização e a responsabilização da população pobre por sua condição de pobreza que acompanham as críticas ao partido e às gestões de Lula e Dilma, nos últimos anos.

Começamos então a análise sobre esse primeiro elemento pontuado acima: o consentimento das classes populares, fundamentalmente, de beneficiários/as do PBF, com o clientelismo e coronelismo dos governos Lula e Dilma. Cabem aqui algumas observações levantadas a partir de um breve panorama sobre a conjuntura política na qual teve origem e vem se desenvolvendo o PBF e as reações ao seu público usuário.

De fato, o PBF foi o “carro-chefe” da propaganda política dos governos do PT, na Presidência da República e nas gestões de vários municípios brasileiros, desde a primeira eleição de Lula, em 2002, e a criação do programa em 2003. Combinado com as medidas econômicas, que se sustentaram em três pilares principais: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas (SINGER, 2012) - medidas estas que foram

implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e mantidas pelos governos Lula e Dilma - , o lema do combate à pobreza foi escolhido por corresponder às finalidades de um projeto político, ainda que sob os limites da cidadania neoliberal e da lógica do neodesenvolvimentismo, alinhado com o que ainda restava do comprometimento do PT com as bases sociais que levaram à sua fundação.

Nesse sentido, estamos de acordo com Singer (2012) quando explica que o governo Lula fez emergir o fenômeno do “lulismo”. Portanto, as políticas de combate à pobreza implementadas em seu governo, somadas com a condução de uma política econômica ortodoxa voltada para os interesses do grande capital, foram metas de um plano político, mas também estratégias políticas adotadas pelo partido para abranger as massas.

Assim, ao alcançar o poder, o “lulismo” resultou em mudanças na correlação de forças políticas existentes naquele momento no País, as quais foram responsáveis pela expansão do apoio político e do número de votos no PT, nos últimos anos em que governou o Brasil. Segundo o autor, o lulismo:

[...] é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política *depois* da chegada de Lula ao poder. A combinação de elementos que empolga o subproletariado é a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida. (SINGER, 2012, p. 52, grifo do original).

Desse modo, sem negar os impactos positivos do PBF sobre as condições de vida de muitas famílias em situação de pobreza, além das inovações e aperfeiçoamento que um programa desse porte agrega para o campo das políticas sociais brasileiras, no que diz respeito às metodologias, técnicas, instrumentos e toda a tecnologia social que envolve a sua implementação, a enorme proporção e dimensão que esse programa tomou no País deve-se, aos seus resultados mais imediatos e, em grande medida, a todo o *marketing* político realizado em torno dele, nas últimas gestões.

A partir disso, o PBF popularizou-se não somente entre os seus/suas beneficiários/as, mas ficou conhecido também mundialmente e entre os vários segmentos sociais no Brasil, tornando-se objeto de comentários gerais em nosso cotidiano. A mídia contribuiu bastante para essa divulgação e popularização do programa, tendo por base algo que lhe é próprio: a produção de discursos e sentidos que não são neutros, sobre o tema, qual seja, o maior programa de transferência de renda do Brasil (no que se refere ao alcance do público a quem se destina) e seus/suas beneficiários/as.

Relacionados a essa popularização e divulgação midiática do programa, estão a publicização e, até mesmo, a propagação do debate sobre a questão social em nosso País, o que abre possibilidades para as disputas ideológicas e políticas na sociedade, em alguma medida, para leituras com maior criticidade e aprofundamento, no entanto, a reprodução de discursos prontos do senso comum, análises desqualificadas e opiniões despolitizadas a respeito também surgem com força, reforçadas pelo conservadorismo. Para Manes (2011, p. 198):

O debate em torno do tema “mídia e programas sociais”, sobretudo ao se tratar do programa Bolsa Família, não acontece dissociado da análise acerca do entendimento já construído sobre a *questão social*. Tal construção, como se pode imaginar, incorpora, sem dúvida, representações sociais sobre programas e políticas sociais que circulam em abundância na mídia (elementos culturais, posicionamentos políticos, dentre outros), desenvolvidas em meio a expressões da questão social acirradas sob a égide de uma política econômica neoliberal, numa sociedade, como a brasileira, historicamente já permeada por conflitos e contradições (grifo do original).

Assim, com toda essa visibilidade, concordamos que o lançamento do PBF corroborou para a constituição das bases materiais dos votos em Lula, principalmente, no segundo turno, em 2006. Porém, partilhamos da mesma análise de Singer (2012), segundo a qual medidas que resultaram na diminuição da extrema pobreza, como a transferência de renda, representaram apenas um dos elementos de um programa de governo que vocalizou anseios, expectativas e, sobretudo, jogou estrategicamente para combater o medo de frações de classes avessas ao PT em todas as eleições anteriores.

Além de não ser o único, devemos pontuar que esse elemento representou a continuidade de uma tendência mundial no âmbito das políticas sociais de combate à pobreza que já tinha sido inaugurada no Brasil alguns anos antes do governo Lula⁵³, portanto, não se tratou de uma novidade no que dizia respeito à sua forma, talvez uma “jogada” política, mas com claros e necessários propósitos, coerentes com o programa de governo apresentado.

O medo que o PT estrategicamente combateu durante a campanha presidencial e o mandato de Lula no governo foi o medo da instabilidade econômica e política que, no entendimento dos indivíduos aí englobados, poderia ser desencadeada por posturas radicais do governo à frente da administração do País e por parte de movimentos sociais e de trabalhadores que causassem desordem social. Sobre isso, o autor explica:

⁵³ “O ano de 1995 é o marco inicial da concretização de um debate sobre Programas de Transferência de Renda, que se iniciou, no Brasil, em 1991. [...] Neste ano, são implantados programas com denominações de Renda Mínima ou Bolsa-Escola, nas cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e em Brasília (DF). Destes, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima- PGRFM de Campinas e o Programa Bolsa-Escola de Brasília transformaram-se nos modelos inspiradores e orientadores das experiências subseqüentes [...]” (SILVA *et. al.*, 2011, p. 54).

[...] os eleitores mais pobres buscariam a redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de intervenção direta do Estado, *evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem*. Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra a redução da desigualdade ou a favor desta, e sim em *como* diminuí-la. Identificada como *opção que punha a ordem em risco*, a esquerda era preterida em benefício de solução pelo alto, de uma *autoridade* constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade, (SINGER, 2012, p. 58, grifos do original).

Importa ressaltar aqui que, no imaginário popular e na mídia, as gestões Lula e Dilma são tratadas como pertencentes ao espectro da esquerda, lugar na política do qual essas gestões e uma parcela majoritária do partido foram, cada vez mais, se distanciando. Contudo, os demais elementos que constituíram as bases materiais para a reeleição de Lula como presidente do Brasil, em 2006, segundo Singer (2012), foram concretizados na forma de medidas de estabilidade econômica, entre elas, o controle dos preços, o aumento real do salário mínimo, a expansão do crédito, as medidas na área social com a expansão do PBF e outros programas sociais focalizados, entre outros elementos externos, que favoreceram o seu programa de governo, como a conjuntura econômica favorável para o Brasil, naquele momento. Esse conjunto de elementos garantiu o segundo mandato de Lula, mesmo com as denúncias e os escândalos do chamado “Mensalão”.

Quanto à influência do PBF na reeleição de Lula, consideramos, ainda, os estudos de Singer (2012) a respeito, o que pode servir também para as análises da eleição e reeleição de Dilma, que também ocorreram sobre as bases do “lulismo”. Conforme apontam os estudos consultados pelo autor, essa realidade não ocorreu de forma isolada:

Diversos estudos encontraram indícios de que o PBF teve influência nos votos recebidos por Lula em 2006. Elaine Cristina Licio e colaboradores verificaram, por meio de *survey*, “no que se refere à atitude dos beneficiários do Programa”, que entre eles “a porcentagem de voto em Lula foi cerca de 15% maior no primeiro e segundo turnos” em comparação com a obtida na média do eleitorado. Yan de Souza Carreirão associa a alta votação de Lula nas regiões Nordeste e Norte ao fato de o programa ter se concentrado naquelas áreas. Lula teve, no primeiro turno, por exemplo, cerca de 60% dos votos válidos do Nordeste e apenas 33% dos do Sul, sendo que o investimento do PBF na região nordestina foi três vezes maior do que na sulista. Em observação mais segmentada, Nicolau e Peixoto observaram que “Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do Bolsa Família”, mostrando a repercussão do programa nos chamados grotões, tipicamente o interior do Norte/Nordeste, que sempre fora tradicional território do conservadorismo. Vale notar que, de acordo com Coimbra, entre os que votaram em Lula pela primeira vez em 2006, a maioria eram mulheres de renda baixa, “o público-alvo por excelência do Bolsa Família”, pois são as mães que recebem o benefício. (SINGER, 2012, p. 64-65, grifos do original).

Singer (2012, p. 74-75) conclui citando outras pesquisas que apontam:

A meu ver a “continuidade do governo Lula com o governo FHC” na condução macroeconômica “baseada em três pilares: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas” foi uma decisão política e ideológica. A elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, a concessão de independência operacional ao BC, que teve à sua frente um deputado federal eleito pelo PSDB com autonomia para determinar a taxa de juros, e a inexistência de controle sobre a entrada e saída de capitais constituíram o meio encontrado para assegurar elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem (grifos do original).

Portanto, parecem evidentes o apelo e os impactos políticos do PBF durante o governo Lula (2003-2011), que não ocorreram de forma isolada, e sim articulados com outras diretrizes de governo, sob a lógica de um plano de governo social-democrata (também classificado como democrático e popular) e dentro das regras do jogo político-partidário brasileiro.

A política do chamado “lulismo”, com foco no combate à pobreza, sem enfrentar o grande capital, foi continuada durante o governo Dilma, 2011-2016. Alguns analistas do governo Dilma falam em uma tentativa fracassada de “ensaio desenvolvimentista”, com o objetivo de superação da crise econômica no País focada na reindustrialização e certa “distribuição de renda” projetada para ocorrer com a intervenção na política monetária, com a redução de juros, mudanças na política cambial, desonerações da indústria e políticas de combate à pobreza, como o PBF. Essa “distribuição” ou “redistribuição de renda” não ocorreu na medida das necessidades advindas da desigualdade social na sociedade brasileira e o País “afundou-se” numa crise econômica de grandes proporções no mundo e no Brasil. Sobre isso, Anderson (2016, s/p.) pontua:

Mas não houve apenas uma ausência de potencialização política das energias vindas dos subalternos. Também não existiu uma verdadeira política de redistribuição de riqueza ou de renda: a infame estrutura tributária regressiva legada de Fernando Henrique Cardoso para Lula, que penalizava os pobres e deixava os ricos intocados, foi mantida. Houve, de fato, alguma distribuição que acabou melhorando consideravelmente as condições de vida dos mais miseráveis, mas isso foi feito de forma ainda individualizada. Com o “Bolsa Família” tomando forma de recompensa para mães de filhos em idade escolar, isso era um resultado esperado. Aumentos no salário mínimo significaram também um aumento no número de trabalhadores com “carteira assinada”, o que lhes garantiria acesso aos direitos formais do emprego; mas não houve aumento, e pode ter havido até mesmo uma queda, na sindicalização. Acima de tudo, com a chegada do “crédito consignado” - os empréstimos bancários com juros altos deduzidos diretamente dos salários - o consumo privado cresceu sem amarras e às custas dos gastos com serviços públicos, cujas melhorias teriam sido uma forma mais cara de estimular a economia. A compra de eletrônicos, bens de consumo e veículos foram estimuladas (a compra de automóveis recebeu incentivos fiscais), enquanto o suprimento de água, pavimentação, ônibus eficientes, saneamento básico aceitável, escolas decentes e hospitais públicos foram negligenciados. Os bens coletivos não tinham prioridade nem ideológica e nem prática. Logo, junto com a tão necessária melhoria nas condições de vida doméstica, o consumismo em sua forma

mais deteriorada se espalhou nas camadas populares através de uma hierarquia social em que a classe média se deslumbrava, ainda que por padrões internacionais, com revistas e *shopping centers* (grifos do original).

Devemos pontuar ainda que pesquisas realizadas durante as eleições no Brasil e divulgadas pelos veículos de comunicação⁵⁴ apontavam que “quanto maior o peso do Bolsa Família no município, maior a votação de Dilma Rousseff (PT)”, em seu primeiro mandato, ao mesmo tempo em que seu eleitorado também não era pequeno em municípios nos quais o PBF era menos influente, o que significa que as motivações para o voto na então candidata não se limitavam apenas ao interesse pela continuidade do programa por parte de seus/suas beneficiários/as. A própria reportagem supramencionada admite não ser possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre o PBF e a base eleitoral do PT.

Não podemos negar que o aumento do número de votos pode ser uma consequência política de programas como o BF ou outros PTRs, independentemente do governo que esteja à frente da administração do país. Apesar do não acesso a pesquisas confiáveis que comprovem essa relação de causa e efeito entre o programa e os votos em Lula e Dilma, como destacado. Mas, ao mesmo tempo, reafirmamos as análises de Singer (2012) sobre a “multicausalidade” das vitórias nas eleições de candidatos do PT à frente do governo federal. E, mais ainda, acreditamos que os votos de beneficiários/as do PBF em governos do PT não podem ser explicados por sua “ignorância política” ou “predisposição à manipulação política” e “tutela”/“dependência” com relação ao Estado.

Sobre esse “jogo político” em torno do PBF, importa considerar que a política na democracia burguesa é feita de táticas e estratégias que visam a concretizar planos de governo construídos a partir de determinados projetos societários. Os críticos mais “rasos” dos governos do PT parecem esquecer que o espaço político brasileiro é anterior às ações e medidas tomadas por esse governo, isto é, o curso das ações políticas varia de governo a governo; depende dos contextos sócio-históricos; e, conseqüentemente, da correlação de forças existente.

Porém, há normas institucionais e “extra-institucionais” que regulam esse espaço. Estamos aqui falando das particularidades que caracterizam a política e o Estado de cada país,

⁵⁴ Coluna publicada no *blog* do Jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada “Bolsa Família é paraquedas eleitoral de Dilma no Norte/Nordeste”, de autoria de José Roberto de Toledo, em 11 out. 2010. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/bolsa-familia-e-paraquedas-eleitoral-de-dilma-no-nortenordeste/>. Acesso em: 29 set. 2018. Reportagem intitulada “Bolsa Família tem maior impacto eleitoral desde sua criação”, publicada em 13 out. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/bolsa-familia-tem-maior-impacto-eleitoral-desde-sua-criacao-13102014>. Acesso em: 29 set. 2018.

mas também de uma moralidade política que, segundo Chauí⁵⁵, é muito específica e se define por ações e pelo curso das ações que é regido sob a lógica do poder. Logo, todos esses elementos mencionados interferem na qualidade das instituições políticas e dos governos, de modo que os considerar é essencial para uma análise mais crítica.

O juízo moral dos políticos e das medidas que empregam não é suficiente para favorecer uma avaliação mais rigorosa, o que tem ocorrido com frequência nas análises políticas no Brasil, após os escândalos de corrupção do “mensalão”, durante os governos do PT. Nenhuma dessas ponderações serve para consolar a maioria dos partidários, eleitores, militantes ou simpatizantes do PT, que acreditaram numa gestão comprometida com as bandeiras da esquerda política, envolvendo a justiça e igualdade social, democracia, liberdade, entre outras. Todavia, são importantes para pensarmos numa tendência neoconservadora, no campo da política, que é a substituição da política pela moral⁵⁶. De acordo com Wolff (2007, p. 76-77):

Na política nacional também constatamos essa mesma invasão do critério moral: julga-se a política de um Estado ou de um governo não pelos seus sucessos ou fracassos políticos, mas pela moral individual de seus dirigentes. Em vez de julgar a justiça social de uma política, julga-se a honestidade dos políticos. Em vez de proclamar que é preciso lutar por causas políticas, mobiliza-se contra a corrupção dos costumes dos dirigentes, contra os vícios dos políticos, como, por exemplo, a corrupção. É verdade que é intolerável que políticos enriqueçam pessoalmente em detrimento da coletividade. Mas observemos duas coisas: por um lado, a conduta moral dos homens não pode constituir sozinha o critério do valor de uma política, como se fosse a única coisa que contasse. É precisamente o que sempre tentaram fazer acreditar as campanhas de opinião fascistas, ou pelo menos populistas: “Moralizemos a vida pública!”, “São todos podres!”, “São todos vendidos!”. Por outro lado, a resposta contra a corrupção não pode ser somente a condenação moral dos homens, mas sim uma resposta política. Enfim, existe um terceiro sintoma da maneira como a moral faz com que se esqueça a política. O único critério para julgar é o mal (em vez do bem), julga-se a virtude dos homens e não o valor de um projeto ou a eficácia de uma ação- mas me parece também, como se não bastasse, que reina nas sociedades democráticas cada vez mais uma ideologia do “tudo é moral”, que substituiu o “tudo é político” dos anos 1960 (grifos do original).

Baseando-se nisso, compreendemos que há um julgamento moral desqualificado e tendencioso, sobre os governos do PT, disseminado entre as pessoas que analisam o valor da política com base em um critério principal: a conduta moral de governantes, desassociada dos

⁵⁵ Coluna publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 maio 2001, intitulada “Acerca da moralidade pública”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2405200109.htm>. Acesso em: 24 nov. 2015.

⁵⁶ Como referencial para essa reflexão, utilizamos os debates nos encontros do NEPEDH, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Lucia S. Barroco, no segundo semestre de 2015, quando estudamos e pesquisamos o tema “Ética e Política- Polêmicas e Contradições”.

contextos político, econômico, social e cultural, em que a política se desenrola e os caminhos contraditórios trilhados para a construção e efetivação de projetos de sociedade.

Ademais, as respostas de parte da população brasileira a esse recente quadro conjuntural político, inclusive por parte das instituições e até mesmo de setores da esquerda, foram de condenação moral dos governantes e não das respostas políticas. No caso de segmentos sociais que expressam opiniões como as aqui representadas nos dados coletados, além de não responderem politicamente aos problemas políticos, condenam medidas governamentais específicas, como é o caso do PBF, as quais destoam do que tomam como referência para uma “boa” política ou ações políticas eficazes.

Não se trata de mera indignação, ou oposição política, as raízes dessa condenação, e o modo como tem se apresentado entre nós pode ser buscado em aspectos neoconservadores adotados na leitura e interpretação da questão social, bem como sobre as medidas para o seu enfrentamento. Não é por acaso que isso ocorre, visto que a transferência monetária de recursos estatais para a população mais empobrecida faz emergir um embate de valores. É como se a renda transferida pelo Estado desmoralizasse o cidadão e os/as próprios/as beneficiários/as assim se sentem (YAZBEK, 2009). Por ser considerado como indigno, esse recebimento, a transferência monetária governamental, por parte dos/as beneficiários/as, é imediatamente relacionada com o paternalismo, clientelismo.

Os dados coletados parecem confluir para uma mesma impressão: a de que o PBF consiste em uma medida de governo, com certo grau de importância, mas que, em sua essência, é marcado por práticas coronelistas, historicamente mantidas nas relações sociais no Brasil. Estão pressupostos e visivelmente representados nas figuras e escritos nos textos que as acompanham, a total despolitização, a falta de consciência política, a apatia para com a sua própria condição e a situação do País, a predisposição à manipulação política e, até mesmo, o egoísmo de buscar atender apenas benefícios e interesses próprios, conforme já destacamos, por parte dos/as beneficiários/as do programa.

Compreendemos que tais opiniões, por serem próprias do senso comum e produto do mundo material em que vivemos, gerador de um processo de alienação/estranhamento que se espalha pelas várias esferas da reprodução social da vida, exprimem uma visão deturpada da realidade. Tal visão e entendimento são empobrecidos não somente pelo fato de que não procuram chegar à essência dos fatos que se apresentam aos olhos, por meio de uma análise que tome a totalidade social como ponto de partida, mas também pelos seus resultados, que implicam a desvalorização, depreciação e, até mesmo, ódio ao outro, típicos das atitudes

movidas por preconceitos e discriminação, que aumentam na mesma medida em que o cenário de desumanização na sociedade em que vivemos se intensifica.

Contudo, há uma ideologia que age no sentido de fortalecer e direcionar tais opiniões. Uma de suas expressões é o conservadorismo moral, transmitido nos espaços de socialização, nas instituições, na mídia, entre outros, e na mídia virtual, que é o nosso campo de pesquisa. Analisaremos, a seguir, alguns dos fundamentos dessa ideologia que pudemos identificar.

Sabemos que o coronelismo é um fenômeno ainda muito comum, que ocorre no Brasil afora, conforme já citamos em capítulo anterior. Por ter suas raízes na desigual estrutura agrária brasileira, ocorre com acentuada frequência na zona rural e nos territórios com maiores índices de pobreza. Fato este que levou parte da opinião pública a se voltar contra os nordestinos e a reagir com discriminação e violência nas redes sociais em relação aos moradores e eleitores da Região Nordeste, mais especificamente, durante a eleição e reeleição de Dilma, em 2010 e 2014, respectivamente⁵⁷, e nas eleições de 2018⁵⁸.

Movimentos separatistas da Região Sul ganharam força e comentários discriminatórios sobre a população nordestina multiplicaram-se ainda mais entre os cidadãos. Entre os principais alvos dos ataques, estavam beneficiários/as do PBF que, em grande parte, são nordestinos, já que se trata de uma região muito extensa e pobre. Jornalistas, populares na grande mídia, como Reinaldo Azevedo, enfatizaram o forte apelo eleitoreiro do PBF que beneficiou o PT nas disputas eleitorais⁵⁹; esse tipo de afirmação logo se traduziu em associações automáticas com as práticas de coronelismo, por parte do senso comum e dos neoconservadores de plantão.

Se, por um lado, as bases eleitorais do Nordeste são importantes e disputadas por todos os partidos políticos, no Brasil, o uso “eleitoreiro” de programas sociais é uma realidade entre esses mesmos vários partidos que disputam as eleições no País desde a sua criação⁶⁰, o que não

⁵⁷ Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada “Após reeleição de Dilma, eleitores do Nordeste são atacados nas redes sociais”, de 26 out. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-reeleicao-de-dilma-eleitores-do-nordeste-sao-atacados-nas-redes-sociais,1583393>. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁵⁸ Reportagem publicada no *site* de notícias Correio, da Bahia. Intitulada “Nordeste volta a ser alvo de xenofobia no segundo turno; denuncie”, de 28 out. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nordeste-volta-a-ser-alvo-de-xenofobia-no-segundo-turno-denuncie/>. Acesso em: 13 jan. 2019.

⁵⁹ Coluna publicada no *blog* Reinaldo Azevedo, da revista *Veja*, intitulada “O Bolsa Família e os ‘vagabundos’ de Lula, que não plantavam mais macaxeira”, de 13 jan. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/obolsafamiliaeosvagabundosdelulaquenaoplantammaismacaxeira/>. Acesso em: 7 jul. 2016.

⁶⁰ Os programas de transferência de renda foram instituídos, em âmbito federal, na segunda metade do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na época, o programa de transferência de renda do governo federal era o Bolsa Escola. O candidato à sucessão presidencial do PSDB, José Serra, “[...] recebeu, em média, 0,17 ponto percentual a mais em sua votação para cada ponto porcentual adicional de cobertura daquele programa” (Reportagem intitulada “Bolsa Família tem maior impacto eleitoral desde sua criação”, publicada em 13 out.

foge às regras institucionalizadas do jogo político em nosso país. Por outro lado, interpretar tal fato como prática coronelista é uma análise superficial e imediatista, por desconsiderar que esse é um fenômeno mais complexo do que a propaganda política de programas de governo e a inclusão de pessoas em Programas de Transferência de Renda (PTRs) que, inclusive, estão instituídos por lei e regulamentados pela política pública de assistência social.

O “voto de cabresto” é uma das manifestações do coronelismo, e constitui-se de complexa trama de relações explorada por meio da tradição de mando e obediência e para controlar as massas populares, anterior à instituição do sufrágio universal e muito frequente até o período republicano no Brasil, de modo que passou e tem passado por várias mutações, ao longo do tempo (SANTOS, 2012).

Tal fenômeno intensifica-se com o aprofundamento das desigualdades sociais, porque é o “estado de pobreza, ignorância e abandono” nas regiões mais interioranas do Brasil que cria as condições propícias para o desenvolvimento de “feudos políticos” e de relações entre “chefes locais” e “roceiros” que se sustentam na hierarquia e “benfeitorias” (LEAL, 2012). Os “favores” prestados por esses coronéis aos agricultores/trabalhadores rurais vão desde a “compra fiada em seus armazéns para pagar com a colheita”, até o empréstimo de dinheiro, o emprego em suas terras/negócios/fazendas, ou até mesmo o atendimento isolado de necessidades que deveria ser viabilizado para todos por meio de políticas públicas básicas, como a saúde, educação, alimentação, moradia, transporte, etc.

Essa prestação de “favores” estabelece vínculos de fidelidade e subordinação, por parte da população mais empobrecida, inclusive no plano político. O chamado “voto de cabresto” é o voto dessa população (liderada pelos coronéis) nos próprios coronéis, que já são chefes políticos municipais, ou nos candidatos/chefes políticos aliados e indicados por esses coronéis (LEAL, 2012).

Enfim, as práticas coronelistas expressam “[...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 2012, p. 23) em um país que não rompeu totalmente com as formas

2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/bolsa-familia-tem-maior-impacto-eleitoral-desde-sua-criacao-13102014>. Acesso em: 29 set. 2018). Em 2013, o então senador mineiro e presidente do PSDB, Aécio Neves, protocolou um projeto de lei que visa incorporar o Bolsa Família à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) (Reportagem “PSDB propõe tornar Bolsa Família ‘política de Estado’”, publicada em 30 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/psdb-propoe-tornar-bolsa-familia-permanente.html>. Acesso em: 14 jan. 2019). Nas eleições de 2018, todos os candidatos de todos os partidos políticos, além de Fernando Haddad (PT), colocaram-se a favor do Programa Bolsa Família (“Eleições 2018: o que os candidatos pensam sobre os programas sociais”, publicada em 21 set. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-o-que-os-candidatos-pensam-sobre-programas-sociais/>. Acesso em: 14 jan. 2019).

sociais herdadas do período de colonização e escravidão (FERNANDES, 1981) e que, por isso, as relações entre as classes sociais são muito peculiares, já que refletem tais marcas históricas do processo de formação e transformações da sociedade brasileira. Algumas das particularidades dessas relações são as suas bases autoritárias e hierárquicas muito fortes, que fazem da relação entre Estado e sociedade civil uma relação muito frágil em termos democráticos.

Isso porque, entre outras coisas, as relações entre desiguais no Brasil são marcadas por nítida e violenta diferenciação entre superiores e inferiores, pela ausência do reconhecimento da alteridade, de modo que as relações de respeito e preocupação com o outro se reproduzem sob a forma do favor, da clientela, cooptação, opressão e discriminação (CHAUÍ, 2013).

Conforme já apontamos em capítulo anterior, essa forma social espraia-se para a esfera política e, além do privado prevalecer sobre o público, na forma de atitudes patrimonialistas com o bem público, a igualdade formal enfrenta resistências para ser operacionalizada, de maneira que os sujeitos de direitos não são tratados como tal, favorecendo assim relações muito próximas de algo como as vinculações de parentesco, como é o caso das relações coronelistas.

Em vista disso, compreendemos que, apesar de eventos localizados de influência política mais direta de representantes governamentais ou outras autoridades políticas nos municípios sobre eleitores beneficiários/as do Programa Bolsa Família⁶¹, caracterizando assim os fenômenos do coronelismo e “voto de cabresto”, as análises e avaliações sobre o PTR em si não podem tomar como elemento primordial a prestação de “favores” dos governos Lula e Dilma que estariam por trás dessa medida governamental. Até porque a concessão da transferência de renda por meio de programas sociais não pode ser considerada um favor.

Como exposto, fazemos a crítica ao “campo fértil” para o clientelismo, que a priorização de políticas sociais focalizadas no enfrentamento da questão social pode fazer nascer, como analisa Santos (2012) e, no caso do PBF, há um agravante. Ou seja, seu público é constituído por pessoas em situação de pobreza extrema, em grandes e pequenos municípios, nos quais a inexistência de políticas públicas é uma realidade, o que pode fazer com que a repercussão política do programa, em termos de votos, seja expressiva e vantajosa para os governos que o implantaram e utilizaram como propaganda e estratégia de governo. Contudo,

⁶¹ Reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 set 2008, intitulada “Bolsa Família sustenta novo voto de cabresto no Nordeste”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2409200802.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

essa crítica não é o mesmo que negar a importância ou validade dos PTRs em um país como o Brasil, conforme a própria autora pondera. Também não é o mesmo que reduzir o programa a uma medida clientelista ou coronelista. Mais ainda, não é o mesmo que culpabilizar as famílias mais empobrecidas pela manutenção dessa cultura.

Ocorre que, quando o ponto de vista é limitado por preconceitos, nesse caso, com relação às pessoas pobres e a um governo que se autodenomina popular, outros determinantes que incidem sobre a questão não são considerados. Além disso, a ideologia neoconservadora constrói e alimenta todo um imaginário de povo, do que vem a ser os pobres; e isso ocorre há séculos.

Tal imaginário é passado, ao longo de nossas vidas, até o momento em que decidimos romper com ele, quando há condições mínimas para assim fazer. Da mesma forma, valores referentes ao que é sobreviver com dignidade, “vencer na vida”, ao exercício político e de cidadania, são por nós apreendidos no cotidiano como verdades absolutas e como naturais a todos os homens e situações, de modo que é muito difícil romper com isso.

As opiniões acima apresentadas sobre beneficiários/as do PBF evidenciam menosprezo/ desvalorização das ações, posicionamento e participação política da população mais empobrecida. Nas Figuras 2 e 7, pessoas beneficiárias do programa chegam a ser caricaturadas como seres não pensantes, comparados com animais, como burros e cavalos.

Do mesmo conjunto de ideias que expressa a insatisfação com a atual situação do País, nasce também uma fala bastante frequente, segundo a qual a sua “má administração” deve-se a essa mesma “ignorância política” da qual parcelas da população mais empobrecidas sofrem. Estas são acusadas de não saber votar e não escolher adequadamente seus governantes.

Esse julgamento das atividades políticas exercidas pela população mais empobrecida e do comportamento político dessa mesma população responsabilizando-a pelo grave quadro da questão social no País nos revela uma análise bastante parcial. Concordamos que a política representativa depende, na democracia burguesa, do voto dos cidadãos com base no conhecimento das propostas políticas apresentadas; o bom andamento da política institucional depende também do acompanhamento das decisões políticas tomadas pelos representantes eleitos pelo povo; assim como da expansão da participação popular nas várias esferas da vida, para além das instâncias representativas desse tipo de política.

Entretanto, tais atitudes, que fazem dos indivíduos “cidadãos” nessa sociedade, se desenrolam conforme as particularidades socio-históricas do nosso país e do nosso povo.

Portanto, concordamos que a prática eleitoral é um exercício político extremamente importante, que pode ser realizada num sentido não apenas civilizatório, mas também emancipatório⁶².

No entanto, estudiosos apontam que, para além dos problemas decorrentes de uma cultura e vida políticas “viciadas” e empobrecidas, como ocorrem no Brasil, o fato é que vivenciamos uma crise da democracia burguesa, em nível mundial, assunto abordado em capítulos anteriores desta tese.

Assim, há uma multiplicidade de razões que explicam a atual situação política no mundo e no Brasil, e muitas vezes a leitura da conjuntura política nacional é feita de maneira isolada, sem relacioná-la com o contexto mundial e desconsiderando a inserção do nosso País nesse cenário e a sua relação de dependência com o capital estrangeiro de países mais desenvolvidos, circunstância somada a vários outros fatores, que influenciam diretamente a conjuntura política nacional.

Daí, fica evidente uma percepção de “elitização da política”, implícita nessas mensagens que são compartilhadas nas mídias sociais virtuais e que, historicamente, se faz presente nas relações sociais, e exclui segmentos mais empobrecidos da vida política institucional. Tal visão elitizada leva a situações, como, por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais, expressão da limitação e do arruinamento do exercício democrático que vivenciamos nos dias atuais, além da exclusão da classe trabalhadora dos espaços políticos, e, com isso, desconsidera/anula o potencial político inerente ao ser social e, em última instância, o “potencial revolucionário” da classe trabalhadora, reduzindo-o a nada e enfraquecendo-o ainda mais.

Essa realidade desdobra-se, reforçando relações de dominação e a posição de subalternidade atribuída e vivida pelas pessoas mais “pobres”. Fica subentendido que há uma divisão praticamente natural na sociedade entre os que mandam e os que obedecem; os que administram e os que são administrados; os que governam e os que são governados; entre os que estão aptos para participar da gestão da sociedade e os que não estão aptos para participar dessa gestão, mesmo que essa participação seja por meio do sistema representativo, isto é, da escolha de representantes pelo voto. Há, então, um elemento neoconservador importante que se destaca nessas análises que é a visão hierárquica e, conseqüentemente, antidemocrática de sociedade.

⁶² “A práxis política é uma das atividades que possibilitam responder coletivamente aos conflitos sociais, destacando-se, também, da vida cotidiana. É uma atividade que supõe a interação entre os homens e objetiva uma transformação social, ‘seja de manutenção ou destruição do existente’ (Lukács, 1981b: XLIV)” (BARROCO, 2001, p. 49).

No que se refere aos fundamentos do conservadorismo moral nesse tipo de opinião sobre beneficiários/as do PBF, fica evidente o repúdio a atitudes dessas pessoas que, analisadas sob o ponto de vista da moral dominante, são rotuladas como “venda” de votos, que exprime uma “desonestidade inata”, a busca por programas assistenciais para sobreviver, que caracteriza “indignidade”, opção pela proteção/ “dependência” do Estado, que demonstra “fraqueza”.

Isso está relacionado com outro ponto importante que identificamos nos dados coletados: a anulação da condição de sujeitos de direitos das pessoas pobres que se manifesta na oposição a políticas de “inclusão social”.

Para a mente neoconservadora, a atual crise que vivenciamos se explica não só pelo fracasso de ideologias mais emancipatórias que o mundo experimentou na prática, mas também pela falência dos sistemas políticos democráticos na sociedade moderna, pela “tirania” e pelo “autoritarismo” que, segundo os neoconservadores, são típicos dos modelos políticos democráticos que apostam na esperança de uma sociedade mais igualitária ou em saídas mais justas para os problemas do convívio em sociedade.

Esse é um dos pontos elementares no qual a ideologia neoconservadora se apoia para criticar o Estado de Bem-Estar Social que foi experienciado em alguns países desenvolvidos e a tentativa de implementação de um Estado Democrático de Direito no Brasil, com garantias sociais no âmbito constitucional. Mas, a crítica central aos modelos de Bem-Estar Social, Seguridade Social e, até mesmo, às políticas sociais focalizadas que temos na atualidade, crítica essa que se fundamenta no conservadorismo moral, é a de que estes podem desincentivar a iniciativa individual para a busca de trabalho e “melhorias” pessoais.

Começemos por uma breve contextualização das denominadas “políticas de inclusão social”, para demonstrar que, apesar de necessárias, sequer chegam perto de ameaçar o estado atual de coisas. Mas, lembrando que nessa discussão sobressai a visão sobre os pobres e o que se considera que são suas posturas (e que, na verdade, não são), mas que são moralmente condenáveis e “reforçadas” por programas de combate à pobreza.

Desde o final dos anos 1960, as contradições do modelo econômico capitalista mundial aprofundaram-se, assim como a barbarização da vida social e, com isso, as medidas de proteção social aos trabalhadores, até então vigentes, não foram mais suficientes para responder a esse cenário, até porque o desemprego tornou-se estrutural e a reestruturação produtiva ampliou o emprego no mercado informal de trabalho, alterando assim não só os parâmetros de regulação econômica como também de regulação social.

A onda de sucessivas crises, desde o final dos anos 1970, afetou inclusive o sistema de Bem-Estar Social nos países da Europa Ocidental em que este se desenvolveu. Desde então, as políticas de proteção social nesses países também sofreram e vêm sofrendo cortes e perdas irreparáveis. Nos países da América Latina e Caribe, como o Brasil, a política econômica de ajustes estruturais imposta por países centrais e os acordos e normativas expedidos por agências multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre as décadas de 1980 e 1990, influenciaram de forma decisiva os sistemas de proteção social nesses países que, ou inexistiam ou já eram bastante deficitários.

No caso do Brasil, como apontado, o sistema de proteção social desenvolveu-se a partir dos anos 1930 concomitantemente ao modelo econômico de substituição de importações. De modo que o novo papel do Estado exigia o uso ideológico de uma moral coerente com um projeto populista, corporativista e assistencial, como foi no governo Vargas, que reforçou a ética do trabalho e a solidariedade oriunda dessa atividade “dignificante” (BARROCO, 2001).

As políticas sociais e a política de assistência social, mais especificamente, caminharam de modo a reproduzir, em maior ou menor grau, entre avanços e retrocessos resultantes das lutas sociais, uma dada moralidade, em geral, subalternizada e alienada⁶³. É nesse campo que o conservadorismo moral age; o preconceito social cristalizado em nossa sociedade repercute no âmbito das políticas públicas; e se reflete em manifestações como as que analisamos nesta pesquisa.

Não cabe aqui situarmos o desenvolvimento dessas políticas ao longo de todos os períodos históricos do Brasil, mas cabe lembrar que as políticas sociais no Brasil, em geral, sempre tiveram um “caráter assistencial” muito forte, como apontam Sposati *et. al.* (2010). Tal característica foi e ainda é muito evidente na política de assistência social, mas alterada, ao longo dos anos, por meio de muitos enfrentamentos político-ideológicos, até alcançar o *status* de política pública, direito de qualquer pessoa que dela necessitar. Caminhava-se para mudanças na lei com reflexos na realidade prática de quem atendia e era atendido por essa política, em alguma medida, também na percepção da sociedade sobre as pessoas em situação de pobreza, que recorrem aos serviços públicos, o que por si só, não faz as diferenças necessárias.

⁶³ Sobre a institucionalização do Serviço Social, enquanto profissão, no Brasil, que também ocorre nesse período histórico, Martinelli (1995, p. 129) explica: “*Realizando a complexa tarefa de tentar conciliar o inconciliável, promovendo o ajustamento entre o capital e o trabalho, ou criando formas ideológicas de anular as reivindicações coletivas, esvaziando-as de sua “realidade política”, os assistentes sociais eram muito úteis ao sistema capitalista e muito valorizados pela burguesia. Porém, os mesmos motivos que determinavam essa grande aproximação à burguesia explicavam o distanciamento da classe trabalhadora, para a qual a face do Serviço Social era a face do poder, do capitalista, do opressor*” (grifos da autora).

E ainda que saibamos que mudanças legais e no plano institucional das políticas públicas, mesmo sendo importantes, sobretudo, no que diz respeito à disputa pelo Estado, não são suficientes para romper com as mazelas da questão social, muito menos para modificar formas de pensar ou combater ideologias como a neoconservadora. Contudo, inicia-se um processo de tentativa de instauração de uma nova racionalidade dentro da assistência social que supõe conceber tanto a política, como seus usuários, sob uma nova forma e a partir de novos valores, alguns deles aparecerão nas propostas de programas sociais de transferência de renda.

Então, durante o período da ditadura militar, no Brasil (1964-1985), ao mesmo tempo em que a perda de direitos não só sociais, como civis e políticos foi uma dura realidade, no âmbito da assistência social tivemos ampliação dos serviços acompanhada de sua burocratização e seletividade que excluía grandes parcelas da população mais empobrecida. Foi no processo de redemocratização do País, no final dos anos 1980, que a assistência social foi introduzida na Constituição Federal com enormes ganhos legais e, a partir da década de 1990, regulamentados artigos constitucionais importantes como a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, nos anos 2000, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas), entre outros.

A PNAS foi construída a partir de esforços e demandas coletivamente pensados. Após um longo processo de debates e lutas, por parte dos profissionais de Serviço Social, entidades representativas da profissão, instituições, movimentos sociais e da população, a PNAS foi aprovada no ano de 2004. A elaboração dessa política foi uma tentativa de redesenhar a assistência social brasileira visando à implementação do Suas em todos os municípios do Brasil.

A construção e aprovação da PNAS-2004 contaram com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, além dos usuários da assistência social. A versão preliminar do referido documento já havia sido discutida nos vários espaços de participação da categoria, conforme citado na PNAS-2004 (BRASIL, p. 7):

Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social- FONSEAS, do Colegiado e Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não Governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos.

Então, além de uma nova racionalidade na área e um novo modelo assistencial, com caráter público, a política de assistência social, em âmbito nacional, incorporou, entre as suas finalidades, a prestação de serviços, oferta de programas, projetos e benefícios em dois níveis de proteção social: a proteção social básica e a proteção social especial.

A partir dela, a condição da assistência social enquanto política de proteção social foi reforçada, o que significou que deve “garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção” (BRASIL, 2004, p. 11). A muitos, isso já causa um grande “incômodo social”: Como assim, receber apoio do Estado sem ter contribuído?

Essa definição de proteção social na atual política de assistência social brasileira pressupõe conhecer quem são os brasileiros que necessitam dela, quantos são e onde eles estão nesse País tão diverso. Mais ainda, para esse exame, fez-se necessária uma mudança de paradigma sobre a forma de conceber a assistência social e os seus usuários. E aí está um ponto fundamental ao qual neoconservadores reagem orientados por ideias e práticas moralistas a respeito das famílias empobrecidas: a concepção sobre essas pessoas.

Estes não negam totalmente a funcionalidade e necessidade de uma política que tem, entre os seus instrumentos de intervenção, PTRs como o PBF. Muitos são favoráveis à continuidade deles, já que se trata de um recurso político importante e complementar à economia de mercado.

No entanto, essa posição favorável, quase sempre, vem acompanhada de ponderações relativas a “melhorias” no programa que amenizem ou não estimulem condutas morais “inadequadas” de seus/suas beneficiários/as, tais como oferecer “portas de saída”; estimular o ingresso no mercado de trabalho; fazer o controle da natalidade; melhorar o acompanhamento da frequência das crianças na escola; monitorar o uso da renda transferida.

Para viabilizar a segurança social de sobrevivência (ou renda e autonomia) às pessoas que dela necessitam, os PTRs, modelo de intervenção assistencial mundialmente reconhecido e utilizado, começaram a ser experimentados pelo governo federal, no Brasil, a partir dos anos 2000. A criação e implementação de programas sociais de transferência de renda, via política de assistência social, é uma tendência mundial e nacional anterior aos mandatos de Lula e Dilma no governo federal.

De acordo com Lima *et. al.* (2014), as “políticas de inserção” passaram a substituir as “políticas de integração” do modelo keynesiano na era fordista, em países da Europa e dos Estados Unidos da América. O processo de reestruturação capitalista, que se iniciara em fins da

década de 1960, implicou mudanças no regime produtivo e também no plano social e na forma de organização do Estado (LIMA *et al.*, 2014).

O contexto mundial caminhava em direção a mudanças na área social sob influência do modelo econômico e político neoliberal. Dessa forma, a tendência à “desuniversalização” das políticas sociais teve sua expressão máxima na focalização dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC).

As características desses programas dependem, desde então, da região onde são implementados. Em alguns países da União Europeia, têm sido ofertados à população em troca de comprometimento, isto é, com a garantia de que as pessoas beneficiárias se reinsiram no mercado de trabalho (como se isso fosse só uma questão de escolha), sejam quais forem as condições empregatícias e de trabalho, é o denominado “*workfare*”. As pessoas desempregadas recebem o apoio do Estado, via transferência de renda, são requalificadas e preparadas para assumir novos empregos, que, em geral, são no terceiro setor ou em atividades de economia solidária e, desse modo, retribuem o apoio oferecido pelo Estado.

Essa tendência chega ao Brasil, em tempos e condições sociopolíticas diferentes, sob influência de uma política econômica condicionada aos ditames do capital, conforme mencionado, de modo que os PTRs, aqui, se instalam a partir do receituário neoliberal imposto pelos países desenvolvidos e que tem, entre suas metas, a erradicação da pobreza. O que se tem, portanto, é a resistência de alguns setores da sociedade, incluindo aí a própria classe trabalhadora, à implantação de medidas sociais de caráter neoliberal devido, em parte, ao atraso do nosso País no que se refere à questão democrática e, em parte, por esse conservadorismo moral que atinge as relações de classe no Brasil e, conseqüentemente, repercute no modo como a questão social é aqui tratada.

Programas de transferência de renda, como o PBF, que tem como um de seus principais objetivos o combate à pobreza, pautam-se em princípios como a “integração social” e a “discriminação positiva” voltada para a promoção da igualdade de oportunidades (LIMA *et al.*, 2014). Dentro de todo o “caldo” ideológico, moral, político do neoliberalismo que envolve o funcionamento desses programas, podem nascer e se desenvolver (é uma possibilidade) valores que são muito “caros” aos neoconservadores, como a autonomia individual e cívica (não mediada pelo trabalho); alguma forma ou “gérmen” de justiça social; uma ética da solidariedade social; até mesmo certa autonomia política por parte de beneficiários/as do PBF. A oposição a isso, no caso dos dados coletados, não parece vir da identificação de algum risco

que ameaça essa sociabilidade, mas sim da preocupação com uma “má administração” do governo, que pode agravar os “vícios” do povo, o que tanto “mal” faz ao nosso País.

O que se apresenta para a sociedade em geral é esse cenário em que a representação que se tem dos “pobres”, enquanto sujeitos “inferiores”, “egoístas”, “interesseiros”, “manipuláveis”, detentores de uma “miséria moral” (DALRYMPLE, 2014), atribui a estes “problemas” e “vícios” que são tomados como centrais na leitura e interpretação da realidade social, inclusive no tocante à esfera política e sua participação. Esses são tratados como indivíduos destituídos de capacidade para o exercício da política democrática, dignos de uma subcidadania correspondente a essa condição por eles próprios sustentada. Quem nunca ouviu a famosa frase: “Cada povo tem o governo que merece”?

O que se nota, particularmente no Brasil, não são manifestações neoconservadoras contrárias a um Estado de Bem-Estar Social, que sequer existiu no País, ou contra o ideal de igualdade, pois até mesmo o mais dos conservadores sabe o quão irreal é alcançar isso a partir de programas sociais focalizados, como o que abordamos aqui. A importância da liberdade, na concepção neoliberal, a qual diz respeito à viabilização de meios para a sobrevivência sem interferências, a não ser de determinantes externos e naturais, foi um dos principais argumentos contrários a esse modelo e, até mesmo, ao que “sobrou” disso em alguns países, na forma de programas e outros benefícios sociais.

Ampliar as liberdades, por meio da igualdade de oportunidades, pode ser um caos e não algo positivo, de acordo com a perspectiva neoconservadora. A justiça social, orientadora de programas como esses de bem-estar social, é, na perspectiva neoliberal, um mero ideal abstrato. Além disso, para neoconservadores, quanto mais se ampliam as oportunidades e diminuem as desigualdades socioeconômicas, mais crescem também as demandas por participação na vida social, incluindo a política, o que é problemático quando nem todos estão preparados para isso. Mais uma vez, o resultado seria caótico.

As teses sobre o populismo e o paternalismo que podem chegar a sociedades mais autoritárias, segundo seus defensores, é algo que pode ocorrer a partir do uso político de sistemas de justiça social e redistribuição de renda, de modo que o fim do socialismo real fortaleceu esse tipo de lógica. Essas são algumas das concepções neoliberais sobre o Estado de Bem-Estar Social que erguem as bases para o neoconservadorismo.

Entretanto, o que notamos, entre o senso comum, mais frequentemente, é um posicionamento de inadmissibilidade das pessoas que se “encostam” em políticas do Estado, mesmo que estas estejam muito aquém do que se conheceu como medidas assistenciais em

países onde o Estado de Bem-Estar Social se desenvolveu mais plenamente. Sabemos que o Estado sempre esteve muito ausente, em nossa sociedade. Isto se deve à sua formação, ao longo da história, o que reflete diretamente na constituição da sociedade civil e na configuração das relações sociais.

As elites brasileiras sempre se preocuparam mais em manter seu enriquecimento, vendendo-se para o capital estrangeiro com o suporte do Estado, sem qualquer projeto de sociedade para o País. A classe média, na sua posição, sempre esteve entre o medo de se rebaixar à classe trabalhadora e o sonho de ascender à burguesia, sentindo-se prejudicada com as medidas de governo, sobretudo, as que afetam o mercado e o consumo, além das taxas por meio de impostos.

A classe trabalhadora sempre lutou para se manter viva e sobreviver em meio a condições precárias, sem o apoio do Estado ou com sua presença inexpressiva. Compreendemos que, muito do que há nessas opiniões dos dados coletados, são ocasionadas por essa realidade e alimentadas pelo conservadorismo moral.

Por caracterizar-se como um Estado violador de direitos e que, historicamente, não oferece proteção social aos seus cidadãos, as medidas estatais protetivas, sobretudo aquelas que não têm caráter contributivo, são entendidas como prejudiciais para a sociedade como um todo e para as próprias pessoas que vivenciam situações de privação, o que torna as propostas da social-democracia inaceitáveis em países como o Brasil.

Não podemos deixar de observar também que, mesmo não se enquadrando em um governo de esquerda, o fato de um Partido dos Trabalhadores alcançar o poder, no Brasil, com toda a história que representa e a figura do “pobre” que carrega na pessoa do próprio ex-presidente Lula, já foi, por si só, motivo para uma rearticulação das forças de direita no País e, com ela, do neoconservadorismo e seu poder ideológico.

Reiteramos, então, que as percepções sobre a questão social, com um “fundo moral” trazem consequências políticas para a vida em sociedade. Essas opiniões emitidas sobre beneficiários/as do programa, mostram que, em primeiro lugar, há um ocultamento ou uma mistificação da história política do nosso País, do lugar ocupado por esses sujeitos da classe trabalhadora, enquanto atores políticos nessa história, o que explica muito do atual quadro da luta de classes no Brasil. Em segundo lugar, a desqualificação de pessoas “pobres” no exercício político de sua cidadania burguesa, por meio do voto e outras formas, revela o caráter aristocrático, elitista e hierárquico do pensamento neoconservador, portanto, antidemocrático,

que resiste à elaboração e experimentação de um projeto de sociedade que contemple vários interesses e várias formas de existir.

Partimos do pressuposto de que a participação política da classe trabalhadora pobre neste País é expressão de avanços e retrocessos sócio-históricos característicos de uma sociedade democrática muito recente, ainda em processo de amadurecimento. Porém, mais do que isso, revela marcas do modo como aqui os homens se organizam para responder a conflitos de interesses numa trama permeada por relações de poder.

Segundo Maar (1985), há uma infinidade de formas para resolver conflitos de interesses, ou seja, de formas políticas que são colocadas em prática na sociedade, criando assim condições para que os homens “interfiram, desafiem e dominem o enredo de suas próprias histórias”, explica o autor. O “voto” e a “força das armas”, o uso deliberado da violência, são algumas dessas formas construídas pelos homens para administrar a vida em sociedade.

A prática eleitoral, via política institucional, é uma das faces da política mais visível e reconhecida publicamente, portanto, objeto de mais atenção e especulação por parte do senso comum. O peso da discriminação de classe leva a percepções sobre as práticas eleitorais da classe trabalhadora mais empobrecida, sob um viés generalizador, quase sempre negativo, depreciativo e desqualificador, sem considerar as tensões e contradições que são parte desse processo e que atingem, além dos grupos mais organizados da classe trabalhadora (ZALUAR, 2000), outros segmentos da complexa estrutura de classes na qual vivemos.

Outras formas de participação que constituem essa complexa esfera da vida social, a política, são ignoradas ou menosprezadas nas análises mais imediatistas. Contudo, é importante lembrar que, mesmo com todas as dificuldades que sabemos existirem, a população tem participado tanto dos espaços institucionais, como de movimentos sociais e de trabalhadores, sindicatos, partidos, associações de bairro, manifestações e ações populares, entre outros, como é o caso do protagonismo da mulher pobre à frente da luta por creches populares, entre tantos outros exemplos (ZALUAR, 2000).

Todavia, sabemos ainda que a consciência de classe é um processo que depende de vários fatores e determinantes sócio-históricos, além de condições objetivas para se realizar, o que o contexto brasileiro atual tem demonstrado estar cada vez mais longe de acontecer.

E, para finalizar esta primeira parte da análise dos dados, deixamos a seguinte reflexão: A escolha política de beneficiários/as do BF por sua continuidade, isto é, nos governos que priorizam a continuidade de tais programas na atualidade, e respondem a suas necessidades

concretas e imediatas, tendo em vista o grave quadro de desemprego/subemprego, não expressaria uma ação política consciente, nesse sentido?

Não pretendemos aqui supor que essa realidade se relaciona com um avanço no sentido da complexa construção da consciência de classe, mas apenas apontamos um ponto de vista diferente do que os dados nos apresentam, este permeado por reducionismos e preconceitos com relação às ações e à consciência política das massas. Estamos nos referindo a uma consciência imediatista, ainda influenciada pelos processos de alienação e estranhamento. Mas uma ação e consciência política que passa a reconhecer o voto como algo relevante para interferir nas condições de vida (REGO; PINZANI, 2014). O que é diferente de interpretar esse quadro apenas sob uma perspectiva negativa e estigmatizante.

Contudo, não deixamos de lamentar a restrição das plataformas de governo aos PTRs, como o BF, enquanto eixo principal das ações governamentais, além do uso eleitoral que disso é feito, como, por exemplo, as propagandas políticas (sobre as quais discordamos) de que tais medidas podem resolver o problema da desigualdade social. Isso ocorre porque, entre outras variáveis, há um consenso entre chefes de Estado, especialistas e, até mesmo, os neoliberais mais ortodoxos e convictos, de que o investimento em políticas sociais de combate à pobreza é necessário, tendo em vista sua funcionalidade à dinâmica do capital.

3.2 Categoria (B): Mães “Irresponsáveis”/ “Negligentes”

Nesse segundo conjunto de dados coletados, a ênfase das opiniões preconceituosas está na figura da mulher e no ponto de vista sobre o qual estas “não cumprem o papel social” de “protetoras e cuidadoras dos seus filhos”, portanto, de “boas mães”, além de agirem com base no “uso da maternidade para fins econômicos” e de “manutenção da dependência em relação aos benefícios estatais”. Identificamos aqui valores neoconservadores como os da moral e família tradicionais, entre outros, que buscamos analisar sob a perspectiva das desiguais relações de classe e de gênero que é mistificada e distorcida nas abordagens abaixo destacadas. Seguem a apresentação dos dados e, posteriormente, a análise dos mesmos. A primeira figura acompanha um texto de autoria do próprio blogueiro.

Figura 9 - Aumento do bolsa família às custas de programas sociais para crianças e adolescentes



Fonte: Eduardo Hirata, 11 mar. 2011. Disponível em: <http://carloscristiano3.blogspot.com/2011/03/aumento-do-bolsa-familia-as-custas-de.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 10 - Como promover deliberadamente a explosão demográfica para aumentar a desigualdade social no Brasil



Fonte: Blog Homem culto, 27 jun. 2013. Disponível em: <https://homemculto.com/tag/bolsa-familia/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 11 - A verdadeira bolsa família



Fonte: Blog Homem culto, 11 jun. 2013. Disponível em: <https://homemculto.com/tag/bolsa-familia/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 12 – Bolsa família: benefício é ampliado para 5 filhos



Fonte: João Bosco Oliveira de Sousa, 27 set. 2011. Disponível em: <https://professorjbosco.blogspot.com/2011/09/bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

A próxima figura também é acompanhada por um breve texto de autoria do mesmo blogueiro que publicou a charge.

Figura 13 – Boatos sobre o bolsa família



As famílias correram para as agências da Caixa, quebrando vidraças e, no empurra-empurra, tentaram sacar o suposto valor do benefício, mas tudo em vão, não tinha nada depositado ainda. O boato era de que a Dilma havia depositado um extra do dia das mães... Meu Deus... que país tornou-se o Brasil?

Fonte: Genildo Ronchi, 19 maio 2013. Disponível em: <http://www.genildo.com/2013/05/boatos-sobre-o-bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 14 – Bolsa família dá mais verba que fundo de participação a 457 municípios



Fonte: Blog do Zebrão, 8 nov. 2014. Disponível em: <http://www.blogdozebrao.com.br/v1/category/charges/page/44/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 15 – Fim do bolsa família



Fonte: Denny, 22 maio 2013. Disponível em: <http://chargesdodenny.blogspot.com/2013/05/fim-do-bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

A figura 16 é seguida de texto escrito e publicado pelo autor do blog.

Figura 16 – Bolsafamiliarista!



Magu

Não conhecem o termo? A ilustração explica. O vídeo no link abaixo pode ser velho mas, é uma demonstração clara e inofismável, quando juntado com a ilustração. Nosso ex-imperador de Caetés e atual mandatário nas sombras (você sabem que operador de marionete fica escondido no palco, manipulando os cordéis) não imagina ou pensa; ele tem certeza absoluta que a maioria dos brasileiros são imbecis, não tem memória nenhuma. Senão, como explicar que no vídeo, em 2000, ele discursou que as cestas básicas, programa do leite, etc, distribuídas pelo FHC, eram apenas peças de troca em época de eleição. Quando ele transformou as peças em Bolsa Família, mudou convenientemente o discurso, como se vê no discurso de 2009.

O problema é que ele tem razão no que pensa. A maioria dos bolsistas, se tem memória, fazem de conta que não tem, porque interessa a eles manter o “status quo”. Sabem quando isso vai mudar? Nunca, porque ele vai voltar em 2018 (se ainda estiver vivo). Vade retro, Satana. Oremus...

Fonte: *Blog* póstumo do Giulio Sanmartini, 26 maio 2013. Disponível em: <https://blogdogiuliosanmartini.wordpress.com/2013/05/26/bolsafamiliarista/>. Acesso em: 07 jan. 2016.

Figura 17 – Bolsa família e o comodismo social dos políticos



Fonte: *Blog* Casa de Abelha, 30 set. 2013. Disponível em: <http://casadeabelha2010.blogspot.com/2013/09/bolsa-familia-e-o-comodismo-social-e.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 18 – Filho zero - novo programa do governo federal



Fonte: Roberto Pereira, 19 dez. 2008. Disponível em:
<http://toatoaweb.blogspot.com/2008/12/filho-zero-novo-programa-do-governo.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 19 – Charge bolsa família



Fonte: *Blog Apocalipse total*, 8 maio 2014. Disponível em:
<https://apocalipsetotal.wordpress.com/2014/05/08/charge-bolsa-familia/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Figura 20 – Boato de suspensão do bolsa família



Fonte: Jeremias Castro, 20 maio 2013. Disponível em: <http://jeremiascartoons.blogspot.com/2013/05/boato-de-suspensao-do-bolsa-familia.html>. Acesso em: 29 jan. 2016.

As figuras 21 e 22 são seguidas de textos. Na primeira delas, a informação é de que o texto foi extraído da Revista *Veja*⁶⁴. E o texto que acompanha a figura seguinte é de autoria do blogueiro.

Figura 21 – Assistencialismo versus pobreza



⁶⁴ Texto publicado na coluna do jornalista Augusto Nunes, no blog da *Revista Veja*, em 6 abr. 2013, intitulado “Mauro Pereira: Em vez de redimir os miseráveis, os programas assistencialistas do governo institucionalizam a pobreza”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/mauro-pereira-em-vez-de-redimir-os-miseraveis-os-programas-assistencialistas-do-governo-institucionalizam-a-pobreza/pagina-comentarios-2/>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Escrever sobre o Bolsa-Família realmente requer cuidados redobrados, principalmente se o texto for crítico ao programa. A reação da nefasta patrulha “progressista” é instantânea. Para fazer jus ao soldo, seus integrantes executam com incontido prazer a tarefa para a qual foram treinados: desqualificar e intimidar o autor, recorrendo a mentiras, impérios e ameaças. Os patrulheiros da miséria erradicada por decreto presidencial jamais admitirão que o Bolsa-Família é a prova mais contundente do quanto o PT pode ser canalha e fingem desconhecer que a empulhação em curso nada mais é do que uma das mais vergonhosas usurpações de programas alheios.

Filho bastardo de programas sociais de governos que o antecederam o do PT, o Bolsa-Família não demorou muito para ser desmascarado pelos próprios petistas, alguns de alta patente, como um projeto de institucionalização da miséria com finalidades sordidamente eleitoreiras. Indagado pelo ex-petista Hélio Bicudo sobre os objetivos do programa, José Dirceu, então chefe da Casa Civil do governo Lula, foi taxativo: “Serão 12 milhões de bolsas que poderão se converter em votos em quantidade três ou quatro vezes maior. Isso garantirá a reeleição de Lula”.

Os resultados das eleições presidenciais foram tão expressivos, e aguçaram de tal forma a ganância dos petistas, que Lula e seus sectários logo descobriram que a manipulação desse mundo regido pelo sofrimento ajudaria a consolidar o projeto de perpetuação no poder perseguido colocado em prática a partir de 1.º de janeiro de 2003. Hoje são 22 milhões de famílias atendida pelo programa. Esse número assustador pressupõe que cerca de 90 milhões de brasileiros têm sua subsistência diretamente vinculada à generosidade governista. Para piorar, não consigo vislumbrar o menor esforço das autoridades para modificar essa realidade trágica. Ao contrário. Instigados pela deflagração descarada da campanha pela reeleição da presidente Dilma, seus agentes estão empenhados em aumentar esse universo. Até o dia da eleição de 2014, não sobrará um único miserável que não esteja agasalhado sob as asas cinicamente protetoras da galinha de votos de ouro do PT.

Acredito, entretanto, que programas com esses perfis, principalmente quando mantidos por tempo demasiado sem demonstrar nenhuma evolução significativa no padrão de vida dos beneficiados, jamais trouxeram – e nem trarão em tempo algum – qualquer vestígio de justiça social até porque, analisados com mais acuidade, revelam-se apenas meros paliativos desprovidos de consistência e substância à medida em que vulgarizam a dignidade ao abrirem mão da contrapartida indispensável daqueles que se beneficiam.

É nessa fina e delicada fresta que o solo árido da promiscuidade se fertiliza e a metamorfose acontece, transformando a proteção almejada em submissão adquirida. Antes de redimir os miseráveis, prestam-se apenas à asquerosa tarefa de institucionalizar a pobreza. Depois de institucionalizada, o poder central sempre a manterá monitorada, disponível para ser manipulada como importante trunfo político e eleitoral, ficando sua utilização, ou não, a mercê do comprometimento com os princípios éticos e morais do inquilino da vez do Palácio do Planalto. Diante desse cenário desolador, fica a indagação. No projeto de perpetuação no poder em andamento, o que seria mais importante para o PT. A redenção da miséria ou a rendição dos miseráveis? A extraordinária amplitude dos números pode ser um indicativo. Dilma Rousseff terá minha admiração se até o final do mandato reduzir em pelo menos 20% o número de brasileiros assistidos pelo Bolsa-Família, tendo como compensação a garantia de reintegrá-los ao setor produtivo, com a auto-estima restaurada através da qualificação profissional, do emprego decente e do salário justo.

O resto é só politicagem barata.

Texto de Mauro Pereira, publicado na Veja.

Fonte: Cironovaes, 7 abr. 2013. Disponível em:

<http://cironovaesfernandes.blogspot.com/2013/04/assistencialismo-x-pobreza.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

Figura 22 – Jair Bolsonaro para Presidente do Brasil em 2014 já!



Li o *Blog* da Família Bolsonaro e o *post* OS FALSOS MORALISTAS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NÃO ACEITAM O CONTRADITÓRIO. VEJA QUEM SÃO OS VERDADEIROS INTOLERANTES e fiquei emocionado com a coragem destes homens em lutar e defender o Brasil de verdade, enquanto muitos dormem num berço esplêndido eternamente.

Ora, sem lutar e conquistar politicamente os espaços certamente não irá mudar absolutamente nada! O mal está avançando contra as famílias, degenerando os nossos filhos e o nosso futuro! As escolas e faculdades do país estão sendo tomadas pelo homossexualismo e ateísmo que incutem uma cultura nociva à ordem moral e aos bons costumes em nossos filhos! As associações de professores de esquerda incentivam este comportamento em currículos disciplinares!

E os pais eleitores? Onde ficam?

Eu confesso que queria compreender a maioria do povo que não se interessa pela vida política do seu próprio país, vota mal, não lê – e o que lê é futilidade!, assiste apenas novelas e jogos esportivos, e quer um país melhor! E com o Bolsa Família!!!

Quero dar meus parabéns ao deputado federal Jair Messias Bolsonaro, ao vereador Carlos Bolsonaro e ao deputado estadual Flávio Bolsonaro, além do deputado federal e Pastor Marco Feliciano, eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM, que puseram um fim à hegemonia LGBT e à farra com o dinheiro público pra financiar seminários para desgraçar a vida dos nossos filhos com o homossexualismo ensinado nas escolas públicas, com professores e material pagos com o nosso dinheiro!

Pior: contra a nossa vontade, arbitrariamente!!!

Nós queremos dirigir os currículos escolares dos nossos filhos, pois nós pagamos os impostos para termos uma educação de qualidade moral e ética de acordo com o padrão que fomos criados, não conforme um padrão imoral e anticristão trazido do inferno para os nossos filhos!!!

A Família Bolsonaro sempre tem demonstrado ao Brasil que são defensores e guardiões dos bons costumes, da moral e da ética!

Faço aqui um apelo ao Jair Messias Bolsonaro para que seja candidato à presidência da República do Brasil em 2014 e que sigam-no os bons de índole e caráter!

O apóstolo São Paulo disse à igreja que “até importa que haja entre vós heresias, para que os que são sinceros se manifestem entre vós” (1 Coríntios 11:19), porém a verdade se aplica ao Brasil, pois até importa que estejam acontecendo estas heresias para que os que são como a Família Bolsonaro se manifestem e venham a colaborar para erradicação desta prática institucionalizada entre nós!

Fonte: Pr. Salomão Carvalho, 12 mar. 2013. Disponível em: <https://prsalomaocarvalho.wordpress.com/2013/03/12/jair-bolsonaro-para-presidente-do-brasil-em-2014-ja/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Figura 23 – Triste realidade

Vai transar? O governo dá camisinha. Já transou? O governo dá a pílula do dia seguinte. Teve filho? O governo dá o Bolsa Família. RESOLVEU VIRAR BANDIDO E FOI PRESO? O GOVERNO DÁ O AUXÍLIO RECLUSÃO. Todo presidiário com filhos tem direito a uma bolsa de R\$915,05 “por filho”. Agora experimenta estudar e andar na linha pra ver o que é que te acontece! Salário mínimo R\$622,00. Se você é brasileiro passe adiante!
--

Fonte: Carlos Alberto, 2016. Disponível em: <http://www.naoentreaki.com.br/3117240-triste-realidade.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

O primeiro destaque a ser feito na análise desse conjunto de dados é a crítica centralizada nas mulheres, que aparece nas imagens e textos. Somente as Figuras 18, 19 e 23

não fazem alusão à mulher e ao que se supõe ser o mal uso da renda proveniente do PBF. Quando tal relação ocorre, ao lado da mulher, aparecem caricaturadas crianças “maltrapilhas”, “amedrontadas”, “malcuidadas” ou brigando entre si. Aparentam estar fazendo bagunça ou apresentam posturas consideradas “inadequadas”, como no caso da Figura 21, em que uma das crianças foi desenhada com o dedo no nariz. Importa chamar a atenção também para as Figuras 10 e 11 nas quais são divulgadas fotos de mulheres, e, na última, a fotografia é de uma mulher acompanhada de crianças. Todos aparecem com tarja nos olhos, o que não ocorre na Figura 10. Em ambas as imagens, há a exposição dessas pessoas, muito provavelmente, sem autorização prévia. Não encontramos essa informação nos *blogs*⁶⁵.

As beneficiárias do PBF, em sua maioria, são mulheres. Estudos com base em microdados do Cadastro Único (CadÚnico), de 2013, apontam que 93,1% dos responsáveis legais pelas famílias atendidas no PBF, são do sexo feminino, o que significa que há maior presença também dessas mulheres nas famílias em situação de pobreza, já que “[...] 72,4% das famílias beneficiárias viviam em condições de pobreza extrema, com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00⁶⁶” (SILVA *et al.*, 2016, p. 74)⁶⁷. Além disso, 82,2% dessas famílias beneficiárias vivem em situação de extrema pobreza na Região Nordeste (SILVA *et al.*, 2016).

É revelador o fato de que essa mulher, além de vivenciar aspectos de privação material da pobreza, entre outras privações, é vítima de julgamentos moralistas por sua condição de beneficiária de um PTR, o que é reforçado por sua condição de gênero. Tal mulher tem um lugar de subalternidade reforçado na sociedade contemporânea por acessar um direito que lhe é garantido pela política de assistência social.

Mas isso não demonstra mais do que uma realidade histórica vivida pela mulher pobre, ao longo de séculos, neste País, e que está relacionada, primordialmente, com as desigualdades de gênero e com um aspecto singular desse fato, já analisado anteriormente, que é a anulação do seu lugar no mundo como sujeito de direitos. O que mais a sociedade cobra da mulher é a ocupação de um lugar social enquanto “cumpridora de deveres e obrigações morais”.

Há uma subordinação feminina aos homens, nas relações sociais em que vivemos, relações estas que são também de gênero. Vivemos em uma sociedade dividida em classes com interesses díspares e antagônicos, que disputam poder entre si. Entre as várias formas de

⁶⁵ A proteção do direito à imagem está garantida em leis regulamentadas pela Constituição Federal Brasileira, de 1988 e pelo Código Civil Brasileiro. E a proteção do direito à imagem na internet está prevista na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei do Marco Civil da Internet).

⁶⁶ Esse valor foi atualizado para R\$ 85,00 *per capita*, passando a vigorar a nova regra desde julho de 2018.

⁶⁷ O que desmonta outro mito relativo aos beneficiários/as do PBF sobre a “desonestidade” e o “mau caráter” dos indivíduos, que forjam suas rendas para serem incluídos, ou continuarem participando do programa.

dominação de uma classe sobre a outra, isto é, da burguesia sobre a classe trabalhadora, é a exploração econômica que tem destaque, pois é nela que se sustenta o regime capitalista. Saffioti (1987) faz referência ao capitalismo como um “sistema de dominação-exploração” que se funde ao racismo e patriarcado, formando, assim, uma “simbiose” entre esses três sistemas. Assim como o neoconservadorismo, o machismo é uma das ideologias que alimenta esse “processo simbiótico”, pois as forças sociais neoconservadoras e machistas são aliadas.

Analisa Saffioti (1987, p. 67) que: “Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais”. Exemplos concretos dessa realidade são os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2013, que comprovam que as famílias chefiadas por mulheres negras se encontram entre as que possuem os piores rendimentos, seguidas pelos homens negros, mulheres brancas e homens brancos.

Essas relações desiguais aparecem na forma da organização da produção material da vida, por meio da divisão sexual do trabalho, quando mulheres ainda dedicam mais tempo ao trabalho do que os homens, situação que se deve à responsabilidade que lhes é atribuída pelos afazeres domésticos e cuidados familiares; apesar de muitos avanços nesse quadro, ainda é um dado real. A vida no cotidiano ainda é organizada sob tais condições.

Essa posição da mulher na relação com o homem e as demandas para a mulher que nascem daí refletem-se na esfera da reprodução social da vida, como, por exemplo, nas formas de inserção no mercado de trabalho, nas relações de trabalho, relações institucionais, relações políticas, relações afetivas e na sociabilidade em geral - situação essa mais dramática para as mulheres nordestinas e negras, aponta levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶⁸. Enfim, a categoria divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002) explica muitas das manifestações de desigualdades de gênero em nossa sociedade, como as diferenças salariais, as situações de violência, a invisibilidade política, entre tantas outras.

Considerado esse cenário, devemos dizer que é inegável que o papel da mulher vem se modificando na sociedade e avanços no sentido de sua emancipação individual e política, da mudança de costumes, da participação no mercado de trabalho, entre outros, foram conquistados, no entanto, há ainda fronteiras muito bem demarcadas entre os papéis masculinos e femininos, que causam desigualdades e injustiças, sendo os papéis femininos frequentemente

⁶⁸ Mulheres trabalham 72% a mais do que homens em tarefas domésticas. Notícia de 8 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/mulheres-trabalham-73-a-mais-do-que-homens-em-tarefas-domesticas/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

relacionados com obrigações morais características da esfera da vida privada, mais especificamente, do âmbito familiar.

No conservadorismo moral, ao clamar pelo modelo tradicional de família, defende-se também um dado papel de mulher: a de “agente moral” (BARROCO, 2010). Nos dados já expostos, não fica explícita essa defesa do modelo tradicional de família, entretanto, os preconceitos que recaem sobre a mulher beneficiária do PBF levantam aspectos do conservadorismo moral que estão intrinsecamente relacionados a valores desse ideal de família que, até hoje, se constituem como “tabus” e, por isso, não são politizados perante a sociedade. Antes de irmos a eles, abordaremos brevemente esse papel da família tradicional defendido por neoconservadores.

O que se construiu como modelo de família tradicional pode ser definido como um núcleo formado por um homem e uma mulher, casados legal e religiosamente, com filhos e os papéis sociais bem definidos, convivendo numa dinâmica sob rígida hierarquia. Os homens exercem uma função social de provedores do lar e “autoridade máxima” e as mulheres são responsáveis pelos cuidados aos membros familiares e por executar as tarefas domésticas, sempre “regadas” por muitos afetos, como o amor, a paciência, a dedicação. Não raramente, a dedicação de uma vida inteira. Os filhos têm o dever de obedecer aos pais até que completem a maioridade e possam responder por suas próprias vidas, ou até que fatores externos, como a precoce emancipação econômica, ou uma gravidez indesejada, por exemplo, antecipem essa saída do núcleo familiar.

A instituição família ergue-se sobre as bases da propriedade privada (ENGELS, 1974). A propriedade privada é, antes de tudo, o fundamento da sociedade capitalista e um valor para a ideologia neoconservadora que funciona como um princípio organizador da vida moral e que é sustentado pelo modelo de família tradicional. Tal valor que pode se ver ameaçado mediante as novas configurações familiares é ainda uma preocupação para defensores da família tradicional na atualidade, sobretudo, aqueles pertencentes a famílias ricas. Afinal, muitos dos costumes e valores familiares, incluindo o próprio casamento, são provenientes de formas sociais que foram sendo construídas historicamente para proteger a propriedade, como as leis relativas à herança, ao adultério, entre outras, as quais foram sofrendo modificações ao longo do tempo, mas ainda estão em vigência.

Porém, não é só isso. Há uma moralidade na instituição familiar, elemento gerador de formas de coesão social, que pode evitar ou curar “disfunções”, “desvios” dos indivíduos causadores de “problemas sociais”. Tal entendimento é muito importante para a nossa análise.

Enquanto, para o “conservadorismo clássico” (NETTO, L. E. 2011), o medo e a insegurança com mudanças no modo de vida e de organização da hierarquia familiar estavam explicitamente declarados como preocupação com interesses econômicos de grupos pertencentes a um sistema em decadência, o feudalismo, e a ascensão do sistema capitalista e de uma nova classe dominante.

Pode parecer-nos que a ideologia neoconservadora prega a reação contrária aos rearranjos da família contemporânea e a defesa de valores familiares tradicionais, baseando-se somente em aspectos morais, religiosos e de luta pela preservação de costumes, quando, na verdade, é sempre bom lembrar que a questão econômica não está desvinculada desse tipo de reação.

A questão econômica consta, sim, nos posicionamentos neoconservadores em defesa da família, nos moldes tradicionais, porque o patriarcado é uma estrutura de poder, isto é, uma hierarquia fundada na propriedade privada que se refletiu na construção das relações entre homem e mulher ao longo da história. Mesmo que a mulher tenha conquistado mais poder econômico, outras formas de conexão com esse poder econômico e de objetivação na vida cotidiana, inclusive por meio de leis, políticas e direitos, as bases materiais de desenvolvimento da sociedade em que vivemos, ainda geram, assim como o poder de exploração de uma classe sobre outra, de alguns grupos étnico-raciais sobre outros, um poder de controle e dominação dos homens sobre as mulheres, homossexuais, transgêneros, etc. E esse tipo de relação social é inerente às relações capitalistas.

Voltando à ordem moral familiar, esta tem um poder de coesão social que tanto neoconservadores prezam porque, conforme exposto em capítulos anteriores, esta pode cumprir um papel de mediação com o mundo e com as relações sociais nele institucionalizadas. É certo que a família é uma “ponte” que viabiliza e/ou inviabiliza tomada de decisões, escolhas, atitudes, modos de pensar, além de propiciar bases a partir das quais nos esforçamos para organizar o atendimento de nossas necessidades, em conformidade com a forma social predominante. O que significa que, ao mesmo tempo, pode nos oferecer suporte material e emocional para a construção da identidade social de seus membros, além de proteção e cuidados ao longo da vida, e tem também uma função marcante na repressão dos indivíduos.

De acordo com a percepção neoconservadora, é muito perigosa a liberdade irrestrita dos indivíduos e da coletividade, isto é, a liberdade em seu sentido e realidade plenos. Com o avanço da sociedade moderna e nos tempos recentes, a subserviência dos indivíduos à família e demais grupos intermediários como Igrejas, comunidades, entre outros, tem decrescido,

reflexo da individuação humana que, a depender do período histórico, desenvolve-se mais ou menos plenamente a enriquecer a espécie humana. Essa desintegração dos indivíduos de instituições tradicionais é uma das explicações para o agravamento da questão social, sob a perspectiva do conservadorismo moral.

Como obter o total controle do funcionamento “adequado” da sociedade quando aos homens se apresenta uma série de opções para se constituírem, livremente, enquanto indivíduos, bem como para construir suas individualidades, tendo como base valores, ideias, representações, relações, que são produto do caráter ontológico do ser social, portanto, podem abranger uma infinidade de contradições, conflitos e possibilidades humano-genéricas num ambiente extremamente instável? Arriscamos dizer que esse medo da individuação humana foi um elemento crucial que fez do conservadorismo mais tradicionalista antiliberal e que, ainda hoje, causa polêmicas entre neoconservadores.

Sob esse aspecto, a tendência da sociedade moderna à desintegração social pode ser amenizada com esse elemento integrador fundamental: a família. Na realidade, essa série de opções e oportunidades não está acessível a todos na sociedade capitalista- apesar de existirem - justamente porque essa forma social se estrutura nas desigualdades. Mas, adeptos do neoconservadorismo combatem, no âmbito da estrutura e superestrutura, cada movimento, mesmo que “tímido”, nessa direção.

A partir desse “endeusamento” da instituição familiar, da sacralização das famílias, que surge a tendência a atomizá-las enquanto células, que são as principais responsáveis pelo lugar e condição social das pessoas, desdobra-se em situações muito específicas, como a que nos propusemos a investigar na presente pesquisa: a culpabilização das famílias mais empobrecidas pela pobreza vivenciada.

Ora, quando esse campo da moralidade, próprio ao ambiente familiar, é exercido fora dos padrões tradicionais, há reações, resistências, oposição, preconceitos e várias formas de discriminação social, que recaem, sobretudo, sobre as mulheres, afinal, são elas as “agentes morais”, por excelência. De modo que os “fracassos familiares” (tal realidade é assim interpretada por neoconservadores) são a elas atribuídos, causando a sua “desmoralização” perante a sociedade.

Podem haver ainda, em situações como essas que são reflexo do revigoramento dos processos de alienação e de ideologias como o conservadorismo moral, implicações maiores, como o impedimento da liberdade e autonomia dessas mulheres; o reforço dos vários tipos de dominação; violação de direitos; situações de humilhação e sofrimento; e retrocesso nas

conquistas sociais e lutas históricas (BARROCO, 2016b), conforme temos acompanhado recentemente no mundo e Brasil.

Todas essas obrigações morais que pesam mais sobre a mulher do que sobre o homem, relativas, acima de tudo, às suas famílias, afetam com um peso ainda maior a mulher pobre, porque esta tem sua conduta julgada e discriminada por sua condição de classe; podendo receber um reforço no âmbito das políticas sociais, sobretudo, na prestação de serviços socioassistenciais e de PTRs, como o BF, a depender do modo como são conduzidos. Esta é uma discussão que, há algum tempo, vem sendo realizada por estudiosos das atuais políticas sociais, no Serviço Social e pelo movimento feminista.

Sobretudo a partir dos anos 2000, a PNAS adota como eixo central de sua intervenção a matricialidade sociofamiliar:

Temos aqui uma mudança de paradigma, onde a família- que era apenas sujeito de intervenção da política social, como apresentado na LOAS de 1993 - passa a ser agente central na efetivação das políticas sociais de Assistência Social, o que é ratificado a partir da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2005). Isso revela seu caráter ativo e participante nas políticas sociais em curso. Essa forma de ver a família a coloca num espaço “privilegiado” e “insubstituível” de proteção social e socialização primária, cujo papel (naturalizado) de provedora de cuidados de seus membros lhe é próprio e continua sendo de extrema importância no atual quadro econômico, político e social. No entanto, as transformações que estão ocorrendo na esfera privada e a resignificação das formas de composição e papel da família sinalizam que essa família, conforme a PNAS, precisa também ser cuidada e protegida. (MESQUITA; FREITAS, 2013, p. 209-210, grifo do original).

Há, dessa forma, avanços relativos ao conceito de família definido pela PNAS⁶⁹, no direcionamento do trabalho com famílias, orientado por essa política, o que foi uma conquista histórica de diversos atores sociais, incluindo a categoria de profissionais do Serviço Social, e na valorização da mulher enquanto sujeito de direitos e sujeito ativo que, de certa forma, é responsável pela mediação entre a esfera privada e a esfera pública, no âmbito das políticas sociais⁷⁰.

⁶⁹ A PNAS (2004, p. 35) define família como “[...] um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou, de solidariedade”.

⁷⁰ No caso específico do PBF, a transferência da renda está condicionada a algumas ações que as famílias têm que cumprir, de modo que os objetivos básicos do programa sejam alcançados: o combate à fome e pobreza, o acesso à rede de serviços públicos, a promoção da intersetorialidade nas políticas públicas, o estímulo à emancipação sustentada das famílias. Entre as condicionalidades, estão os compromissos a serem cumpridos com a saúde (pré-natal de gestantes; acompanhamento de nutrízes e seus bebês; vacinação de crianças) e com a educação (frequência mínima na escola de crianças e adolescentes). Como é dada prioridade às mulheres como responsáveis legais do programa, estas são cobradas pelo cumprimento ou não cumprimento de tais condicionalidades.

Como não poderia deixar de ser, isso implica problemas também. Mesmo considerando que a finalidade do PBF não seja intervir sobre as relações de gênero, e sim atuar no “combate” à extrema pobreza, a execução do programa e as situações dela decorrentes têm suscitado algumas reflexões. Entre elas, essa quase “apropriação” pelo Estado das famílias mais empobrecidas, como se compusessem uma estratégia de combate à pobreza, vivenciada por estas, por meio dos PTRs. E o reforço do papel da “mulher-mãe” (CARLOTO, 2006) em famílias consideradas por muitos como “desestruturadas”.

Mais uma vez, é fato que nenhum desses questionamentos invalida os avanços positivos no sentido dos impactos que esses programas têm nas condições de vida de muitas mulheres, inclusive nas relações desiguais de gênero, no âmbito da esfera familiar. Ao entrevistar beneficiárias do PBF, autores como Rego e Pinzani (2014) identificaram resultados imediatos de maior autonomia financeira das mulheres, poder de escolha, qualificação profissional, autonomia decisória no domicílio, entre outros, inclusive, de decisões sobre o próprio corpo e sobre suas próprias vidas, como o exercício do direito de escolha. Os autores compreendem que a renda monetária transferida, mesmo numa quantia muito irrisória, numa sociedade onde o padrão de vida é ditado pelo dinheiro e a miséria é um dado real, esta tem feito alguma diferença nas condições objetivas e subjetivas de mulheres:

As mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive, como já se falou anteriormente, as de ordem moral. Nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas. Contudo, em situações de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, não se escolhe, vive-se o movimento perpétuo do “círculo vicioso da pobreza”, que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver. (REGO; PINZANI, 2014, p. 204, grifos do original).

Trata-se de um tema que levanta muitas polêmicas e sobre o qual não pretendemos aqui discutir. Porém, uma das questões centrais que se revela nos dados coletados é essa percepção neoconservadora de “desestruturação” das famílias beneficiárias do PBF causadas, principalmente, pelo não cumprimento ou o cumprimento inadequado do papel de “mulher-mãe” nesses núcleos familiares.

A discriminação de gênero junta-se à discriminação social, isto é, à discriminação contra a mulher pobre, pertencente a uma determinada classe social. Assim, os juízos provisórios que aqui expomos baseiam-se em estereótipos, como os que as imagens denunciam: “mulheres irresponsáveis”, “contraventoras dos bons costumes”, “mau caráter”, “ignorantes”,

“manipuláveis”, “interesseiras”, “submissas”, “promíscuas”, “indignas”, “desonestas”, “incapazes”.

Dois pontos fundamentais aparecem nesse tipo de argumentação: 1. A “multiparidade”⁷¹ ou prole numerosa planejada com o objetivo de extrair vantagens do PBF; 2. A negligência com a infância. Ambas estão relacionadas na medida em que os “descuidados” de uma “maternidade irresponsável”, assim considerada neste caso, estão muito associados ao número de filhos e à falta de planejamento reprodutivo.

Conceituar e identificar situações de negligência, é algo extremamente delicado, por tratar-se de um fenômeno multidimensional e, frequentemente, utilizado para reforçar preconceitos e condutas moralistas:

O que nos parece é ser a negligência um termo viciado de conteúdo moral, pois, ao mesmo tempo em que pode representar desatenção, também se mostra como sinônimo de desleixo e preguiça, por exemplo, trazendo inevitavelmente consigo conteúdos valorativos negativos, reforçando um perfil estereotipado e preconceituoso sobre o outro. (BERBERIAN, 2015, p. 54).

Como em toda conduta moralista, a análise é superficial, porque se baseia na aparência dos fatos, a partir de um ponto de vista moral e preconcebido que nem sempre corresponde à realidade. Julgar a mulher que tem um número grande de filhos de desatenção e falta de cuidados com eles é quase que afirmar que todas as crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza se envolverão em atividades criminosas, isto é, não há relações imediatas de causa e efeito sobre isso.

Essas análises imediatistas partem de avaliações negativas dos indivíduos sobre o não cumprimento de suas “responsabilidades”, normalmente, sem reconhecer os determinantes sociais, econômicos e culturais que interferem sobre tais atitudes (BERBERIAN, 2015). A “multiparidade”, sob a perspectiva do conservadorismo moral, é assim considerada uma irresponsabilidade, sobretudo, da mulher pobre, que “naturalmente”, não terá condições para oferecer a atenção e os cuidados necessários a todos os filhos. Há uma naturalização, como se a mulher pobre, por sua condição de classe, fosse negligente com os filhos e os atos de “negligência” por elas cometidos fossem uma consequência inevitável.

Outra realidade que expressa bem essa situação de culpabilização das mulheres pobres, geralmente negras, que engravidam, são os registros de violência obstétrica no País. A violência obstétrica consiste nas diversas formas de agressão contra mulheres gestantes que ocorrem,

⁷¹ Termo utilizado pela Enfermagem (PRATES *et al.*, 2008).

normalmente, nos serviços de saúde durante o pré-natal, no parto, período pós-parto e em casos de abortamento. Esse tipo de violência tem se dado por meio da recusa de atendimento, intervenções e procedimentos médicos desnecessários, agressões verbais, entre outras formas. Uma em cada quatro mulheres no Brasil já sofreu violência obstétrica, aponta o estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizado pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), em 2010.

A acusação de usar a maternidade para continuar a depender ou obter vantagens de um programa estatal, é um mito que as pesquisas de taxas de fecundidade no Brasil e estudos que medem os impactos do PBF sobre o comportamento reprodutivo têm desconstruído. Sabemos que o Brasil vem sofrendo uma queda das taxas de natalidade, há algum tempo, e que, apesar do valor recebido por famílias beneficiárias do PBF variar de acordo com o número e a faixa etária dos filhos⁷², o fato não tem provocado o aumento da fecundidade entre a população mais pobre no Brasil ou influenciado a decisão de ter filhos dessas famílias (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Mais uma vez, não há comprovação de uma relação direta entre uma coisa e outra, de causa e efeito entre esses dois fatos. Não nos estenderemos nisso. Contudo, dados recentes do IBGE apontam que o crescimento populacional tem desacelerado⁷³.

Quanto ao uso da maternidade para continuar a depender do PBF, já vimos que quem pensa a relação das pessoas com programas assistenciais como de dependência está equivocado, no mínimo, em dois pontos. O primeiro, é que a transferência de renda como garantia à segurança social de sobrevivência é um direito constitucional, que deve ser provido a quem dela

⁷² “O BF oferece benefícios financeiros definidos pela Lei n. 10.836/2004, que são transferidos mensalmente às famílias beneficiárias. No BF, o valor e a composição do benefício monetário expressam variação significativa, representada por cinco tipos de benefícios: Benefício Básico (no valor de R\$ 85,00, concedido apenas a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 85,00); Benefício Variável (no valor de R\$ 39,00, concedido pela existência na família de crianças de 0 a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes (Benefício Variável Gestante (BVG), Benefício Variável Nutriz (BVN)- limitado a cinco crianças ou adolescentes por família); Benefício Variável Jovem (BVJ) (no valor de R\$ 46,00, concedido pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos- limitado a dois jovens por família); Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (com valor calculado caso a caso, e concedido para famílias migradas de Programas Remanescentes ao BF); e Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) (com valor correspondente ao necessário para que todas as famílias beneficiárias do BF superem os R\$ 85,00 de renda mensal por pessoa). Desse modo, os valores dos benefícios variam conforme as características de cada família, considerando a renda familiar *per capita* mensal, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, de nutrízes e de componentes da família.” (SILVA In: SILVA (coord.), 2016, p. 84-85).

⁷³ “[...] a cada ano a população cresce menos. De 2016 para 2017, o crescimento havia sido de 1,6 milhão de pessoas, o dobro do registrado agora na passagem de 2017 para 2018. Alguns motivos levam a essa desaceleração. O principal é a redução da taxa de fecundidade. Além disso, as mulheres estão engravidando mais tarde, e a relação entre jovens e idosos está diminuindo” (Notícia do Jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada “Cada vez mais velha, população brasileira chega a 208 milhões”, de 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-populacao-cada-vez-mais-velha-brasil-atinge-208-milhoes-de-pessoas.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 20 jan. 2019).

necessitar, por isso, não institui uma relação de submissão ou subserviência, mas sim de garantia de direito.

O segundo é que a chamada “dependência” da mulher pobre com relação ao PBF não pode ser constatada sem considerar as variáveis importantes de sua realidade concreta como as dificuldades de inserção precária no mercado de trabalho, baixos salários, falta de vagas em creches populares, sua condição de chefes de família sem participação paterna, entre tantas outras; o que faz com que uma renda monetária, como a de um programa como esse, lhes ofereça segurança em termos de manutenção da vida, tornando-se assim muito importante para elas. Dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em março de 2018, mostram que a taxa de desemprego é maior entre as mulheres e as diferenças na qualidade do trabalho que possuem, comparadas com o trabalho que os homens exercem são também significativas, isto é, há mais mulheres no emprego informal do que homens, em escala global⁷⁴

Entretanto, para nós, é de fundamental importância analisar os valores que permeiam a figura feminina e que neoconservadores fazem vir à tona quando explicitam suas opiniões sobre beneficiárias do PBF. As decisões sobre o uso da própria sexualidade e do corpo, incluindo aí o exercício livre de seus direitos reprodutivos, não são “vistos com bons olhos”. Diversos fatores sociais influenciam essa repressão sofrida por mulheres. A esfera reprodutiva feminina está quase sempre associada aos padrões do que se considera ser “bom comportamento como esposa/companheira” e “mãe dedicada”, quando sabemos que a obediência a normativas morais dominantes não elimina os casos de gravidez indesejada, abortos, rejeição e abandono de nascituros, porque estas podem ser situações decorrentes da maior liberdade sexual conquistada pela mulher, no entanto, tais atitudes são, basicamente, criminalizadas pela sociedade.

Enquanto “esteio moral” da família (BARROCO, 2001), a mulher é formada para exercer algumas “virtudes”, entre elas, controlar ou reprimir sua sexualidade, aceitar uma hierarquia de papéis sociais, internalizar normas de comportamento, como explica a autora. É com base nisso que neoconservadores pensam, interagem e idealizam a mulher. Da mesma forma, isso é validado como elemento importante no enfrentamento da questão social.

Mulher que foge aos padrões morais dominantes é imediatamente desqualificada e, mais ainda, considerada responsável pela “desintegração familiar”, também chamada, no senso

⁷⁴ Dados divulgados pelas Nações Unidas no Brasil, em 7 mar. 2018, em matéria na internet intitulada “OIT: participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que dos homens”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-doshomens/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

comum, de “desestruturação familiar” e que, não raramente, tem efeitos negativos sobre a sociedade como um todo, daí a importância, para o pensamento neoconservador, de agir sobre os problemas morais dos indivíduos para resolver ou amenizar o “problema” da questão social.

Sob essa perspectiva, a família (e a mulher, conseqüentemente) tem uma função social importante no controle e administração da sua própria condição de pobreza. Segundo essa lógica, é também a partir desse “esteio moral” que os indivíduos podem ser motivados ou desmotivados a perseguir seus sonhos, “querer melhorar”, “abraçar oportunidades”, “mudar de vida”.

Ressaltamos aqui a nossa concordância com a definição de família como um espaço privilegiado de socialização, sobrevivência e construção de laços de solidariedade entre os seres humanos. Esse espaço vem passando por imensas transformações e rearranjos, devendo então ser considerado em sua diversidade. Possui, ainda, relevância para as famílias mais atingidas pela pobreza, tendo em vista que, muitas vezes, os seus círculos de relações e socialização estão restritos ao trabalho, ambiente familiar, à comunidade e vizinhança. Por ser um espaço privilegiado, mas não único, de troca e aprendizado de valores, princípios, costumes neles baseados, a família constitui-se um campo da moralidade fundamental nessa sociedade, quando analisada sob um ponto de vista mais geral.

Apesar disso, repudiamos as opiniões ora mencionadas nos dados apresentados por compreendermos que a questão social é produto dos processos constitutivos e de reprodução das lutas de classes, sendo a pobreza uma de suas manifestações. Assim, a família é uma das esferas da vida social, inserida e parte dessa dinâmica na qual a questão social se reproduz, portanto, sofre suas incidências e está condicionada a fatores conjunturais e estruturais (COUTO *et. al.*, 2010).

Como afirmamos, a família é o *locus* privilegiado de transmissão de valores, costumes, hábitos, crenças, que passam de geração a geração e, por um lado, colocar em dúvida a sua validade e pertinência, bem como os valores a ela relativos, pode ser considerado um ato de “rebeldia”, “indisciplina”, ou “desajustamento”; este último, muito próximo do sentido de loucura (rotulação que ocorre, sobretudo, quando se trata de mulheres e gerações mais jovens). Por outro lado, a transformação das verdades contidas na tradição da família em única verdade possível, perpetua preconceitos, valores, superstições, costumes, modos de pensar, modos de ser e de estar no mundo. Por esse motivo, a família, nos moldes neoconservadores, tem que ser a tradicional.

Ainda no que se refere ao exercício dos direitos reprodutivos, a mulher é responsabilizada, pelo Estado e pela sociedade, pelo controle de sua fertilidade. Sobre aquela mais pobre, esse controle é maior, considerando que o número elevado de filhos, segundo a perspectiva neoconservadora, pode resultar na potencialização de suas condições de vulnerabilidade social. Lembramos aqui de Malthus (1766-1834) quando advogava em favor da redução populacional dos pobres para evitar a falta de alimentos e o aumento da fome. Em sua concepção, a pobreza era vista como um problema de natalidade. Sua teoria foi descartada, mas não totalmente, tendo em vista os comentários acima expostos, que representam uma percepção muito comum entre parte da população brasileira segundo a qual quanto mais filhos, maior a pobreza da família e da sociedade (SIQUEIRA, 2013).

Além das alternativas de contracepção, que não estão disponíveis a todas as mulheres, a depender da região do Brasil, tanto no que se refere à falta de informações e/ou acesso e/ou falta de condições financeiras para adquiri-las, o poder de escolha dessa mulher é limitado pelo tipo de relacionamento que mantêm com os homens. O poder de escolha tanto em suas vidas como no campo da reprodução reflete desigualdades de gênero. Em depoimentos de mulheres que procuram os serviços de saúde públicos para anticoncepção e que constam em artigo elaborado por Prates *et. al.* (2008), esse dado da realidade fica demonstrado:

Atena: *Por ele, nós continuaríamos tendo filhos. Ele queria seis filhos, né?*
Dione: *Por mim, eu teria tido menos. Mas, ele quis ter quatro, nunca pensava em evitar porque queria ter quatro, ele sempre quis, eu não* (PRATES *et. al.*, 2008, p. 608).

A posição de menor poder que, muitas vezes, a mulher ocupa nas relações, pode fazer com que tenham dificuldades em programar suas próprias vidas; realizar seus desejos; fazer escolhas pessoais enquanto sujeito autônomo e que são direitos dela, mesmo que tenha filhos, marido e uma vida doméstica para cuidar. Com os avanços feministas, tal cenário tem se modificado para melhor e, cada vez mais, a mulher moderna tem conquistado autonomia e controle sobre os rumos de suas vidas, igualdade de poder nos relacionamentos familiares, liberdade de ir e vir e poder na tomada de decisões independentes. Contudo, estudos como o de Prates *et al.* (2008, p. 605), mostram que há ainda, sobretudo entre as mulheres mais empobrecidas, impedimentos consideráveis no exercício de direitos e, especificamente os reprodutivos:

No campo da reprodução, as desigualdades de gênero podem ser ilustradas pelas posições desiguais de poder ocupadas por homens e mulheres. Se, por um lado, as

mulheres são responsabilizadas pelo controle da reprodução, por outro, em geral, os companheiros exercem um importante papel na decisão de ter ou não filhos, bem como na escolha, duração e continuidade do método contraceptivo usado pelo casal - na maioria das vezes, um método que deve atuar no corpo das mulheres.

As autoras citam exemplos cotidianos de mulheres que foram por elas entrevistadas, as quais relatam sofrer influência dos homens na escolha de métodos anticoncepcionais, de modo que alguns deles rejeitam a anticoncepção quando cabem a eles fazer o uso ou passar por procedimentos; a falta de condições financeiras para arcar com custos de métodos anticoncepcionais mais eficientes que não são oferecidos nos serviços públicos de saúde; as dificuldades em negociar com seus companheiros a concepção e o número de filhos (PRATES *et al.*, 2008). Apesar do Sistema Único de Saúde distribuir gratuitamente métodos contraceptivos, estes não estão facilmente acessíveis a todos que deles necessitam⁷⁵.

Vimos que, muito comumente, a decisão por ter filhos ou não é tomada não necessariamente pela coerção masculina, mas por pressão sociocultural que está contida nas ideias de casamento, maternidade, família e modo de ser/viver como mulher. Os mesmos fatores que podem condicionar suas capacidades para fazer livres escolhas na vida, podem também limitar a mulher a decidir no campo da anticoncepção e do planejamento familiar (PRATES *et al.*, 2008).

Tais fatores assentam-se em suas condições objetivas de vida, assim, estão relacionados à questão econômica; na escolha por ter filhos, ou não, em menor ou maior quantidade; mas também são perpassados pelo modo como estão instituídas as relações de gênero e a maneira como atravessam todas as demais relações. Tais relações não ocorrem sem resistências: “[...] as práticas femininas [...] são constantemente recriadas diante das situações de vulnerabilidade social” (MESQUITA; FREITAS, 2013, p. 211).

Enfim, há determinantes reais que incidem sobre as atitudes dessas mulheres, inclusive, no que se refere à gravidez e ao número de filhos. Não se pode afirmar que estas são reflexo imediato de sua “irresponsabilidade”, do “descuido” ou “total submissão” às vontades masculinas.

Entre as diversas razões para situações como essas, de “multiparidade” entre beneficiárias do PBF ocorrerem, algumas delas estão elencadas aqui brevemente. Dentre elas,

⁷⁵ “[...] a dificuldade para agendar a colocação do DIU é grande e, em alguns Estados, esse método sequer é oferecido. Também falta injeção trimestral em postos de saúde e a espera para fazer vasectomia e laqueadura é longa, principalmente no Norte e Nordeste, de acordo com pacientes, funcionários de saúde e especialistas ouvidos pela BBC News Brasil.” (Reportagem da BBC News Brasil intitulada “Com 55% de gestações não planejadas, Brasil falha na oferta de contracepção eficaz”, de 26 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44549368>. Acesso em: 20 jan. 2019).

pode estar também a sua utilização como instrumento de sobrevivência? cremos que sim, afinal, em um mundo onde a manutenção da vida tem sido um exercício diário cada vez mais difícil e dilacerador, as estratégias encontradas para a sobrevivência são várias.

Entendemos que esse tipo de atitude não paira acima da esfera da moral, portanto, não são imorais ou amorais, mas pode se configurar na esfera de outra moralidade, na qual valores atribuídos à maternidade fogem ao que é predominante e tido como “correto”. Tendo em vista que a maternidade e a criação dos filhos não são atributos naturais às mulheres, mas são socialmente construídos, supomos que a maioria das beneficiárias do PBF age de acordo com essa construção social, ou seja, sob influência de vários determinantes que levam à concepção, conforme apontam pesquisas e levantamentos a respeito. Se assim não fosse, poderíamos considerar tais atitudes antiéticas?

Acima de tudo, o que cabe a nós aqui defender é que nunca antes a sociedade alcançou tamanho grau de desenvolvimento das forças produtivas, portanto, em nenhum outro período histórico foi tão capaz de gerar e produzir riquezas como agora. Assim, a pobreza, ou a miséria, seria, em parte, “solucionável”, independentemente do número de pessoas no planeta (mas, devemos lembrar, esse número se reduz em grande parte do mundo).

Ocorre que a lógica e o funcionamento do capital voltados para a apropriação privada de riquezas são as reais causas da existência da questão social, o que torna improvável a sua “solução” nessa sociedade. Então, como podemos reduzir as causas da pobreza vivenciada por essas famílias ao número de filhos que elas optam por ter, ou acusá-las de irresponsáveis por terem filhos sendo pobres? Considerando, inclusive, ser o prazer sexual um dos poucos que lhes resta na vida.

3.3 Categoria (C): “Vagabundos” / “Acomodados”

Os dados abaixo têm como fundamento o conservadorismo moral, expresso sob a forma de preconceitos, que se sustenta em valores como a liberdade individual e econômica, a “meritocracia de mercado” e a ética do trabalho, entre outros.

As duas figuras que seguem logo abaixo, bem como as figuras 28, 30, 34 e 36 estão acompanhadas de textos que pertencem ao mesmo *post* nos *blogs* pesquisados.

Figura 24 – A estagnação social e o atestado de pobreza



A estagnação social e o Atestado de Pobreza

Eu estava meio ocupada (aliás ainda estou) e acabei deixando o Jornaleco desatualizado, mas atendendo a pedidos (é acreditem, tem gente que ler o que eu escrevo e gosta!), meu novo post está aqui. Não queria falar das tragédias das chuvas no sudeste brasileiro, não quero ficar batendo na mesma tecla de todos os jornais. Mas nesse vai e vem de tragédia uma figura me chamou a atenção, a nossa recém-presidente Dilma Rousseff que rapidamente se prontificou a ajudar as vítimas (claro né, não faz mais do que a sua obrigação). A figura da Dilma sempre me lembra a campanha presidencial, e principalmente a sua vitória, que gerou uma onda de insatisfação na internet, principalmente nas redes sociais, em particular no Twitter, devido a um episódio já conhecido nosso entre Sudeste e Nordeste, veja o vídeo para saber do que se trata.

Mas o que vem ao caso é o motivo da onda de insatisfação, que são os programas sociais do Governo Lula que com a vitória de Dilma continuariam a existir. O assistencialismo dado pelo Governo federal a famílias carentes e de baixa renda salarial sempre foi alvo de muitos comentários e debates em várias esferas da sociedade brasileira. Os auxílios à população carente são para que ela receba o dinheiro e invista em escolarização e qualificação profissional, buscando ascensão social e mais qualidade de vida. Mas isso é exatamente o que a maioria não faz.

Mas que importância tem esses programas sociais e como eles afetam os brasileiros que são beneficiados? Quando o Estado torna-se a fonte da renda familiar acaba fazendo com que as pessoas adotem a idéia de que sempre vão ser sustentadas pelo Governo, acomodam-se nesta situação, desistindo assim de tentar mudar sua situação econômica.

Receber auxílio governamental e não utilizar esse recurso como alavanca para a sua autonomia financeira é como assinar o próprio Atestado de Pobreza.

Ainda há o fato de muitos governantes que usam estes benefícios como armas e estratégias de manipulação eleitoral, conquistando a população desenformada que não deseja o fim de seus recursos, ficando assim presos a determinados candidatos e partidos políticos.

Então fica aqui a dica àquelas pessoas de alguma forma recebem auxílio do Governo Federal, elas devem, portanto promover a sua independência financeira, para que estes auxílios não sejam encarados como esmolas, nem como gastos governamentais, como sempre acontece sempre, mas como investimento social, como tem que ser.

Fonte: J. Gomes, 26 mar. 2013. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/opinioao/charge-bolsa-familia>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 25 – O bolsa família e as contradições do PT



Por Zezinho de Caetés

Quem me lê sabe que nunca morri de amores pelo Programa Bolsa Família. Não porque ele ajudava os pobres, e sim porque, nos moldes adotados pelo PT ele vicia o cidadão. E eu estava certo porque a grande consequência deste vício é fazer com que o homem pobre ao invés de se tornar um cidadão ele se torne um vendedor de votos, e portanto um criminoso. E não é por outro motivo que hoje vemos todos os candidatos, além de ser a favor do Programa, querem aumentá-lo, como prometeu Marina de até criar o 13º para ele. E não poderia deixar de ser assim, pois os mais pobres são mal informados e são as principais vítimas de todos os boatos plantados na campanha.

Eu ainda não vejo o programa com bons olhos, apesar de saber que ele beneficia a pobreza de uma forma material. O que vejo além é que ele não proporcionou aos pobres um meio de sair da pobreza com dignidade. Pagamento sem contrapartida de trabalho ou é esmola ou roubo ou propina, e eles corrompem a nação. Numa época atrás tínhamos as “*frentes de trabalho*” durante a seca. Mesmo que elas fossem também uma fonte de corrupção (talvez não tão grande quanto o Bolsa Família, no qual, temos até funcionários públicos o recebendo), havia o trabalho que dignificava o homem que recebia quando nelas trabalhavam, mesmo reclamando e pedindo chuvas ao céu. Hoje, eles criaram contrapartida para tudo, menos o trabalho como tal. O que deveríamos ter era o “*Bolsa Trabalho*”, que levasse o homem pobre a sair mesmo da pobreza sem a sensação de inutilidade com que ele fica. E a gerenta presidenta ainda diz que temos pleno emprego. Pleno emprego de quem? Dos bolsistas familiares?

E há ainda, toda eleição, a grande questão de quem foi o criador do programa. Sobre isto eu nem vou escrever, pois os vídeos são mais eficientes para desvendar este mistério, do que a escrita, então fiquem com ele e meditem quem foi que teve a ideia. Se houvesse outro candidato defendendo a “*Bolsa Trabalho*”, eu votaria nele. Já que não tem, eu votarei naquele cujo partido foi seu criador, e o usou menos para comprar votos: no Aécio⁷⁶.

Se vocês viram os vídeos, devem ter concluído que o primeiro mostra quanto o Lula desprezava o Programa, o segundo que ele tem o dedo do Dirceu para ser um comprador de votos viciando o cidadão e o último mostra de quem foi a ideia, segundo Lula, de sua criação, a partir da falência do tal de Fome Zero com que ele enganou o distinto público, inclusive a mim, em 2002.

Se quiserem ler mais a respeito sigam os links: aqui, aqui e aqui. Se concordarem comigo divulguem, inclusive com os bolsistas familiares, dizendo que há mais riscos deles perderem o Bolsa Família com Dilma do que com Aécio, pois se o nível de corrupção continuar o mesmo, faltará até dinheiro para ele. Votem certo!

Postado por A Gazeta Digital

⁷⁶ Vídeos aos quais se faz referência no texto: https://www.youtube.com/watch?v=h_5xphA1DRY (Lula e o Bolsa Esmola); <https://www.youtube.com/watch?v=Et9OrjTelc8> (Hélio Bicudo(PT): "José Dirceu me disse: Bolsa Família são mais de 40 milhões de votos"); <https://www.youtube.com/watch?v=4vCe0PLLUn8> (Lula: Marconi deu ideia do Bolsa Família).

Fonte: A Gazeta digital, 10 out. 2014. Disponível em: <http://agazetadigital.blogspot.com/2014/10/o-bolsa-familia-e-as-contradicoes-do-pt.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 26 – Ainda bem que foi boato...



Fonte: Néo Correia/ Blog cão que fuma, 24 maio 2013. Disponível em: <http://www.caoquefuma.com/2013/05/ainda-bem-que-foi-boato.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 27 – Cartão amarelo TN - bolsa família



Fonte: Amâncio, 20 set. 2011. Disponível em: <http://chargistaamancio.blogspot.com/2011/09/cartao-amarelo-tn-bolsa-familia.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 28 – Bolsa família veio para ajudar ou prejudicar o Brasil???

PESSOAS EM IDADE PRODUTIVA DEIXANDO DE TRABALHAR...



ADEUS AO TRABALHO - Lucinete Nobre mora em Junco do Maranhão, o município com a maior proporção de habitantes assistidos pelo Bolsa Família. Ela deixou de trabalhar na roça e sustenta a família com os 216 reais que recebe por mês. "Tomara que continue assim pelo resto da vida". (Foto: Quatrilho)

PARA VIVER DE BOLSA-FAMÍLIA

TRABALHADORAS RURAIS NÃO QUEREM TRABALHAR, PORQUE RECEBEM BOLSA FAMÍLIA.

Começo esse post dizendo :

Enfim, para começar queria deixar bem claro que toda informação e imagens contidas nesse post já foi DIVULGADA, em mídias como Noticiários, Sites, Jornais, TV e até mesmo da Net. Fui juntando para falar do assunto, isso foi feito para que pudesse repassar para você Leitor minha visão de Política e ao mesmo tempo informá-los das notícias que não são nada novidades nesse País !!! Correto ? Então Vamos Lá !!!

Em busca de gravuras e informações a respeito desse assunto a Internet inteira esta lotada de Charge e Fotos Irônicas.



Na imagem acima representa um Trabalhador do Campo que não precisa mais trabalhar pois pode se encostar no cartão do Bolsa Família e ficar sossegado pois tem sua renda GARANTIDA com o programa, então pra que trabalhar?



Essa outra mostra a Realidade que nos encontramos, pois as filas de Projetos Sociais como " *Bolsa Família* " lotadas e das " *Agências de Empregos* " **COMPLETAMENTE VAZIAS !**

Retrata ainda que ninguém quer mais trabalhar, e insinua que o Brasil é País de Povo Preguiçoso!



Lembra do Boato que o **BOLSA FAMÍLIA** ia ACABAR?

Pois é, essa retrata aquele episódio onde mostra uma mulher beneficiária do programa com 6 filhos no Chão ao seu redor na aba da saia, um no Colo e mais um dentro da Barriga. A mulher preocupadíssima se o Boato era verdadeiro ou não?

Agora você leitor do Fique Ligado, imagina só a quantidade de dinheiro que essa Senhora Ganharia do projeto se ela fosse real. E imagine ainda se o Marido dela tivesse que volta pra trabalhar e sustentar esse tanto de filho? Coitado, hein? (kkkk)

O que mais chama atenção nessa imagem tirando a Senhora com os Filhos, é a URNA eletrônica ao lado da nossa Presidente Dilma Rousseff, o autor da imagem transmitiu que o BOLSA FAMÍLIA é a Reeleição de Dilma.

"No meu ver o autor da imagem repassou que o programa é uma compra de voto oculta e o Voto de Cabresto da Realidade Atual que esta na cara, mas ninguém ver!"



Triste! mais Realidade, não é?



Povo do Campo relaxa e não se preocupa com as plantações nem com suas atividades, pois a renda esta Garantida pra que nervosismo? Não é? Então essa imagem merece a frase de Marta Suplicy :

Relaxa e Goza!

Até agora não sei quais documentos necessários para cadastre-se no Programa? Você sabe? Se não sabe olha a Charge abaixo e descubra:



Será que é VERDADE?

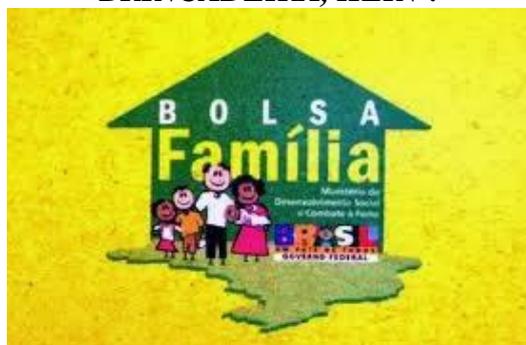


Vendo essa imagem acima, pergunto à você Leitor Brasileiro :
É pra ficar feliz ou triste?



Essa imagem acima relata um Cidadão que teve a coragem de invadir o senado com essa informação em forma de cartaz mal feito, mais que chamou muito atenção dos Jornalista e Fotógrafos ali presentes. Há boatos na NET que o programa esta sendo "SURRUPIADO" de maneira que tem pessoas de alta sociedade, e até pessoas que já morreram recebendo dinheiro do Governo com o Programa.

BRINCADEIRA, HEIN ?



COM ESSA IMAGEM ACIMA acabo meu post e espero que gostaram dessa postagem.
Quer ver uma Critica maior sobre o Bolsa Família ? veja nosso post que falava sobre o BOLSA IPTU

Antes de me despedir vou deixar uma pergunta no ar :
BOLSA FAMÍLIA VEIO PARA AJUDAR OU PREJUDICAR O BRASIL ???

Fonte: David Vilanova, s/d. Disponível em: <http://www.fiqueligadocomdavid.tk/2014/03/bolsa-familia-veio-para-ajudar-ou.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 29 – Não é boato!



Fonte: Amarildo, Blog do Amarildo, 29 maio 2013. Disponível em: <https://amarildocharge.wordpress.com/2014/01/08/bolsa-fantasma/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 30 – Governo folgado



Fonte: Walter Azevedo Tertulino, 5 set. 2013. Disponível em: <http://tertulino.blogspot.com/2013/09/governo-folgado.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 31 – Boato do fim do bolsa família



Fonte: Blog do Zebrão, 8 nov. 2014. Disponível em: <http://www.blogdozebrao.com.br/v1/category/charges/page/44/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 32 – E se o bolsa família acabasse



Fonte: Pierre Lucena, 24 maio 2013. Disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/economia/e-se-o-bolsa-familia-acabasse/attachment/bolsa-familia-1/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 33 – Dilma vai doar um carro para os vagabundos do bolsa família



Mas o povinho que gosta da Dilma é esse que recebe esmolas oficiais. Agora tem até carro no Bolsa Família. E taí a foto pra comprovar a entrega.

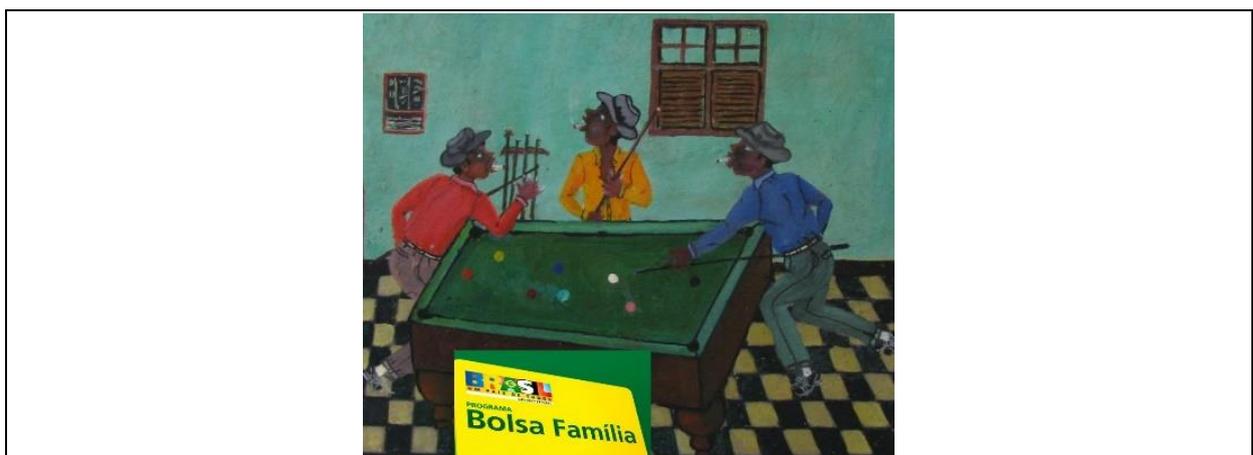
Fonte: Mais Um!, 27 nov. 2013. Disponível em: <http://maisum.altervista.org/2013/11/montagens-com-a-dilma-2/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 34 – Bolsa família pagou R\$ 3,3 bi a empresários e mortos



Fonte: Robson Pires, 12 nov. 2016. Disponível em: <http://www.robsonpiresxerife.com/notas/bolsa-familia-pagou-r-33-bi-a-empresarios-e-mortos/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 35 – Inserção do samba Nega Maluca no bolsa família



Dois seguimentos podem ser compreendidos porque a jovem procurou o pai da criança. Um, ela não quer que o filho seja visto como uma criança sem paternidade. Dois, ela quer, por direito, que o pai assuma a pensão da criança. Nesses segmentos a moral e a economia se mesclam.

Mas, em tempo de Bolsa Família, dois enunciados se mostram. Um, a mãe, abandonada, não procura o pai. Registra o filho no Bolsa Família. Dois, o pai fica com a mãe porque também quer usufruir do Bolsa Família. Em um entendimento simples, o Bolsa Família também tem a função de unir os pais. Dessa forma, o samba, Nega Maluca, entra em inversão.

Entretanto, algum obtuso pode afirmar: O pai ficou com o filho por interesse, e não por amor paterno. Bem, aí já é tema para outro samba.

Fonte: Blog Esquizofia, 21 set. 2014. Disponível em: <https://esquizofia.wordpress.com/page/134/>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 36 – Vadiagem no Brasil não é mais crime



Realmente não pode ser crime a prática da vadiagem, se o próprio governo incentiva um programa que só visa angariar votos a custa da miséria e da pobreza, o famigerado " bolsa família "

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) projeto de lei que descriminaliza a “vadiagem”.

Atualmente a lei de contravenções penais, de 1941, prevê pena de 15 dias a três meses a quem se entregar “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegure meios bastantes de subsistência, ou que prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita.”

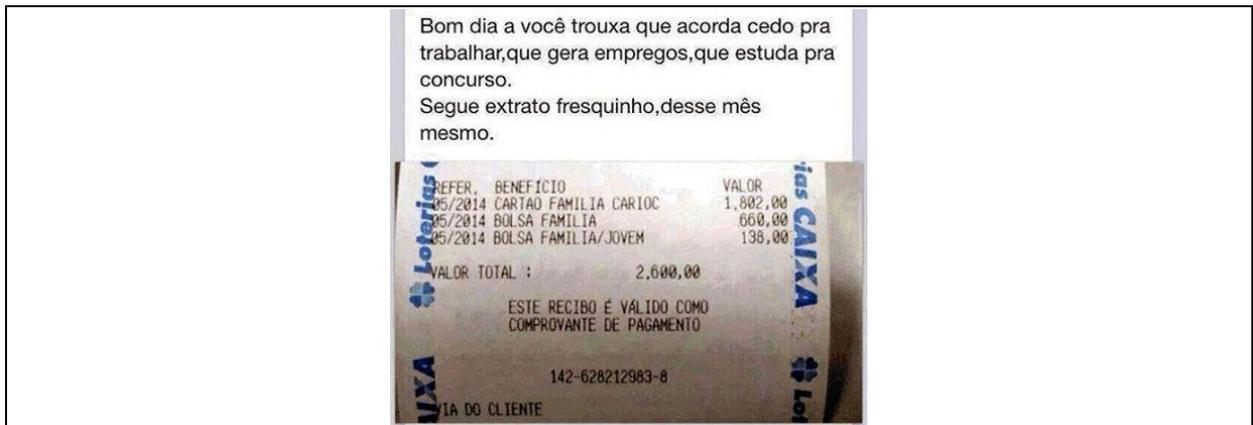
A proposta, de autoria do ex-deputado Eduardo Cardozo, atual ministro da Justiça, segue para votação no Senado. “Evidente que a simples pretensão de punir aqueles que a sociedade já condenou à exclusão social, à fome e ao desespero revela uma crueldade talvez insuperável em nosso ordenamento jurídico”, argumentou Cardozo ao apresentar do projeto.

O relator da proposta, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), também defendeu a modificação na Lei de Contravenções. “Há anos que o país não consegue gerar os empregos necessários para sua população. O desespero de alguém que se vê jogado na rua por não conseguir trabalho aliado à possibilidade de poder ser preso por tal fato é de indescritível crueldade”, disse o parlamentar em seu parecer.

A votação do projeto nesta quarta foi possível por concessão da oposição. A demora no pagamento de restos a pagar e no empenho de emendas parlamentares impediu a votações no plenário da Câmara na semana passada e nesta terça (9). Após reunião no gabinete do presidente da Câmara, Marco Maia, nesta tarde, os líderes dos partidos de oposição mantiveram a decisão de não votar medidas provisórias, mas aceitaram analisar três projetos de lei.

Fonte: Jesse Santos, 8 ago. 2012. Disponível em: <http://jesseantenado.blogspot.com/2012/08/vadiagem-no-brasil-nao-e-mais-crime.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 37 – Bom dia, trouxa: extrato bolsa família



Fonte: Blog Cara Que Loucura, 2 out. 2014. Disponível em: <http://caraqueloucura.blogspot.com/2014/10/bom-dia-trouxa-extrato-bolsa-familia.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

Figura 38 – Comportamento – bolsa família – Charge



Fonte: Blog Cachoeira do Macaco, 26 set. 2012. Disponível em: <http://cachoeiradomacaco.blogspot.com/2012/09/comportamento-bolsa-familia-charge.html>. Acesso em: 17 jan. 2016.

Figura 39 – Boato de suspensão do bolsa família



Fonte: Jeremias Castro, 20 maio 2013. Disponível em: <http://jeremiascartoons.blogspot.com/2013/05/boato-de-suspensao-do-bolsa-familia.html>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Figura 40 – Esmolas e votos



Fonte: Blog Ary Ramalho, maio 2013. Disponível em: <http://www.aryramalho.com/2013/05/charge-da-semana-esmolos-e-votos.html>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Figura 41 – Fim do bolsa família...



Fonte: Blog Rômulo Lima, 1º maio 2013. Disponível em: http://www.blogromulolima.com/2013_05_01_archive.html. Acesso em: 02 fev. 2016.

Figura 42 – Bolsa família kkkkkk



Fonte: *Blog Imagem e frases para facebook*, jun. 2013. Disponível em: <http://tomfrasesesimagemparafacebook.blogspot.com/2013/06/bolsa-familia-kkkkkk.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

As Figuras 24 e 37 destacam o que se entende por “falta de esforço pessoal”, “falta de vontade” e “comodismo” em não “investir em si próprio”; a lógica do “déficit educacional” e “falta de qualificação profissional”, como explica Siqueira (2013), bem como do “indivíduo como empresa”, sobre a qual abordaremos mais adiante. Dois trechos sobre os “auxílios” do governo (referência ao PBF) do texto que consta na Figura 24 merecem ser aqui destacados:

Os auxílios à população carente são para que ela receba o dinheiro e invista em escolarização e qualificação profissional, buscando ascensão social e mais qualidade de vida. Mas isso é exatamente o que a maioria não faz (J. Gomes, 26 mar. 2013).

Receber auxílio governamental e não utilizar esse recurso como alavanca para a sua autonomia financeira é como assinar o próprio Atestado de Pobreza (J. Gomes, 26 mar. 2013).

Está explícita ainda a repugnância do autor às famílias que têm como única fonte de renda o “auxílio” do Estado, situação que gera “comodismo” e “impede os/as beneficiários/as de buscarem mudanças em sua situação econômica”. O autor do *post* deixa clara a sua indignação com o que ele considera uma “falta de investimento social” por parte de beneficiários/as com a renda transferida.

As Figuras 26, 29, 31, 32, 38, 39, 40, 41 e 42 estigmatizam, sobretudo, os homens membros das famílias beneficiárias do PBF como sujeitos que “não se esforçam para trabalhar” e “não querem procurar emprego”.

Nas Figuras 27, 30, 33 e 36, os estereótipos se traduzem em ofensas mais diretas, com o emprego dos termos “vagabundos”, “preguiçosos” e “folgados”.

Já na Figura 28, a crítica conservadora agrega novos elementos aos anteriormente analisados nos primeiros dois conjuntos de dados, são eles: a “predisposição à manipulação política” e a “irresponsabilidade” de mulheres que não fazem o controle da natalidade. Além disso, há um foco nos trabalhadores rurais, mais uma vez, expondo as pessoas por meio de fotos⁷⁷, de modo que, entre os vários desenhos divulgados no conteúdo do *post*, há um em que aparece a famosa figura do “caipira” brasileiro, encostado no cartão do PBF. Os casos de corrupção de pessoas com “alta renda” que participam do programa são comentados no texto, menção também feita no texto da Figura 34.

Interessante notar que, ao fazer a crítica ao número de filhos de famílias beneficiárias do PBF, o autor do texto, revelando o seu machismo, escreve a seguinte frase: “*E imagine ainda se o marido dela tivesse que volta pra trabalhar e sustentar esse tanto de filho? Coitado, hein?*” (David Vilanova, s/d). E o *post* termina com a seguinte indagação: “*Bolsa Família veio para ajudar ou prejudicar o Brasil?*” (David Vilanova, s/d).

Da Figura 25, destacamos o seguinte trecho:

Pagamento sem contrapartida de trabalho ou é esmola ou roubo ou propina, e eles corrompem a nação. Numa época atrás tínhamos as “frentes de trabalho” durante a seca. Mesmo que elas fossem também uma fonte de corrupção (talvez não tão grande quando o Bolsa Família, no qual, temos até funcionários públicos o recebendo), havia o trabalho que dignificava o homem que recebia quando nelas trabalhavam, mesmo reclamando e pedindo chuvas ao céu. Hoje, eles criaram contrapartida para tudo, menos o trabalho como tal. O que deveríamos ter era o “Bolsa Trabalho” [...] (postado por Zezinho de Caetés).

Na seleção da Figura 35, o conteúdo do texto do *post* (que consideramos muito confuso) foi menos importante e considerado, do que a imagem e referência ao samba “Nega Maluca”. Compreendermos que, apesar de elementos do racismo estarem contidos nas demais figuras, nesta, fica mais evidente quando o negro é diretamente associado à figura do malandro e vagabundo.

A liberdade com ordem, valor sempre prezado pelos conservadores, em tempos neoliberais, corresponde a expressões do individualismo, da ética do trabalho, da noção de “capital humano” tão valorizadas nos dias de hoje por neoconservadores. O “espírito

⁷⁷ Há a seguinte observação do autor do texto no *post* da Figura 28: “*Enfim, para começar queria deixar bem claro que toda informação e imagens contidas nesse post já foi DIVULGADA, em mídias como Noticiários, Sites, Jornais, TV e até mesmo da Net*” (David Vilanova, s/d).

empreendedor” e a autonomia dos seres humanos são reduzidos a ações que demonstrem seu empenho no desenvolvimento e exercício de sua capacidade produtiva, numa sociedade regida pelo domínio do capital.

A liberdade no sentido neoliberal é a liberdade de mercado, que se dá dentro das leis burguesas, a liberdade individual, por isso, a máxima “a minha liberdade termina quando começa a do outro”; a liberdade econômica, de consumo e acumulação de propriedades; de bem-estar e satisfação pessoal; de concorrência e sucesso profissional. É claro que estão incluídos outros tipos de liberdade, como os que se dão na esfera política, na vida civil, nas esferas social e cultural, entre outras.

Mas, em todas, o pleno desenvolvimento dos indivíduos e da humanidade não está contemplado, porque há uma dependência do movimento e da dinâmica do mercado e do capital para que isso ocorra. Lembrando que esse movimento não está atrelado a forças naturais e sim ao jogo de forças sociais, econômicas, políticas existente e impulsionado por ações humanas. Isto é, em relações de classes, em que a vida social se efetiva a partir da exploração do outro; os valores emancipatórios, entre eles, a liberdade, não se objetivam de modo universal, mas somente para alguns. E a liberdade não é liberdade, se não for compreendida no seu sentido humano-genérico.

Barroco (*In: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H., 2012*) explica que a compreensão individualista de liberdade tão cultivada pela ideologia neoliberal precisa ser desmistificada e apreendida com base em suas determinações históricas. No cotidiano, como construímos nossa existência com base nas relações de mercado, no “mundo das mercadorias” (MARX, 2013), nas relações de competição, a liberdade que se realiza quando construímos e estamos no espaço da nossa vida privada é muito valorizada por nós. Vivemos esse mundo e o pensamos assim.

Mas a autora chama a atenção para o fato de que a liberdade sempre será de caráter genérico e não é possível gozá-la sozinhos, como fomos acostumados a pensar. A liberdade sempre será perpassada por “contradições, conflitos e responsabilidades” porque ser livre implica ser livre com os demais (BARROCO *In: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H., 2012*). Se a maior parte da humanidade não é livre, não há liberdade. Segundo a autora:

[...] objetivar relações mais livres é agir de forma que amplie a margem de autonomia das nossas ações, levando em conta a relação com os outros; é participar de ações voltadas à liberação das formas de opressão que impedem a livre manifestação das capacidades e potencialidades humanas. (BARROCO *In: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. 2012, p. 63*).

Para a livre manifestação e o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, as oportunidades precisam estar dadas a todos. Na sociedade em que vivemos, as desigualdades impedem que isso aconteça e a igualdade jurídica entre os indivíduos não é suficiente para que isso ocorra, porque, nas condições objetivas do capitalismo, os donos do capital e os trabalhadores assalariados sempre estarão em condições desiguais. Por isso, a lógica meritocrática, nesse sistema, é tão perversa, afinal, para ser merecedor em condições tão desiguais e a depender do acesso a oportunidades, a tarefa é muito árdua e injusta. Por outro lado, a igualdade de oportunidades pode intervir positivamente sobre as desigualdades, em longo prazo. Porém, acreditamos na validade da igualdade social, porque entendemos que as diferenças devem existir, são inerentes ao ser social, às individualidades; já as desigualdades não são eternas e não precisam continuar existindo.

A liberdade com ordem nos remete à necessária aceitação de todos os determinantes externos e ao desenvolvimento de certas “virtudes” que devemos ter para sermos donos de nossas próprias vidas e conquistarmos a tão sonhada liberdade. O investimento em nós mesmos, o empreendedorismo, a ética do trabalho, são algumas dessas “virtudes”, ou capacidades, que a sociedade capitalista e neoliberal valoriza; práticas que estão relacionadas com esse tipo de liberdade.

Historicamente, pobres são vistos como pessoas “desprovidas dessas qualidades morais”, o que frequentemente leva à responsabilização dessas pessoas por sua condição de pobreza, na medida em que “não desenvolvem competências”, “não são capacitados”, “qualificados”, ou “não se dedicam ao trabalho”.

Somos cobrados, enquanto cidadãos, nesse universo mercantil onde os valores mercantis prevalecem, a conquistar mais autonomia. Porém, de qual autonomia se trata, nesse contexto? A famosa frase de que é preciso “ensinar a pescar e não dar o peixe”, é reproduzida pelo senso comum, como se autonomia fosse a transformação no nível individual, a autossuficiência, a “tomada de consciência individual”, a busca da autoestima para a autosuperação, a sustentabilidade, a preparação para o mercado de trabalho, o empreendedorismo.

Mais do que isso, como se autonomia fosse sinônimo de “vender bem a sua força de trabalho”, fazer escolhas “certas” no mercado de trabalho. No que se refere aos programas e beneficiários da transferência de renda, há grande preocupação, que se volta à necessidade de “preparar” as famílias pobres para ascenderem socialmente, seja por meio da educação, ou qualificação técnica, para que não se tornem “dependentes” do Estado.

E é claro que as tendências sociais de correntes mais críticas também apoiam a expansão e melhoria da qualidade da educação, qualificação profissional; por entenderem quão importante são o acesso ao conhecimento, o fazer ciência na vida do ser humano, como meio, inclusive, de “suspensão do cotidiano” (HELLER, 2008), o que pode abrir horizontes e possibilidades no sentido da construção coletiva de uma outra sociabilidade. No entanto, além de ser complicado julgar as atitudes das pessoas, nesse cenário de degradação do trabalho, com base em preconceitos, entendemos que a postura proativa dos indivíduos perante o mercado reforça valores de competitividade, concorrência, do estímulo ao consumo, ao egoísmo, o que certamente nos garante a sobrevivência, mas não necessariamente a autonomia ou a construção de valores emancipatórios.

Conforme visto anteriormente, nem todo neoconservador se assume como liberal ou neoliberal; não temos condições de aprofundar essa discussão na presente tese. No entanto, como afirma Santos (2007), a ofensiva antidemocrática do neoliberalismo cria as bases para o neoconservadorismo. Barroco (2011) também fala sobre as características da ideologia neoliberal que dão sustentação para o erguimento do neoconservadorismo, são elas: a justificação da ordem societária capitalista, o estímulo à efemeridade, ao individualismo exacerbado, ao intimismo, ao fechamento cada vez maior das pessoas em questões da vida privada, ao “familismo”, como vimos anteriormente. Por serem todos esses modos de ser necessários à apologia capitalista, são claramente expressão de uma cultura e ideologia neoconservadoras (BARROCO, 2011).

As bases objetivas e materiais que alimentam essa ideologia; a formação da subjetividade dos indivíduos e a destruição de valores morais, éticos e civilizatórios universais; pautados no humano-genérico, na razão moderna, nas ideias de progresso histórico e totalidade (BARROCO, 2011), são as contradições do capitalismo contemporâneo que se acirram em tempos de crise.

O atual padrão capitalista de acumulação, no Brasil, além de se sustentar em um processo de reestruturação produtiva, nos conflitos de classes, com enormes perdas para a classe trabalhadora, como a precarização dos postos de trabalho, a sua fragmentação, desorganização e as mudanças sofridas no padrão de regulação social até então vigente, como acontece no mundo todo, apresenta algumas particularidades (SANTOS, 2007).

Em nosso país, o neoliberalismo foi capaz de acentuar o caráter antidemocrático das relações sociais que já existia. Ou seja, o Brasil, enquanto um país que se insere no capitalismo internacional como periférico, com longa cultura conservadora, sempre com um frágil modelo

democrático marcado por relações autoritárias das elites e do Estado com o povo, foi dominado pelo ideário neoliberal, contraditoriamente, num momento da nossa história em que a sociedade buscava reestabelecer a democracia no Brasil (BARROCO, 2011). Diante das debilidades do sistema democrático no País e de seu caráter muito recente, as forças neoliberais ganharam ainda mais força e se “acomodaram” muito bem aqui. A forte presença do conservadorismo em nosso País também se renovou, nesse momento.

Então, na sociedade brasileira, temos não só a declaração do fracasso de projetos emancipatórios; a desqualificação da política e de suas formas democráticas; a apologia ao capitalismo; o fortalecimento dos movimentos de direita e religiosos; a xenofobia; a exacerbação de preconceitos, do racismo; a militarização da vida social; a guinada do pensamento intelectual; situações típicas do movimento neoconservador, aliado ao neoliberalismo. Situações estas que nascem de comportamentos e ideias que valorizam a hierarquia, a ordem, a autoridade, a moral tradicional (BARROCO, 2011). Temos também uma “pregação antissocial” (OLIVEIRA In: SADER; GENTILI, 2012) que se fortaleceu com a ofensiva neoliberal.

Referindo-se ao “processo de dilapidação do Estado brasileiro”, iniciado no período da ditadura militar, e que prosseguiu no período democrático, o autor analisa:

Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação antissocial. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti-sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente. (OLIVEIRA In: SADER; GENTILI, 2012, p. 25).

Conforme já mencionado, entre as manifestações do conservadorismo moral identificadas nos dados coletados, percebe-se essa aversão às medidas do Estado para enfrentar expressões da questão social, como é o caso da pobreza. Medidas essas que ainda são consideradas muito mais “ajuda” do que direitos.

O antiestatismo declarado nos dados apresentados é aquele que entende que a transferência de renda aos mais pobres pode “desestimulá-los ao trabalho”. Tomando como referência a noção neoliberal de: “Estado mínimo para o social e Estado máximo para o capital”, vai além, ao criticar até mesmo o “gerenciamento”⁷⁸ da pobreza, via programas pontuais.

⁷⁸ Estamos chamando de gerenciamento os processos provenientes das contrarreformas no Estado que propõem tornar os serviços públicos “mais eficientes, menos custosos por meio da redução dos gastos públicos, teorizada a partir de pressupostos do funcionamento do setor privado” (UGÁ, 2011, p. 52).

Conforme discutido anteriormente, o modelo econômico que se orienta pelo ideário neoliberal, sobretudo com a sua expansão para todo o mundo, a partir dos anos 1980, resulta em uma “reestruturação” do aparelho estatal, de modo que a sua intervenção na questão social, que já era limitada, limitou-se ainda mais. Nos países centrais, o alvo das mudanças foram as reivindicações sindicais e o modelo do Welfare State nos países onde existiu. Nos países periféricos, como, por exemplo, o Brasil, “[...] o problema apontado era que o Estado era ‘gastador’, ‘populista’, já que, dos anos trinta aos anos setenta, atuou como ‘Estado desenvolvimentista’ e expandiu o sistema de proteção social” (UGÁ, 2011, p. 53).

Sabemos o quão deficitário sempre foi e ainda é o sistema de proteção social no Brasil, bem como a estrutura de bens e serviços públicos oferecidos à população. E conhecemos, ainda, os impactos destrutivos do neoliberalismo sobre estes, quando o País passava por um processo de redemocratização, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que, entre outras conquistas, incluiu o Sistema de Seguridade Social sob novos padrões de justiça social.

O que nos importa reiterar é que, entre perdas e ganhos nesse momento histórico, os direitos sociais conquistados e o sistema de proteção social no Brasil, ainda em processo de construção e amadurecimento, sofreram pressões dos organismos econômicos internacionais, que receiptaram ajustes estruturais, com cortes nos gastos sociais e redução do papel do Estado no enfrentamento da questão social. Receita seguida “à risca”, com a acelerada privatização de políticas sociais e a sua focalização em situações consideradas mais emergenciais, entre outras medidas. Em nosso País, há muitas situações que podem ser consideradas “emergenciais”, mas, entre elas, o combate à fome e miséria foi uma das priorizadas pelo Estado.

O entendimento e as medidas de intervenção sobre a questão social, não sem embates e lutas sociais, retrocederam e a questão social voltou a ser tratada, fundamentalmente, como pobreza. Daí, a focalização e “desuniversalização” de políticas sociais, como uma tendência contemporânea nesse campo. Portanto, os PTRs estão dentro de padrões de regulação social “aceitáveis” e implementados pelo próprio Estado neoliberal, para responder a manifestações da questão social.

Os adeptos do conservadorismo moral, portanto, estão preocupados com seus efeitos sobre o que eles denominam ser o “caráter”, as “posturas”, as “atitudes” já “viciadas” de seus/suas beneficiários/as.

As situações vivenciadas por essas pessoas são de ordem estrutural as quais, afetando a principal forma de objetivação do ser social, que é o trabalho, atingem todas as outras. Além do desemprego e o subemprego, que levam a precárias condições de vida, as pessoas se veem

amedrontadas com a total insegurança, no que diz respeito à perda de direitos, de proteção social na etapa da infância, velhice, doença, falta de trabalho e perda de garantias trabalhistas; à vulnerabilidade a vários tipos de violência, entre outros problemas considerados “sociais”.

Para nós, esses “problemas sociais” são produto de uma sociedade desigual, que se funda na exploração de classe e é “ineliminável” na sociedade em que vivemos (NETTO, 2001), o que damos o nome de questão social. As “soluções” criadas, ao longo da história, para esse “problema”, são várias, e compreendemos que medidas de enfrentamento às expressões da questão social, como a pobreza, são necessárias, mas não se pode querer superá-la no padrão de desenvolvimento capitalista. Reforçamos que a pobreza não é uma categoria moral que carrega valores negativos, mas uma expressão da questão social nessa sociedade que tem suas raízes no acesso desigual às riquezas socialmente construídas.

Contudo, a situação de desemprego estrutural em que vivemos não é desvelada no pensamento neoconservador e a ideologia neoliberal trabalha para que ela também pareça culpa e responsabilidade dos indivíduos. Soma-se a isso a percepção de não enquadramento das pessoas a atitudes consideradas “corretas” em relação ao “não trabalho” que são ideologicamente produzidas e reproduzidas na cultura brasileira.

O/a desempregado/a, além de sofrer com o próprio desemprego, carrega uma culpa moral, por não exercer a atividade que lhe confere dignidade: o trabalho. A falta de trabalho, seja qual for e em quais condições, o/a exclui das demais formas de participação social na vida, não raramente, até mesmo das relações familiares. E se o trabalhador pobre sofre com essa condição de subalternidade e exclusão na sociedade em que vivemos, o pobre desempregado sente-se duplamente afetado. Marx tratou em sua obra do atendimento das necessidades básicas para a manutenção da vida por meio do trabalho e a sensação de falta de dignidade está relacionada com a impossibilidade de realização dessa necessidade primária que é a sobrevivência, frequentemente, traduzida e incorporada, tanto pelas pessoas que a vivenciam quanto por pessoas que a analisam, como “incapacidade”, “fraqueza”, “culpa”.

No caso de beneficiários/as do PBF, a culpa moral normalmente ainda é maior, porque, além de não ter trabalho e condições dignas de sobrevivência, muitos/as deles/as se sentem incomodados/as por “dependerem” do que consideram uma “ajuda” do Estado. Yazbek (2009, p. 108-109) retratou essa realidade em sua pesquisa com usuários da política de assistência social:

Embora diversas, as situações referidas pelos narradores, como de desemprego, revelam o valor do trabalho tanto para a sobrevivência como para a manutenção da

dignidade pessoal de trabalhadores. [...] Nas experiências relatadas delimitam-se dois significados para o trabalho: meio de “ganhar a vida” e ascender socialmente, num quadro de restrições e carências, e atividade cujo valor ético lhes confere a dignidade pessoal de trabalhadores. Embora encontrem dificuldades objetivas para obter trabalho e tenham em comum uma inserção social caracterizada pela exclusão, todos se referenciam ao trabalho como lógica e como ética organizadora de suas vidas. O que significa referenciar-se na ética do trabalho e não conseguir trabalhar? O que é recobrir a identidade de trabalhador com a de “assistido”?

Tal análise cabe para beneficiários/as do BF, que são também usuários/as da política de assistência social. Na Figura 16 do conjunto de dados anteriormente analisado, uma beneficiária do PBF é descrita como alguém que se identifica como “bolsafamiliarista”. Chamamos a atenção para o fato de quanto a discriminação nega a existência do outro. A discriminação social e todas as outras formas de discriminação se objetivam por meio do preconceito que atinge as pessoas de várias formas (BARROCO, 2016b, p. 19):

Os indivíduos vitimizados pelo preconceito são atingidos em diferentes níveis de humilhação e sofrimento, que interferem na totalidade de suas vidas, em sua subjetividade e sociabilidade, acarretando prejuízos físicos, emocionais, psicológicos, que podem se objetivar de forma mais ou menos violenta. Entre outros elementos, isso se explica especialmente porque o preconceito se traduz pela negação daquilo que constitui centralmente sua identidade como sujeito. É sua condição de existência que passa a ser rejeitada e tomada como objeto que supostamente justificaria sua negação: a mulher sofre por ser mulher, o negro por ser negro, o índio por ser índio, o homossexual por ser homossexual, entre outros. Assim, a (re)produção das múltiplas formas de preconceito carrega consigo potencialmente múltiplas formas de violência, cujas consequências revelam-se por meio da humilhação e do sofrimento. A defesa prática da diversidade humana se coloca, portanto, como meio fundamental de combate aos preconceitos, precisamente porque contribui para a defesa da afirmação do outro em suas diferenças. Cabe aqui lembrar que *diferença* não é sinônimo de desigualdade, mas indicativa das diversas possibilidades de constituição humana, que somente nos enriquecem como gênero humano.

No caso analisado, os sujeitos são rejeitados por sua condição social. A mesma violência que gera desigualdades, os discrimina. Nesse sentido, combater o preconceito social é combater desigualdades, porque são as bases materiais que sustentam o conservadorismo moral. A chamada “ética do trabalho” é um valor muito recorrente nos julgamentos moralistas sobre beneficiários/as do PBF, de modo que as atitudes e os comportamentos desses indivíduos são “fiscalizados” com base em parâmetros dados por essa ética, reconfigurando assim o antigo controle social sobre a população mais empobrecida, seja via Estado como pela própria sociedade. Isso ocorre sem qualquer crítica a essa “ética do trabalho” que está posta socialmente.

Vimos anteriormente que, constantemente, na história, o trabalho é redefinido ideologicamente. Assim aconteceu no declínio do regime escravista, no Brasil, quando a força

de trabalho e o trabalhador necessários ao mercado brasileiro precisavam se livrar dos estigmas do período da escravidão e, por isso, iniciou-se uma “vasta louvação ao trabalho” (IANNI, 2004, p. 116) que se estendeu ao longo dos períodos republicanos, a qual estamos compreendendo, na presente pesquisa, como uma “ética do trabalho” que se estende até os dias de hoje. Explica Ianni (2004) que nasce daí uma apologia do trabalho como “atividade dignificante” e que pode combater a “preguiça e indolência”, “próprias do povo brasileiro”.

Conforme já apontado, o que está por trás dessa imagem do brasileiro pobre e de sua valoração negativa, tem raízes também em nosso passado escravista, em que o senhor, proprietário, político, intelectual, bispo, general, eram valorizados e o escravo, negro, os trabalhadores, eram desvalorizados por suas atividades inferiores e desprezíveis. A figura do “Jeca-Tatu”, de Monteiro Lobato, também é emblemática nesse sentido (IANNI, 2004). Até hoje, parte da classe trabalhadora que compõe um subproletariado, muitas vezes realizando um trabalho mais especializado e qualificado, com cargos de gerência ou salários mais altos do que profissionais sem qualificação, não se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora e prefere não ser assim identificada.

O que não se coloca em questão, nessa “ética do trabalho” muito defendida entre neoconservadores, como se verifica, é que o sentido do trabalho nessa sociedade é produzir mercadorias e lucro; reduzida a atividade puramente de subsistência, porque há um estranhamento entre o ser e o trabalho, atividade fundante e enriquecedora do gênero humano.

Além do que, não se considera o atual quadro do trabalho no Brasil, que é de altos índices de desemprego e subemprego.

Restaurar a dignidade humana por meio do trabalho é muito mais do que isso, é possibilitar aos homens que existam por meio do trabalho e não somente subsistam ou sobrevivam, explica a teoria social marxiana.

Não nos parece exagero afirmar que, para os neoconservadores, iniciativas sociais de combate à pobreza, como o PBF, são consideradas como negadoras dessa “ética do trabalho” e favorecedoras de uma “ética da preguiça”, como sugeriu Roberto Campos, durante o período da Constituinte, no Brasil:

Roberto Campos, senador e constituinte em 1988, não deixou de fazer a apologia do trabalho. Diante das conquistas sociais que se achavam em discussão na Assembleia Constituinte, passou a combatê-las dizendo que se queria “entronizar a preguiça” na Constituição. Argumentou que o país deveria adotar a “ética do trabalho”, como as nações da “franja asiática”, isto é, Cingapura, Hong-Kong, Taiwan e Coreia do Sul. Teria ocorrido uma espécie de milagre naquela região. “Nada disso é possível, entretanto, sem a ética do trabalho”. Mas lastima as conquistas sociais em debate. “E

tudo indica que estamos mais preparados para a ética do ‘lazer’, ou da ‘preguiça’”. (IANNI, 2004, p. 117-118, grifos do original).

Compreendemos que esse tipo de pensamento e atitudes com relação ao PBF e seus/suas beneficiários/as expressam forças neoconservadoras que interferem também no interior da atual PNAS, no sentido de retomar o seu papel histórico de “política de integração social” dos indivíduos. Não que as políticas assistenciais tenham ultrapassado essa fase no Brasil, sobretudo, os PTRs. Mas cremos que os “tímidos passos” no sentido do rompimento, ao menos, com o tratamento moral dado à questão social, são obstaculizados por forças ideológicas sempre presentes nas formas de interpretar e intervir sobre a questão social no Brasil.

Para evitar situações que coloquem em risco a ordem social, o Estado acaba incorporando traços dessa ideologia em suas respostas à questão social. Um deles é o *workfare* em países da Europa, já mencionado anteriormente, e o outro é a noção de “capital humano” associado ao combate à pobreza.

A noção de “capital humano”, segundo Siqueira (2013), tem como pressuposto central que o trabalho humano é uma potência de cada indivíduo, que pode ser usada em benefício próprio e do mercado.

Vender para o mercado a sua força de trabalho qualificada é “um dos mais importantes investimentos” que os sujeitos podem fazer, nos dias de hoje, e isso requer, basicamente, “força de vontade” e “esforço próprio”. Baseando-se nessa lógica, muitas instituições de ensino privado no Brasil fazem suas propagandas e ampliam seus negócios. Mas não nos cabe tratar sobre esse assunto aqui.

A partir dos anos 1980, essa teoria, que teve origem com Theodore W. Schultz, foi retomada por neoliberais, com o intuito de amenizar os impactos dos processos de reestruturação produtiva, já que é uma boa justificativa para os altos níveis de desemprego, para negar a pouca oferta de trabalho, explicar o desigual desenvolvimento econômico entre os países e introjetar, ainda mais, nos trabalhadores, a condição de mercadoria travestida de “capital” (SIQUEIRA, 2013). A autora cita Marx para apontar o uso ideológico do termo, tendo em vista que, na verdade, a força de trabalho para o trabalhador funciona como mercadoria, na medida em que ele precisa vendê-la todos os dias para viver e, somente nas mãos do capitalista, tal força de trabalho pode se transformar em capital.

Para o combate à pobreza, a proposta central da teoria do capital humano é a educação. São reflexos dessa ideologia que aparecem nas opiniões sobre beneficiários/as do PBF: quanto mais a pessoa estuda, mais crescem as possibilidades de ela sair do chamado “círculo vicioso

da pobreza”. O PBF tem como base fundante de sua estrutura essa lógica, o que certamente consideramos positivo e válido, simplesmente pelo fato de ter aumentado a frequência e diminuído a evasão escolar de crianças e adolescentes em um país com um déficit tão alto no sistema educacional.

Em estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que foram analisados os diferenciais entre beneficiários do BF e não beneficiários do programa, sobre indicadores individuais de educação de crianças de 7 a 14 anos, um dos resultados apresentados foi “[...] quanto à evasão escolar, foi observada menor evasão dos beneficiários do BF, sobretudo em relação ao grupo de não beneficiários” (SILVA *et al.*, 2016, p. 166). Resultado ainda muito pontual, se considerarmos os baixos índices de qualidade da educação no Brasil, mas muito importante, ao mesmo tempo.

Consideramos negativa a visão sobre educação no PBF centrada nessa teoria do capital humano enquanto um fator de produção para o desenvolvimento, como explica Silva *et al.* (2016), e do trabalhador enquanto capital a serviço e à disposição do mercado, como define Siqueira (2013).

Mais negativa ainda consideramos a concepção predominante na sociedade em que vivemos de que beneficiários do PBF precisam “merecer” participar do programa, sendo o principal critério para “medir” esse merecimento a sua “disposição” ou “dedicação” ao trabalho e aos estudos ou qualificação profissional.

Não é possível prever ou controlar os comportamentos das pessoas com relação ao trabalho, a partir do momento em que estas passam a ser beneficiárias do PBF, mas, ainda assim, pesquisas encomendadas pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) demonstraram que não há muitas diferenças entre beneficiários e não beneficiários pobres na sua relação com o trabalho.

Não há comprovação científica dessa “pouca disposição” ao trabalho ou do “efeito-preguiça” gerado por PTRs, pois tais pressupostos nascem de um imaginário ideologicamente construído e alimentado por neoconservadores acerca da questão social e de um empiria infundada que generaliza toda uma realidade social.

O que buscamos mostrar aqui é que os julgamentos moralistas e preconceituosos sobre as pessoas mais pobres são as bases de tais ideias que circulam em nosso cotidiano e nas redes sociais virtuais.

O antiestatismo “social” é um valor muito evidente entre os neoconservadores no Brasil. Soma-se a isso a valoração da “ética do trabalho” e do “espírito empreendedor” que eles julgam que os pobres não têm.

Tais valores prezados pelo conservadorismo moral na atualidade, são então produto de uma ofensiva ideológica que nasce de um sistema do capital globalmente em crise; de uma realidade alarmante de desemprego estrutural, portanto, do fortalecimento de “valores do antigo liberalismo”, aponta Santos (2007), como a competição e o individualismo, e com eles o enfraquecimento da solidariedade coletiva e de classe, da liberdade emancipatória, da política, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as opiniões sobre beneficiários (as) do PBF nas redes sociais digitais, identificamos que os preconceitos são as expressões mais recorrentes nesses conteúdos. Tais preconceitos são produto de modos de ser e pensar que se fundamentam em valores tradicionais defendidos como verdades preconcebidas que são reproduzidas cotidianamente. Dessa forma, podemos afirmar que os estereótipos e estigmas criados em torno de famílias e indivíduos beneficiários do PBF revelam a forte presença do moralismo na vida social contemporânea.

Ora, cria-se uma representação, imagem, ideia acerca da população mais empobrecida, seus hábitos, costumes, valores, comportamentos que não correspondem à realidade, são deturpadas, distorcidas e preconceituosas. Opiniões sobre a questão social e suas expressões são formadas a partir de leituras falsas e superficiais dos fatos, sustentadas por modos de pensar e agir apreendidos acriticamente, sob a mediação de um código moral dominante. Estas partem também do fenômeno do moralismo que é colocado em prática e reproduzido socialmente quando as mais diversas situações são avaliadas, prioritariamente ou exclusivamente, do ponto de vista moral, tornando assim os indivíduos e suas atitudes o alvo central de críticas que não dizem respeito às raízes das reais situações.

Consideramos que a questão social tem raízes muito mais profundas do que as que se expressam em opiniões do senso comum, conforme apresentamos na presente tese, e que merecem ser investigadas e refletidas.

A moralização da questão social é uma das formas de atendimento social às necessidades das classes subalternas. Na raiz dessas necessidades que se expressam nas sequelas da questão social está a desigualdade inerente ao capitalismo e sua configuração como sociedade de classes que se reproduz pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida e pela exploração do trabalho.

No momento histórico em que a classe trabalhadora se coloca na sociedade como um sujeito político, reivindicando direitos, está exposta a questão social em sua dimensão de luta de classes.

A partir desse marco de origem da questão social, o Estado e as classes dominantes buscarão estratégias para responder a ela. E, ao mesmo tempo, buscar se legitimar e conter as tensões sociais. Esta também é a origem das políticas sociais e programas do Estado.

O contexto que analisamos na pesquisa é o das políticas sociais voltadas para o combate à pobreza, através do PBF. Partindo do pressuposto que a moralização da questão

social vem à tona, com força, no atual cenário brasileiro, a partir de um programa de transferência de renda como o Bolsa Família, buscamos compreender os elementos da ideologia neoconservadora por trás desse fenômeno.

Assim, buscamos mostrar com a pesquisa que, tais opiniões e comentários reproduzidos cotidianamente por meio de preconceitos e compartilhados nas redes sociais digitais, estão fundamentados no conservadorismo moral, uma das expressões da ideologia do neoconservadorismo, esta que tem uma história, suas razões de ser, seus pressupostos e uma processualidade sócio-histórica em funcionamento que, buscamos apreendê-la.

Portanto, ficou evidente para nós, com o desenrolar desses quatro anos de estudos e trabalho de pesquisa que a moral tem um papel de destaque no pensamento conservador, desde a sua origem, o mesmo ocorre com o neoconservadorismo na contemporaneidade. A moral é tratada, sob a perspectiva ideológica do neoconservadorismo, como fundamento da sociedade. A concepção segundo a qual há uma “ordem moral duradoura” (KIRK, 2014) ou uma “teia ancestral de ideias, práticas morais e afetos” (PONDÉ, 2012) que forma nossas opiniões sobre o mundo e os outros, sob a perspectiva do neoconservadorismo, é outro ponto que traz uma ideia de que a esfera da moral é eterna e inalterável, algo que está acima de nós e além do nosso alcance.

Ao contrário disso, compreendemos que a moral é construída social e historicamente, portanto, há um conjunto de ideias, práticas e afetos que nos antecedem, porém, este responde a determinados momentos e necessidades históricas. Diferentemente do “vazio ontológico” defendido por autores como Pondé (2012) que entendem a capacidade humana de construir ideias e ações sobre “tudo”, uma mera ilusão porque estas já foram construídas.

A noção de “ordem moral duradoura” (KIRK, 2014) nega a existência de uma vida social permeada por contradições e por uma dinâmica complexa das necessidades e possibilidades sócio-históricas dos homens em sua práxis. Isso porque a natureza não é uma constante, está em um permanente processo de desenvolvimento, e o ser humano, enquanto parte dessa natureza e, ao mesmo tempo, um ser social que dela se destaca, exerce sua capacidade de criar valores, no que diz respeito a condutas individuais e de convivência social, bem como a valores ético-morais, configurando assim a esfera da moral inscrita numa totalidade social e não em uma esfera social particular e autônoma, inatingível por tais mudanças.

O trabalho, enquanto base fundante da sociedade e atividade fundante do ser humano, tem a potencialidade de proporcionar aos homens não só a garantia de sua sobrevivência por meio do atendimento a necessidades básicas, mas também uma existência cada vez mais

enriquecida por mediações essencialmente humanas, o que não ocorre em uma sociedade de classes onde o produto do trabalho é expropriado dos trabalhadores e suas potencialidades humano-genéricas negadas ao conjunto da sociedade (MARX, 2010).

A capacidade teleológica do ser social é posta pelo trabalho, por meio dele são desenvolvidos valores, não só econômicos, mas aqueles que nascem da interação entre os homens. Outras capacidades humanas também são postas pelo trabalho como a capacidade ética de ser. Uma das formas históricas de configuração da ética é a moral. Contudo, a moral, no cotidiano da sociedade capitalista, restringe-se ao campo da singularidade dos indivíduos, como explica Barroco (2016b, p. 27), denomina-se moral a “[...] forma de objetivação que responde às necessidades imediatas da vida cotidiana dos indivíduos”, por meio de valores, escolhas, orientações de condutas e que “[...] nasce de necessidades sociais e responde a elas de acordo com as possibilidades de cada contexto histórico” (BARROCO, 2016b, p. 27).

Na sociedade em que vivemos, a moral passa a se configurar como um sistema social que rege normas de conduta, medeia relações sociais e desempenha uma função ideológica de reprodução dos valores dominantes, segundo a mesma autora. O poder de reprodução ideológica da moral dominante voltado para o fortalecimento de valores como o egoísmo, a posse, a competição, entre outros, na atualidade, é muito forte, até porque se adequa à estrutura dessa sociedade. O que não significa que seja a única referência moral existente ou que não haja conflitos e embates nesse campo que abram possibilidades para a sua negação e transformação (BARROCO, 2016b).

Sobre isso, Barroco (2001, p. 63) afirma: “O indivíduo pode superar a sua singularidade através da moral, mas quando isso ocorre ele se eleva à condição de sujeito ético, na compreensão de Lukács, como particularidade objetivadora do gênero humano *para si*”.

Mas o fato é que o fortalecimento de determinados valores pelo neoconservadorismo e o moralismo, por eles colocado em prática, se aplica às várias interpretações e formas de entendimento sobre a questão social, por parte de teóricos que reforçam a ideologia neoconservadora e de segmentos da sociedade que a reproduzem. Os ataques a beneficiários/as do PBF expressam os reflexos dessa realidade que nos esforçamos para demonstrar nessa pesquisa.

Há um apelo, por parte do pensamento conservador, segundo Netto (2001), desde o período pós-1848, à naturalização da questão social, sua interpretação e medidas propostas para o seu enfrentamento. O neoconservadorismo trata a questão social como algo ineliminável de qualquer sociedade, objeto de reformas, apenas. Sendo assim, é um traço característico dessa

ideologia recorrer à moral para explicar e propor soluções no que se refere às desigualdades sociais existentes. No caso das violentas críticas a beneficiários/as de PTRs, a moralização da questão social serve para aprofundar a discriminação social nas relações entre classes. Autores como Kirk (2014), afirmam não importar qual o “mecanismo político utilizado” para o enfrentamento da questão social, sendo o mais importante a orientação moral de indivíduos na condução da vida. Para ele, as ações individuais pautadas nesse senso moral tendem a se refletir de forma positiva nas suas vidas e na sociedade em geral. Identificamos esse tipo de percepção na culpabilização de beneficiários/as do PBF por sua condição de pobreza.

Importa notar que o tratamento moral da questão social é incorporado em propostas político-ideológicas (BARROCO, 2001). Portanto, a moralização da questão social materializa-se na disputa de classes da sociedade em que vivemos, como procuramos demonstrar no desenvolvimento do conteúdo da tese. Há uma “individualização dos problemas sociais”, uma “fragmentação da questão social”, por exemplo, por meio do Estado na operacionalização de políticas sociais, conforme já analisado. Mas, ao mesmo tempo, no desenvolvimento contraditório desta sociedade movida por antagonismos de classe, continua a existir possibilidades de enfrentamento a esse tratamento moral da questão social, seja na mediação dessas políticas ou no combate a práticas desse tipo que configura embates não só com o projeto de sociedade hegemônico, mas com os valores dominantes postos, tais como movimentos populares e sociais, entidades de classe de trabalhadores, partidos políticos, entre outros (BARROCO, 2011).

Podemos afirmar ainda que a presente tese nos levou a uma aproximação teórica com a realidade cruel de discriminação social vivenciada por muitos e muitos indivíduos pobres, beneficiários de PTRs, realidade esta que tive contato também em meu trabalho como Assistente Social de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no município de Arujá, em São Paulo e que me motivou a querer realizar as pesquisas de Mestrado e Doutorado.

Passamos a compreender melhor que a discriminação social é um dos resultados da objetivação dos preconceitos que nega a existência do outro, além de se constituir uma forma de violência que expressa a não aceitação do outro ferindo-o em sua condição de existência, o que é muito cruel (BARROCO, 2016a) e, no caso dos indivíduos beneficiários do PBF, está mais diretamente relacionada com a inserção de classe e identidade de gênero e etnia.

E concluímos ainda que, para compreender a moralização da questão social no Brasil, é fundamental analisá-la levando em conta aspectos da formação sociocultural brasileira. De onde vieram esses valores neoconservadores? Compreendemos que estes foram se constituindo

desde o período da escravidão no país. E, foi o que tentamos demonstrar na análise dos dados salientando a presença de uma cultura racista e conservadora, há muito tempo vigentes em nosso país, além de um rígido sistema de preconceitos que se reproduz pelo senso comum e pela ideologia neoconservadora até os dias de hoje.

No primeiro capítulo, situamos algumas das características do conservadorismo, desde a sua emergência e constatamos que algumas, como a força da tradição e a posição antidemocrática, estão muito vivas no neoconservadorismo, fazendo-se as devidas mediações. Outras, como a posição antiburguesa e o caráter antiliberal, assumiram novas formas ao longo do tempo.

Já, no segundo capítulo, enfatizamos aspectos de uma expressão marcante do pensamento conservador: o positivismo, os quais passaram a ter um peso significativo nas formas de interpretar e agir sobre a questão social, sobretudo, em fins do século XIX e início do século XX, o que ainda ressoa em nossos dias. Percepção a partir da qual não só as reformas políticas ganham relevância como meio principal de controlar ou remediar “problemas sociais”, como também a reforma moral dos indivíduos adquire *status* de proposta de enfrentamento da questão social no âmbito das políticas estatais.

No que diz respeito às propostas de reforma moral dos indivíduos, o pressuposto do qual parte a corrente positivista, segundo o qual os “fatos sociais” não são modificáveis pela “vontade humana”, deu uma nova guinada ao pensamento conservador da época do século XVIII e parte do século XIX, impulsionando-o para uma “reconciliação” com a sociedade capitalista consolidada e institucionalizada sob o respaldo de uma “ciência”, analisa Souza (2015). Todo esse contexto leva à ênfase na reforma moral individual como saída para a questão social. Diferentemente da moral religiosa para controlar a vida social, o positivismo inaugurou a ideia de reforma moral com bases científicas. O mesmo movimento se refletiu, mais tarde, na emergência da profissão de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO, 2008).

A desigualdade é tratada como um “problema insolúvel” que tende a se agravar com o aumento do grau de complexidade das sociedades modernas. Há semelhanças dessa concepção com o pensamento do período de emergência do conservadorismo representado por figuras como Burke, na Inglaterra. Ao mesmo tempo, neoconservadores resgatam essa discussão sobre o princípio da desigualdade distorcendo-a, na medida em que, ao defenderem a importância do reconhecimento das diferenças como algo positivo e importante, não distinguem diversidade de desigualdade, ponto por nós abordado no último capítulo, quando tratamos da defesa, sob a perspectiva da teoria marxista, da construção de individualidades e

identidades enriquecidas que não se concretizaram nas condições sócio-históricas do capitalismo, conforme previam os liberais clássicos.

Isto porque as relações desiguais de classes inerentes a essa sociabilidade impedem que os indivíduos desenvolvam livremente suas capacidades e potencialidades, de modo a exercerem de fato sua autonomia e subjetividade em meio às diferenças. Tal reflexão aparece quando tratamos do valor da meritocracia que, na verdade, perpassa os três conjuntos de dados coletados para a pesquisa.

Na primeira categoria analisada, a valorização da meritocracia se faz presente nas opiniões segundo as quais beneficiários (as) do PBF, por trocarem seus votos em prol de “benefícios” próprios, não são merecedores de um tratamento mais digno, enquanto cidadãos portadores de direitos. E, mais ainda, por sua ignorância política, o entendimento é de que essas pessoas merecem estar na condição social em que estão, assim como fazem jus ao “mau governo” e as “más políticas” no Brasil que elas mesmas elegeram.

Na categoria B, os julgamentos morais centrados na figura da mulher pobre apontam para o descumprimento por parte dessas do papel a elas atribuído na educação moral de seus filhos, responsabilidade no planejamento familiar, cuidados e proteção com os filhos, bem como no cumprimento das condicionalidades do PBF e no uso que é feito da renda monetária transferida. Essas mulheres, segundo a crítica neoconservadora, não deveriam ser mantidas ou incluídas no programa por estarem “trapaceando” ou sendo “desonestas” com a geração de mais filhos, por sua “negligência” com os filhos que já têm e por sua “irresponsabilidade”, inclusive, enquanto responsáveis legais no próprio PBF.

No último conjunto de dados, a lógica do merecimento aparece sob a “clássica” acusação de que “pessoas que não gostam de trabalhar” ou “não querem trabalhar”, por isso, não merecem o apoio do Estado por tornar-se este um desestímulo ao trabalho.

Ora, numa sociedade em que as desigualdades prevalecem, onde há uma falsa percepção sobre a livre escolha de cada um, a seleção por meio do merecimento individual e da “dedicação ao trabalho” é o que de mais próximo se pode chegar da materialização da igualdade. E o principal argumento de quem defende esse sistema é de que as pessoas são diferentes, agem e respondem diferentemente às várias situações, sendo que igualar pessoas diferentes, nivelar socialmente sujeitos de “mau caráter” e “bom caráter”, “mais aptos” e “menos aptos”, planejar respostas para a coletividade que é tão diversa, não funciona e termina em “descontrole” por parte dos próprios governos que ficam responsáveis por administrar essa “igualdade”.

Sob a perspectiva ontológica, a noção de liberdade individual alimentada pelo ideário neoliberal é uma mistificação dos reais significados de liberdade já que esta não existe se não for para todos e todas. A lógica do merecimento cria uma falsa impressão de que cada um toma decisões em sua vida com base nas próprias vontades e escolhas, sendo uma relação natural de causa e efeito entre decisões tomadas e suas consequências, tudo isso graças também à capacidade moral dos indivíduos. A mistificação está no fato de que essa suposta autonomia é sempre relativa às determinações concretas onde ela existe. No caso da sociedade em que vivemos, regida pelas relações de mercado, o espaço que as pessoas têm para fazer suas próprias escolhas é muito restrito, a depender da classe social da qual fazem parte. Assim, o sistema meritocrático parece não ser o mais justo, mas este é sugerido na quase totalidade dos dados coletados e analisados, o que nos dá a entender que no resgate que o neoconservadorismo faz da discussão sobre os princípios da igualdade e desigualdade desvirtuando-a para a defesa da diversidade é um recurso de linguagem e ideológico-político utilizado para dar uma “nova roupagem” à posição contrária ao valor da igualdade, por parte do neoconservadorismo. As ideologias pós-moderna e neoliberal reforçam esse entendimento.

Enfim, apreendemos que o conservadorismo moral, na atualidade, tem nas reformas uma proposta central: neoconservadores como Kirk são favoráveis a “saúdáveis mudanças” desde que estas não afetem a moralidade pública e privada que garantem a ordem. O combate às desigualdades sociais e situações de pobreza por meio da alteração de formas de pensar e comportamentos, sejam individuais ou coletivos, é outro elemento importante que aparece como “pano de fundo” nas opiniões e comentários analisados. Em nosso cotidiano, não somente situações de subjetivação das necessidades sociais, como as que pesquisamos na presente tese, são frequentes, mas também o “chamamento ao voluntariado” para responder às manifestações da questão social é muito recorrente em nossos dias, causando assim tanto a desqualificação dos serviços prestados à população mais empobrecida, como a despolitização das lutas sociais e políticas por direitos (IAMAMOTO, 2013).

Nesse cenário, a moral religiosa disputa espaço com o ceticismo da ideologia pós-moderna e de correntes do neoconservadorismo. Mas, o fato é que a “herança” religiosa e positivista da moralização da questão social continua presente em nossa sociedade.

Concluimos que a moralização da questão social é uma abordagem empobrecida do fenômeno porque além de tratar a pobreza de maneira unidimensional, sem relacioná-la com os determinantes reais que incidem sobre ela, esta é reduzida a categorias subjetivas de explicação da realidade e a sua origem na exploração de classes simplesmente desaparece do debate.

Desvia-se o foco da questão para o indivíduo e suas atitudes, suas escolhas, seus hábitos e comportamentos, considerados um “desvio” dos padrões morais “normais”, ou seja, do código moral dominante.

Os dados coletados nos mostram que preconceitos sobre a população beneficiária do PBF, portanto, sobre a população mais empobrecida, formam opiniões acerca das medidas mais recentes que o governo intitula de “medidas de combate à pobreza” no Brasil. Estes também nos apontam para um viés mais político-partidário de insatisfação com o PT, mobilizado por setores da direita que usam os ataques a beneficiários (as) do programa para fazer oposição ao partido, o que se reflete em opiniões pessoais somando-se a preconceitos sociais já existentes.

Além disso, a pesquisa nos trouxe reflexões que consideramos importante destacar: enquanto alguns setores da sociedade, incluindo neoliberais, em alguma medida, discutem e avaliam a importância de uma “renda básica de cidadania” (SUPLICY, 2010; VANDERBORGHT e PARIJS, 2006), a legitimidade ou não das condicionalidades impostas às famílias do PBF, a centralização da política de assistência social nos PTRs e a superficialidade desses programas no enfrentamento à questão social; neoconservadores contestam a validade de PTRs, uma medida emergencial implementada em muitos países, no caso da América Latina e Brasil, por recomendação dos organismos financeiros internacionais.

Ou seja, há a negação de um instrumento político que é complementar à economia de mercado e tal posição desfavorável ou mais ponderada a respeito são motivadas pelo conservadorismo moral que se apoia na intocabilidade de certos valores que parecem ser transgredidos com a implementação de PTRs, tais como a ética do trabalho, o esforço próprio, a autonomia pessoal e a “decência” de não buscar apoio do Estado, isto é, a “independência” em relação às políticas assistenciais do governo, como o PBF.

Com base nos estudos realizados, entendemos ser este um reflexo de traços do conservadorismo brasileiro que se materializam na histórica ausência do Estado brasileiro na garantia de direitos cidadãos, no oferecimento de respostas às mazelas da questão social via Estado democrático de direito e no que estamos chamando de “antiestatismo social”, um valor muito presente nas manifestações do neoconservadorismo no Brasil.

Outros valores a partir dos quais o conservadorismo moral se manifesta nos dados pesquisados, são a autoridade, neste caso, de um governo e de seus agentes públicos (em grande parte, assistentes sociais) que sejam capazes de controlar, fiscalizar e cobrar das pessoas atendidas pelo PBF posturas “coerentes” com a sua condição de beneficiárias de um programa estatal, no que diz respeito ao uso “correto” da renda transferida, ao cumprimento das

condicionalidades e ao investimento em si próprios por meio da educação, qualificação profissional e geração de renda.

Identificamos também a valorização da hierarquia quando o exercício político da classe trabalhadora é depreciado, sem as devidas mediações, de modo que as críticas à frágil democracia no Brasil são canalizadas para as práticas eleitorais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

Tratamos desse caráter aristocrático e elitista do pensamento conservador no primeiro capítulo quando abordamos suas características antidemocráticas. Estudamos que há uma percepção sobre democracia relacionada com o despotismo e que a forma social democrática por exigir uma inclinação da sociedade a buscar meios para a convivência social em meio a conflitos, procurando administrá-los (CHAUI, 1982), na perspectiva neoconservadora, acaba ameaçando a manutenção da ordem. Quanto mais diversa e aberta a acatar opiniões de todos os tipos e interesses, mais conflituosas serão as relações sociais. Por isso, o neoconservadorismo recorre à utilidade de instituições tradicionais e grupos intermediários como a família, a Igreja, as comunidades, entre outros, para orientar decisões, atitudes, modos de pensar e, de certa forma, “organizar” o atendimento e mediar a viabilidade de interesses tão distintos.

Nos referenciamos em Lukács (2007) que analisa as diferenças e a relação entre as concepções aristocráticas e as concepções democráticas de mundo e sociedade para dialogar com essa percepção elitista da política que há no pensamento neoconservador de que a igualdade e a participação de todos na organização da vida “eleva as taxas de mediocridade humana”, como analisa Pondé (2012). E que aparece nas manifestações mais cotidianas contrárias ao aprofundamento da democracia, segundo as quais o poder deve estar nas “mãos de poucos”, “dos mais aptos” já que as massas são incapazes de se autogovernar.

A categoria B nos remeteu a valores que se fundamentam no neoconservadorismo e no machismo. Os julgamentos moralistas recaem sobre as mulheres por sua condição de classe e de gênero. Fizemos referência ao “processo simbiótico” analisado por Saffioti (1987) no qual fundem-se a exploração do sistema capitalista, o racismo e o patriarcado configurando assim as condições materiais e objetivas para a reprodução de ideologias como a do conservadorismo moral. A defesa do modelo tradicional de família, por exemplo, não fica explícita nas ilustrações apresentadas, mas a sua valorização está contida nas mensagens que insinuam o “descuido” e a “desproteção” de crianças, o “mau comportamento” das mesmas, a “falta de planejamento familiar”, a “subordinação feminina aos maridos/companheiros”, a hierarquia familiar. Dois pontos estão quase sempre presentes nessa percepção sobre as mulheres

beneficiárias do PBF: a negligência familiar e a denominada “multiparidade”. Ambas as “acusações” estão carregadas de valores negativos, depreciativos e preconceituosos contra as mulheres pobres que são estereotipadas por não cumprirem com suas “responsabilidades” e “obrigações morais”. Mais uma vez, os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e de gênero que incidem sobre tal realidade, inclusive, no que diz respeito à livre escolha de engravidar e número de filhos, não são considerados.

O último conjunto de dados nomeado de categoria (C) Vagabundos/Acomodados, traz a “ética do trabalho” com base em princípios neoliberais como a liberdade individual e o individualismo, o “espírito empreendedor” e de competitividade, o empenho pessoal e a meritocracia, como valores centrais. A noção de “capital humano” é usada para reforçar preconceitos contra beneficiários (as) do PBF que são julgados por não buscarem saídas individuais para a pobreza, via trabalho, porque são “acomodados”, “vagabundos”, “folgados”, “menos dedicados” e “menos ambiciosos”. Nessa etapa da pesquisa, voltam a aparecer o “antiestatismo social” e a “pregação anti-social” mencionada por Oliveira (2012), na medida em que a transferência de renda aos mais pobres é compreendida como um desestímulo ao trabalho. Estes se somam a comportamentos e ideias que valorizam a hierarquia, a ordem, a autoridade, a moral tradicional (BARROCO, 2011), o que atribui traços muito particulares ao neoconservadorismo brasileiro.

Cabe enfatizarmos novamente que o tratamento moral da questão social é, então, uma resposta ideológica e política ao cenário de acirramento das contradições e conflitos sociais decorrentes da luta de classes. É, ainda, produto da ideologia neoconservadora, o que significa que a moral é usada para viabilizar a ordem, um consenso em torno de determinados valores que fortalecem um dado sistema, organização societária e modos de ser. Ao fazer isso, nega outros princípios e valores ético-morais como a liberdade, a igualdade, a democracia, entre outros, nascidos de reivindicações populares e de trabalhadores, setores progressistas da sociedade.

Mas, não é só isso, o conservadorismo moral, enquanto forma ideológica, alcança o senso comum, influenciado por processos de alienação/estranhamento, e cumpre a sua função de mistificar ainda mais o entendimento e os posicionamentos de grande parte da sociedade frente à questão social. As opiniões fundadas em preconceitos e discriminação social, como as que analisamos na presente pesquisa, são as manifestações mais diretas dessa realidade. A mídia em geral e as mídias sociais virtuais, especificamente, têm um poder de veiculação e manipulação ideológica muito forte. É inegável que há um fenômeno da “personalização”

existente nas redes sociais na internet, onde cada um a utiliza de acordo com as suas necessidades pessoais, sejam elas de autoafirmação, propaganda do “eu”, entretenimento, contato com o mundo e com outras pessoas, troca de informações mas, muito menos, como espaço de reflexão e criticidade. Ainda que se considere isso, as opiniões que circulam nesses meios são representativas das ideias e modos de ser existentes em nosso cotidiano.

A ideologia dominante age no sentido de separar a consciência, as ideias, os hábitos, valores, modos de pensar, do mundo material e concreto dos homens. É nesse “fosso” que ela age para continuar reproduzindo um tipo de racionalidade predominante e funcional à sociedade capitalista. Com isso, não é a essência real dos fatos que apreendemos, mas a sua aparência imediata. Entendendo a realidade de maneira deturpada, os processos para a sua transformação ficam mais difíceis e parecem, até mesmo, impossíveis. Mesmo algumas reformas no âmbito da política institucional ou de uma política setorial, como é o caso da política de assistência social, são barradas ou recriminadas por conta de forças conservadoras.

Por uma rigidez dos ritmos, modos de vida e modos de pensar característicos da estrutura da vida cotidiana penetrar nos juízos de valor, o moralismo e os preconceitos tendem a aparecer com frequência. Segue abaixo afirmação a respeito:

Julgamos qual é o melhor caminho, a forma mais eficaz, o comportamento mais correto para alcançar os objetivos postos cotidianamente, baseados em *experiências e analogias* que tendem a se transformar em verdades inquestionáveis. Acontece que, na dinâmica da vida cotidiana, tendemos a *identificar o correto com o verdadeiro*. Ou seja, a exigência de sermos pragmáticos, para dar conta de todas as tarefas e atividades, nos leva a repetir as mesmas ações que, pela experiência, podem levar ao êxito, considerando-as corretas para serem aplicadas em qualquer situação. Assim, *o que se revela correto, útil, o que leva ao êxito, passa a ser identificado como verdadeiro* (BARROCO, 2016a, p. 11).

Contudo, essa rigidez possui um grau de relatividade que possibilita a contestação e transformação desses juízos de valor (provisórios). Ao serem refutados podem suscitar reflexões, discussões, investigações, mudanças de opiniões e práticas ou a cristalização de preconceitos que nada mais são do que a permanência desses juízos provisórios mesmo quando refutados com a crítica e sua desconstrução (HELLER, 2008). Nesse sentido, é importante frisar que parte da sociedade contesta as atuais formas de vida e de dominação ideológica, entre estas, a que se fundamenta no conservadorismo moral.

Por isso, consideramos extremamente relevante conhecermos as diversas formas de expressão do neoconservadorismo, por meio do seu estudo, da pesquisa, para combatê-las (BARROCO, 2011) e cremos que a elaboração dessa tese cumpre esse papel.

Por outro lado, temos convicção que as bases materiais e concretas nas quais se erguem e se sustentam esse tipo de ideologia precisam ser modificadas para que o sistema social de preconceitos seja desconstruído, assim como para que o estranhamento entre os seres humanos nas esferas de reprodução social da vida seja confrontado. Para isso, é importante nos colocarmos lado a lado das ações de combate às práticas neoconservadoras que têm como intuito reprimir trabalhadores, criminalizar movimentos sociais, pessoas em situação de pobreza, militarizar a vida cotidiana, entre tantas outras (BARROCO, 2011), disputando assim projetos societários, de ideias e de valores na sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGÊNCIA ESTADO. **Bolsa Família tem maior impacto eleitoral desde sua criação**. *Site*. 13 out. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/bolsa-familia-tem-maior-impacto-eleitoral-desde-sua-criacao-13102014>>. Acesso em: 29 set. 2018.

AIRES, C. O que é um blog? *Site Techtudo*. 20 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2011/12/o-que-e-um-blog.amp>>. Acesso em: 14 set. 2018.

ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: BORÓN, A.; SADER, E. (org.). **Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____ **A crise no Brasil: uma análise profunda de Perry Anderson**. 2016. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/pt/democracy-governance/crise-no-brasil-uma-analise-profunda-de-perry-anderson>>. Acesso em: 13 maio 2016.

AZEVEDO, R. O Bolsa Família e os “vagabundos” de Lula, que não plantavam mais macaxeira. *Blog Reinaldo Azevedo da Revista Veja*, 13 jan. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/obolsafamiliaeosvagabundosdelulaquenaoplantammaismacaxeira/>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social - fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **Ética - fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____ Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. *In*: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____ Esboço de uma crítica do neoconservadorismo ético-político em Friedrich A Hayek. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, jan./jun. 2013a. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3442>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

_____ Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea. *In*: ROIO, M. D. **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____ Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2017.

_____ **O que é preconceito?** Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, Caderno 1, Brasília: Cfess-DF, 2016a.

_____ **Ética e História**. Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as- Ética em Movimento, Módulo 1, Brasília: Cfess- DF, 2016b.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social** - fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BERBERIAN, T. P. **Serviço social e avaliações de “negligência” contra criança e adolescente**: debates no campo da ética profissional. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2013.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015**. Brasília: Tesouro Nacional, 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

_____ Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016.

BRONOWSKI, J.; MAZLISH, B. **A tradição intelectual do ocidente**. Lisboa: Edições 70, 1960.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Fundação Roberto Marinho, 1982.

CALEGARI, L. **Mulheres trabalham 72% a mais do que homens em tarefas domésticas.** *Revista Exame site*. 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mulheres-trabalham-73-a-mais-do-que-homens-em-tarefas-domesticas/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 11. n. 2, p. 258-272, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

CARNEIRO, J. D. **IBGE: Redução da desigualdade no Brasil estaciona nos níveis de 2011.** *BBC News Brasil*, 18 set. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140918_desigualdade_ibge_brasil_pnad_rb>. Acesso em: 11 maio 2017.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão.** In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2013.

CASTRO *et. al.* **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira.** *Revista Opinião Pública*. Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355. Nov., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/03.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2015.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Moderna, 1982.

_____ **Acerca da moralidade pública.** *Jornal Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405200109.htm>> Acesso em: 24 nov. 2015.

_____ **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CORREIO 24 HORAS. *Site*. **Nordeste volta a ser alvo de xenofobia no segundo turno; denuncie.** 28 out. 2018. Disponível: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nordeste-volta-a-ser-alvo-de-xenofobia-no-segundo-turno-denuncie/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

COUTINHO, C. N. Crítica e utopia em Rousseau. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 1-26, dez., 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

_____ **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, J. P. Dez notas para a definição de uma direita. In: COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D. **Por que virei à direita** - três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

_____ **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2014.

COUTO, B. R. *et al.* **O sistema único de assistência social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, M. do N. O neoconservadorismo evangélico. **Jornal de debates**, Observatório da Imprensa, Edição 815, 9 set. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimpresa.com.br/jornal-de-debates/_ed815_o_neoconservadorismo_evangelico/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALRYMPLE, T. **A vida na sarjeta**: o círculo vicioso da miséria moral. São Paulo: É Realizações, 2014.

DINO. **62% da população brasileira está ativa nas redes sociais**. *Revista Exame*. 19 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/62-da-populacao-brasileira-esta-ativa-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

EUFRÁSIO, A. **Trabalho com famílias na assistência social**: Expressões do conservadorismo? 2014. 234 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc/SP), São Paulo, 2014.

FAUSTO, B. História do Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GANEM, A. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 93-117, nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n22p93>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. 276 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/SP), Marília/SP, 2015.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**- Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HAYEK, F. A. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

_____ **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, H. S. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBBSBAWN, E. J. A. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOSTNET. Qual a diferença de um site para um blog? [S.I.]. 18 out. 2017. Disponível em: <<https://www.hostnet.com.br/blog/qual-a-diferenca-de-um-site-para-um-blog/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**- Ensaios críticos. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ **Paradoxos e desafios do trabalho do assistente social em tempos de crise do capital**. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), 2013, Águas de Lindóia, SP.

IANNI, O. *apud* CUEVA, A. (Org.). *Tempos Conservadores*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

IASI, M. L. **De onde vem o conservadorismo?** 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Em 10 anos, redução da extrema pobreza foi de ao menos 63%**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000>. Acesso em: 3 fev. 2019.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. **Após reeleição de Dilma, eleitores do Nordeste são atacados nas redes sociais**. 26 out. 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-reeleicao-de-dilma-eleitores-do-nordeste-sao-atacados-nas-redes-sociais,1583393>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

KIRK, R. **A política da prudência**. São Paulo: É Realizações, 2014.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. *In*: LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA *et. al.* Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe. *In*: SILVA (Coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen** - marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____ **Conservadorismo e Extrema direita na Europa e no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____ **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____ **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAAR, L. W. **O que é política**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANES, S. Questão social, mídia e programas sociais: Bolsa Família, um programa de inclusão social? *In*: SALES, M. A.; RUIZ, J. L. de S. (org.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARQUES, R. M. *et. al.* Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 29, n. 1 (113), p. 114-132. Jan./Mar., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

_____ O Programa Bolsa Família: para além do assistencialismo? **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 259-282, Ago. 2010. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2376>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social- Identidade e alienação**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINELLI, M. L. (org.) **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____ **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOSO, F. **PSDB propõe tornar Bolsa Família “política de Estado”**. *GI*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/psdb-propoe-tornar-bolsa-familia-permanente.html>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MESQUITA, A. de A.; FREITAS R. de C. dos S. **Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão**. O social em questão. Ano XVII, n. 3, 2013, Rio de Janeiro: PUC-Rio.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI - socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____ **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico - Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____ **Democracia e transição socialista - escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____ Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília: Abepss- Grafiline, ano 2, n. 3, pp. 41-50, jan./jun., 2001.

_____ **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002>. Acesso em: 5 dez. 2016.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política - uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P.; BRANT DE CARVALHO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NISBET, R. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NUNES, A. **Mauro Pereira: em vez de redimir os miseráveis, os programas assistencialistas do governo institucionalizam a pobreza.** *Veja site*. 17 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/mauro-pereira-em-vez-de-redimir-os-miseraveis-os-programas-assistencialistas-do-governo-institucionalizam-a-pobreza/pagina-comentarios-2/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

OLHAR DIGITAL. **Confira o ranking dos buscadores no Brasil.** [S.I.]. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/noticia/ranking-dos-buscadores-no-brasil/46539>>. Acesso em: 21 set. 2015.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

PASSARINHO, N.; FRANCO, L. **Com 55% de gestações não planejadas, Brasil falha na oferta de contracepção eficaz.** *BBC News Brasil*. 26 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44549368>>. Acesso em: 20 jan. 2019

PEREIRA, P. C. **Os avanços do PSDB e do PT, comandantes do Planalto nas últimas décadas.** *Jornal O Globo*, 12 out. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/os-avancos-do-psdb-do-pt-comandantes-do-planalto-nas-ultimas-decadas-10351112>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

PONDÉ, L. F. A formação de um pessimista. In: COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D. **Por que virei à direita - três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo.** São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PRATES *et. al.* Poder de gênero, pobreza e concepção: vivências de multíparas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, 29 (4), p. 604-611, dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7632>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

QUADROS, M. P. R. Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: Formação ideológica, “guerra cultural” e política externa. **Revista Espaço Plural**. Paraná, Ano XV, n. 31, p. 43-61, 2º Semestre 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/720/showToc>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

RAND, A. **A revolta de atlas.** v. II, São Paulo: Arqueiro, 2010.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Unesp, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____ **“Questão social” particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SCOLESE, E. **Bolsa Família sustenta novo voto de cabresto no Nordeste.** *Jornal Folha de S. Paulo*, 24 set. 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2409200802.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SCRUTON, R. **O que é conservadorismo.** São Paulo: É Realizações, 2015.

SIGLER, J. A. **A tradição conservadora no pensamento norte-americano.** São Paulo: Ibrasa, 1972.

SILVA *et. al.* A extrema direita na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300002>. Acesso em: 30 maio 2017.

SILVA, *et. al.* A família enquanto público-alvo do bolsa família. *In*: SILVA, M. O. da S. O (coord.). **O bolsa família: verso e reverso.** Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA *et. al.* **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social - diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013.

SPOSATI, A. *et. al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 122, p. 1-22, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820150002&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____ Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0360.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania- A saída é pela porta.** São Paulo: Cortez: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TERRA, S. H. Código de ética do(a) assistente social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica. *In*: BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

TOLEDO, J. R. **Bolsa Família é paraquedas eleitoral de Dilma no Norte/Nordeste.** *Jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 out. 2010. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/bolsa-familia-e-paraquedas-eleitoral-de-dilma-no-nortenordeste/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

TONET, I. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. Brasília: Cfess, 2009.

_____. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

UGÁ, V. D. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. Curitiba: Appris, 2011.

VANDERBOGHT, Y.; PARIJS, P. V. **Renda Básica de Cidadania**- argumentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VEJA. **Eleições 2018: o que os candidatos pensam sobre programas sociais**. 21 set. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-o-que-os-candidatos-pensam-sobre-programas-sociais/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

VETTORAZZO, L. **Cada vez mais velha, população brasileira chega a 208 milhões**. *Folha de S. Paulo site*. 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-populacao-cada-vez-mais-velha-brasil-atinge-208-milhoes-de-pessoas.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VIDAL, F. B. Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o caminho da servidão. **Observador Nordeste Textos Especiais**. Bahia: Observador Nordeste, 2007.

WOLFF, F. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas? *In*: NOVAES, A. (org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília: Abepss-Grafiline, Ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./ jun., 2001.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2012, Juiz de Fora, MG.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.